

“Os Laboratórios de Habitação no ensino da arquitetura”

“Uma contribuição ao processo de formação do arquiteto”

Aluno: Roberto Alfredo Pompéia

Orientador: Prof. Dr. Khaled Ghoubar

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação
da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

São Paulo, 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ao Paulus Aulus Pompéia
Meu pai
À Wanda Mattos Pimenta Pompéia
Minha mãe

Agradeço a
Khaled Ghoubar, meu orientador, pela sabedoria, pela profunda
sensibilidade e pela confiança que depositou em mim.

Joan Villà, pelos ensinamentos.
João Carlos Sant’Anna, pela sua generosidade e firmeza de propósitos.
Carlos Vogt e Geraldo Giovanni, companheiros de caminhada e de
batalhas institucionais.

João Marcos de Almeida Lopes e Mário Braga pelas empreitadas e pelo
bom humor.

Maria Ruth Amaral de Sampaio, por ter me apresentado o perfil do
“Profissional da Cidade” e pelas ricas contribuições.

Mel (Maria Amélia D. F. A. Leite) pelas conversas e informações.

Maria Helena Flynn, pelas valorosas histórias e agradáveis conversas.

Yopanan Rebelo, o construtor de estruturas e outros encantos espaciais.

Reginaldo Ronconi, companheiro de percurso, pela dedicação e pelos
envolventes conselhos.

A todos que contribuíram para este trabalho e que aqui estão
representados por:

Affonso Barres (Fininho), João Benedito Cardoso (Seu João), José
Nascimento (Zé) e Oswaldo Chácara (Oswaldão), instrutores de obra do
LabHab-Unicamp, pelo papel fundamental que tiveram na minha formação
de construtor e pela sabedoria, sempre presente nos momentos mais
delicados.

Iracema, da Creche Moara do Grupo de Mães do Vale do Pirajussara
Lourdes, Fátiminha, Eliane, Cida Preta, Maria do Carmo, Margareth,
Wilson e Fátima, Dedé, Bigode, Biroasca, Seu Jamel, Cida, Balancim,... E
os demais construtores de alegrias da AMAI.

Roberto, Paulão, Mexicano e os outros professores de vida do Parque
Fernanda.

Mutirantes e outros colaboradores de Jundiaí, Duartina, Socorro, Rio,
Recife, Passos,...

Ao Woody, pela arte e diagramação deste trabalho.

Malu Zoega pelos belos momentos de descoberta, pela leitura cuidadosa e
por me incentivar a escrever.

Sabine Pompéia pelo apoio e pelos conselhos.

Lucilla Inoue, por me incentivar sempre com sua alegria e entusiasmo.

Paulinho e Ayumy, meus filhos, por terem agüentado a minha ausência e
mau humor de alguns momentos.

Aninha, minha esposa, que acompanhou todas as etapas desta minha
trajetória trazendo lucidez e carinho aos momentos mais decisivos deste
trabalho.

POMPÉIA, Roberto Alfredo Os Laboratórios de Habitação no ensino de Arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto, Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 148 páginas. 45 ilustrações

O trabalho registra a história dos Laboratórios de Habitação dos cursos de arquitetura e urbanismo do Estado de São Paulo e propõe uma reflexão sobre a formação do arquiteto na cidade contemporânea.

Discute o papel do arquiteto e sua relação com a sociedade na qual está inserido.

Destaca a importância da participação da Universidade junto à população e sua responsabilidade pelas ações coletivas ligadas à produção e gestão do espaço público.

Propõe uma revisão do ensino de arquitetura que possa aliar o conhecimento acadêmico às necessidades emergenciais das grandes cidades brasileiras.

Incentiva o desenvolvimento de um profissional da arquitetura e urbanismo que saiba respeitar as identidades regionais e seja capaz de influenciar positivamente a produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Laboratório de Habitação; Ensino de Arquitetura; Relação entre a Universidade e a Sociedade; Community Design Center.

POMPÉIA, Roberto Alfredo: Housing laboratories in the teaching of architecture: a contribution to Architects' formation process, PhD Thesis – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 148 pages. 45 illustrations.

The present work registers the history of Living Laboratories in Architecture and Urbanism University degrees in the State of São Paulo, Brazil, and ponders on the formation of architects in contemporary cities.

It discusses the role of architects and their relations with the society in which they are inserted.

It points out the importance of the participation of the University as regards the local population and its responsibility for the collective actions connected to the production and care of public spaces.

It proposes that teachings in Architecture should be reviewed in such a way as to ally academic knowledge with emergency necessities in the largest Brazilian cities.

It stimulates the development of professionals in Architecture and Urbanism that respect regional identities and are able to positively influence the production of urban spaces.

Key-words: Housing Laboratories; Teachings in architecture; Relations between the University and the society, Community Design Center.

Sumário

Prólogo	1
Apresentação	3
Introdução	5
Capítulo I: O Laboratório de Habitação da FEBASP	9
A Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e a semente do Laboratório de Habitação da FEBASP	9
A criação do Laboratório de Habitação da FEBASP	11
O Laboratório de Habitação numa instituição particular	21
As atividades do Laboratório de Habitação da FEBASP	23
Relação das atividades do Laboratório de Habitação da FEBASP	25
Capítulo II: A herança do Laboratório de Habitação da FEBASP: Os “Laboratórios de Habitação”	26
A criação de Laboratórios de Habitação em outras Universidades paulistas	26
O “HABITAF AUS” – Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos (1984 -1985)	27
O “L’HABITAT” - Laboratório do Habitat da FAU da Pontifícia Universidade Católica de Campinas	31
Laboratório de Habitação e assentamentos urbanos (Departamento de Projeto Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)	31
Relação das atividades do Laboratório de Habitação e assentamentos urbanos	33
Laboratório de Habitação – GFAU (Grêmio Estudantil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)	34
Laboratório de Habitação – Unicamp O Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas	35
Capítulo III: O Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas – LabHab-Unicamp	36

O momento histórico da Unicamp e a criação dos núcleos Interdisciplinares de pesquisa da Unicamp.....	39
O NUDECRI – Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. Um ambiente propício para receber o Laboratório de Habitação	42
A trajetória do Laboratório de Habitação na Unicamp.....	45
O primeiro protótipo e seu significado: “A Casinha da Unicamp”	48
O LabHab na Estrutura da Unicamp.....	53
O Laboratório de Habitação: inserção e compromisso no meio popular.	57
O Incômodo que o Laboratório causava à academia e, especialmente, à Faculdade de Engenharia.	61
Trabalhos e Exposições do LabHab-Unicamp no período de 1986 a 1988.....	64
Capítulo IV: O canteiro de obra LabHab-Unicamp: o desenvolvimento da tecnologia e suas implicações	65
Os protótipos e o canteiro experimental do Laboratório de Habitação da Unicamp.....	66
Uma nova perspectiva para a produção de habitação em larga escala.....	71
Alguns desvios de proposições	74
O resgate de identidades individuais para a construção de uma identidade coletiva	75
A tecnologia para as empreiteiras nas obras realizadas para a Unicamp	78
Capítulo V: Os projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Habitação da Unicamp.....	82
Reverendo o compromisso com a comunidade	82
Os projetos para as Associações Populares organizadas	85
Projetos desenvolvidos para a Unicamp	88
Os projetos em parceria com o poder público.....	96
Projetos mais significativos no Estado de São Paulo	97
Estado do Rio Grande do Sul.....	102
Estado de Alagoas.....	102
Estado de Pernambuco.....	103
Projetos e obras executadas no Rio de Janeiro	104

Projetos e obras executadas no Minas Gerais.....	105
Relação dos projetos e obras executadas	107
Capítulo VI: Análise da trajetória do Laboratório de Habitação da Unicamp através de seus projetos e obras mais significativas	110
AMAI – A proposta do projeto, os conflitos enfrentados com a comunidade, os problemas de projeto, os de construção e os resultados.....	111
MORADIA ESTUDANTIL – O projeto, as dificuldades construtivas, os problemas técnicos, as soluções e os resultados.	121
COOPERATIVA PRÓ-MORADIA DOS JORNALISTAS	
O projeto e a participação dos associados.....	126
Os diferentes clientes: algumas conclusões.....	131
Conclusão	133
Bibliografia	137
Anexos	142

Lista de Imagens

1. Vista aérea UNICAMP	2
2. LabHab-UNICAMP	37
3. Casinha da UNICAMP	38
4. Casinha da UNICAMP	38
5. Sobradinho	38
6. Primeiro Protótipo	50
7. Segundo Protótipo.....	63
8. Sobradinho	66
9. Varanda	66
10. Modulação	67
11. Painéis.....	68
12. Abóbada	69
13. Abóbada	69
14. Canteiro Veranópolis - RS	72
15. Canteiro Estudantes.....	73
16. Canteiro Duartina	73
17. Canteiro Usina de Nova Iguaçu.....	73
18. Instrutor.....	81
19. PROFIC/PRODECAD.....	89
20. PRODECAD.....	90
21. PROFIC.....	90
22. PROFIC.....	90
23. Meninas	92
24. Restaurante.....	94
25. Restaurante.....	94
26. Restaurante.....	95
27. Restaurante.....	95
28. Mutirão de Socorro	98
29. Mutirão de Duartina	98
30. Duartina - inauguração	99

31. 15 anos depois	99
32. Feira de Amparo	100
33. Urbanização de Sertãozinho	101
34. Favela Jacarezinho - RJ	104
35. Urbanização de Passos.....	106
36. Canteiro Passos	106
37. Vista AMAI	112
38. Vista aérea AMAI	112
39. Urbanização Estudantes - UNICAMP	123
40. Praça Estudantes - UNICAMP	124
41. Moradia estudantil	125
42. Moradia estudantil	125
43. Moradia estudantil	125
44. Moradia estudantil	125
45. Moradia estudantil	125
46. Moradia estudantil	125
47. Cooperativa Pró-Moradia dos Jornalistas	127
48. Cooperativa Pró-Moradia dos Jornalistas	127
49. Cooperativa Pró-Moradia dos Jornalistas	127
50. Catálogo Imobiliário.....	128
51. Estudantes de Passos - MG	132

Obs.: Fotos e ilustrações do autor. As demais estarão indicadas.

“Só um grupo reduzido defende o povo e o deseja elevar sem ter por ele nenhuma espécie de paixão; em primeiro lugar porque logo reprimam dentro de si o movimento que perceberam nascidos de impulsos sentimentais, em segundo lugar, porque tal atitude os impediria a ver soluções claras e justas que acima de tudo procuram alcançar; e finalmente porque lhes é impossível permanecer em êxtase diante do que é culturalmente pobre, eivado de muitos defeitos que trazem consigo a dependência e a miséria em que sempre o tem colocado os que mais o cantam, o admiram e os protegem”

Professor Agostinho da Silva



¹ SILVA, Agostinho da. “Considerações”, in SILVA, Agostinho da “Textos e Ensaios Filosóficos” Volume 1 Lisboa, Editora Âncora, 1999

Prólogo

“Como ficou chato ser moderno.”
Carlos Drummond de Andrade

Ao descer a ladeira e cruzar o passeio, passo por vestígios da noite anterior. Bitucas de cigarro, uma latinha de cerveja amassada, um copo quebrado e outros sinais abandonados pela sarjeta. Voltando o olhar para frente, deparo-me com um obstáculo prateado, trazendo as frescas notícias de véspera por entre reluzentes e sedutoras capas de revistas. Mais que depressa uma mão se estende de dentro da banca com o meu jornal: “bom dia doutô”. Com as moedas do troco no bolso, certinho para um pingado e um “pão sem juízo na graxa” continuo minha caminhada. Pouco antes de dobrar a esquina, o cheiro de café de coador, do boteco do Seu Armênio, me invade. Por entre o burburinho de sempre, vozes exaltadas se sobressaem discutindo política e futebol. No ponto de ônibus do outro lado da rua olhares desejosos observam a lojista de saias justas abaixar-se para abrir a pesada porta de aço.

Ainda com essa imagem cosmopolita, rotineira, mas cheia de vida, chego a uma outra cidade, totalmente cercada, com acessos controlados por guaritas: a cidade universitária da Unicamp. Edifícios se espalham num parque ajardinado, entrecortado por imponentes avenidas e monumentos de vanguarda. As placas coloridas geometricamente dispostas indicam setores, institutos e faculdades. Apesar da total incompatibilidade entre a arquitetura dos edifícios, as guaritas e o equipamento urbano instalado – pontos de ônibus, bancos, lixeiras – temos a sensação de uma aparente ordem.

A grande quantidade de carros que circulam e estacionam ao longo das ruas e pelos imensos estacionamentos denuncia a falta de uma alternativa de transporte coletivo adequado.

A cidade universitária não possui residências, as pessoas não moram ali. É evidente que o nível econômico e cultural de seus freqüentadores é acima da média e que a função das edificações que ocupam o campus são muito específicas. No entanto, podemos dizer que as pessoas que lá estão, professores, alunos, técnicos e funcionários habitam essa cidade. Sendo assim, o comparativo entre a cidade universitária e a comum tem sentido no que diz respeito aos espaços urbanos e no seu uso. Além de ser uma forma de compreender o significado do planejamento e ocupação desses

espaços, a morfologia de seu ambiente edificado reflete posturas e maneiras de tratar o público e o privado.

A começar pelo urbanismo moderno adotado, formal, disposto numa lógica geométrica radial e numa estrutura concêntrica referencial. A visão aérea do campus é tão definida pelo símbolo concebido para a Unicamp. No logotipo da universidade que se assemelha a um olho, a pupila representa a praça do ciclo básico. Dela, ponto gravitacional entre institutos, biblioteca e ginásio, saem ruas que interligam os círculos periféricos com três pontos redondos (rotatórias) que representam as ciências exatas, biológicas e humanas. Isso é tão rigoroso que qualquer alteração nesse tecido passa a ser uma conspiração contra o símbolo da universidade. Nesse sobrevôo, podemos ver, ainda, que os espaços criados a partir do “gesto”, do traço no papel sobre a prancheta, surgiram bolhas formalistas e grandes vazios desprovidos de significado.

Todo esse cenário culmina com a cerca construída para garantir uma suposta segurança do campus – o que põe em cheque o papel da Universidade Pública. Será que aquilo que chamamos de “cidade universitária” deve estar isolada daquilo que se costuma chamar de “popular”? Será que por possuir a mais refinada e erudita parcela da população brasileira a universidade quer definitivamente se isolar em seus “feudos”, não tendo de assistir a, ou a realidade de tão perto? O que fazer?

É nesse cenário, contribuindo para a ruptura da geometria urbana do campus, bem nas bordas das sobancelhas do “olho” da Unicamp, que surge o Laboratório de Habitação da Unicamp, ao qual pertenci. Uma iniciativa que vinha na contramão daquilo que tradicionalmente se espera de uma Universidade, um grupo de técnicos que rompia as rígidas molduras da academia ao se propor educar a população mais explorada das grandes cidades de nosso país.

Acreditávamos que era possível – por meio da prática da arquitetura – propiciar a emancipação social de associações populares. Imaginávamos uma Universidade pública servindo como ferramenta para a organização popular, permitindo, à população marginalizada, o acesso ao conhecimento de vanguarda.

Confiávamos na educação fora da escola e na reprodução de soluções urbanísticas de qualidade que pudessem reverter as desigualdades sociais. Enfim, sonhávamos com uma realidade mais justa.

Se a universidade não puder oferecer alternativas para essa realidade efêmera da super valorização da forma e do vazio de significado, quem o fará?

A quem serve as cercas do espaço universitário?

Roberto Alfredo Pompéia



Apresentação

“O conhecimento nos leva
ao pessimismo, a ação ao
otimismo.”
Gramsci

Em setembro de 1986, fui convidado pelo Arquiteto Joan Villà para participar do *Laboratório de Habitação* da Unicamp (*LabHab-Unicamp*), que acabara de ser inaugurado. O trabalho proposto pelo *LabHab-Unicamp* coincidia com a minha atuação profissional, cujo foco, desde a conclusão do curso de Arquitetura, era a prestação de assessoria técnica para movimentos sociais organizados. A experiência adquirida com o projeto da “Creche Moara”, do Grupo de Mães do Vale do Pirajussara (1983) em Taboão da Serra (Grande São Paulo) e o trabalho de transferência de 1.200 famílias da área de mangue da cidade de Angra dos Reis (1983 -1985), em parceria com o Arquiteto Gonçalo Guimarães – da COPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro – permitiram uma familiaridade com a proposta daquele *Laboratório*.

O que mais me empolgou no *LabHab-Unicamp* foi a sua atuação, que se dava de duas formas: primeiro, o grupo de técnicos produzia projetos de arquitetura e desenvolvia um sistema construtivo por meio de uma prática real, prestando assessoria técnica direta às comunidades; segundo, fazia com que a Universidade pública cumprisse um de seus papéis fundamentais: o de servir efetivamente à população.

O *Laboratório de Habitação* realizou inúmeros projetos e participou – desde sua criação, em 1986, até o final de 1999 – da construção de centenas de moradias para diversos grupos sociais, de escolas, creches e projetos de urbanização. Um princípio norteador de todo o trabalho era o de que a palavra “*popular*” deveria ser sinônimo de qualidade. Outro princípio que sempre esteve presente foi o de que *a beleza é uma necessidade básica do homem*; todos têm o direito a ela.

Acreditávamos numa atuação educacional gradativa. Apostávamos na idéia de que a Universidade seria mais pública e justa se saísse de seus muros e levasse, pela prática coletiva de produção do espaço, informação e técnica que possibilitassem a melhoria significativa da qualidade de vida da população. Acreditávamos na gestão popular dos empreendimentos habitacionais. Sonhávamos com a ascensão das classes trabalhadoras e com a socialização dos meios de produção de moradias.

Mais recentemente, pude constatar que boa parte dos problemas da cidade “comum” estavam

ali, bem debaixo de nossos narizes, ou seja, na própria Universidade pública; uma Universidade que vem se distanciando do cidadão comum e que, cada vez mais, isola-se da cidade e de seus cidadãos. Havia certa impotência em resolver algumas questões mais próximas, dentro de nossos próprios muros. Senti que, mesmo junto à elite acadêmica, mesmo unindo o conhecimento de ponta à nossa prática, as propostas do *LabHab-Unicamp* eram insuficientes para provocar uma diminuição substancial dos principais problemas habitacionais. A maior parte deles não era de ordem técnica mas, sim, política. Seria necessário lutar por uma política habitacional mais eficiente. Precisávamos, além de nos dedicarmos à arquitetura e à tecnologia, participar mais intensamente dos movimentos organizados pela moradia.

Na mesma época em que desenvolvia a minha pesquisa de mestrado (sobre estruturas geométricas), tive de sair do *Laboratório de Habitação* da Unicamp, onde trabalhei por mais de 16 anos. O impacto da extinção desse *Laboratório*, unido à importância dos trabalhos lá desenvolvidos, levaram-me à mudança de tema, pois não poderia deixar passar a oportunidade de relatar as experiências mais significativas. Senti a responsabilidade de registrar e propiciar, às novas gerações de estudantes de arquitetura, um horizonte mais consistente e fértil. Esse relato, no entanto, transformou-se numa análise crítica – e autocrítica – das relações resultantes do envolvimento entre esse *Laboratório de Habitação*, os outros *Laboratórios* e a comunidade. Só assim, registrando e divulgando as experiências, estaria dando rumo acadêmico àquele trabalho tão importante desenvolvido dentro da Unicamp.

A presente tese possibilita um sobrevôo sobre a inserção de *Laboratórios* nas Universidades e sobre a sua atuação como produtores de uma arquitetura cujo objetivo era atender às necessidades habitacionais. Lança, ainda, um olhar analítico sobre as diversas atuações dos *Laboratórios*, por meio do levantamento das práticas mais relevantes, calcadas em um “fazer reflexivo”.

Uma vez distante do intenso envolvimento das atividades do *Laboratório de Habitação* da Unicamp, pude compreender, com mais clareza, o processo que envolveu o projeto arquitetônico, a Universidade e a Comunidade.

O que mais me motivou a escrever esta

tese foi a descoberta de um novo profissional da arquitetura: o “*Arquiteto Educador*”. Um arquiteto que não projeta para, mas que projeta com o cliente coletivo. Um arquiteto que não impõe o seu repertório, mas ajuda a construir um novo repertório, real e significativo.

Passados sete anos do encerramento das atividades do *LabHab-Unicamp*, coube a mim, o papel de rever e relatar esse processo que foi, sem dúvida, a minha verdadeira escola.

Introdução

“O conhecimento do conhecimento obriga-nos a assumir uma atitude de permanente vigília contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas da verdade, como se o mundo que cada um vê fosse o mundo e não um mundo, que construímos junto com os outros.”

Humberto Maturana
e Francisco Varela

Tomando como mote a maneira sintética com que Otaviano Pereira discorre sobre a teoria e a prática, em seu livro *“O que é Teoria”*¹, pude perceber como essa abordagem se aproxima, de forma muito clara, do que proponho refletir neste trabalho. Para que se possa abordar a teoria, num plano mais abrangente, é necessário que não sigamos, estritamente, o caminho do pensamento clássico – que *“exagerou o lado da teoria ou conhecimento teórico da realidade como abstração...”* –, nem nos fixemos apenas nos caminhos empírico-formais da Ciência Moderna – que *“prende-se demais à experimentação do objeto concreto, rejeitando aquele aspecto de visão ontológica (essencial, global) da realidade”*². De ambos os lados, faltou a síntese, perdeu-se a ligação entre aquilo que poderia se chamar de contemplativo ou *“idealista”* e a realidade, do objeto concreto, *“..., o elo que liga pensamento e realidade, ou seja, o real ao racional e o racional ao real e atribui o caráter de concreticidade tanto a um lado como a outro lado.”*³ Enfim, a prática se contrapõe à abstração e não à teoria. Não são excludentes.

Um dos aspectos que acho necessário enfatizar é a preocupação com um fato que, cada vez mais, vem se intensificando em nosso país: a enorme distância entre o que se aprende na escola – onde se superestima o aprendizado teórico - e o que se aprende na *“rua”* – onde se supervaloriza a técnica e a utilidade das coisas. Se, por um lado, as faculdades – em especial as particulares – vêm se afastando da vida cotidiana – muitas vezes vemos professores dizendo que *“na escola, o aluno aprende a desaprender”* – fica evidente a inutilidade de algumas teorias que, terminadas as avaliações, imediatamente são esquecidas. De outro lado, a necessidade de sobrevivência, tanto num trabalho formal como no *“ter de se virar”*, traz um conhecimento prático, mas distante de uma visão ontológica (essencial, global) que nos torna seres humanos mais íntegros.

Descrevo e analiso dois fenômenos simultâneos que se imbricam de forma sinérgica e produzem resultados surpreendentes. O primeiro é o movimento de procura de uma solução digna para a falta de moradia das pessoas que moram em condições muito precárias: favelas e cortiços. O segundo é a necessidade e a crença de alguns professores – que vêem a oportunidade de inserir os seus alunos num contexto real

¹ PEREIRA, Otaviano em *“O que é Teoria”*, São Paulo, 1982, Editora Brasiliense

² idem

³ ibidem

e estimulante – de colocarem à disposição o conhecimento adquirido no curso superior. Dessa forma, tanto as associações pela moradia – que se beneficiam dos serviços e técnicas disponíveis nas faculdades – como a academia – que pode testar, reciclar e avaliar o conhecimento adquirido – unem-se de forma saudável, evitando o paternalismo que submete os menos favorecidos à humilhante situação de conformismo e o empobrecimento das soluções construtivas. O resultado pode ser muito significativo. Os cursos superiores podem valorizar e aprender muito com o conhecimento popular, além de se atualizarem permanentemente.

O estudo das experiências dos *Laboratórios* extracurriculares nas faculdades de arquitetura na década de 1980 e, em especial, a prática dos *Laboratórios de Habitação*, tenta rever uma questão cada vez mais relevante e atual: como diminuir as grandes lacunas existentes entre a teoria e a prática verificadas no conhecimento dos alunos do curso de arquitetura nos últimos anos? Como fazer com que os estudantes se aproximem, de fato, das questões da tecnologia, das questões da construção e da realidade em que se inserem? Como consolidar o conhecimento técnico e acadêmico dos professores e juntá-los às necessidades mais emergentes de nossas cidades? Pensar sobre a prática dos *Laboratórios* se tornou necessário. Encontramos, por meio dessa análise, subsídios importantes para a formação do arquiteto.

Toda a experiência trazida pelos *Laboratórios de Habitação* parece apontar para uma solução efetiva do problema da cisão entre o que se supõe como teórico e aquilo que se costuma chamar de prática. Três são os pontos fundamentais abordados na presente tese:

- 1.** Os aspectos pedagógicos dos *Laboratórios de Habitação* e as suas inserções nas faculdades de arquitetura e Universidades.
- 2.** O desenvolvimento de um sistema construtivo como determinante da produção arquitetônica e requalificação do espaço urbano.
- 3.** A atuação diferenciada dos *Laboratórios de Habitação* na promoção educacional por meio do projeto participativo. Esses três aspectos, a serem explorados, conduzem a quatro hipóteses:

1ª hipótese: os *Laboratórios de Habitação* servem de referência positiva na medida em que contribuem para a formação do arquiteto; a sua adoção pelos cursos de arquitetura pode evitar grandes lacunas entre teoria e prática, colocando o estudante diante de uma realidade mais concreta e verdadeira.

O capítulo 1 deste trabalho (*O Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo - FEBASP*) relata as origens da idéia da criação de um *Laboratório de Habitação*, processo que se inicia com a Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e passa pela experiência vivida no *Laboratório de Habitação* da FEBASP (1982 - 1986). Nesse capítulo, serão abordados aspectos que servem de referência para uma pedagogia possível, que rompe os limites da escola e traz uma vivência muito mais comprometida com a realidade de nossas cidades.

No Capítulo 2 temos o registro do processo dos demais *Laboratórios de Habitação* que vieram em conseqüência da experiência do *Laboratório de Habitação* da FEBASP. O objetivo é compreender as diferenças entre cada laboratório e as diferentes iniciativas dos estudantes e dos professores, que foram os ingredientes para a criação do *Laboratório de Habitação* da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (*LabHab-Unicamp*) – objeto da “análise de caso” desta Tese, dada a sua importância e produção significativa.

As origens e as condições favoráveis que propiciaram a fundação do *LabHab-Unicamp* estão descritas no capítulo 3. São abordadas as questões sobre as características do *Laboratório* e que resultaram em propósitos distintos daqueles tradicionais em uma Universidade; também são descritos e apontados aspectos relevantes para uma reflexão sobre os trabalhos feitos junto a associações e cooperativas por moradia.

2ª hipótese: o sistema construtivo é capaz de interferir na organização da comunidade envolvida, na concepção do projeto urbanístico e na arquitetura das edificações.

A tecnologia e o sistema construtivo desenvolvidos no *LabHab-Unicamp* serão

descritos no capítulo 3. A abordagem tem o foco na influência que o sistema construtivo teve sobre o projeto urbanístico e arquitetônico da moradia estudantil da Unicamp e demais bairros habitacionais desenvolvidos pelo *LabHab-Unicamp*. Poderemos verificar, ainda neste capítulo, como essa tecnologia racionalizada, aplicada nas obras feitas em regime de mutirão, é capaz de interferir na organização e na identidade coletiva das associações envolvidas.

Os projetos, desenvolvidos pelo *LabHab-Unicamp*, e suas diferentes formas de abordagem estarão no capítulo 5. Neste capítulo será possível entender a abrangência dos trabalhos e as diferentes posturas adotadas pelos técnicos diante dos diversos tipos de clientes.

3ª hipótese: O projeto participativo é, de fato, uma ferramenta eficaz para a melhora da qualidade do espaço urbano e para sua permanência.

O capítulo 4 trata da produção arquitetônica do *LabHab-Unicamp*. Nesse capítulo evidenciam-se as grandes diferenças entre a produção feita para a comunidade, para a própria Unicamp e para órgãos governamentais. Percebem-se nesta parte do trabalho, a evolução e os desvios de propósitos do *LabHab-Unicamp*: quais foram os princípios e práticas que nortearam a equipe do *Laboratório* no início, que tipo de trabalho foi feito no auge e qual era o espírito da equipe no final.

No capítulo IV, ainda, aparecem subsídios para uma questão fundamental para os dias de hoje: Por que os arquitetos e urbanistas participam tão pouco dos processos de urbanização? Como podemos ter maior influência nesse processo?

No capítulo 5 serão descritos os projetos e obras executadas pelo *LabHab-Unicamp* e as relações institucionais estabelecidas entre Universidade, comunidade e poder público.

As questões mais relevantes para uma análise crítica sobre a atuação do *LabHab-Unicamp* vêm da comparação entre três obras distintas, cronologicamente organizadas, descritas e analisadas no capítulo 6. Esses projetos têm características muito diferentes entre si: o primeiro (primeira fase de atuação do *LabHab-Unicamp*) foi feito e executado junto

à Associação de Moradores da Vila Arco-íris (AMAI), na periferia da zona sul de São Paulo; o segundo (segunda fase) foi feito para a Moradia Estudantil da Unicamp; e o terceiro (última fase), para a Cooperativa Pró-Moradia dos Jornalistas de São Paulo. Essas três referências evidenciam diferentes formas de tratar cada tipo de cliente que, como consequência, chegam a diferentes projetos. Cada um desses projetos se encaixa, cronologicamente, nas três fases distintas vividas pelos técnicos do *Laboratório*.

4ª hipótese: Trabalhos de alunos e professores desenvolvidos para fora da escola contribuem com a inovação técnica e podem mudar posturas governamentais.

Na segunda metade do capítulo 1 e, em especial, na primeira parte do capítulo 6, destaca-se a importância das pesquisas e da inovação do projeto arquitetônico. São apresentadas experiências e pesquisas que se originaram na demanda real de associações de moradores que se unem à iniciativa de professores e alunos de *Laboratórios de Habitação*. O resultado dessa união é uma contribuição significativa para a mudança de paradigmas e normas em órgãos governamentais que tratam da questão habitacional.

5ª hipótese: A contribuição da Universidade para o resgate das identidades individuais pode favorecer a construção de uma identidade coletiva – fundamental para a preservação do espaço público.

Mais do que um necessário relato da história, este trabalho tem o papel de rever a importância dos laboratórios interdisciplinares e, em especial, a atuação dos *Laboratórios de Habitação*. Essas experiências parecem exemplares para a verificação de como os *Laboratórios de Habitação*, próximos à realidade de nossas cidades, provocam o entusiasmo tanto ao aluno como ao professor.

A descrição do processo de desenvolvimento dos projetos e obras mais significativas traz subsídios concretos para as conclusões dessa tese.

Este trabalho aponta, por meio da prática dos *Laboratórios de Habitação*, a possibilidade de cumprimento das principais atribuições do ensino superior estabelecidas pela LDB:

- 1.** Formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos;
- 2.** Formar profissionais capacitados ao desenvolvimento de determinadas atividades profissionais;
- 3.** Desenvolver a pesquisa;
- 4.** Articular a formação com a realidade social vivida no país;
- 5.** Desenvolver a extensão, abrindo a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior à população em geral.

Notas:

1. A história sobre os Laboratórios de Habitação e suas experiências encontra-se em letras tamanho 12. Os comentários ou as conclusões relativas ao contexto imediato encontram-se em tamanho 10. As transcrições, depoimentos e detalhes específicos encontram-se destacados em itálico.

2. Otaviano José Pereira nasceu em Campina Verde e passou sua infância em Ituiutaba, ambas no Triângulo Mineiro, de onde saiu em 1968 para realizar seus estudos. No final dos anos 70 chegou às universidades, conciliando atividades de docente e de criação. Nos anos 80 radicou-se em Campinas, SP, onde se tornou docente na PUCCAMP e noutras universidades - USP, em Itatiba, PUC-SP e, nos anos 90, na UFMS e UCDB, em Campo Grande, MS, como professor visitante. Atualmente é professor do programa de Mestrado em Educação na Universidade Vale do Rio Verde, de Três Corações - MG e da EBAP/ FGV no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Otaviano Pereira é Doutor em Educação e professor do quadro permanente do Mestrado em Educação da UNIUBE (Universidade de Uberaba). Autor de várias obras, entre elas, *O descobridor do Brasil* – romance sobre a educação e o destino da escola, pela Editora da Universidade Federal de Rondônia/EDUFRO.

Capítulo I

“Uma arquitetura ‘além-muros do atelier’, forjada pelo contato íntimo do arquiteto com a realidade das cidades: na ação solidária do profissional e dos movimentos populares organizados, integrando o ensino, a pesquisa e a prática da arquitetura às lutas da população.”

Rubens de Almeida

O Laboratório de Habitação da FEBASP

A Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e a semente do Laboratório de Habitação da FEBASP

O *Laboratório de Habitação* da FEBASP teve origem a partir da iniciativa de alguns arquitetos que montaram a *Cooperativa Sindicato dos Arquitetos de São Paulo*, que tinha o intuito de fornecer assessoria técnica à população mais pobre da cidade e pretendia fortalecer movimentos populares. Essa experiência serviu de base para um projeto maior, iniciado em 1982, que não só juntaria profissionais e estudantes num trabalho mais próximo à realidade do país, como também levaria as questões urbanas e habitacionais à escola de arquitetura: o “*Laboratório de Habitação*”.

A formação da Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos, nos anos 1978 e 1979, teve a contribuição dos Arquitetos Joan Villà, Jon Maitrejean, Alfredo Paesani e de Jorge Caron. Este último, mais tarde, seria convidado para dirigir a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FEBASP.

A influência do Arquiteto Joan Villà

O Arquiteto Joan Villà, formado em 1965 pela Universidade Mackenzie, é obrigado a se exilar em decorrência da perseguição que sofreu durante o regime militar. Nesse período, iniciou o curso de mestrado em Milão e, no ano de 1973, foi para a casa dos pais na ilha Palma de Maiorca na Espanha.

Nessa época, Villà, com 33 anos de idade, sofre uma grande influência das fortes manifestações políticas européias que contavam com a participação dos estudantes das universidades e da sociedade civil. Impulsionada pelo “*Maio de 68*” francês, pelo “*Outono de 71*” da Itália e pela “*Primavera de 72*”, a Espanha vivia um momento político de muita militância e muita contestação: era o fim do “franquismo”.

Em Maiorca, Villà passa a trabalhar numa Cooperativa de dez amigos arquitetos. Esse fato foi muito importante, porque, para além dos dez arquitetos, todos eram da mesma geração e, na ilha, viviam organizados em grupos de discussão sobre temáticas políticas, sociais, culturais.

Ao mesmo tempo, eram grupos militantes de partidos políticos de esquerda: “era esse o ambiente, que ia muito além da Cooperativa, submersa nesse mundo de muita atividade intelectual e política”⁴.

Em Palma de Maiorca, a indústria turística era fortíssima; o Sindicato da indústria hoteleira chamou a Cooperativa para desenvolver um importante programa habitacional. Seria algo muito significativo, porque eram dois quarteirões que o sindicato adquiria para a construção de edifícios de apartamentos. Villà recorda que “na verdade, era uma pequena unidade de vizinhança, que colocava, como necessidade, conseguir equipamentos e serviços básicos junto à moradia”⁵. Desse projeto resultaram duas experiências que, mais tarde, contribuiriam para a idéia de formação de uma assessoria técnica para trabalhadores organizados: a primeira foi trabalhar com muita gente, com uma equipe grande de arquitetos e no meio de muita discussão. A segunda experiência foi ter um **cliente plural**:

“... um cliente de muitas caras porque a gente fazia reuniões com trezentos associados dessa cooperativa. E foi uma experiência muito importante. Quer dizer, tanto do ponto de vista, digamos, existencial, quanto do ponto de vista intelectual, como aprendizado em trabalhar com esses números, com essas quantidades e com tantas manifestações, com tantas opiniões, às vezes divergentes, com tanta polêmica, como eram aquelas assembléias e como era o nosso próprio trabalho. Mas isso foi assim, talvez a minha primeira escola, na verdade. Foi uma atuação como arquiteto, completamente distinta daquela que eu tinha observado no Brasil”⁶.

De volta ao Brasil, em fins de 74, Villà tenta retornar ao trabalho, mas se depara com um ambiente desagregador decorrente do regime autoritário que ainda era forte. Alimentavam-se esperanças no fim da ditadura militar, “mas ela

*tinha deixado marcas fortes e era um momento sombrio. Ou seja, a democracia estava mais próxima na Espanha, com Franco ainda vivo, do que no Brasil, com Figueiredo”*⁷.

Villà foi convidado para dar aula na Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Santos em 1975. Ao mesmo tempo, o Arquiteto Jon Maitrejean, presidente do sindicato dos Arquitetos, tomou conhecimento dos relatos sobre a cooperativa que Villà participara e propôs montar uma outra de arquitetos no sindicato. Juntam-se a eles, outros arquitetos, entre os quais, o Jorge Caron e Alfredo Paesani, que foi presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo de 1971 a 1974. Em 1980, tornou-se o primeiro presidente da FNA - Federação Nacional de Arquitetos.

Via-se, a partir daí, a possibilidade concreta da implantação de uma assessoria técnica e arquitetônica mais consolidada, aos moldes da cooperativa de Palma de Maiorca.

Essa primeira experiência trouxe, pela nova forma de atuação profissional, uma certa dificuldade para mudar. Só algumas atitudes simbólicas quebraram a inércia operacional que inibia o grupo e permitiram a construção da Cooperativa, exemplifica Villà:

“E aí, enfim, uma noite quando eu vi que já era a enésima noite em que nada avançava, eu realmente falei – bom, olha, uma boa parte das questões que estão sendo aqui colocadas esbarram em problemas de natureza operacional e, se é que tem gente de fato que quer que isso prospere, algum gesto, ou melhor, alguma iniciativa no âmbito de cada um precisa ser tomada. Aí peguei – eu sabia que eu tinha o equivalente a cinquenta reais de hoje – os cinquenta reais e pus lá no chão. Por que, eu nem sei. Essa história de passar o chapéu, não existia um chapéu para dizer a verdade. Fiz uma coisa que muita gente queria fazer e isso foi engraçado. Em cinco minutos, havia um monte de dinheiro lá”⁸.

A Cooperativa do Sindicato fez uma primeira experiência piloto em São Miguel Paulista, por intermédio do Padre Zé Maria que ofereceu o salão paroquial para os trabalhos de assessoria à comunidade local. Com a propaganda feita na igreja, durante as missas, a demanda pelos serviços da Cooperativa foi enorme. Somente questões particulares foram

⁴ Arq. Joan Villà,, Entrevista em 21 de maio de 2003

⁵ Idem

⁶ Ibidem

⁷ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003

⁸ Idem

atendidas. Nenhum projeto coletivo se realizou.

Apesar da vida da Cooperativa não ter passado de um ano, fora plantada ali uma semente. Essa experiência serviria de plataforma para o viria em seguida: os *Laboratórios de Habitação*.

A criação do Laboratório de Habitação da FEBASP

Deficiência de formação

Identificadas as causas do fracasso da Cooperativa do Sindicato e percebido que a principal delas era o fato de a cooperativa ter sido constituída por arquitetos muito jovens e inexperientes, sendo que a maioria não tinha interesse pelo cooperativismo. Villà esclarece que “provavelmente não era gente que se poderia dizer de esquerda, ou seja, eram pessoas cuja motivação, de natureza ideológica, não os levava à periferia”. Além de não terem uma cultura de cooperativismo, esses arquitetos, recém-formados e sem trabalho, viam na iniciativa do sindicato uma possibilidade de começar a trabalhar. O mais importante é que eram formados há mais tempo e não podiam atender, por deficiência da própria formação, à demanda que a população colocava. Segundo Villà, além da falta de uma cultura de cooperativismo, havia questões de natureza técnica que o arquiteto daquela época não conseguia superar. De deficiências de formação, como explica Villà:

“... já estavam muito longe das questões da tecnologia, das questões da construção, das questões do conforto ambiental. Estavam muito distantes de custos, de tempos das obras. Não tinham nenhuma preparação para poder responder a qualquer pergunta elementar: quanto vai custar, quanto tempo vai durar, quanto eu preciso economizar por mês? Já no sindicato, comentava-se a necessidade, a importância de se conseguir introduzir uma disciplina de habitação popular ou

algo do gênero no currículo das escolas que existiam. Comentava-se a importância de se começar a pensar em outro tipo de arquiteto ou, se não outro tipo, de ampliar a formação do arquiteto ou de conduzi-la mais para as efetivas necessidades do país que a gente tem¹⁰”.

Foi justamente nesse momento de efervescência política e de presença de um espírito de mudança de rumos na formação do arquiteto, que Jorge Caron é chamado para coordenar um Curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes. Caron convidou o amigo Joan Villà para dar aulas de Projeto Arquitetônico e – inevitavelmente – a semente da cooperativa dos arquitetos começou a reaparecer. Acabou brotando ao mesmo tempo em que o intenso crescimento da periferia - ocupando áreas impróprias - e os movimentos por moradia organizavam-se em São Paulo. Começava, aí, a se consolidar a idéia de unir o conhecimento técnico e acadêmico dos professores (preocupados com a formação de seus alunos, distantes da realidade de sua cidade) com a necessidade da população de baixa renda (que se organizava para reivindicar o direito de morar). O produto da interação dessas duas forças levou à criação do primeiro de uma espécie de cooperativa dentro da escola: o *Laboratório de Habitação*.

A fundação do Laboratório de Habitação da FEBASP

O *Laboratório de Habitação* foi um dos vários *Laboratórios* extracurriculares planejados por Caron: o *Laboratório de Habitação*, Laboratório de Estruturas, Laboratório de Planejamento, Laboratório de Conforto, o CEDOC (Centro de documentação), etc. “Isso fazia parte do projeto do Caron, que era um ótimo negociador. Os laboratórios foram uma obsessão, uma conquista do Caron. Tem de ter isso senão não tem escola. Ele foi uma peça fundamental.”¹¹

Podemos verificar, com os depoimentos do professor Reginaldo Ronconi, que Caron tinha uma proposta pedagógica clara e que essa idéia traria, de forma significativa, uma contribuição para as escolas de arquitetura.

¹⁰ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003

¹¹ Ronconi, Reginaldo Luiz Nunes em entrevista feita em 13 de março de 2006.

Constata-se que, no começo da década de 80, os movimentos pela moradia se articulam e ganham muita força, principalmente pelo fato de ainda possuírem uma ordem estruturada no combate à ditadura. Uma das organizações mais expressivas foi a *CMM* (Coordenação de Movimentos de Moradia). Já em meados dessa década, com a abertura política consolidada e com a liberdade de se organizar em partidos – até então proibidos –, começa a haver uma desarticulação um pouco mais radical entre os movimentos da esquerda que, ao invés de se manterem unidos para uma luta mais conseqüente e em busca de objetivos mais comuns, acabaram se dividindo. Além dessas divisões, começou a haver uma sensível redução do envolvimento da igreja, principalmente das comunidades eclesiais de base, que deixaram de apoiar muitos movimentos de trabalhadores na periferia. Verifica-se, nesse momento, a divisão do movimento pela moradia, em várias outras organizações regionais, com linhas de atuação e muitos objetivos divergentes.

Nesse período, com o movimento de esquerda dividido em seguimentos de natureza ideológica distintos e em partidos políticos, começam a se intensificar as invasões de terra. De um lado, o Partido dos Trabalhadores unido à Igreja, de outro, outros partidos como PMDB e PC do B. Um bom exemplo do esfacelamento das esquerdas acontece com o desenrolar da invasão da “Fazenda Itaipu”, em São Paulo. Maria da Glória Gohn, em seu livro “*Movimentos sociais e luta pela moradia*” escreve o seguinte:

“A invasão da Fazenda Itaipu foi noticiada na época como ‘o mais grave conflito social dos últimos anos em São Paulo’. A importância deste acontecimento não é dada apenas pelo conflito que criou entre o movimento popular e o regime político vigente. Sua importância também é dada por ter sido o marco oficial da divisão entre as lideranças do próprio movimento popular. De um lado a Igreja, PT e outros. Do outro, o PC do B, o PMDB e outros.¹²”

É importante reconhecer, porém, a grande influência e o papel da igreja, que deu um enorme suporte às lutas sociais nos anos de

ditadura e que, no final dos anos 80, começa a perder força e praticamente desaparece nos anos 90.

É fundamental, também, verificar que haveria uma mudança radical de paradigmas habitacionais, numa época em que a autoconstrução e a habitação de favelas eram classificadas como “*sub-normal*”. O “*FUNAPS*”, “*Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal*”, por exemplo, foi criado no dia 27 de abril de 1979, pela gestão do Prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal.

Até o começo da década de 1980, pouco se sabia a respeito de iniciativas da universidade em participar, responsabilmente, dos problemas habitacionais e urbanos. Sendo assim, a prestação de serviços à comunidade foi algo da maior importância para o Arquiteto Jorge Caron, quando foi convidado para formar e dirigir a Escola de Arquitetura da FEBASP. Por se tratar de um curso novo, que precisava ter uma identidade própria, poderia conter os anseios políticos e técnicos da época. É importante frisar que aquele momento histórico – da abertura política – e a intenção de reorganizar o movimento popular casou com a necessidade comercial da FEBASP em adquirir uma visibilidade maior do curso de arquitetura. Esses dois elementos favoreceram o fortalecimento da idéia do Laboratório de Habitação.

A abrangência do Laboratório

O *Laboratório de Habitação* veio se tornar uma referência nacional.

Já no “XI Congresso Brasileiro de Arquitetos”, em 1982, o documento levado pelo *Laboratório de Habitação* deixava claros os seus propósitos:

“(…) o *Laboratório de Habitação* tem por objetivo central a formação de novos quadros profissionais capazes de intervir na realidade brasileira contemporânea, a partir da produção material da arquitetura e do espaço urbano, (...) desenvolver a experimentação do ensino e da pesquisa aplicada, (...) uma opção consciente e possível de um trabalho dirigido e subordinado às necessidades das amplas parcelas da população (...)”¹³.

Na época, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Belas Artes era a terceira da

¹² GOHN, Maria da Glória em “*Movimentos sociais e lutas pela moradia*” – São Paulo, Ed. Loyola, 1991 p. 73

¹³ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003

cidade. Reuniu-se ali, naquele momento, gente que passara por experiências inéditas como aquela vivida no Sindicato e nas Faculdades de Arquitetura de Brasília, de São José dos Campos e de Santos. Foi ali que se tentou mudar a formação do estudante de arquitetura, para que ele se tornasse um arquiteto construtor, com compromisso social e que pudesse ver o país como ele era.

A oportunidade histórica

O momento político do *Laboratório de Habitação* coincide com o processo de democratização do país. São os momentos pós-anistia, de 82 a 85. É a época do primeiro governo estadual democrático eleito – o Governo Franco Montoro – um momento de muita agitação política, muitos sonhos de reconstrução democrática, de avanços sociais e sindicais. Villà recorda: “*na luta por habitação, por creches, por transportes, é um momento muito palpitante no meio da arquitetura, do desenho urbano, do urbanismo, enfim, no meio das pessoas e da cidade*¹⁴”.

Era o momento oportuno para a abertura do leque daquilo que poderia se transformar em disciplinas optativas, em núcleos permanentes de pesquisa e de prestação de serviços. Assim, a proposta de criação de um *Laboratório de Habitação* foi imediatamente aprovada no Fórum que avaliava os três primeiros anos da Faculdade.

“Montou-se ali, aquilo que talvez tenha sido a melhor experiência pedagógica de arquitetura, com uma escola extraordinariamente inovadora, oportuna e necessária¹⁵”.

O espírito e vontade de retomar o processo político vivido, nas décadas de 1960 e 70, motivaram e deram suporte às intenções e aos trabalhos do *Laboratório de Habitação*. O Professor João Carlos Sant’Anna, que fazia parte do *Laboratório*, afirma que:

“A convergência de nossos trabalhos só veio reforçar essa vivência e o

envolvimento dos estudantes, que, ao longo de seus anos de formação, foram extraordinariamente enriquecidos pela participação que tiveram junto às comunidades. Tanto foi assim, que muitos desses alunos, quase 20 anos depois, ainda continuam profundamente envolvidos e alguns se tornaram lideranças. Muitos ainda vivem profissionalmente desses serviços. Praticamente a maior parte dos estagiários do Laboratório do começo dos anos 80 até hoje está envolvida e comprometida com esse tipo de trabalho e tem feito isso com muito sucesso. Não é apenas no sentido do amadurecimento de sistemas construtivos, mas, principalmente, pela maneira muito adequada de interpretar e dar respostas às necessidades do movimento popular. Além disso, inova o desenho de arquitetura e procura dar uma solução justa, correta e equilibrada para atender essa demanda¹⁶”.

A participação da escola de arquitetura, como prestadora de serviço à comunidade, reforçava um princípio do Laboratório que era o de formar o aluno a partir do contato direto com os problemas da cidade e de sua população.

Segundo Sant’Anna, as pessoas, que moram em casas precárias em periferias distantes, têm o direito aos benefícios públicos, “*não só o direito à cidade, mas também o direito à arquitetura*¹⁷”. Os chamados “*técnicos da comunidade*” – assim era o nome dado pelas associações de moradores aos participantes do *Laboratório de Habitação* – eram instrumentos de qualificação de resultados e, hoje, esses técnicos podem ser vistos como um produto de uma coisa realmente positiva. Passados mais de vinte anos dessa experiência, podemos ainda identificar boas soluções arquitetônicas e verificar que esses profissionais, que saíram do *Laboratório*, são de grande qualidade.

Santana ainda enfatiza:

“Das pessoas que atuaram no Laboratório de Habitação da FEBASP, a maior parte

¹⁴ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003

¹⁵ Idem

¹⁶ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005

¹⁷ Idem

se engajou em setores significativos da produção habitacional no município de São Paulo, na gestão da Prefeita Luiza Erundina – na SEHAB, COHAB e HAB. Outro aspecto relevante foi a participação das pessoas que trabalharam no Laboratório e formaram grupos de assessoria técnica que tiveram, pela primeira vez, um espaço efetivo na produção e inovação habitacional.¹⁸

A experiência se amplia

A revista “AU” n° 3, de novembro de 1985, traz uma série de reportagens e textos que mostram, com muita propriedade, como era um momento rico pelo qual passavam as escolas de arquitetura. A revista focaliza, do editorial às matérias mais reduzidas, o grande interesse pela formação e atuação do profissional que pensava as cidades contemporâneas: um profissional que deveria ter uma ótica mais concreta – ao contrário do que vinha acontecendo nas últimas décadas – mais vinculado às questões da cidade real, mais próximo à questão social e mais crítico em relação à produção da arquitetura e do urbanismo moderno. Esse valioso documento, além das melhores matérias publicadas sobre o *Laboratório de Habitação* da FEBASP, intituladas “*o caminho do possível – superar os limites da escola*”, “*traduzir as aspirações coletivas*”, “*e a experiência se amplia*” e “*a visão de Bernadete*”, traz testemunhos importantes como: o editorial de Mário Sérgio Pini sobre momento de abertura política, intitulado “*ampliando o espaço constituinte*”; os questionamentos sobre o espaço público do Antropólogo Roberto DaMata, em seu artigo “*a grande praça*”; o posicionamento da vanguarda da igreja sobre a produção do espaço urbano, com o artigo de Frei Betto com o nome de “*Deus criou a terra, o diabo a cerca*”; a abordagem mais crítica da produção habitacional brasileira com as entrevistas feitas pela jornalista Haifa Sabbag; as reportagens “*a exigência política*” e “*a geração da ruptura*” em que Rubens de Almeida entrevista expoentes do pensamento sobre a produção do espaço da cidade como: o arquiteto Sérgio Ferro, a

arquiteta e Professora Ermínia Maricato e o Engenheiro Roberto de Souza. A revista põe em evidência aspectos de natureza ideológica de pensadores brasileiros como os Geógrafos Milton Santos e Aziz Ab’Saber, o agrônomo João Herman, o economista Paul Singer, o psicólogo Milton Sabbag, os arquitetos Paulo Bastos, Miguel Pereira e a arquiteta e professora da FEBASP, Raquel Rolnik.

Outro depoimento muito preciso sobre as origens e intenções do *Laboratório de Habitação* foi do jornalista Rubens de Almeida, em seu artigo na mesma revista. Nessa matéria, intitulada “*superar os limites da escola, o caminho do possível*”, Almeida escreve:

“Uma arquitetura ‘além-muros do atelier’, forjada pelo contato íntimo do arquiteto com a realidade das cidades: na ação solidária do profissional e dos movimentos populares organizados, integrando o ensino, a pesquisa e a prática da arquitetura às lutas da população. Esta é, basicamente, a proposta do Laboratório de Habitação – uma atividade prática / acadêmica levada por alunos e professores da Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes de São Paulo¹⁹”.

Era muito claro o papel a ser desempenhado pelo *Laboratório*: uma proposta pedagógica que, além de ultrapassar os muros da universidade, rompia com os limites da prancheta. Em outras palavras, vivia-se uma experiência que, na opinião do coordenador Villà, “*era o de se criarem condições para a formação de profissionais mais conscientes e conhecedores da realidade e das carências vividas pela população empobrecida das metrópoles*²⁰”.

A estrutura

Inicialmente, a proposta, que já equacionava o funcionamento e indicava os participantes, tinha uma previsão de custos para a própria mantenedora.

Cinco professores e vinte alunos compunham o quadro permanente do

¹⁸ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005

¹⁹ ALMEIDA, Rubens de “Superar os limites da escola, o caminho do possível”, Revista AU n° 3, p.58 a 65, Editora Pini, São Paulo, novembro / 1985

²⁰ Martinez, Joan Villà em ALMEIDA, Rubens de “Superar os limites da escola, o caminho do possível”, Revista AU n° 3, p.58 a 65, Editora Pini, São Paulo, novembro / 1985

Laboratório de Habitação. Os professores ganhavam por hora, o mesmo valor que ganhavam pela hora de aula. Os estudantes tinham o direito a meia bolsa e poderiam permanecer de seis meses a, no máximo, um ano e meio no *Laboratório*. Esse sistema permitia a dedicação integral de todos os envolvidos além de garantir a qualidade daquilo que era produzido por esses alunos e orientadores.

O espaço físico era muito generoso, “uma sala maravilhosa de 70 m², com duas janelas dando de frente para a Estação da Luz. O trabalho começou pela confecção dos próprios móveis, pranchetas e estantes²¹”.

A pertinência e a abrangência social

O entusiasmo mostra bem o que, depois, acabou sendo uma característica do *Laboratório*: essa participação tão intensa e tão respeitosa de estudantes e professores, cada um com suas metas e crenças, “*com mão e contramão, em todas as direções, foi uma coisa muito rica*”²², esclarece Villà.

Desde o primeiro momento, houve uma acentuada carga simbólica com as propostas do laboratório, devido à mudança de paradigmas e à vertente humana decorrentes da mistura entre o meio acadêmico e os movimentos sociais: estudantes e professores participando de assembléias de associações populares como “*técnicos da comunidade*”.

A existência do *Laboratório*, nessa época, tornou-se vital para que alguns movimentos pela moradia tivessem a possibilidade de conseguir realizar a construção das suas próprias moradias. Os participantes do *Laboratório* – daí pode-se perceber a importância da participação do aluno como um verdadeiro agente social, que “vestia a camisa” pela causa social – serviam de interface entre as comunidades – que acreditavam na capacidade técnica dos professores e alunos – e o poder público – muitas vezes interessado em retardar as soluções ou a fim de obter dividendos políticos. Como explica Villà:

“Para vários movimentos da zona sul, o Laboratório de Habitação da Belas Artes era o único instrumento técnico, era a

única ferramenta possível ao alcance da mão deles para poderem promover toda a negociação demorada e difícil com os órgãos de financiamento e com as COHABs, etc.”²³

Ficava evidente que, cada vez mais, havia a recusa, por parte dos movimentos pela moradia, da política habitacional e dos projetos propostos pelos órgãos públicos. Havia, ainda, uma especial repulsa à política do SFH (Sistema Financeiro da Habitação).

A participação do *Laboratório de Habitação* no “XI Congresso Brasileiro de Arquitetos” (Salvador – 1982) e no Congresso de Belo Horizonte, em 1985, foi muito marcante para a categoria profissional que vivia um momento muito expressivo. As evidências de que, se os profissionais envolvidos com as questões das grandes cidades brasileiras não adotassem uma postura decisiva, no sentido de propor diretrizes para o avanço desordenado das periferias e, para além de projetos, se voltassem para a formação do profissional do futuro, todos os esforços cairiam por terra. Percebe-se, aqui, a clareza dos propósitos pedagógicos.

Vários estudos e pesquisas foram feitos no *Laboratório*, tanto na área de técnicas construtivas como na área de urbanismo e organizações tipológicas. Houve o intercâmbio com outros centros de pesquisa, a fim de se obter acesso a todo tipo de tecnologia construtiva.

O Laboratório de Habitação, em busca de elementos que reforçassem a formação de seus alunos, pôde ter uma vivência significativa junto a cooperativas habitacionais do Uruguai. Participou de um encontro de cooperativas de moradia junto à “*FUCVAM*” (Federacion Uruguaya de Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua) e com o *CCU* (Centro Cooperativista Uruguayo), importante instituição popular daquele país. O intercâmbio com essas duas importantes instituições uruguaias em 1984 e 1985 – com suas assessorias intimamente ligadas à população organizada de baixa renda e aos sindicatos de trabalhadores – foi

²¹ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003

²² Idem

²³ Ibidem

decisivo para as ações do *Laboratório*. Ainda, as conquistas dessas organizações, na direção de uma política habitacional impulsionada pelo “*BNV – Banco Nacional de la Vivienda*”, deu referências muito concretas para a luta pela habitação popular de qualidade. A contribuição uruguaia estendeu-se até os projetos e tipologias habitacionais propostas pelo Laboratório. A política habitacional uruguaia previa uma lei que permitia a existência dos *Institutos de Assistência Técnica* (IAT). Assim, vários grupos podiam desenvolver o trabalho de elaborar os projetos e fazer o acompanhamento técnico das cooperativas de “vivienda”. A idéia, desses “IAT”, se aproximava muito dos princípios do Laboratório de Habitação e das assessorias técnicas para movimentos pela moradia, que, no final da década de 1980, apareceriam com grande força e até hoje comprova-se a sua eficiência. Todas essas experiências vêm reforçar a intensa procura por referências didáticas e práticas, que juntassem o conhecimento teórico aos anseios da população organizada que reivindicava moradia de qualidade.

A pluralidade

O *Laboratório de Habitação* da FEBASP teve uma atividade política, cultural e intelectual muito intensa. A nova maneira de atuação, enquanto escola de arquitetura, resultou em muita visibilidade, como coloca Villà:

“... evidentemente, teve muita repercussão, em publicações: nos jornais do IAB, jornais da Bahia, jornais de Belo Horizonte, na revista Módulo n.73, na revista “AU”, rádio e televisão, sempre houve notícias e comentários sobre este trabalho, que era inédito, que era oportuno e muito bem visto²⁴”.

Foi um trabalho que imediatamente se voltou para o atendimento de reivindicações de natureza técnica que os movimentos sociais por habitação tinham. Em outras palavras, a inserção de um *Laboratório de Habitação*, com uma postura política e social muito claras, resultava num trabalho que foi, essencialmente, de natureza coletiva.

Como podemos ver, mais uma vez, a matéria do jornalista Rubens de Almeida, na revista “AU” número três, foi muito precisa ao captar, com rara sensibilidade, o caráter do trabalho que ali surgia. Villà lembra:

“Na revista AU, número três, vários alunos e pessoas da comunidade do Grajaú falam. Essa matéria, na entrevista feita por Rubens de Almeida, captou de uma forma muito feliz, todas as manifestações tanto populares, quanto dos estudantes e dos docentes. As ênfases, apesar de muito diversas – com as opiniões do Nabil Bonduki e Antônio Carlos Sant’Anna que não eram as mesmas – tinham muitas coisas em comum”²⁵.

A construção

Um dos primeiros trabalhos de campo do *Laboratório* – tentava-se executar as primeiras unidades de um projeto de reurbanização de uma favela, que logo após a sua reconstrução, veio ser batizada pela comunidade local com o nome de “*Recanto da Alegria*” – foi fundamental e pode dar bem a dimensão da importância do “fazer”, junto a quem produz a construção, aliado ao “saber”, da escola. O projeto indicava o uso da técnica chamada de “solo-cimento” (a mistura de um pouco de cimento com terra semi-úmida, utilizada na fabricação de tijolos prensados ou na construção de paredes monolíticas, semelhantes à “taipa de pilão”). Não conseguiram passar da fundação da primeira casa, pois a comunidade logo se colocou contra. Não por preconceito, como muitos pensaram na época, mas as pessoas se colocaram contra em virtude da grande distância existente entre essa construção e a convencional, almejada por qualquer cidadão comum. A fala de um mutirante justifica bem essa reação: “*se essa maneira de construir é de fato muito boa, por que é que a casa de nenhum de vocês é desse jeito?*”. E os comentários não paravam ali, “... *se vocês gostam tanto de solo-cimento assim... por que não vêm socar aqui que estou muito cansado?*”²⁶ Exclamou, indignado, outro mutirante.

Ficou evidente que o esforço era demasiadamente grande para quem trabalhava a semana inteira e, no fim-de-semana, tinha de construir. Sem entrar na questão de “se a tecnologia era boa ou não, se estava sendo bem conduzida ou não”, uma coisa se tornou

²⁴ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003

²⁵ Idem

²⁶ Ibidem

consenso para os “técnicos da comunidade”: em primeiro lugar, a comunidade quer a casa do jeito que todo mundo decente pode ter. Em segundo lugar, quanto menor for o esforço para a construção, melhor. Assim, as casas do “Recanto da Alegria” foram executadas em bloco de concreto e cobertura tradicional mesmo.

Curiosamente, a casa do Arq. Villà estava sendo feita, naquele exato momento, de blocos de concreto e lajes pré-fabricadas mistas. É claro que esse detalhe foi fundamental para trazer uma reflexão sobre o assunto; mais adiante, principalmente influenciado pela tecnologia vista no Uruguai, Villà e seus companheiros do Laboratório, propõem o uso de um novo sistema construtivo que utilizava componentes de cerâmica – o bloco de 8 furos, conhecido em São Paulo como “tijolo baiano” ou “baianinho” – e concreto. Em outras palavras, mudou-se a maneira de fazer e não o material de construção. Assim, os menos favorecidos teriam direito a uma “casa de verdade” – conforme alguns se referiam – feita com tijolo e cimento e não de “cuspe com durex” como diziam alguns professores do Laboratório.

A técnica construtiva

A opção pela tecnologia de painéis cerâmicos se tornou um marco fundamental, um divisor de águas entre a construção artesanal e a vasta perspectiva da construção industrializada. Essa perspectiva viria a ampliar o universo das associações de moradores, que, mais organizadas, poderiam até montar fábricas de casas, empregando muita gente e participando da formação direta de seus associados.

Outro momento, ainda, importante desse “fazer reflexivo” foi o do projeto e construção daquilo que deveria ser o centro comunitário do “Recanto da Alegria”. Foi projetada uma cúpula de aproximadamente 30 m², cerca de 6 metros de diâmetro por 4 de altura, que deveria ser erguida em alvenaria de tijolo cerâmico de 8 furos (o “tijolo baiano”). Começaram a construção com muita gente. “*Aos poucos, as pessoas foram abandonando a obra e, no final, quase que só sobramos nós. As pessoas começaram a achar aquela coisa muito esquisita*”²⁷. Sem acabar, a construção foi coberta com telhas de amianto e só foi utilizada para abrigar uma

família de cada vez, transferida para lá, até que sua casa nova fosse concluída. Com certo constrangimento – devido ao valor simbólico do centro comunitário e em função de todo o envolvimento dos técnicos – mais tarde, com a permissão de seus autores, acabaram por demoli-lo.

Vividas as primeiras experiências e constatados os primeiros equívocos, o *Laboratório* começou a propor alternativas de projeto e de técnicas para a construção de moradias tendo como foco principal a diminuição dos custos através da redução do tempo de execução das obras, do aumento da produtividade e uma significativa economia dos desperdícios de material. Esses pontos deveriam poupar os esforços das associações empenhadas na construção de suas próprias moradias bem como aumentar significativamente o padrão de qualidade da casa.

Uma importante preocupação norteou os estudos e as pesquisas do *Laboratório*: o desenvolvimento de uma técnica construtiva que interferisse diretamente sobre a produção da construção – fosse ela por ajuda mútua ou por mutirão – tinha de ser a base de materiais convencionais. Tal preocupação, aliada às alternativas construtivas utilizadas em várias partes do mundo, principalmente na Europa do pós-segunda guerra e na América Latina, levava à produção industrializada ou à utilização de elementos pré-fabricados e pré-moldados.

Após os estudos de diversas técnicas construtivas, a equipe do *Laboratório* começou então o desenvolvimento de protótipos num dos pátios da Pinacoteca do Estado. Foi nesse momento que, inspirados nas lajes de tijolos maciços utilizados pelos uruguaios, iniciou-se o desenvolvimento da tecnologia que deveria ser utilizada para a construção dos novos projetos. Relembrando a necessidade de utilizar materiais convencionais – conforme a vontade das comunidades – foi feita a escolha do tijolo mais usado na periferia de várias cidades do mundo: o tijolo cerâmico.

“Uma técnica semelhante à dos uruguaios, usando tijolos cerâmicos de oito furos (9x19x19) para a execução de componentes. Conseguiu-se fazer uma laje mista de cerâmica e concreto que,

²⁷ Depoimento do Arquiteto João Marcos de Almeida Lopes em 08 de julho de 2003

posteriormente, foi utilizada como painel para parede chegando a um sistema construtivo desenvolvido, mais tarde, pelo Laboratório de Habitação da Unicamp²⁸.

É interessante observar que na mesma época, junto a Prefeitura da USP, o professor e arquiteto Sylvio Sawaya desenvolvia protótipos utilizando tijolos prensados com borra de carbureto, uma variação do solo-cal, com o objetivo de aplicá-lo na favela São Remo, vizinha ao campus. Foi mais uma experiência que vem reforçar a opção pelo uso de materiais convencionais e que não teve reprodução significativa em função do uso de um material alternativo, não convencional – o que era recusado pelas comunidades. A insistência por alternativas tecnológicas – como fundamental para reduzir os custos da construção e permitir um maior acesso a moradias – desviava da verdadeira razão dos déficits habitacionais: uma política habitacional ampla e eficiente. Nessa época, ainda, essa questão não era o foco das discussões nas escolas.

A experiência pedagógica

Havia, entre os professores do Laboratório de Habitação da FEBASP, como Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Vitor Lotuffo, João Carlos Sant’Anna e outros, uma grande discussão, relata Villà. Discutia-se a respeito de tecnologias alternativas, sobre “*esses procedimentos e essas tecnologias totalmente fora de mercado, totalmente fora da produção, totalmente fora da economia*”²⁹. Todas essas maneiras de ver a arquitetura, todo esse debate foi extremamente rico e inesquecível para os estudantes envolvidos. Foi uma vivência pedagógica empolgante.

Dentre as várias experiências pedagógicas estudadas pelos membros do *Laboratório de Habitação*, uma que contribuiu bastante para um novo rumo das atividades foi a introduzida pelo professor Fernandes Alva, da *Universidad Autogobierno de Mexico*, durante a 12^o CLEFA (Conferência Latino-americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura), sediada na FAU-USP, em 1982. Era uma Universidade paralela que saiu de dentro da Universidade Autônoma do México. A característica da *Universidad*

Autogobierno de México foi a de fazer todo o trabalho pedagógico a partir do real, ou seja, prestando serviços à comunidade, sindicatos, associações, instituições populares mexicanas e da Cidade do México, principalmente. Nesse país, a opção para o serviço militar poderia se converter em serviço social. A *Universidad Autogobierno de Mexico* incorporou esse tempo, que é de um ano e meio, dentro da grade escolar, ou seja, os alunos, ao fazerem as disciplinas, teriam um tempo fora da Universidade para trabalhar nos bairros mais carentes da cidade. Dessa forma, a universidade fazia uso desse tempo do serviço social – o que contribuía, significativamente, para a melhor formação de seus alunos. O professor Alva trouxe uma montagem muito curiosa entre discursos e publicações. Falou muito sobre a metodologia – que os mexicanos tinham já bastante elaborada – da produção de alternativas de projeto como uma forma de animar e de orientar o processo participativo nos projetos.

Aliada à iniciativa do *Laboratório*, de “rever a formação do arquiteto”, um grupo muito seletivo de professores de outras áreas, entre eles Lina Bardi e Flávio Império, aparentemente distantes das questões habitacionais, demonstrava um grande interesse na nova pedagogia e vinha demonstrar o quanto era ampla e plural a participação no *Laboratório*.

O fim do Laboratório

Logo após o começo de 1986, a Faculdade de Arquitetura deixou de existir da maneira como foi concebida e levou consigo aquela que fora umas das melhores propostas de ensino de arquitetura conduzida pelo Prof. Jorge Caron: o *Laboratório de Habitação*.

A saída do diretor Jorge Caron (que foi para a USP-São Carlos, possivelmente já em razão dos desentendimentos com a mantenedora) agravou ainda mais a situação da Faculdade de Arquitetura.

Pode-se compreender perfeitamente que, com as características e o espírito daqueles professores atuantes e alunos sensibilizados com a vontade de se criar um curso mais engajado e socialmente justo, seria quase que inevitável um confronto com a mantenedora da Faculdade de

²⁸ MARTINEZ, Joan Villà, “A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos: sistema construtivo desenvolvido em São Paulo entre 1984 e 1994” Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie – 2002.

²⁹ Arq. Joan Villà, Entrevista em 21 de maio de 2003.

Arquitetura naquelas circunstâncias. Se, por um lado, havia um interesse mútuo em diferenciar qualitativamente o curso, atraindo mais alunos e recursos, por outro lado, as exigências quanto aos reajustes de remuneração, verbas e espaço de decisão dos rumos da faculdade se tornavam desinteressante para a mantenedora. A fala do arquiteto Ives de Freitas, também membro do *Laboratório de Habitação*, durante o I “Seminário Nacional sobre Extensão em Arquitetura e Urbanismo” organizado pela ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura) e PUCC (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) em maio de 1994, explica bem esse momento:

“Não foi exatamente a questão salarial que motivou o seu fim (da Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes - FEBASP), mas uma perspectiva e um trabalho que desenvolvemos e que não cabia mais na estrutura particular de ensino pago. A verdade é esta³⁰”.

Assim o conflito se estabeleceu e uma longa greve abalou a estrutura da escola.

A greve, que durou quatro meses, não fechou o *Laboratório*. A escola estava deserta, toda a noite havia assembléias e o pessoal saía do laboratório e ia direto para elas. Naqueles quatro meses, como não havia aulas, produziu-se muito: foi o momento mais rico do *Laboratório*. Os projetos iam de vento em popa e a cada momento aumentava a confiança entre técnicos e comunidade. A comunidade, que estava sendo assessorada pelo *Laboratório*, participava a tal ponto de todo o processo que se dispôs a interferir, junto à mantenedora, a fim de garantir os direitos dos alunos e professores. Para essa comunidade do Grajaú e mais tarde AMAI – Associação de Moradores da Vila Arco-íris, o *Laboratório* era fundamental. O movimento começou a participar das assembléias da escola e contribuiu com reivindicações, pois havia a possibilidade muito concreta de o *Laboratório* deixar de funcionar. Para eles, era crucial ter ou não ter o *Laboratório de Habitação*.

É fundamental entender o caráter conjuntural que permitiu ao *Laboratório de Habitação* da FEBASP crescer e ter um trabalho

tão conseqüente como o que teve. Para o professor Sant’Anna,

“os esforços convergentes e os resultados consistentes de todo aquele corpo de professores orientadores acabou se perdendo com a demissão de quase todos os professores da Faculdade de Arquitetura. A oportunidade pela qual o *Laboratório* permitiu aos estudantes trabalhar profissionalmente, devidamente remunerados, e aos professores trabalhar em período integral de maneira séria, a fim de atingir aos seus objetivos³¹”.

Mesmo com toda essa estrutura, muitos alunos e professores se dedicaram voluntariamente ao trabalho, prestando serviços fora do horário, nos fins-de-semana e feriados. Essa experiência da FEBASP vem se mostrando extremamente válida, uma vez que, até hoje, temos contatos com equipes de trabalho e com princípios de qualidade de projeto originados nesse *Laboratório de Habitação*.

Sabia-se que, nos momentos finais do *Laboratório* – finais porque ele deixou de existir quando todos os professores foram mandados embora – seria impossível reunir novamente características tão significativas, num momento tão fértil e com o mesmo espírito. A perda, de fato, foi muito grande, uma vez que o *Laboratório* não ressurgiu com a reabertura da escola. Apesar de o arquiteto Villà ter retornado à FEBASP, em 2001, o *Laboratório de Habitação* não mais reapareceu.

Os frutos

Muitos foram os frutos gerados pelo *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Acabou influenciando o aparecimento de outros: o *LABFAUS* da Universidade Católica de Santos, o *L’HABITAT* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o *Laboratório de Habitação* da Unicamp e os *Laboratórios* da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP. (Esse assunto será abordado detalhadamente no capítulo 2)

Dentre os frutos, participando do mesmo

³⁰ ABEA, Caderno 14 – Anais, “I Seminário Nacional sobre Extensão em Arquitetura e Urbanismo”. Salvador – BA, 1994.

³¹ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005.

clima empolgante do laboratório, houve a criação do *CEDOC* da Faculdade de Arquitetura – Centro de Documentação – criado pela professora Maria Helena M. B. Flynn. O centro reunia, além de artigos publicados, livros e revistas, uma documentação riquíssima sobre as produções da faculdade, incluindo o material sobre o laboratório. Além do acervo do centro de documentação, Flynn e seus monitores – também no esquema de remuneração através de bolsas – montaram exposições inéditas na escola, na FAU – USP, no Centro Cultural São Paulo, etc. A experiência do *CEDOC* acabou se reproduzindo e chegou a outras escolas de arquitetura como, por exemplo, o da PUC – Campinas. Após a demissão dos professores da Faculdade de Arquitetura da FEBASP, em março de 1986, toda esse valioso material acabou se perdendo. Restam apenas as fotos que ainda estão com essa professora.

Outra experiência inovadora foi – por influência do *Laboratório de Habitação* – a criação do *Laboratório de Estruturas*. O engenheiro Yopanan Rebello, professor de Sistemas Estruturais, acabou por montá-lo com a participação da arquiteta Maria Amélia D. F. d’Azevedo Leite, conhecida por “Mel”. Mel, depois, viria a participar, ao lado do arquiteto Carlos Roberto Monteiro de Andrade, conhecido como “Mancha”, da criação de um outro laboratório de habitação – o *L’Habitat* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Havia gente de todas as correntes da esquerda da época. Muitos professores de correntes ideológicas diversas conviviam harmonicamente numa geografia política extensa. Foi esse grupo, principalmente, o que mais se interessou pelo *Laboratório*.

Sem dúvida, o que movia o *Laboratório de Habitação* da FEBASP era o grande entusiasmo de poder unir o projeto social almejado pelos professores com o desejo dos alunos de poder participar, responsabilmente, de trabalhos reais e concretos. A participação do laboratório na estrutura pedagógica, incluindo o serviço à comunidade, não só era fundamental para a formação do estudante como introduzia uma mudança radical no rumo e nos princípios das escolas de arquitetura.

O professor Sant’Anna, um dos maiores colaboradores do *Laboratório*, ao lado do professor Nabil Bonduki, recorda:

“De fato, o *Laboratório de Habitação* se tornou a coisa mais importante do curso e produziu resultados também muito importantes. Das pessoas que atuaram no laboratório, a maior parte se engajou em setores significativos da produção habitacional no município de São Paulo, na gestão da Prefeita Luiza Erundina – na SEHAB, COHAB e HAB. Outro aspecto significativo foi a participação de pessoas que trabalharam no laboratório e participaram de assessorias técnicas que tiveram, pela primeira vez, um espaço efetivo na produção e inovação habitacional³²”.

Participaram ativamente do Laboratório os professores orientadores Joan Villà Martinez (coordenador), professores Antônio Carlos Sant’Anna, Carlos Roberto Monteiro de Andrade (o “Mancha”), Marcos Antônio Osello e Nabil Georges Bonduki, os que por mais tempo se envolveram no cotidiano do *Laboratório*. Os professores Ives de Freitas, Olair de Camilo, Mauro Bondi, Raquel Rolnik e Vitor Lotufo, apesar de trabalharem por um tempo mais reduzido, foram de inestimável importância.³³

³² Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005.

³³ Fonte de informação: MARTINEZ, Joan Villà, “A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos: sistema construtivo desenvolvido em São Paulo entre 1984 e 1994” Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie – 2002.

O Laboratório de Habitação numa instituição particular

Diferenças

Curiosamente, o primeiro de todos os *Laboratórios de Habitação* não se deu na USP – na maior universidade pública do estado, onde, a meu ver, seria o lugar mais apropriado a esse tipo de atividade. Além do engajamento político de seus professores e alunos, essa instituição, por ser pública, garantiria uma maior estabilidade para o *Laboratório*, sem que ficasse sujeito às vontades e interesses de uma instituição com fins lucrativos.

É interessante observar que a experiência do *Laboratório de Habitação* tenha se dado numa faculdade particular, levando em conta que boa parte dos professores da FEBASP eram, também, professores da FAU – USP.

Outros laboratórios de habitação existentes em escolas de arquitetura, como “*HABITAF AUS*” da FAU da Universidade Católica de Santos e o “*L’HABITAT*” da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, precederam os dois laboratórios da FAU – USP: O *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos*, coordenado pela professora Erminia Maricato e o *Laboratório de Habitação do Grêmio*, conduzido pelos alunos. Verificamos que, nesse momento extraordinariamente significativo da política brasileira, a escola privada antecipou-se à escola pública na prestação de serviços de arquitetura – tão importantes para os movimentos sociais.

Na FAU – USP, explica o professor orientador João Carlos Sant’Anna, “*havia esse tripé: ensino, pesquisa e serviços à comunidade, sendo que esse último sempre foi o lado mais fraco dessa tríade.*”³⁴

Segundo Sant’Anna, “*não fica muito claro o porquê o Laboratório não se deu antes na FAU-USP, uma vez que esse tema já era discutido e a professora Erminia Maricato já trabalhava há anos para constituir esse laboratório*”³⁵. No entanto, sua criação na FAU se deu muitos anos

depois, após Erminia ter sido a Secretária de Habitação do Município de São Paulo. Uma das hipóteses é a de que a grande burocracia de uma Universidade Estadual do porte da USP impedia a criação desses órgãos paralelos que são, segundo o professor Sant’Anna, “*elementos que podem dar uma consistência muito maior ao conjunto de disciplinas, porque dão um sentido real e um foco que traduzem, na realidade, as propostas mais gerais que permeiam o curso como um todo*”³⁶.

Um outro fator que possibilitou o pioneirismo do *Laboratório de Habitação* na FEBASP, se diferenciando da USP, foi a remuneração das horas trabalhadas, tanto para os professores como para os alunos estagiários. Relembrando, a conquista da remuneração de professores e alunos, além de verbas para a montagem de uma infra-estrutura para o *Laboratório*, se deu em virtude do interesse da FEBASP em obter visibilidade para garantir um mercado mais generoso.

Fica clara a diferença de velocidade entre as decisões de uma faculdade particular – como a FEBASP – e uma universidade pública do porte da USP. Se, por um lado, a agilidade financeira de uma instituição particular de ensino é muito maior que a de uma instituição pública, por outro, a instituição particular – de modo geral – não garante a permanência de qualquer atividade que não atenda estritamente os seus interesses.

Os *Laboratórios de Habitação*, que surgiram nas universidades particulares e, de certa maneira, realizaram um trabalho pedagógico, o de levantar hipóteses novas para nortear os trabalhos dos movimentos ligados à terra e à habitação, puderam propor soluções inovadoras. A partir de 1998, o *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos* da FAU-USP encarregou-se de propiciar esses estudos com um caráter científico mais estruturado. “*Houve um certo descompasso em relação aos outros laboratórios que, devido ao momento, não só tinham uma atuação direta junto às comunidades, como participavam das discussões políticas junto ao movimento popular pela moradia*”³⁷.

Na FAU-USP, além do *Laboratório de*

³⁴ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005.

³⁵ Idem

³⁶ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005.

³⁷ Idem

Habitação e Assentamentos Humanos, que tem a participação de professores e alunos e está mais ligado à produção de conhecimento do que a uma ação direta junto às comunidades, surgiu o *Laboratório de Habitação do Grêmio* que contava com a colaboração de alguns professores. Uma das razões da existência desse *Laboratório do Grêmio* é a de que “os alunos passam pela escola de uma maneira relativamente rápida e os professores não³⁸”. Os alunos, por essa característica, têm a necessidade de obter resultados muito mais rápidos, “já os professores, ligados mais a um ritmo docente de acumulação de pesquisa, têm um processo muito mais longo de um amadurecimento das pesquisas com a possibilidade de comprovar ou refutar as hipóteses levantadas³⁹”, diz Sant’Anna. Todo esse processo acumulativo – como é o caso do *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos* – leva à produção de textos e de reflexão sobre o tema, sem que haja a necessidade de pressa para a execução dos trabalhos, permitindo estender o tempo.

Torna-se claro, aqui, a diferença entre o caráter dos dois laboratórios: um é permanente enquanto o outro é transitório. O fato de existir a necessidade de os alunos chegarem mais rapidamente a um resultado, e o fato de o *Laboratório de Habitação do Grêmio* estar desvinculado da estrutura acadêmica, permite mais agilidade. No entanto, apenas o trabalho prático e a diversidade de propósitos – devido à constante rotatividade de estudantes –, não permite um maior aprofundamento. O professor Sant’Anna esclarece:

“a busca de resultados imediatos faz com que se viabilizem trabalhos ligados às práticas junto à população que requerem um tempo muito mais curto diante da urgência de soluções. Dessa forma, os trabalhos dos alunos ligados ao Laboratório do Grêmio não requerem, muitas vezes, compromissos nem prazos muito claramente estabelecidos. O fato de não estarem diretamente ligados aos prazos

didáticos das disciplinas também permite um recorte mais restrito assim como permite o desenvolvimento alternativo de trabalhos que – por não terem um horizonte mais dilatado como o dos professores começam e acabam conforme o movimento natural de cada momento – dão-se de forma muito mais acelerada que os trabalhos de pesquisadores ligados à estrutura acadêmica⁴⁰”.

O engajamento

O maior envolvimento dos professores e de orientadores da FEBASP tem a ver muito com toda a conjuntura do momento de abertura da época. Esses professores já vinham, há algum tempo, de uma prática muito grande junto ao movimento popular. “Quando fui convidado pelo Nabil e pelo Villà para participar do Laboratório, eu já tinha uns 20 anos de trabalhos na zona leste e, posteriormente, na zona sul, junto com a participação e o envolvimento muito grande da Igreja no processo através das CEBES (Comunidades Eclesiais de Base)⁴¹”. Nascia aí os primeiros passos do PT. Todas essas relações orgânicas se deram fora do *Laboratório*. Resumindo, como propõe Sant’Anna, “não foi o LabHab que nos levou àquele tipo de vivência, mas sim esse tipo de vivência é que nos levou ao Laboratório. Portanto, o Laboratório já vinha de uma experiência anterior, só que, nesse momento, ganhou um formato mais articulado e institucionalizado⁴²”.

³⁸ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005.

³⁹ Idem

⁴⁰ Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, entrevista em 05 de novembro de 2005.

⁴¹ Idem

⁴² Ibidem

As atividades do Laboratório de Habitação da FEBASP

Os primeiros trabalhos desenvolvidos pelo *Laboratório de Habitação* da FEBASP deram-se na zona sul da cidade de São Paulo – “Vila Remo”, “Cidade Dutra” – com a forte participação da Igreja Católica, ora pelas obras da própria igreja, ora pela organização de comunidades em igrejas e paróquias. Apesar dessa presença marcante da igreja e Comunidades Eclesiais de Base, o Laboratório dedicou-se, também, a projetos de movimentos populares.

Em meados de 1985, objetivos divergentes – entre a mantenedora da Escola de Belas Artes e o grupo unido de professores e alunos – levavam à interrupção dos trabalhos. Diante dessa contradição, entre projetos, de um lado, e lucros, do outro, não se tinha a esperança de que a coisa acabasse bem.

Podia se constatar que o ânimo político dos professores e estudantes os levava às conquistas pedagógicas e à excelência, pelos dos serviços prestados à comunidade.

Constatava-se, ao mesmo tempo, que a mantenedora da FEBASP – que se via refém de um fenômeno que tinha vida própria, que se projetava pela qualidade dos profissionais que lá trabalhavam e dedicavam os seus melhores momentos – visava, essencialmente, o lucro.

Muito além da escola

A greve, que começara no dia 11 de setembro de 1985, estava em pleno vapor e parecia tudo acabar mal; o *Laboratório de Habitação* se compromete a seguir com os trabalhos de apoio à comunidade, como podemos constatar nos seguintes documentos:

O documento mais importante vem da comunidade: a *CMM – Coordenação de Movimentos de Moradia da cidade de São Paulo*. Nesse documento, os movimentos populares pela moradia pedem que haja uma solução para o impasse entre os professores e a mantenedora da FEBASP. Cientes de que o impasse poderia comprometer a luta por melhores condições de vida e, consolidando os princípios solidários existentes entre os técnicos e a comunidade, escrevem:

“... Se, no começo da greve, a equipe do Laboratório de Habitação procurou manter-

se naquilo que era essencial – seu apoio na elaboração dos projetos, na orientação aos nossos mutirões e na assessoria dos movimentos junto aos órgãos públicos – hoje enfrenta, por falta de meios e recursos, dificuldades intransponíveis no cumprimento de seus compromissos, prejudicando nossas lutas e colocando em risco o importante trabalho de prestação de serviços à Comunidade que o Laboratório de Habitação vem mantendo nos últimos quatro anos.

Solicitamos à Diretoria da Faculdade de Belas Artes de São Paulo que procure o diálogo efetivo com os professores a superação do presente impasse atendendo na medida do possível suas reivindicações salariais e permitindo assim a retomada das atividades de ensino e prestação de serviços à comunidade.”

Esse documento foi assinado pelos representantes das seguintes entidades: “*Comissão da Terra de Mauá – SP; Associação dos Moradores do Jardim Macedônia, de São Paulo; Associação dos Moradores da Favela do Jardim Comercial, em São Paulo; Associação Pró-moradia da Zona Sul, de São Paulo; Movimento Projeto Parque Fernanda, em São Paulo; Movimento de Moradia da Vila Remo, em São Paulo; Recanto da Alegria, no Grajaú; Constituição Comunitária por Mutirão de São Bernardo do Campo – SP; Movimento de Moradia do Grajaú; Movimento pela Moradia da Vila Remo, em São Paulo; Associação de Compras Comunitárias.*”

O segundo documento parte da APRO-BASP – *Associação dos Professores da Faculdade de Belas Artes de São Paulo*. No documento, Ofício DIR. 42/85, de 07 de Dezembro de 1985, assinado por seu, então, presidente, Ives de Freitas, os professores aprovam, por unanimidade as seguintes resoluções:

1. “O Laboratório de Habitação do Curso de Arquitetura e Urbanismo deverá manter o nível de atendimento emergencial de assessoria técnica aos movimentos populares de moradia”;
2. “A Diretoria da Faculdade de Belas Artes de São Paulo deverá manter o compromisso já assumido de assegurar as condições necessárias ao atendimento aos movimentos de moradia.”

Um terceiro documento parte da própria FEBASP e se dirige à diretoria da COHAB, representada por seu Presidente, Dr. Lelivaldo Benedicto Marques, no dia 04 de dezembro de 1985, a fim de cumprir os acordos legalmente firmados:

“Prezado Senhor,

A Faculdade de Belas Artes de São Paulo reiterando o compromisso junto à comunidade do Grajaú de manter seu apoio técnico no desenvolvimento e realização dos projetos e trabalhos necessários à execução das obras, o que vem fazendo ininterruptamente nos últimos três anos desde o momento em que a isso foi chamada por aquela comunidade, vem nesta oportunidade manifestar junto a V. Sa. que manterá seu trabalho de assessoria técnica através do Laboratório de Habituação, tanto na complementação eventual dos projetos e detalhes necessários à obra além dos projetos executivos já realizados de conhecimento e posse da COHAB-SP, bem como na assessoria à organização dos trabalhos de mutirão e orientação técnica da obra.” Assinado pela Entidade.

Fica evidente, no documento acima, que, em primeiro lugar, a FEBASP mantém o Laboratório pela necessidade de honrar os convênios assinados com a COHAB e não por acreditar na nova proposta pedagógica inovadora pela qual sua entidade tinha o privilégio de sediar.

Fica evidente, ainda, e os documentos acima vêm confirmar, que a política adotada pelo *Laboratório* – no sentido de criar uma sólida estrutura – procura se amarrar firmemente à solidariedade das comunidades e à legalidade do poder público.

O relato das experiências do *Laboratório de Habituação* da FEBASP, com todo o envolvimento entre professores e alunos, deixa claro que a proposta pedagógica apresentada pelo professor Jorge Caron – de criar os “laboratórios extra-curriculares” agregados à estrutura acadêmica da escola – resgatava o sentido e a importância da formação do arquiteto. Foi uma tentativa de desviar o rumo das escolas de arquitetura particula-

res que, naquele momento, começavam a visar o lucro. Hoje, quase todas as faculdades de arquitetura particulares conduzem o aluno (cliente) à superficialidade e ao consumo e torna a atividade do professor (funcionário), mero amestrador.

Toda a experiência dos professores e alunos do Laboratório de Habituação da FEBASP demonstra o papel fundamental da participação da escola nas questões da cidade. É importante observar esse processo pedagógico cuja principal preocupação era a de criar uma relação mais profunda com os problemas sociais e urbanos. A atividade do *Laboratório de Habituação* e dos demais laboratórios colocaram a escola (professores e alunos) diante de uma realidade complexa provocando a pesquisa de alternativas tecnológicas e incentivando a busca de soluções inovadoras.

Sem dúvida, o tipo de vivência e envolvimento dos alunos e professores da FEBASP favorecem uma revisão crítica dos currículos atuais das escolas de arquitetura. O contato com os movimentos pela moradia e a necessidade eminente de propor soluções factíveis demonstram a necessidade de a Universidade se aproximar mais do conhecimento aplicado ao desenvolvimento social e urbano.

Se levarmos em conta, ainda, que cerca de 70% do espaço urbano das regiões em desenvolvimento são ocupados por construções sem a participação de profissionais⁴³, chegaremos à evidência de que a Universidade tem de exercer o papel de dar respostas às necessidades da sociedade atual.

O Laboratório de Habituação da FEBASP teve um canteiro experimental muito pequeno e com poucos experimentos, uma vez que o foco de suas atividades estava na formação e na prestação de serviços às comunidades. Os “Canteiros Experimentais” das escolas de arquitetura, como o da FAU – USP, vieram reforçar a formação do arquiteto. Em sua tese de doutorado, o professor Reginaldo Ronconi vem enfatizar o caráter desses canteiros:

“É certo que o Canteiro Experimental pode ser também um grande instrumento para apoiar os relacionamentos da instituição com a comunidade externa, porém não deve ser confundido com os Laboratórios de Habituação ou Escritórios Modelo, pois estes tendem a assumir obrigações dos prestadores de serviço. O Canteiro Experimental deve priorizar a formação do arquiteto.⁴⁴”

⁴³ SOLINIS, Germán em “Profissionais da Cidade” - Reunião em São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo / UNESCO – Programa “MOST”, São Paulo, 2003.

⁴⁴ RONCONI, Reginaldo Luis Nunes em “Inserção dos Canteiros Experimentais nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo”, tese apresentada no curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, agosto de 2002.

Relação das atividades do Laboratório de Habitação da FEBASP

Projetos de uso comunitário:

- 1.** Projeto completo do Centro Comunitário da Paróquia do Jardim Três-Marias, em Ermelindo Matarazzo, na cidade de São Paulo. O projeto incluía: Centro Comunitário com creche e salas para aulas e reuniões, salão comunitário, casa paroquial, pátio e quadra de esportes.
- 2.** Projeto completo da nova Igreja da Paróquia N. Sa. Das Graças, em Diadema, SP.
- 3.** Ante-projeto de Centro Comunitário para a comunidade da Igreja São Benedito, em Guaianazes, na cidade de São Paulo.
- 4.** Ante-projeto de Centro Comunitário do Instituto Social São João Gualberto, em Pirituba, na cidade de São Paulo.
- 5.** Estudo preliminar de uma colônia de férias para os trabalhadores da “Takiplas – Indústrias Químicas Ltda.”, em São Bernardo do Campo, SP.

Projetos de Urbanização:

- 1.** Projeto de urbanização e das casas da favela “Recanto da Alegria”, Grajaú, na cidade de São Paulo. Incluía a relocação das vias e lotes, projeto das áreas comuns, projeto das moradias e do Centro Comunitário.
- 2.** Projeto de Urbanização e implantação das unidades habitacionais da AMAI – Grajaú, em São Paulo.
- 3.** Estudo de viabilidade de urbanização da favela Vila Nova, no Jardim Souza, em São Paulo.
- 4.** Estudo preliminar de urbanização da favela Nicodemus, na Vila Olímpia, na cidade de São Paulo.
- 5.** Projeto completo de urbanização da praça da Igreja Matriz de São Miguel Paulista, em São Paulo.
- 6.** Assessoria técnica para os “Núcleos para a Conquista de Moradia da Vila Remo e Cidade Dutra”.

Projetos de pesquisa:

- 1.** “A participação da comunidade em experiências alternativas de produção de moradias”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- 2.** “Projeto de habitação popular: o bairro e a moradia”.

Assessoria Técnica aos núcleos para a conquista de moradias de Vila Remo e Cidade Dutra.

Participação em congressos:

- 1.** III Encontro Estadual de Arquitetos de São Paulo, em setembro de 1982.
- 2.** XI Congresso Brasileiro de Arquitetura, Salvador, Bahia, outubro de 1982.

A criação de outros Laboratórios em universidades paulistas

Para que se possa conhecer, com mais clareza, a atuação dos *Laboratórios de Habitação* nas escolas de arquitetura e, ainda, para que se identifique os elementos mais relevantes para a formação do estudante, selecionei os aspectos mais significativos de cada um, destacando a atuação conjunta entre estudantes e professores.

Foram escolhidos cinco laboratórios que tiveram seus princípios inspirados no *Laboratório de Habitação* da FEBASP:

- “HABTAF AUS” – Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Santos (1983 -1984)
- “L’HABTAT” - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986).
- “LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS URBANOS” – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1996)
- “LABHAB – GFAU”, do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1997).
- O “LabHab-Unicamp” do Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da Universidade Estadual de Campinas (1986 – 1999), objeto da presente tese, será tratado no próximo capítulo.

A experiência vivida no *Laboratório de Habitação* da FEBASP se tornava, a cada momento, mais importante e de muita visibilidade. A vontade era de que essa experiência se reproduzisse e que se estendesse a todos os cursos de arquitetura. De fato, as idéias e princípios do *Laboratório* da FEBASP acabaram por se reproduzir em outras universidades e cursos de arquitetura no estado de São Paulo⁴⁵.

Assim como no *Laboratório de Habitação* da FEBASP, muitos estudantes e professores de outras escolas de arquitetura se empenharam numa arquitetura que se desse fora dos muros da escola, numa ação solidária com a cidade. Uma arquitetura que permitisse a transformação

Capítulo II

A herança do Laboratório de Habitação da FEBASP: Os “Laboratórios de Habitação”

“Não há condições de falar em arte na arquitetura se não houver uma modificação das condições de produção das obras. Arte é aquele momento do trabalho em que o júbilo e a alegria acontecem e é, portanto, a dimensão do trabalho.”

Sérgio Ferro

⁴⁵ Ver, no final desse capítulo, a referência sobre a experiência do EP da Escola Politécnica da USP

da periferia das grandes cidades, que não ficasse restrita a uma minoria privilegiada, mas que chegasse à maior parte da população. Assim, foram criados vários grupos de projeto e de pesquisa aplicada, como os “*Laboratórios de Habitação*” que serão descritos nesse capítulo.

O “HABITAF AUS” – Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos (1984 -1985)

Origem

Em 1983 e 1984, alguns professores da FAU – FEBASP, entre eles os arquitetos Antônio Domingos Battaglia e Joan Villà Martinez, davam aula na FAU – Santos. Nesse período, a idéia do Laboratório de Habitação foi transmitida por eles ao Diretor Oswaldo Correa Gonçalves e para o Padre Valdemar, responsável pela mantenedora da Universidade Católica de Santos. Foi levada toda a documentação e publicações existentes sobre o *Laboratório de Habitação* da Belas Artes. O Prof. Joan Villà levou uma carta da então presidente da Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de São Paulo, Margarida Genevois – uma ponte fundamental com a igreja da época. Assim, rapidamente o “LABFAUS”, Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura de Santos, foi institucionalizado⁴⁶.

Mais uma vez, destaca-se a influência da Igreja que, nesse período, se voltava para uma ação social mais estreita com as comunidades menos favorecidas. Cabe ressaltar, ainda, que a esposa do professor Joan Villà, Martha Waldman, trabalhava junto à Arquidiocese de São Paulo – o que facilitou muito a negociação com a Universidade Católica de Santos.

O entusiasmo

A certeza para que se acreditasse na potencialidade do *LABFAUS* foi a marcante

atuação de um grupo de uns 10 estudantes do Grêmio. Um grupo que fazia experiências com lajes de bambu, que estudava as idéias do arquiteto Yonna Friedmann e alternativas construtivas no Peru, na Argentina e na Colômbia.

O grupo de estudantes estava decidido a fazer um trabalho prático, que fosse significativo para a sociedade – tanto sob o aspecto do projeto como referente ao aspecto de desenvolvimento de uma tecnologia alternativa. Faziam experiências com muito empenho, principalmente por não se tratar de um trabalho de uma disciplina obrigatória ou de um trabalho escolar convencional – afirma Villà:

“Eles estavam pondo dinheiro do bolso e indo, de caminhonete e facão, para cortar bambu. Eles estavam a fim de ver aquilo pronto para, depois, ir para a favela e começar a construir. Quer dizer, era uma loucura o que eles queriam fazer. Mas era extraordinariamente bonito ver o que aqueles moços fazendo isso⁴⁷”.

Assim que foi aprovado o *HABITAF AUS*, com uma boa sala montada, logo começaram os trabalhos. O mais entusiasmado do grupo, no entanto, era o professor Antônio Battaglia, que desenvolvia pesquisa com argamassa armada. Em seguida, a exemplo da FEBASP, o Engenheiro Yopanan Rebello acabou montando, também, o *Laboratório de Estruturas*, sempre dando apoio direto aos projetos desenvolvidos pelo *Laboratório*. Repetia-se, claramente, a proposta pedagógica de Jorge Caron.

Podemos constatar, novamente, a vontade dos alunos, de poderem participar de trabalhos que os levassem a um plano real – um projeto pretendido realizado, que, muito além de experiências concretizadas, os levariam a sentir-se úteis, na certeza de que qualquer contribuição seria muito bem recebida pelas comunidades. Esse detalhe vem reforçar a idéia de uma proposta pedagógica que incluía a participação de estudantes em trabalhos sociais.

O problema e a multidisciplinaridade

Em decorrência do grande desastre ocorrido na Vila Socó, em 1984, quando um vazamento de um duto da Petrobrás causou

⁴⁶ Nota-se, ainda nessa época, a presença da Igreja atuando como agente social junto às comunidades

⁴⁷ Entrevista com o Arq. Joan Villà em 21 de maio de 2003

um enorme incêndio que atingiu dezenas de casas e causou a morte de várias pessoas, o HABITAF AUS se concentrou em propor soluções para essa gente que morava em palafitas.

Muitas famílias tiveram de se abrigar num ginásio em Cubatão. Ali começou um importante trabalho de organização popular que trouxe um novo aspecto, fundamental para a eficiência do que se propunha – *a pluralidade profissional*. A participação dos profissionais de outras áreas como assistentes sociais, médicos, das Prefeituras ou do Governo do Estado, alimentava o conhecimento do grupo de alunos, remetendo-os a um plano “multi-disciplinar”.

De forma diferente do Laboratório da FEBASP, o LABFAUS teve a oportunidade de trabalhar com profissionais de outras áreas, o que enriqueceu muito a atuação da equipe de alunos. O que se pode constatar é que na medida em que se ampliam os problemas da cidade e que os interesses se voltam para a coletividade, maior é a necessidade da participação de uma equipe multi-disciplinar. Dessa forma, pode-se amenizar os danos da educação fragmentada pelas disciplinas obrigatórias e aproximar o “Saber” do “Conhecer”.

Apesar de terem sido executadas apenas algumas passarelas e um ou outro protótipo, foi um envolvimento animador para aquele grupo de estudantes que viram aquelas lajes de bambu – até então protótipos no restrito espaço da escola – sendo utilizadas na Vila Socó. Nesse momento, as coisas começaram a fazer outro sentido para eles. Esse grupo, embora tivesse muito envolvido pelas questões técnicas, alimentava a intenção de, um dia, fazer um trabalho importante junto à população – o que, até então, segundo Villà, não passava de uma fantasia. Não imaginavam que um dia, mesmo sendo estudantes, poderiam ver realizados os projetos que propunham.

Toda aquela vontade de criar alternativas construtivas e aquela experiência otimista pôde ser – mesmo que de forma reduzida – aproveitada e executada, como um incremento aos projetos iniciais.

Como poderíamos usar essas potencialidades para que esse tipo de trabalho fizesse parte da grade curricular? O que teria de mudar na atual estrutura pedagógica para que se incentivasse a participação dos estudantes em serviços para a comunidade? Como formar o estudante para que se tornasse um agente de transformação?

Outro trabalho do grupo de estudantes foi o cadastro, levantamento e medições de áreas com potencial de desenvolvimento habitacional na baixada Santista. Havia, nessa empreitada, uma maneira meio divertida de fazer os serviços que, embora com pouco envolvimento ideológico, dominava o grupo do LABFAUS.

Villà comenta:

“Foi uma forma de incentivar mais o grupo - parte na terra, parte no mato - era um clima completamente diferente. Era um clima como se fosse um pouco de férias, num lugar muito bonito, na baía de Santos, com uma comunidade muitíssimo tranqüila, todo mundo empregado, todo mundo trabalhando...⁴⁸”.

O HABITAF AUS, mesmo sendo contemporâneo ao Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes, e, apesar de ter tido a participação dos Arquitetos Villà e Battaglia, era de natureza muito diferente. Os professores só atuavam em alguns momentos-chaves como reuniões com prefeitos, secretários, COHABs, etc. Isso provocou, por parte dos alunos, uma ação mais independente, fazendo com que assumissem a responsabilidade dos trabalhos propostos; atuavam de forma autônoma, protagonista, sendo apenas orientados pelos professores.

O fato de os Professores Villà e Battaglia serem de São Paulo e só poderem estar em Santos uma vez por semana, favoreceu a autonomia dos estudantes⁴⁹.

Essa era uma das diferenças em relação ao Laboratório da Belas Artes, onde o ambiente era de uma franca parceria com os professores, sendo estes “autores orientadores”, e os alunos, co-autores. O aspecto da autoria é fundamental. O estudante se sentia responsável pelo sucesso ou fracasso das soluções apresentadas, tornando-se protagonistas e não apenas mão-de-obra orientada.

⁴⁸ Entrevista com o Arq. Joan Villà em 21 de maio de 2003

⁴⁹ Pesquisa feita a partir de depoimentos dos Prof. Joan Villà, Prof. Yopanan Rebello e Profa. Maria Amélia Devite Freitas

O final

O *HABITAF AUS* durou um ano e meio, no máximo. Aquela turma, que fazia laje de bambu, pertencia ao último ano do curso, acabou se formando e saindo da escola. Por falta de uma seqüência, que fosse estimulada pela escola e pelos professores, o *LABFAUS* terminou.

Outro fator que contribuiu para o término desse laboratório foi a saída do professor Villà da escola, em meados de 1985, quando já se dedicava a um projeto mais ambicioso: o *LabHab-Unicamp*.

Não há uma notícia sequer sobre o encerramento das atividades do *HABITAF AUS*, nem há qualquer registro sobre sua história. O que se tem notícia é de que, no ano de 2003, alguns professores tomaram a iniciativa de reativá-lo.

Dois aspectos são relevantes nessa experiência. Primeiro, sem dúvida, a ampliação dos limites da escola, da sala de aula ao trabalho de campo, junto a quem precisa de um apoio efetivo, revigora a formação do aluno. Segundo, não houve registro científico de nenhum dos trabalhos executados nem dos resultados obtidos – o que, infelizmente, deixa de contribuir para novas formas de atuação da Universidade bem como não favorece a criação de experiências semelhantes.

O “L’HABITAT” - Laboratório do Habitat da FAU da Pontifícia Universidade Católica de Campinas⁴⁹

Contexto Histórico

Em 1985, sob a forte influência das experiências vividas pelo *Laboratório de Habitação* da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Belas Artes, um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura da

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP) resolve implantar o Laboratório do Habitat, conhecido como “L’HABITAT”.

Mais uma vez, não só as idéias mas também os princípios do grupo de professores e de alunos do Laboratório de Habitação da FEBASP reapareceriam como conseqüência do projeto pedagógico de Jorge Caron – abortado precocemente.

Esse grupo, e em especial o arquiteto Carlos Roberto Monteiro de Andrade (o “Mancha”), que participara do *Laboratório* da FEBASP, foi o responsável pela criação do “L’HABITAT”. Mancha vivia o momento de transição da FEBASP, de meados de 1986 e se empenhava em tentar intervir diretamente sobre a formação do estudante de arquitetura. Diante do surgimento de inúmeras faculdades particulares no final da década de 80, pensava-se em uma escola capaz de garantir, para a sociedade, um campo autônomo de atuação que representasse um pensamento crítico. Com esse pensamento, e com a equipe marcada pelo forte espírito do *Laboratório de Habitação* da FEBASP e, ainda, com a sólida estrutura didático pedagógica herdada da montagem feita por Caron, inaugurou-se o “L’HABITAT”, como um órgão de extensão da Universidade.

Características do “L’HABITAT”

Ao colocar o *L’HABITAT* como órgão de extensão da Faculdade de Arquitetura, garantia-se, para a faculdade, uma nova maneira de atuação dentro da universidade. Foi uma forma de institucionalizar o laboratório como agregado à estrutura acadêmica. Em outras palavras, haveria, efetivamente, a participação junto à sociedade, muito mais vinculada a uma atitude prática de apoio à comunidade do que a um curso ou pesquisa com conteúdos específicos. Vislumbrava-se, naquele momento, uma instrumentação prática capaz de agregar as disciplinas e diminuir as lacunas existentes entre a teoria e a prática, normalmente existentes nos cursos de arquitetura. Tal iniciativa não só traria

⁴⁹ Fonte da Pesquisa: Entrevista com a Profa. Maria Amélia Devitte Ferreira D’Azevedo Leite em Agosto de 2003.

Centro de Documentação do L’HABITAT – PUC - Campinas

Caderno no 14 da ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura – Anais do Iº Seminário Nacional de Extensão em Arquitetura e Urbanismo – Salvador – BA – Setembro de 1994

um retorno imediato, através das pesquisas aplicadas, como serviria como suporte crítico indispensável à produção arquitetônica.

As atividades do “L’HABITAT” seriam uma referência concreta para a discussão da gestão das cidades e ainda, como defendia “Mel” (professora Maria Amélia D. F. d’Azevedo Leite, coordenadora do “L’HABITAT” no período de 1991 a 1998), serviria como retro-alimentação do ensino. Mesmo as disciplinas mais técnicas, que, freqüentemente, salientavam aspectos econômicos ou tecnológicos, ganhavam mais sentido ao poderem ser aplicadas imediatamente, como explica a professora.

Em uma apresentação feita pelos monitores do “L’HABITAT” no “I Seminário Nacional sobre Extensão em Arquitetura e Urbanismo”, intitulada “L’Habitat: mais que um espaço, uma idéia”, os estudantes se posicionaram claramente: “O laboratório se define pelas pessoas, pela forma de ensinar, pela participação, pelo estabelecimento de parcerias, pela demanda, pela aceitação da demanda, pela formação de idéias próprias e por sua auto-imagem”. Fica evidente nessa proposta que, apesar de uma indefinição ideológica, o estabelecimento de um olhar crítico e a busca de suas próprias referências são elementos fundamentais para a formação do arquiteto.

A atuação do “L’HABITAT” priorizava projetos de habitação de interesse social – o que inevitavelmente traria à tona questões fundamentais como a gestão da cidade, o planejamento urbano e políticas públicas. Esse foco, assim como para o *Laboratório de Habitação* da FEBASP, se dava pela imensa demanda habitacional: um dos maiores fatores de deterioração das grandes cidades brasileiras.

Resultados Obtidos

Além dos serviços prestados pelo “L’HABITAT”, pode-se observar a grande influência na graduação, na qual o número de TGIs (Trabalho de Graduação Individual) vinculados aos trabalhos desenvolvidos pelo laboratório foi muito significativo.

É importante frisar que a enorme demanda pelos serviços de arquitetura e infraestrutura não oferecia risco à comunidade de esta ser utilizada apenas como “cobaia” pela Universidade. Ao contrário, as associações ou cooperativas organizadas não só se protegiam muito bem, como davam exemplo de organização

e política.

Vários projetos foram executados e alguns foram implantados.

Um expressivo centro de documentação (*CEDOC*) foi montado no *L’HABITAH* que, assim como o da FEBASP, reúne todo o material sobre os trabalhos desenvolvidos pelo *Laboratório* além de livros e revistas de suporte à pesquisa e aos projetos.

Cabe aqui ressaltar que apenas o *L’HABITAH* e os *Laboratórios de Habitação* da FAU - USP possuem registros organizados de todos os trabalhos executados. Os demais laboratórios, o *Laboratório de Habitação* - Belas Artes, o *Habitafaus* da Universidade Católica de Santos e o *Laboratório de Habitação* da Unicamp não possuem arquivo organizado das pesquisas e trabalhos desenvolvidos.

Uma atitude importante foi tomada pela professora Mel, então coordenadora do *L’HABITAH* em 1998. Antevendo o destino do laboratório muito vinculado à figura da coordenação – assim como o *Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos* da FAU - USP, atrelado à professora Ermínia Maricato, o *HABITAF AUS* de Santos e o *Laboratório de Habitação* da Unicamp vinculados ao professor Joan Villà – preparou, antes de sua saída, uma equipe capaz de caminhar de forma independente. Como resultado, o *L’HABITAH* tornou-se uma instituição autônoma.

O *L’HABITAH* é, ainda hoje, uma peça fundamental na constituição da Faculdade de Arquitetura bem como para a cidade de Campinas, sendo sempre consultado sobre as diretrizes a serem tomadas e projetos para a região.

O caso do *L’HABITAH* revela uma tendência diferente da experiência da FEBASP. Vê-se, claramente, que a iniciativa de tornar o laboratório um órgão de extensão da universidade o aproxima mais da estrutura acadêmica, mudando o foco dos trabalhos realizados, anteriormente: passam da atuação direta junto à comunidade para um plano mais abrangente, junto aos órgãos responsáveis pelas decisões públicas. Sendo assim, o *L’HABITAH* faz parcerias com outras instituições acadêmicas, com entidades de fomento à pesquisa e órgãos públicos. Verifica-se que a necessidade de se elaborar uma pesquisa sistemática e de se registrar cientificamente os trabalhos desenvolvidos pelo laboratório exige

um maior vínculo acadêmico, o que, perante a Universidade, justificaria a sua existência.

Esse laboratório, por suas características, está mais próximo do *Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos* da FAU - USP, do que o da FEBASP e o de Santos.

Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos ou Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

Departamento de Projeto Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo⁵⁰

O *Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos*, também conhecido como *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos*, é, sem dúvida, o que mais se diferencia da origem dos primeiros laboratórios de habitação. As diferenças estão, basicamente, em dois aspectos: o primeiro aspecto diz respeito às atividades exercidas junto à comunidade; e o segundo está relacionado à forma de participação no curso de arquitetura. As atividades desse *Laboratório* são direcionadas à pesquisa acadêmica e à produção de conhecimento que possa formar novos pesquisadores e professores. Elabora estudos e consultorias na área de desenvolvimento urbano, propõe alternativas políticas para as questões da cidade, mas não produz projetos de arquitetura nem desenvolve pesquisa na área de tecnologia da construção; não participa de canteiros de obra, nem atua, diretamente, junto à comunidade, como os demais contemporâneos a ele. Na FAU-USP contribui com o desenvolvimento de atividades de formação e extensão da escola.

Histórico

Diante do mesmo motivo que mobilizou

os outros *Laboratórios* – a grave situação habitacional da maior parte das cidades brasileiras e a falta de políticas públicas eficientes para conduzir adequadamente o processo de desenvolvimento urbano – um grupo de profissionais coordenados pela professora e arquiteta Ermínia Maricato tomou a iniciativa de criar o “*Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos*”.

Esse *Laboratório* foi criado em novembro de 1996, iniciando suas atividades em março de 1997. Seu principal objetivo era o de interligar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, com o intuito de permitir a produção de um conhecimento de alta qualidade e garantir a reciclagem e a capacitação de pesquisadores e profissionais.

Os temas estudados referem-se à Política Urbana e Habitacional, abordando questões como: moradia social, política fundiária, recuperação de áreas centrais degradadas e, sobretudo, a gestão local e a participação em políticas públicas.

O *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos* possui uma equipe multidisciplinar, com arquitetos e urbanistas, engenheiros, economistas, sociólogos, advogados, geógrafos e estudantes de arquitetura.

Assim como o *L'HABITAT*, esse *Laboratório* faz parcerias com o Ministério Público, Prefeituras e ONGs, recebendo ainda apoio financeiro de entidades nacionais e internacionais como: FAPESP, FINEP, CNPq, CEF, Lincoln Institute of Land Policy e Planers Network.

Fundamentos do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

O foco dos estudos e trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório se dá em função da dramática situação habitacional do país, mais especificamente dos centros urbanos, e pela falta de políticas públicas capazes de dar respostas satisfatórias a essas questões.

Problemas críticos, como a acentuada concentração de renda, a especulação imobiliária e a ausência de linhas de financiamento compatíveis com a demanda habitacional,

⁵⁰ Dados obtidos do documento do Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos (Departamento de Projeto Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)

requerem soluções eficientes. Com este intuito, a equipe desse *Laboratório* estuda alternativas para políticas urbanas assim como desenvolve pesquisas voltadas para a produção da moradia, cujo enfoque cuidadoso se dá quanto ao “*processo e as relações de trabalho no canteiro e sua articulação com a renda fundiária*”⁵¹. Os trabalhos feitos pelo *Laboratório* são motivados pela certeza de que a questão da moradia de interesse social é uma questão urbana – o que, inevitavelmente, acaba por se ligar às demais questões fundiárias e ambientais.

Em consonância com o Departamento de Projeto da FAU - USP, o *Laboratório* se ocupa com o “Habitat Urbano” e, com seu caráter interdisciplinar, estuda e propõe soluções para a moradia de interesse social “*tal qual está definida na lei federal 4.380 / 64*”⁵².

As linhas de pesquisa são:

“Gestão Local e Participação: Formulação de Políticas Públicas no que se refere a formas de participação e gestão.

Moradia Social e Meio Ambiente: Propor soluções, ambientalmente sustentáveis e passíveis de regularização, para áreas críticas da região metropolitana.

Política Urbana: Estado, Mercado e Conflitos Sociais: Estuda aspectos políticos, econômicos e culturais e suas relações, no que se refere às políticas públicas e quanto a conflitos entre a cidade formal e a informal.

Reabilitação Urbana e Habitação em Áreas Centrais: Desenvolver políticas habitacionais capazes de implementar e reabilitar áreas habitacionais degradadas.”⁵³

Podemos constatar que a natureza do *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos* se difere muito da maneira de atuação do laboratório da FEBASP. Se este buscava o apoio direto à comunidade, tentando fortalecer a organização popular para que esta pudesse achar a solução para os próprios problemas, o da FAU - USP, ao contrário, buscava alternativas de atuação na política urbana e habitacional.

Apesar das diferentes opções, os propósitos eram os mesmos: mudar radicalmente os rumos das políticas públicas que cuidam dos problemas urbanos e de bem estar da maior parte da população.

É curioso observar que a FAU - USP teve o *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos*, formal e institucionalizado, dentro da estrutura acadêmica e, paralelamente, o grêmio estudantil da escola tenha criado um outro *laboratório*, não formal, não institucionalizado e fora da estrutura acadêmica: o *LabHab do Grêmio*.

⁵¹ Dados obtidos do documento do Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos. (Departamento de Projeto Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)

⁵² Idem

⁵³ Ibidem

Relação das atividades do Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos da FAU - USP

1. Convênio com a Prefeitura Municipal de Santo André (1998 a 1999).
2. Assessoria Técnica para a SEHAB – Prefeitura Municipal de São Paulo (2002 a 2003).
3. Curso de Gestão de Programas de Reabilitação Urbana (2000).
4. Em parceria com a “École Nationale de Ponts et Chaussées” (ENPC) e “Fédération Nationale des Pact-Arim” pretendeu capacitar pessoas de diferentes profissões para gestão de programas de reabilitação no Brasil.
5. Pesquisa: Terra Urbana para Políticas Sociais: Aquisição e Desapropriação (2000).
6. Financiada pelo “Lincoln Institute of Land Policy”, tratou de dar prosseguimento à pesquisa “Preço de Desapropriação de Terras: Limites às Políticas Públicas nas Áreas de Habitação, Meio-ambiente e Vias Públicas em São Paulo” tentando diagnosticar as causas dos altos preços decorrentes das desapropriações realizadas pelos governos municipais, estaduais e federais.
7. Preço de Desapropriação de Terras: Limites às Políticas Públicas nas Áreas de Habitação, Meio-ambiente e Vias Públicas, em São Paulo (01 a 12 de 2000).
8. Diagnóstico das causas dos elevados preços decorrentes das desapropriações e aspectos da administração pública brasileira que muitas vezes inviabilizam a execução de políticas sociais.
9. Pesquisa: Parâmetros Técnicos para a Urbanização de Favelas (1998 a 1999). Financiada pela FINEP e CEF.
10. Pesquisa: O Mercado e o Acesso à Habitação em São Paulo (1997 a 1998). Financiada pela FAPESP, CCE – USP e Lincoln Institute of Land Policy.
11. Estudo: “Como Ampliar o Acesso a Mercado Residencial Legal”.
Seminários, Workshops e Conferências:
12. Workshop: “Terra Urbana para Políticas Sociais: Aquisição e Desapropriação” em São Paulo (2002).
13. Seminário: “O Estatuto da Cidade e a Habitação na Área Central da Cidade de São Paulo” em São Paulo (2002).
14. Seminário: “O Estatuto da Cidade” – FAU - USP (2001).
15. Curso de Extensão: “Habitação e Cidade” – FAU - USP (2001).
16. Mesa Redonda: “Rede de Planejadores Urbanos pela Justiça Social” – (junto ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001).
17. Seminário: “A questão Fundiária e as Políticas Sociais”- FAU - USP (2000).
18. Seminário: “Habitação no Centro de São Paulo: Como Viabilizar essa Idéia” (2000).
19. Seminário: “Encontro com a Planners Network: Planejadores Urbanos e Justiça Social” em São Paulo (1999).
20. Seminário: “Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço” FAU - USP da Rua Maranhão, SP (1999).
21. Seminário: “Mananciais e Urbanização: Há Sustentabilidade Nisso?” FAU - USP (30/04/1999).
22. Mesa Redonda: “A Nova Lei Federal de Parcelamento do Solo no Município de São Paulo” FAU - USP (1999).
23. Seminário: “Favelas: Soluções Urbanísticas” FAU - USP (1998).
24. Seminário: “Cooperativismo Habitacional: Uma Novidade no Mercado Residencial Paulista nos Anos 90” FAU - USP (1998).
25. Conferência: “Reestruturação Produtiva e Espaço: Novas Tendências dos Anos 90” FAU - USP (1998).
26. Seminário: “O Arquiteto, a Universidade e a Moradia Social” FAU - USP (1997).
27. Workshop: “Habitação: Como Ampliar o Mercado?” FAU - USP (1997).
28. Vídeo: “Três Projetos para Quatro Paredes”.

Professores FAUUSP

Profa. Titular Erminia Maricato
 Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
 Prof. Dr. Nabil Bonduki
 Prof. Dr. Nuno Fonseca
 Profa. Msc. Mariana Fix

Professores Externos

Profa. Livre Docente
 Arlete Moisés Rodrigues - UNICAMP
 Prof. Dr. Francisco de Assis Comaru – UNIAR
 Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno – PUC
 Campinas
 Prof. Dr. Ricardo Moretti - PUC Campinas

Laboratório de Habitação do GFAU (Grêmio Estudantil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo)

O *LabHab-GFAU* está muito mais próximo do espírito que envolveu os entusiasmados estudantes do *Laboratório de Habitação* da FEBASP e do HABITAF AUS, da Universidade Católica de Santos, do que do *L'HABITAT*, de Campinas e do *Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos* da própria FAU - USP. Assim como a iniciativa dos estudantes de Santos (LABFAUS), havia o desejo de alguns alunos de poderem atuar diretamente junto às comunidades menos favorecidas. Porém, esse *Laboratório* se deu de forma independente da estrutura da escola e não pôde contar, formalmente, com a orientação dos professores da escola.

O *LabHab-GFAU* teve, desde o seu início, uma certa intermitência no desenvolvimento de suas atividades. Essa irregularidade se devia ao caráter dinâmico existente entre os estudantes, que ingressam e saem da faculdade com frequência. Conseqüentemente, esse *Laboratório* sempre ficou atrelado a uma variação de correntes e vontades internas. Se, por um lado, havia uma certa independência em relação à estrutura da escola, por outro lado, o *Laboratório* estava sujeito às variações das diretrizes e correntes ideológicas do grêmio estudantil. Por não ser oficializado, não tinha acesso constante a instituições de fundos de incentivo à pesquisa.

A princípio, como era de se esperar, a falta de um vínculo do *LabHab - GFAU* com a estrutura da escola e a atuação independente dos estudantes reforçavam a crítica em relação à estrutura acadêmica e intensificavam a sua posição contrária à postura do outro laboratório da escola: o "*Laboratório de Habitação e de Estudos Urbanos*".

A partir de 1997, o *Laboratório de Habitação - GFAU* passou a ter uma conduta

mais definida, no momento em que deixou claros os seus objetivos, orientados para a Extensão Universitária. Centrado na idéia de aproximar o estudante à realidade do canteiro de obras e a suas relações sociais, com o propósito de aplicar um "ideal desenhado" ao cotidiano da maior parte da sociedade, fortaleceu os serviços prestados à comunidade. Esse caráter fica claro nos registros do histórico do laboratório:

"Reconhecendo a função social da arquitetura, o *LabHab* passou a atuar de forma mediada com a sociedade civil organizada, de modo que estudantes e professores puderam, através da extensão universitária, aplicar e enriquecer o conhecimento da atual produção da universidade pública.⁵⁵"

Assim como os demais *Laboratórios de Habitação* que antecederam o do GFAU, o foco dos estudos e projetos desenvolvidos era a habitação coletiva e os aspectos sociais que a envolvem. O *LabHab - GFAU* preocupou-se mais com a atuação prática do que com as pesquisas acadêmicas, pois o que interessava aos estudantes era exatamente obter um conhecimento vindo diretamente da execução de serviços à comunidade para complementar o ensino restrito no interior da escola. Podemos verificar nas iniciativas do grupo de estudantes um aspecto bem concreto: a procura por soluções reais para os desafios habitacionais. Nos escritos divulgados pelo *LabHab-GFAU* encontramos:

"Este é o caráter do laboratório para não deixar a chance de experimentar, acertar, e errar para depois de formados; mas construir um conhecimento apoiado no ensino, pesquisa e extensão, onde cada pensar leva a um fazer e cada fazer a um novo pensar.⁵⁶"

Além de todas as atividades do *LabHab-GFAU*, como a de integração com os calouros, participação em seminários e encontros de estudantes, artigos publicados e visitas programadas, prestavam assessoria técnica para comunidades.

Elaboraram uma série de projetos como

⁵⁵ Dados obtidos do site do *LabHab - GFAU*

⁵⁶ *Idem*

o de habitação para a aldeia Guarani Tekoá Ytu, cuja construção da primeira unidade se deu em 1999; projeto “As Built Zona Sul”, no qual se desenvolveu, em maio de 1999, um estudo e participação no processo de regularização da favela Jardim Edilene; projeto de adaptação da Creche Oeste, executado em meados de 1999, obtendo bolsa-trabalho do COSEAS (Coordenadoria de Assistência Social da USP) para os alunos; projeto do mobiliário para a “república” da Associação Minha Rua Minha Casa, com a assessoria dos professores Maria Cecília Loschiavo dos Santos e Reginaldo Ronconi; projeto da escola e “Casa Guarani”, executado pelo intermédio da FDE (Fundação do Desenvolvimento Escolar) e concluído em 2001; projeto de adaptação do antigo galpão industrial para a “Sociedade de Estudos Espíritas 3 de Outubro” com a colaboração do EP (Escritório Piloto da Poli - USP).

O projeto de maior relevância foi produzido por um grupo de 20 estudantes, formado em 1999, chamado de “Presidente Wilson”. Esse grupo trabalhava em parceria com o MMC (Movimento de Moradia do Centro) e fez sua primeira intervenção em uma das ocupações do movimento num edifício situado na Rua Líbero Badaró, no centro de São Paulo. O nome do grupo de estudantes se deve ao fato de os ocupantes do edifício da Rua Líbero Badaró, assessorados pelos estudantes do laboratório, terem sido despejados e, logo depois, dado início a uma nova ocupação: o acampamento da Av. Presidente Wilson, no bairro do Ipiranga. Junto com as mais de 100 famílias foram feitos estudos para as novas habitações e foram executados, por necessidade imediata dos acampados, os projetos de sanitários e uma lavanderia para o acampamento.

A experiência na Av. presidente Wilson, muito semelhante a dos “Community Design Centers” – centros de assessoria técnica ligados a universidades inglesas e americanas⁵⁷ – permitiu que o grupo adquirisse um conhecimento mais profundo sobre as políticas públicas e habitacionais, além de entrarem numa relação mais concreta com a realidade da comunidade. Embora esse grupo tenha, inevitavelmente, um envolvimento emocional imbricado com uma vontade política movida em direção à reforma urbana – explícita na atuação das ocupações e na defesa da causa do MMC – o

aprendizado foi muito significativo. Infelizmente esses estudantes tiveram uma atuação curta, devido à inconstância de sua organização em razão da rápida passagem pela faculdade.

Sem dúvida, a atuação do *LabHab-GFAU* será a responsável pelo amadurecimento dos novos estudantes e, com o registro criterioso de suas atividades, formará opinião, fará história e evidenciará a sua importância como participante de uma escola pública de arquitetura.

Alguns dos participantes do *LabHab-GFAU* foram trabalhar com escritórios de arquitetura que prestam assessoria técnica a associações organizadas pela moradia.

LabHab – Unicamp

O Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas

O *LabHab-Unicamp* foi uma consequência imediata, ou até mesmo, uma extensão do *Laboratório de Habitação* da FEBASP, porém o seu percurso que, de início era muito ligado aos princípios cultivados pelos professores e alunos da FEBASP, tomaram outra direção. Não teve alunos, mas sim aprendizes, e uma projeção muito significativa que levou a reflexões sobre as posturas urbanas e a mudanças dos paradigmas habitacionais. Teve uma produção expressiva que, no mínimo, alterou o pensamento, que o precedia, a respeito da qualidade da moradia da maior parte do país.

Este assunto, objeto da presente tese, será tratado a partir do próximo capítulo.

Informações sobre o “EP”, Escritório Piloto do Grêmio Politécnico da USP

Antes, porém, da existência de todos os laboratórios de habitação, uma experiência relevante deve ser lembrada: a do “EP” - *Escritório Piloto do Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo*. O “EP” teve origem remota, numa iniciativa dos estudantes da Escola Politécnica da USP, na década de 1950. Suas atividades tiveram início num antigo sobrado, junto ao antigo Instituto de Eletrotécnica da USP, chamado pelos estudantes de “*Cadopô*” – apelido dado ao seu verdadeiro nome: “*Casa do Povo*”. Resgatado pelos alunos, a partir de 1996, com o nome de “EP”, o escritório piloto vem executando serviços fora da escola e adquiriu destaque com seus trabalhos junto à comunidade. Porém, em entrevista com o coordenador do EP no ano de 2001, fui informado de que não havia mais qualquer registro da história da “*Cadopô*” e que, o que sobrou para o EP, não passa de uma vaga lembrança de uma história, contada boca-a-boca, e o velho sobrado vazio, na região central da cidade.

⁵⁷ Arnstein, S.R. (1969) “A Ladder of Citizen Participation” – American Institute of Planning Journal, July, pp. 216

Capítulo III

O Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas - *LabHab-Unicamp*

“Participar do Movimento já faz parte da minha vida. Eu não luto simplesmente por uma casa. A gente batalha por um monte de outras coisas. E não acredito que a gente possa perder essa luta.”

Bernardete F. de Souza

Origens

A história do *Laboratório de Habitação da Unicamp* é repleta de passagens curiosas, dada a sua inesperada trajetória que começa com os últimos momentos da Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes de São Paulo, em 1985. Já no mesmo ano passa pelo “*Programa de Artista Residente*” de um dos núcleos interdisciplinares da Universidade: o *NUDECRI* – Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da Unicamp.

Essa história estende-se por 14 anos e o *LabHab-Unicamp* encerra suas atividades no final de 1999. Fecha suas portas ao mesmo tempo em que, curiosa e contraditoriamente, inaugurava-se a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, vinculada à Faculdade de Engenharia Civil da Unicamp.

Na primavera de 1985, provavelmente pressentindo o desfecho desfavorável no *Laboratório de Habitação* da FEBASP, o arquiteto Joan Villà fez um plano estratégico, que ia da elaboração de testes à construção de protótipos, para ser executado na Unicamp. Esse plano visava fazer com que a Unicamp pudesse levar adiante todo o conhecimento adquirido anteriormente no *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Para manter a mesma filosofia do grupo de professores e alunos da FEBASP, não bastava ter uma nova infra-estrutura. Era necessário dar seqüência ao apoio técnico e social às comunidades envolvidas. Um vínculo com uma universidade pública seria capaz de dar um suporte efetivo aos movimentos organizados, bem como ter a possibilidade de projetar, para o futuro, uma arquitetura de qualidade, voltada para a população de baixa renda.

Os primeiros documentos da relação de Villà com a Unicamp datam de meados de 1985, sendo que o fim do *Laboratório* e da Escola de Belas Artes se deu no final desse ano enquanto a demissão dos professores, apenas em março de 1986⁵⁸.

Com o conhecimento adquirido e com as experiências de assessoria técnica do *Laboratório de Habitação* da FEBASP, aliado à articulação política desenvolvida no meio popular e, principalmente, com as propostas de uma arquitetura de qualidade, o *LabHab-Unicamp* poderia deslançar. A tecnologia de “pré-fabricados em cerâmica vermelha” e a construção dos primeiros protótipos deram, de fato, um enorme impulso ao projeto.

Nos primeiros anos de atuação, o *LabHab-Unicamp* obteve sustentação por meio de uma estrutura que se apoiava em três pontos

⁵⁸ Ver Capítulo 1 – páginas 24 a 29

fundamentais: *Política, Tecnologia e Inserção Social*. O apoio político se dava, de um lado, a partir da Unicamp, com toda a penetração nos meios de comunicação, apoiada pela sua credibilidade e pelo seu nome de peso. De outro lado, o *LabHab-Unicamp* contava com o apoio dos movimentos pela moradia de São Paulo, herdado do trabalho da equipe do *Laboratório de Habitação* da FEBASP⁵⁹.

Toda a infra-estrutura operacional do *Laboratório* vinha da Universidade. A Unicamp se responsabilizava pelo espaço físico, pelos funcionários e pelas verbas necessárias à manutenção dos trabalhos. Além de todo esse suporte de infra-estrutura, incumbia-se, ainda, da divulgação dos resultados obtidos, tanto para mídia como para os órgãos públicos.

A tecnologia dos “*pré-fabricados em cerâmica vermelha*”, como vimos anteriormente, desenvolvida inicialmente no *Laboratório de Habitação* da FEBASP e depois aperfeiçoada na Unicamp, chamava a atenção pela sua simplicidade e por suas ricas possibilidades arquitetônicas. Já a inserção social, o contato com a população organizada não só pelas associações e cooperativas como também por grupos politicamente organizados – que vinham mantendo contato com a equipe da FEBASP – possibilitou a imediata aplicação dos projetos.

O primeiro protótipo, conhecido como a “*casinha da Unicamp*”, foi desenvolvido pelo *LabHab-Unicamp*, para confirmar a eficácia do sistema construtivo. Até então, havia apenas os ensaios dos quatro painéis testados na FEBASP. O desenho dessa casinha, com os mais variados tipos de uso – comuns em uma casa de boa qualidade arquitetônica – contemplava o maior número possível de componentes: painéis de parede, laje e telha. Os componentes poderiam assumir diferentes funções. Por exemplo: os tijolos furados sendo usados como elementos vazados, os painéis de parede servindo de pilar e os painéis de laje fazendo o papel de banco. Desenvolveu-se ali todo um repertório suficiente para a construção dos mais variados tipos de casa.

O segundo protótipo, o “*sobradinho*”, como era chamado na Unicamp, foi fruto de uma adaptação do projeto desenvolvido na FEBASP

para a comunidade do Grajaú. Com esse protótipo, pôde-se confirmar a eficiência dos componentes numa construção em dois pavimentos e, ainda, explorou-se o uso dos painéis de laje para cobertura e em balanços dos volumes.

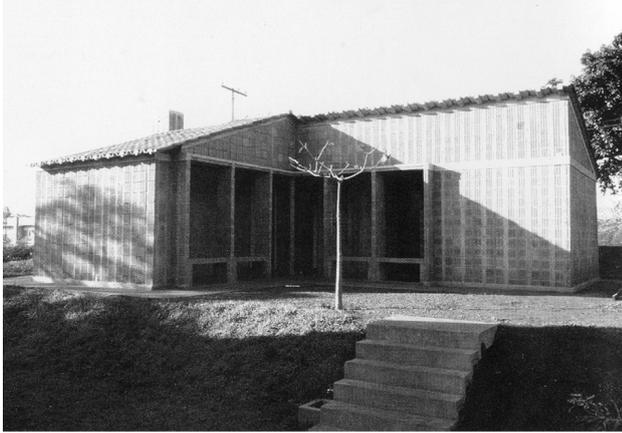
2



Lab-Hab Unicamp

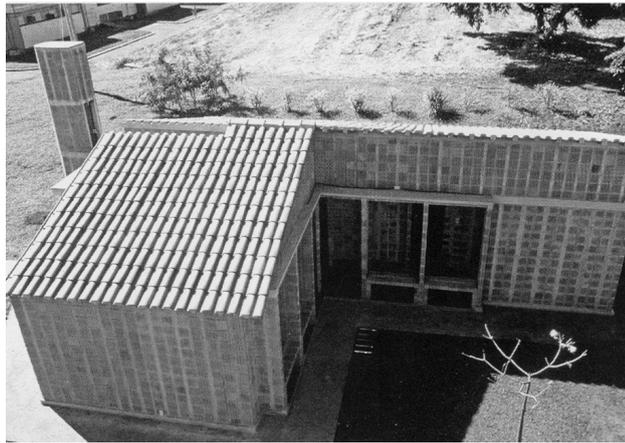
⁵⁹ Ver Capítulo 1 – páginas 24 a 29

3



Casinha da Unicamp

4



5



Sobradinho

Em meados de 1986, no *LabHab-Unicamp*, o arquiteto Joan Villà contava com o apoio da CMM (Coordenação de Movimentos de Moradia); nessa época, já se articulavam os projetos para duas entidades participantes da coordenação: a AMAI (Associação de Moradores da Vila Arco-íris – Grajaú) e a *Associação Pró-Moradia da Zona Sul* – na região do Colégio Adventista, na estrada de Itapeirica da Serra na cidade de São Paulo.

O *LabHab-Unicamp* destacou-se por todas as obras feitas para a própria Unicamp entre elas a “Moradia Estudantil”, a Escola *PRODECAD* (Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente) e Creche da área de Saúde *PROFIC* (Programa de Formação Integral da Criança) e o restaurante dos professores, chamado inicialmente de “Restaurante do Lago⁶⁰”.

O sucesso do *LabHab-Unicamp* foi tão significativo dentro da Unicamp que, mais tarde, foram criados pelo Reitor e posterior Coordenador do *NUDECRI*, professor Carlos Vogt, outros dois laboratórios dentro do próprio núcleo: o *LABJOR*, “Laboratório de Jornalismo” e o *LABEURB*, “Laboratório de Estudos Urbanos”. O *LABJOR* propôs-se a desenvolver pesquisas relativas ao jornalismo científico. Já o *LABEURB*, apesar de parecer de natureza muito próxima do *LabHab-Unicamp*, só se dedicou à parte literária e ao desenvolvimento de textos, sem que tivesse qualquer proposta ou um projeto urbano.

Veremos a seguir, todo o processo da Unicamp para sediar o *Laboratório de Habitação*. Veremos, ainda, as causas da rápida ascensão, a grande produção de projetos e obras bem como os motivos de seu declínio.

O momento histórico da Unicamp e a criação dos núcleos Interdisciplinares de pesquisa da Unicamp

O projeto de um grupo de professores da Unicamp

A Unicamp viveu um momento trágico na década de 1980, quando houve a intervenção do então Governador Paulo Maluf. Devido à forte oposição que a Universidade fizera a ele, que fora nomeado pela ditadura militar, houve um corte radical do suporte estatal para as universidades estaduais. As verbas eram severamente controladas e quase todas as ações restringidas. Muitas pesquisas tiveram de ser paralisadas e o ânimo – característico de uma universidade nova e de ponta, como era o caso da Unicamp – desabaram. Não interessava a Maluf manter aquela estrutura que não lhe convinha. A Unicamp tinha, ainda, em virtude dos poucos anos de vida, uma estrutura muito frágil.

Após esse momento, ficou claro que a Unicamp deveria tomar um novo caminho, mais definido e firme. “*Ou a Unicamp se institucionalizava ou ela acabava*⁶¹”. Até então usava o estatuto da USP para poder regular suas relações internas. Por ser a USP muito diferente, “... *usávamos apenas as disposições transitórias*⁶²”, como disse o professor Geraldo Giovanni. Logo a seguir, um grupo de professores das Faculdades de Medicina, de Economia e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas começou a fazer um movimento para institucionalizar a Universidade. Já no cargo de reitor, o professor Pinotti assumiu esse compromisso, embora corresse um grande risco. “*O risco era fazer uma universidade ‘igualzinha’ à USP*”, como afirma Giovanni. “*A Unicamp tinha de ser diferente*⁶³”, insiste o professor.

Pertenciam a esse grupo os professores Geraldo Giovanni e Paulo Renato Souza (Economia), Carlos Vogt (Letras), Irineu dos Santos e Renato Jorge (Química) e, mais tarde, o professor Carlos Henrique de Brito Cruz (que mais tarde se tornaria Reitor em 1998 – 2001) e o reitor professor José Tadeu Jorge (2002 – 2005).

O estatuto da Unicamp, que estava sendo elaborado naquela época, era voltado ao desenvolvimento tecnológico e à pós-graduação.

⁶⁰ Projetos descritos nos capítulos V e VI.

⁶¹ Professor Geraldo Giovanni, em entrevista citada.

⁶² Idem

⁶³ Ibidem.

Buscava-se uma nova identidade.

Uma das características relevantes, tanto na área de humanas como nas áreas técnicas, foi o incentivo à pesquisa coletiva. Segundo o professor Giovanni, a USP mantinha a tônica na pesquisa individual.

Buscou-se um modelo de universidade meio híbrido, com características francesas, em relação às ciências humanas, e americanas, nas áreas mais tecnológicas. *“Felizmente o projeto do fundador da Unicamp – o professor Zeferino Vaz – não se concretizou totalmente”*, desabafa Giovanni. Tal projeto, *“com um caráter muito tecnológico, tornaria a universidade muito fria”*⁶⁴. As áreas de humanas, sempre bem críticas, cresceram muito e se firmaram ainda mais, em virtude da necessidade da contraposição à ditadura.

Havia o medo de que a Unicamp seguisse o modelo departamental que caracterizava outras universidades públicas brasileiras. Havia, também, por parte do grupo de professores, uma posição muito consciente: a de que a Unicamp não deveria estruturar-se a partir dos departamentos. Ela deveria ter uma filosofia que levasse em conta os fenômenos sincréticos das ciências e não perdesse o caráter sinérgico entre todas as áreas do conhecimento. Cultivou-se assim a idéia da interdisciplinaridade que levou o grupo à criação dos Núcleos e Centros de Pesquisa.

Os Centros e Núcleos

O desenvolvimento dos núcleos da Universidade aconteceu num momento em que se percebia que o movimento de um lado epistemológico do conhecimento não poderia caber mais nos parâmetros dos limites administrativos, que eram recortados pela maneira tradicional de classificação, em disciplinas dentro das áreas. Esse sentimento, que nos anos oitenta começa a se consolidar, confirmava que a dinâmica do desenvolvimento do conhecimento passava por um processo de interpenetração de áreas de formação. Era uma dinâmica de novas áreas e de novas disciplinas resultantes dessa nova dinâmica. Foi um momento em que as palavras “multi-disciplinaridade” e “interdisciplinaridade” começavam a fazer parte do vocabulário

acadêmico. A Unicamp foi pioneira porque percebera a necessidade de construir um terreno administrativo que comportasse essa possibilidade: *“Seria um espaço mais flexível e mais anatômico capaz de abrigar essas atividades que sem eles ficariam numa espécie de limbo epistemológico”*⁶⁵.

Os núcleos e centros passaram a existir nos intervalos dos setores da universidade com forte impregnação burocrática. *“As instituições vão sofrendo um processo de arteriosclerose que vai minando-as, criando uma distância muito grande entre a dinâmica da produção intelectual e a dinâmica administrativa que deve gerir isso tudo”*⁶⁶.

O primeiro núcleo de pesquisa foi o NEPP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas). Logo em seguida, foram criados o NEPAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais), o NEPO (Núcleo de Estudos de Populações) e o NUDECRI (Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade), que viria sediar o *LabHab-Unicamp*.

Os núcleos não tinham vínculo direto com a estrutura acadêmica. Eram diretamente ligados à reitoria. O conceito de núcleos e centros fortaleceu-se a partir do grupo de professores que se reunia toda quarta-feira no *IFCH* (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp). Esses encontros eram chamados de *“Seminário de Políticas Públicas”*. Além dos professores Geraldo Giovanni e Paulo Renato Sousa, destacavam-se: Guiomar Farias, André Villa Lobos, Maria Ermínia Tavares, Sônia Draib, José Guilherme Magnani, Wilmar Farias, Ana Maria Canesqui e outros. A iniciativa do seminário sobre políticas públicas trazia para a Unicamp uma discussão que ocorria simultaneamente na Europa e nos EUA.

Uma coincidência fez com que a idéia dos núcleos prosperasse, relata o professor Giovanni: *“a Prof. Maria Ermínia Tavares, durante uma viagem de avião, sentou-se ao lado de um representante da Fundação Ford no Brasil que se propôs a financiar formalmente a experiência do seminário. Daí surge a idéia de se criarem os núcleos interdisciplinares de políticas públicas em que participava gente de várias áreas: medicina, economia, sociologia, etc.”*⁶⁷. Porém o projeto foi engavetado pelo então reitor Dr. Plínio Alves de

⁶⁴ Professor Geraldo Giovanni, em entrevista citada.

⁶⁵ Entrevista com Carlos Vogt no dia 26/04/2006

⁶⁶ Idem

Moraes (1978-1982).

Quando o professor Pinotti começou o seu mandato como reitor, foi procurado pelo professor Paulo Renato no sentido de dar atenção à criação dos núcleos. Em 1982, quando Paulo Renato foi trabalhar diretamente com Pinotti, foi criada a ADU (Assessoria de Desenvolvimento Universitário) que tinha como uma das metas, o resgate do projeto dos núcleos.

Logo surgiram os nove primeiros núcleos. O NUDECRI (Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade), antigo NDC (Núcleo de Desenvolvimento de Criação), que, como já foi dito, recebeu o LabHab-Unicamp, veio em seguida.

Os centros e núcleos tiveram muita importância, pois vieram com uma proposta que poderia mudar a estrutura burocrática. *“Foram implantados diante de uma perspectiva de avaliação constante, com sua existência vinculada à existência de projetos e programas em execução. Davam um aspecto mais funcional do que anatômico aos centros e núcleos⁶⁷”,* e assim eles permanecem. Por exemplo, o NUDECRI, desde sua origem, teve uma dinâmica com projetos diferenciados (Literatura, Artes, Jornalismo, etc.) que existiram, desenvolveram-se, tiveram sucesso, concluíram a sua trajetória, deixaram de existir e foram substituídos por outros. Nessa dinâmica interessante dos centros e núcleos, não há uma perda ou ganho, pois a filosofia era ter uma constante renovação.

O caráter dos Centros e Núcleos

Por outro lado, esse projeto filosófico, epistemológico e pedagógico dos núcleos sempre foi uma fonte de conflitos.

“O novo caráter dinâmico da interdisciplinaridade, que navega pelos intervalos, assusta sempre. Há uma certa tensão natural que, em alguns casos, vem se tornar conflito, entre esse tipo de estrutura e os penhascos mais consolidados como os movimentos estalinistas. O próprio Laboratório de Habitação da Unicamp sofreu grande

pressão da Faculdade de Engenharia, dado que essas estruturas consolidadas e tradicionais não conseguem conviver de maneira harmoniosa com essas transformações. Isso permanece até hoje”, afirma o professor Carlos Vogt, na entrevista.

Os centros e núcleos, apesar de constantemente avaliados, sempre foram considerados pelas unidades de ensino e pesquisa como algo menor e ameaçador ao mesmo tempo. *“É justamente essa menoridade que constitui a ameaça, pois traz um ingrediente que é uma certa ‘irresponsabilidade criativa’ e inteligente do ponto de vista do sistema⁶⁸”,* como explica o professor Vogt.

Os núcleos têm uma estrutura provisória que, diferentemente das outras instâncias da Universidade, é avaliada rigorosamente de três em três anos pela CLA (Comissão Local de Avaliação). *“Quando o tema se esgota, o núcleo é extinto, como no caso do núcleo criado para a discussão da constituinte⁶⁹”,* afirma o professor Giovanni.

A criação dos Núcleos Interdisciplinares gerou muita oposição das alas mais conservadoras da Unicamp, que se dava apenas no campo material: espaço físico, telefone, equipamentos, etc. *“Nunca se contestou a interdisciplinaridade e a importância que isso tinha, pois não havia argumentos. O que salvou os Núcleos não foi a forma, mas sim a idéia⁷⁰”,* continua Giovanni.

A oposição aos Centros e Núcleos

Todos os núcleos trabalhavam com algo politicamente importante e emergente; portanto, era inevitável que tivessem uma projeção significativa e que aparecessem rapidamente na mídia – o que causava a forte oposição de quem, na universidade, não participava deles.

Quando o Reitor José Martins Filho assume, em 1994, os Núcleos começam a correr perigo. Contrariando o compromisso assumido durante a campanha, de respeitá-los após sua

⁶⁷ Professor Geraldo Giovanni, em entrevista citada.

⁶⁸ Entrevista com Carlos Vogt no dia 26/04/2006.

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Professor Geraldo Giovanni, em entrevista citada

⁷¹ Idem

eleição, o próprio reitor começou a criticá-los “*da forma mais antiquada possível*”, insiste Giovanni. A estrutura dos núcleos já era bastante forte, com uma boa projeção e com gente que se destacava, tanto na área da pesquisa como no campo da política. Os núcleos resistiram, porque eram fortes, tinham independência de verbas e não dependiam da Universidade.

Na gestão do Reitor Hermano Medeiros Ferreira de Tavares (1998 a 2001) – que entrara em oposição ao grupo defensor dos núcleos – foram colocados, nos cargos mais importantes da universidade, os maiores críticos dessa iniciativa. Nesse momento aprovou-se, no Conselho Universitário, a criação da *COCEN* (Coordenadoria de Centros e Núcleos), com o intuito claro de dar fim aos trabalhos e pesquisas dos centros e núcleos e de “detonar” a independência que eles tinham com a Universidade. “*Era a perseguição institucionalizada*”, desabafa Giovanni. Inúmeras restrições foram gratuitamente impostas. Para neutralizar a *COCEN*, organizou-se uma oposição de peso, com vários diretores de institutos, professores renomados e até políticos que, com habilidade, conseguiram mudar os estatutos da coordenadoria. Só com a gestão do novo reitor, o professor Carlos Henrique de Brito Cruz, é que as coisas voltaram à normalidade.

O NUDECRI – Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp.

Um ambiente propício para receber o Laboratório de Habitação

O NUDECRI

Em 1983, quando a dinâmica dos centros e núcleos se instaurou, Vogt propôs, ao então Reitor Pinotti, a criação do NDC – Núcleo de Desenvolvimento de Criação – que mais tarde receberia o nome de NUDECRI – Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade. Nessa época, o núcleo abrigou essa dimensão “*do agito, do novo, da incorporação do estranho e do estrangeiro dentro da dinâmica da Universidade desde que isso tudo viesse com um predicado: o predicado da criatividade, o predicado do estético, o predicado do poético, o predicado do artístico, pensando sempre no papel social da Universidade, que são as atividades de extensão*”⁷².

O NUDECRI partiu de um desejo do professor Carlos Vogt – um dos professores do grupo que criou os núcleos da Unicamp – em constituir um núcleo na universidade que desenvolvesse trabalhos artísticos e literários – “*... um canto da Unicamp que possibilitasse o surgimento de inovações estéticas*”⁷³, segundo o professor Geraldo Giovanni

Logo no início do NUDECRI, foi chamado o artista gráfico João Batista da Costa Aguiar que fez uma performance chamada “vai rolar”. Uma imensa bola vermelha contendo o que rolava simbolicamente entre os três sóis contidos no símbolo da Unicamp referentes às três grandes áreas do conhecimento.

Outro projeto, o do “artista residente”, trouxe vários escritores, poetas, pintores, artistas plásticos, entre eles Fernando Faro, Ana Mariane, Fernando de Moraes e outros que nunca haviam se integrado a uma estrutura acadêmica, mas que, a partir desse projeto, começaram a desenvolver atividades na Faculdade de Música e no Instituto de Artes. Todas as atividades do NUDECRI traziam para dentro da Universidade uma certa estranheza, pois estavam fora do esperado.

Uma característica importante dos núcleos era que eles sobreviviam de

⁷² Entrevista com Carlos Vogt no dia 26/04/2006.

⁷³ Idem

financiamentos externos, dependendo muito pouco da Universidade. As verbas vinham de financiamento de pesquisa e de prestação de serviços – o que ocorria fundamentalmente com o Laboratório.

É importante lembrar que a implantação dessas experiências dos núcleos de pesquisa se deu na gestão do Reitor Paulo Renato Souza, mas se consolidou na do professor Carlos Vogt. “*Se não fosse este fortalecimento na gestão do Vogt, o Martins e o Hermano (reitores que sucederam Vogt) teriam acabado com tudo*”⁷⁴, explica o professor Giovanni. A autonomia institucional dos núcleos foi respeitada, uma vez que sempre estava em pauta no Conselho Universitário e, frequentemente, passava por avaliações externas. “*Sendo assim*”, continua Giovanni, “*era muito difícil fazer a crítica aos núcleos, como tomar medidas arbitrárias contra eles*”. Os trabalhos tomaram uma significativa visibilidade nacional e, portanto, ficavam mais protegidos de seus opositores. A respeitabilidade das pesquisas desenvolvidas fortalecia os núcleos ativos. Por outro lado, aqueles, cuja atividade deixava de ser significativa, desapareciam – o que evitava sobrecarregar a estrutura universitária.

Havia a certeza de que o núcleo que pesquisasse algo distante do mundo concreto das ciências exatas e das ciências humanas, que se voltasse para questões mais ligadas à estética e à criatividade, poderia ter um fantástico interesse.

A variedade de atividades

Para o primeiro programa do NUDECRI, o “*Programa do Artista Residente*”, foram convidados o artista, escritor e crítico Ricardo Basbaum e o artista plástico João Batista de Aguiar. Essa experiência teve muito êxito enquanto inovação estética na área literária e do pensamento – fato esse que incentivou a busca de novas experiências das outras áreas do conhecimento. Programas que envolviam o público em geral, como artes cênicas, teatro e shows musicais, faziam parte de um outro projeto do núcleo: o “*Projeto Aquarela*”, dirigido por Fernando Faro. O Núcleo teve uma rápida projeção e começou a crescer muito.

Nesse momento aparece o arquiteto

Joan Villà Martinez, amigo do professor Vogt, trazendo toda a experiência do *Laboratório de Habitação* da FEBASP, para desenvolver a ideia de habitação popular modular na Unicamp. O projeto foi muito bem aceito pelo Reitor, devido ao seu caráter social. Além de prestar serviço à comunidade, continha o que a Universidade mais sabe fazer: criar, desenvolver tecnologia e ensinar. Como esse projeto pressupunha a participação do beneficiário e do usuário, juntava-se o estético ao funcional de maneira exemplar. Era possível trabalhar em áreas do poético, do criativo e do tecnológico.

A criação do Laboratório de Habitação

O Laboratório de Habitação encaixava-se perfeitamente no perfil do NUDECRI. Se o núcleo tinha como objetivo a inovação formal e estética, tinha, também, a facilidade de abrigar experiências externas. Isso facilitou a inserção do *Laboratório na Unicamp*. Outro ponto favorável à implantação do *Laboratório* foi o fato de o NUDECRI, assim como os outros núcleos interdisciplinares, sempre focarem algo importante para a sociedade.

Em meados de 1985, o projeto do arquiteto Joan Villà, convidado a trabalhar como artista residente, elaborou um programa que recebeu o nome de “*Projeto Habitacional da Unicamp*”. Com o sucesso do programa, em janeiro de 1986, começou definitivamente a implantação do *Laboratório de Habitação*.

Devido à importância dada pelo volume de projetos e obras desenvolvidas, assim como pela rápida trajetória e grande repercussão na mídia (dentro e fora do país), por um bom tempo, o *LabHab-Unicamp* acabou tendo uma autonomia que o tornava praticamente independente do NUDECRI. Essa autonomia foi muito importante, pois não havia empecilhos à projeção do *Laboratório* e, ao mesmo tempo, aumentava a importância do NUDECRI. Essa autonomia, porém, tornava o *LabHab-Unicamp* órfão de acadêmicos ligados a postos estratégicos dentro da Universidade, o que possibilitou que fosse atacado por vários setores interessados na derrota do núcleo, a começar pela COCEN (Coordenadoria de Centros e Núcleos da Unicamp). Como vimos anteriormente, essa

⁷⁴ Professor Geraldo Giovanni, em entrevista citada.

coordenadoria era responsável pela avaliação e destino dos centros e núcleos.

A independência do *LabHab-Unicamp* em relação à estrutura acadêmica facilitou a produção de muitos trabalhos profissionais cuja execução não necessitou de muito tempo de espera para o seu desenvolvimento junto a alunos e professores. Essa característica do *LabHab-Unicamp* é, com certeza, o grande diferencial em relação ao *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Pode-se dizer que o *LabHab-Unicamp* era um escritório de arquitetura ou um escritório de projetos e assessoria técnica dentro da Universidade Pública, pois não tinha alunos, não era ligado à estrutura acadêmica e não fazia parte de nenhum projeto pedagógico.

Esse é o aspecto que caracteriza este trabalho.

Não posso deixar de chamar a atenção para o caráter pedagógico do *LabHab-Unicamp*, muito embora não fosse ligado a nenhuma escola. O interesse não estava na estrutura acadêmica da Universidade. Estava fora dela. Esse braço da pesquisa e da produção de conhecimento estava voltado para a formação da comunidade que, a nosso ver, poderia adquirir um saber capaz de torná-la autônoma e dona de seus próprios projetos. O conhecimento adquirido e as pesquisas mais recentes feitas na Universidade poderiam ser usados imediatamente. Informações e métodos que poderiam ser testados na prática sem que a comunidade se sentisse “cobaia”, pois só a presença de técnicos já constituía um benefício à população marginalizada da cidade. Qualquer contribuição superava os eventuais erros.

Todos os trabalhos, nos dois primeiros anos do *LabHab-Unicamp*, voltavam-se para dar suporte para que as associações e cooperativas chegassem às suas próprias conclusões e tomassem suas próprias decisões. Embora houvesse a presença muito forte e, às vezes, até muito paternalista por parte dos técnicos (em relação às diretrizes urbanas e partidos arquitetônicos), incentivava-se a participação das pessoas da comunidade. Todo o material gráfico, produzido para os manuais e cartilhas de obra, continha uma linguagem acessível e objetiva, que não banalizava as complexas operações de detalhamento contidas nos projetos e nas obras. Tínhamos muito claro que junto às pessoas que precisavam de nosso ofício, podíamos ajudar a organizar as ações, podíamos trazer alternativas e, principalmente, servir como interlocutores entre as comunidades e o poder público. Era assim a nossa forma de participação, ouvíamos, sugeríamos e construíamos juntos. Sentíamos, de fato, uma ferramenta libertária para ambos os lados: para os movimentos de

moradia (pela melhora significativa de situação) e para nós mesmos (por nos sentirmos úteis e solidários).

Apesar dessas características (que causavam certo constrangimento à academia), o *LabHab-Unicamp* não estava fora dos princípios de uma universidade pública. Muito pelo contrário, a Universidade ampliava as suas fronteiras, como pretendia o grupo de professores fundadores dos núcleos da Unicamp que acreditavam que a universidade pública deve devolver à população o investimento feito por ela. É com esse espírito que o *LabHab-Unicamp* se desenvolve, muito embora não tivesse, como já dito, o foco na formação do aluno da universidade. O ponto de interesse estaria, claramente, na formação do cidadão menos favorecido, que deveria participar de um grupo organizado capaz de ter força política. A organização popular deveria ser forte o suficiente para imprimir um rumo social mais justo.

O fato de o *LabHab-Unicamp* pertencer a uma Universidade pública levava a crer ser possível unir a estrutura acadêmica ao trabalho prático que se constituiria em uma pesquisa aplicada cujo beneficiário seria a população mais carente. Inicialmente, tinha-se a impressão de que a experiência do Laboratório da FEBASP continuava. No entanto, é bom lembrar, que o *LabHab-Unicamp* não tinha alunos, não estava atrelado à estrutura acadêmica e seus projetos não eram de autoria coletiva, embora a autoria coletiva fosse um dos princípios que nortearam a criação dos núcleos interdisciplinares da Unicamp.

O *LabHab-Unicamp* tinha um papel muito significativo no que se referia às propostas de projeto e ao apoio à comunidade. Na gestão do Reitor Paulo Renato Souza, por exemplo, tinha-se clara a importância do papel social da Universidade pública. O vínculo entre universidade e sociedade, entre pesquisa e usuário tornava-se uma realidade. Vários núcleos da Unicamp tinham essa prática, tanto na área de pesquisa aplicada à política como no desenvolvimento de produtos para uso imediato. Confirmavam essa prática os projetos como o tratamento de “esgoto eletrolítico”, o desenvolvimento de pesquisa na área de alimentos, na área de energia e meio ambiente, projetos para infra-estrutura agrícola e, através do *LabHab-Unicamp*, uma proposta arquitetônica, técnica e urbanística de qualidade

para habitação.

Depois do LabHab-Unicamp, foram criados os Laboratórios de Urbanismo e de Jornalismo. Todas essas iniciativas deixaram marcas significativas na Universidade. Realizaram os seus objetivos e tiveram, sobretudo, aquilo que é próprio aos centros e núcleos: a existência de projetos com começo, meio e fim.

“Ao contrário da tendência de alguns setores da Universidade Pública, esses projetos não foram pretexto para perpetuar e dar eternidade a mais uma estrutura burocrática⁷⁵”.

É, no mínimo, instigante a visão de Carlos Vogt, como coordenador do NUDECRI e Reitor, sobre as possibilidades da Universidade romper seus limites, transformando pedreiros em técnicos especializados (como eram classificados os instrutores de obra do Laboratório) e interferir diretamente no meio urbano. “Uma das coisas que muito me entusiasmava era ver a equipe de mestres formados pelo laboratório”, diz ele. O ponto culminante do Laboratório foi, para Vogt, o projeto da Moradia Estudantil:

“Essa construção continha ingredientes com características muito particulares; era um território da Universidade pública inserido num espaço real, participando normalmente da vida da cidade e sem estar isolada num território privilegiado do campus⁷⁶”.

A trajetória do Laboratório de Habitação na Unicamp

Pudemos constatar que, antes mesmo que o *Laboratório de Habitação* da FEBASP saísse de cena, o arquiteto Joan Villà já preparava a estrutura para a criação de um novo na Unicamp. Se, por um lado, a equipe de professores do *Laboratório de Habitação* da FEBASP vivia o conflito com a mantenedora da escola, por outro lado, a articulação na Unicamp já se tornara realidade.

Para o arquiteto Joan Villà a Unicamp

poderia dar um apoio significativo ao Laboratório de Habitação bem como trazer uma maior segurança ao projeto. Além da fragilidade em que se encontrava o *Laboratório de Habitação* da FEBASP, a Unicamp abria a possibilidade de muitos trabalhos, projetos e desejos desse *Laboratório* se realizarem. Além da força institucional da Unicamp, decorrente do acesso a inúmeros órgãos de pesquisa e órgãos públicos, o conhecimento acumulado no *Laboratório de Habitação* da FEBASP levou Villà a acreditar numa mudança radical do processo habitacional. Vislumbrava-se um horizonte bastante otimista, uma arquitetura muito boa, marcada pela construção modular; uma tecnologia muito simples que poderia ser absorvida mesmo por quem não entendesse de construção. Enfim, seria o “povo” montando fábricas de pré-moldados e a comunidade gerindo o seu próprio empreendimento.

Nos primeiros anos de atuação, o *LabHab-Unicamp* sustentou-se por meio da estrutura que se apoiava em três pontos fundamentais: Política, Tecnologia e Inserção Social.

A *Política* dava-se a partir do fortalecimento da autogestão da comunidade que podia contar com o apoio dos técnicos do *Laboratório*. Os técnicos, por sua vez, intermediavam as negociações com o poder público, procurando caminhar pelos espaços entre as estruturas burocráticas muitas vezes ocupados por pessoas que, encantadas com as novas idéias, facilitavam a tramitação dos projetos. Já a “grife” Unicamp não só sustentava toda a parte de infra-estrutura operacional do laboratório com o espaço físico, funcionários e verbas, como promovia e divulgava pela mídia e no meio estatal as atividades do *Laboratório*.

A *Tecnologia* dos “pré-fabricados cerâmicos”, desenvolvida inicialmente no *Laboratório de Habitação* da FEBASP, chamava a atenção por sua simplicidade e por suas possibilidades arquitetônicas.

A *Inserção Social* acontecia com a participação dos técnicos junto à população organizada, como havia anteriormente no Laboratório da FEBASP. A idéia da *autogestão*, fortalecida pela *construção por ajuda mútua* e somada ao apoio de uma Universidade de peso como a Unicamp, possibilitou a imediata aplicação dos projetos.

O momento social e político do país, quando da formação do *LabHab-Unicamp*,

⁷⁵ Entrevista com Carlos Vogt no dia 26/04/2006

⁷⁶ Idem

ainda era o mesmo que incentivou a equipe do *Laboratório de Habitação da FEBASP*. As atividades começavam a progredir, ao mesmo tempo em que se constatava a falência da política habitacional do país. A ineficácia dos programas habitacionais, a baixa qualidade arquitetônica e de construção, aliada aos altos custos dos empreendimentos, impulsionaram a atração e a demanda pelos trabalhos do *Laboratório*. O sucesso veio trazer de volta uma esperança: a de que era possível unir, novamente, a Universidade e a Comunidade.

Percebe-se, na atitude de Villà, não só um sonho mas, antes, um certo senso de oportunidade: ele soube aproveitar o fracasso da produção habitacional estatal, de lamentável arquitetura que sobressaía em contraste com o crescimento caótico da periferia autoconstruída; deu ênfase à questão tecnológica, que teria a sólida estrutura da Unicamp; e, por último, teve o apoio e deu toda a força à participação dos movimentos populares.

O Projeto Piloto

Para dar início aos propósitos de Villà, como artista residente na Unicamp, foi pensado um projeto piloto de um núcleo habitacional, para ser aplicado em favela. Desse modo, formalizava-se, para a Unicamp e para outros órgãos de fomento à pesquisa envolvidos com o projeto, o início das atividades daquilo que, logo, se transformaria no *Laboratório de Habitação da Unicamp*.

Esse documento foi assinado pelo coordenador do projeto, Villà, e pelos participantes do *Laboratório de Habitação da FEBASP*, o arquiteto Mauro Bondi e o engenheiro Yopanan Rebello. Além desses participantes, o projeto contava com a assinatura de um membro do NDC (Núcleo de Desenvolvimento de Criação), o artista plástico João Batista Aguiar.

Elaborado no final de setembro de 1985, o projeto foi encaminhado ao diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia da *Secretaria da Indústria e Comércio e Tecnologia do Estado de São Paulo*, Sr. Pedro de Mota de Barros, no dia 15 de outubro de 1985 por meio

do ofício do professor Carlos Vogt, coordenador do, então, NDC (Núcleo de Desenvolvimento de Criação da Unicamp), transcrito a seguir:

Transcrevo, na íntegra, o ofício que dá início às atividades que levaram ao *Laboratório de Habitação*. Interessa essa descrição mais detalhada, uma vez que o documento, além de ser um marco da institucionalização do projeto habitacional na Unicamp, evidencia as partes envolvidas, bem como registra a presença da “bandeira ideológica” da auto-gestão, que vinha se fortalecendo desde a *Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos* até o *Laboratório de Habitação da FEBASP*. É importante salientar que esse ofício, datado de 15 de outubro de 1985, dava-se ao mesmo tempo em que o *Laboratório* da FEBASP estava ainda em franca produção e prestes a receber o apoio da comunidade, através da *CMM* (Coordenação de Movimentos de Moradia), da *APROBASP* (Associação dos Professores da Faculdade de Belas Artes de São Paulo) e da própria mantenedora da escola, que garantia à COHAB a continuidade dos serviços prestados pelo *Laboratório*. (Ver documentos nas páginas 24 e 25 do Capítulo 1).

“Prezado Senhor,
De acordo com os entendimentos mantidos com V. Sa. pelos professores José Valladão de Mattos e Joan Villà, temos a satisfação de encaminhar-lhe para as providências necessárias a proposta em anexo, de título ‘Projeto piloto em favela, de núcleo habitacional sob gestão comunitária, com o emprego de tecnologia de construção utilizando componentes pré-fabricados com cerâmica vermelha’, a ser desenvolvido conjuntamente pela Unicamp, através do N.D.C. e por essa secretaria, através do I.P.T. Esperando um andamento positivo para esta proposta, subscrevo-me
Cordialmente,
Carlos Vogt
Coordenador do NDC (Núcleo de Desenvolvimento de Criação).⁷⁷”

Vale detalhar o referido “Projeto Piloto”, uma

⁷⁷ Ofício NDC de 15 de outubro de 1985

vez que sua descrição explicita as crenças daquele momento.

Pretendia-se oferecer uma alternativa ao crescente déficit de moradia das cidades brasileiras através de ações que permitiriam “organizar a participação da população interessada na resolução de seus problemas de moradia”⁷⁸. Nesse sentido, apresentavam-se, como exemplo, as reivindicações de diversos movimentos de moradia emergentes: Vila Nova Cachoeirinha, Grajaú, Recanto da Alegria, Instituto Adventista e Parque Fernanda, na cidade de São Paulo; Vila Comunitária, em São Bernardo do Campo, e vilas em São João da Boa Vista e Penápolis, no Estado de São Paulo. O argumento usado para justificar o projeto era, de um lado, a existência de inúmeros programas habitacionais dos governos – municipais, estaduais e federais – e, de outro, a presença marcante dos movimentos organizados pela moradia, que já tinham experiência com mutirões e construção por “ajuda mútua”. O uso da mão-de-obra da própria comunidade reduziria os custos finais das habitações – mais uma maneira de transferir as responsabilidades do governo para a população.

Propunha-se uma revisão nos procedimentos técnicos dos canteiros, não só na sistematização da obra mas, também, no uso mais inteligente da mão-de-obra.

Percebe-se, claramente, no discurso introdutório da apresentação, uma certa empolgação, dada a certeza de que a experiência adquirida na Belas Artes, o exemplo das Cooperativas Habitacionais Uruguaias, o apoio do movimento popular organizado e a fabulosa técnica de painéis cerâmicos mudariam, radicalmente, os caminhos da moradia no país e, quem sabe, no mundo.

Ao se contrapor à autoconstrução, cara, individualizada e sem suporte técnico, a nova proposta de construção por “ajuda mútua” deveria reunir as forças construtivas organizando-as num só conjunto – dado o “*âmbito coletivo em*

que se operam, intervêm de modo favorável à concentração de recursos humanos, organizativos, institucionais, econômicos, técnicos, etc.”⁷⁹

A solução, segundo o documento, estaria no desenvolvimento de um sistema construtivo que permitiria:

1. sua adoção por uma mão-de-obra não especializada ...;

Havia o claro desejo de formar uma mão-de-obra capaz de produzir, em usinas de componentes, peças pré-fabricadas em larga escala.

2. obter, nessas condições, um produto final melhor;

Com a construção e o controle das próprias associações de moradores, a qualidade da obra seria muito melhor do que a produzida pelas empreiteiras, a exemplo das Cooperativas Habitacionais do Uruguai.

3. eliminar as perdas de material, frequentemente observadas pela imperícia da mão-de-obra face aos procedimentos adotados, reduzindo significativamente os custos finais;

Ao contrário das obras públicas, a fiscalização e o interesse das associações no uso e economia de materiais, reduziria substancialmente os desperdícios.

4. limitar, ao máximo possível, o esforço físico requerido na construção por processos convencionais;

O sistema de peças industrializadas reduziria os esforços tradicionais da construção civil, tanto na confecção dos componentes (com equipamentos próprios), como na montagem das construções (com equipamentos para erguer e posicionar cada componente).

5. introduzir um modo de produção que organize a mão-de-obra e o canteiro, de modo compatível com o trabalho coletivo em escala.”

Percebe-se que o intuito era o de conseguir montar grandes fábricas populares de componentes pré-fabricados. Assim seria possível reduzir significativamente os custos da produção habitacional e empregar a mão-de-obra das populações menos favorecidas. O melhor benefício seria a formação de mão-de-obra de técnicos que levariam a um salto qualitativo de suas comunidades.

⁷⁸ “Projeto Piloto em Favela, de Núcleo Habitacional sob Gestão Comunitária, com o Emprego de Tecnologia de Construção Utilizando Componentes Pré-fabricados com Cerâmica Vermelha”, desenvolvido no NDC (antigo NUDECRI) em Setembro de 1985.

⁷⁹ Idem

Na delimitação da área de atuação do projeto piloto fica, ainda, a marca de uma vontade de se estruturarem, institucionalmente, os demais setores envolvidos na questão habitacional. O documento expõe, claramente, o desejo da “*articulação das ações da Universidade, da Comunidade e do poder público, com a interveniência do setor privado.*”⁸⁰

No objetivo geral do documento, coloca-se como solução dos problemas, identificados anteriormente, o desenvolvimento da tecnologia de componentes com o uso de cerâmica vermelha, desenvolvida, no início, no *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Fica clara essa intenção no seguinte trecho:

“Neste sentido, a tecnologia que iniciamos e pretendemos desenvolver, procurando satisfazer as questões anteriores, baseia-se na pré-fabricação de componentes de construção com o emprego de cerâmica vermelha.”⁸¹

Já nesse documento, aparecem os componentes que viriam compor todo o sistema construtivo utilizado pelo *LabHab-Unicamp* até os seus últimos dias: painéis de laje, painéis de parede, painéis de escada e painéis de telha. Só os painéis de arco, para a construção de grandes vãos, apareceriam em seguida.

O primeiro protótipo e seu significado: “A Casinha da Unicamp”

A “Casinha da Unicamp”: a construção de um Símbolo

Seria possível descrever a história do *Laboratório de Habitação* da Unicamp apenas com um rápido olhar sobre a “Casinha da Unicamp”. Essa imagem é reveladora. Ali está a conjunção de idéias, crenças e contradições nascidas de um momento precioso que consegue juntar o desejo dos professores e alunos do *Laboratório de Habitação* da FEBASP de uma resposta para a questão da moradia. Existia, ao mesmo tempo em que se construía esse primeiro protótipo, um grupo de professores progressistas da Unicamp, interessados em formar uma nova universidade pública, criativa, livre dos limites dos departamentos, que fizesse da pesquisa e das publicações de autoria coletiva um vigoroso conceito a se sobrepôr às autorias individuais na produção do conhecimento.

Vale a pena descrever, agora em detalhes, a notável convergência de propósitos contida nesse protótipo.

A contribuição dessa obra, feita às pressas para uma inauguração de última hora, foi um passo relevante para o desenvolvimento da tecnologia que ganharia destaque nos meios acadêmicos e na mídia. Era a primeira vez que se construía com os painéis cerâmicos. A constante troca de idéias entre o arquiteto e os construtores, a percepção de sua profundidade e o registro de cada descoberta deixaram de ser apenas recursos técnicos; tornam-se um rico subsídio à análise de um projeto que pretendia ser uma mudança de paradigma para a habitação do país, calcada no produto entre o “fazer” do trabalhador e o “saber” acadêmico.

O primeiro catálogo publicado na Unicamp sobre o *Laboratório de Habitação* traz um trecho que destaca bem aquilo que se pensava e almejava:

“Uma arquitetura nascida na ação solidária dos técnicos com os movimentos sociais e que, ao romper com os limites estritos da prancheta, integre a pesquisa e a prática arquitetônica às necessidades e desejos da população, transformando o projeto

⁸⁰ “Projeto Piloto em Favela, de Núcleo Habitacional sob Gestão Comunitária, com o Emprego de Tecnologia de Construção Utilizando Componentes Pré-fabricados com Cerâmica Vermelha”, desenvolvido no NDC (antigo NUDECRI) em Setembro de 1985.

⁸¹ Idem

num instrumento libertário ao antecipar os anseios que todos têm sobre o espaço a ser edificado, precedendo assim à construção do seu imaginário.⁸²

A técnica construtiva usada para a construção do protótipo – painéis mistos de cerâmica vermelha e concreto –, como pudemos ver anteriormente, originou-se na FEBASP sob a influência da técnica usada pelas cooperativas habitacionais uruguaias. A descrição dos princípios que norteavam o sistema construtivo, que, na época, contrapunha-se à tendência de usar materiais alternativos, estranhos à maior parte das pessoas, ficam claros no seguinte trecho do mesmo catálogo:

“ Procuramos desenvolver e aplicar tecnologias adequadas a nossos materiais, mão-de-obra, nosso instrumental e nossos recursos de capital. Escolhemos a cerâmica vermelha não só por suas qualidades tradicionais como material, mas, também, porque é com ela que se constrói a casa de alvenaria que é a ‘casa da cidade’, na visão do povo que nela chega para viver. Por isso entendemos a rejeição que ele tem em relação às técnicas desenvolvidas com a intenção de reduzir os custos de construção e que para isso se utilizam de sucata industrial, subprodutos vegetais, etc. devidamente reciclados, mesmo quando apresentam resultados satisfatórios. Procuramos refletir sobre as condições de produção e de relação de trabalho no canteiro. No sobre-trabalho do fim-de-semana a exigir esforços físicos difíceis de recuperar ... na pouca capacitação da mão-de-obra na prática de um ofício de pedreiro ... Procuramos desenvolver uma tecnologia de fácil apreensão que, ao eliminar os instrumentos de pedreiro ... elimina em grande parte a necessidade de conhecimento tradicional⁸³”.

O que importava, para além da técnica construtiva, era o significado do desenho da “*Casinha da Unicamp*”, desenho esse que teimava buscar a “proporção áurea” em seu equilibrado cenário: desenho que, apesar de inovador, rompia a junção dos telhados através de um hiato da cumeeira (recuada do plano da fachada, logo ao centro e sobre o volume que vem marcar, claramente, a entrada) com o ícone estabelecido de uma casa tradicional. Sua arquitetura continha os símbolos atávicos, como no desenho de uma criança: a horizontalidade do chão, o plano da parede, o contorno da porta e da janela, um telhado de duas águas e, muitas vezes, a verticalidade de uma chaminé cuja fumaça sinuosa anuncia a vida do lar.

A pele de “tijolinho baiano⁸⁴” aparente, dominante na construção das periferias, valorizava-se pelo ritmo modular dos painéis pré-fabricados, não escondia as marcas de um novo “fazer”, ao contrário, evidenciavam uma prática de canteiro que, no mínimo, desmontava a hierarquia de poder estabelecida na construção civil convencional, como se verá no próximo capítulo.

Para quebrar a simetria absoluta e evidenciar o rigor do projeto, erguia-se, à esquerda, a força da verticalidade de uma torre da caixa d’água – estandarte de uma conquista social – tendo como apoio, no plano anterior, o muro, cujo centro era marcado pelo quadrado de renda formada pelos furos dos tijolos.

A cor das fachadas era a mesma que predominava na das casas auto-construídas, marcada pela organicidade da ocupação e pelos volumes multicoloridos das favelas menos miseráveis. Havia ali, porém, uma nova lógica, um vetor que apontava para uma ordem de outra natureza: o resgate da dignidade do cidadão comum e o direito ao belo.

No mesmo catálogo podemos ver como Villà propõe o respeito com o trabalhador que busca morar decentemente:

⁸² Martinez, Joan Villà. “Construção por Ajuda Mútua” – catálogo do Laboratório de Habitação – NUDECRI – Unicamp, 1986

⁸³ Idem

⁸⁴ Nome que, em São Paulo, se dá ao tijolo cerâmico de oito furos (medindo 9x19x19), o mais usado nas periferias das grandes cidades brasileiras e de muitos países.



“Na ‘Casinha da Unicamp’ o desenho que a constrói procura resgatar a dignidade da casa do trabalhador, perdida no fazer tecnocrático que, sob a ótica de eliminar déficits habitacionais – permanentes apesar de tudo – tem amesquinhado a moradia ao transformá-la num instrumento utilitário, resultado de um processo de produção massiva dentro das normas quantitativas de qualidade: a qualidade quantificada pelo salário e a renda familiar ... ⁸⁵”

Após a presença do líder comunitário na inauguração do protótipo, uma mudança fundamental de perspectiva se apresentava para o movimento organizado pela moradia de São Paulo: o termo “popular” deve ser sinônimo de qualidade e não de “porcaria”, como normalmente se aceita.

A mudança de paradigmas

Naquela fachada estava estampado que a “casa popular” poderia ser de qualidade e, além disso, bonita. Além da beleza, a tecnologia

apresentada naquele protótipo parecia fortalecer a idéia de que era possível construir as casas com a mão-de-obra não especializada e que o sistema de painéis modulares, confeccionados industrialmente, trariam algo há muito desejado: as associações poderiam formar cooperativas que montariam fábricas de componentes que seriam usados para a construção das próprias moradias; o excedente comercializado. Além da agilidade e economia que esse fato traria, essas fábricas gerariam recursos e diminuiriam, enormemente, o desemprego nas regiões mais críticas da cidade. Além da auto-gestão, as associações conquistariam autonomia para poderem construir e administrar os demais equipamentos necessários: creche, escola, posto de saúde, centro comunitário, etc. Seria uma verdadeira revolução! Tudo parecia concretizado a partir da realidade ali apresentada pela “Casinha da Unicamp”.

Para os movimentos organizados pela moradia, o horizonte que surgia era fabuloso: uma equipe técnica comprometida com a população e com o apoio de uma Universidade de ponta

⁸⁵ Martinez, Joan Villà. “Construção por Ajuda Mútua” – catálogo do Laboratório de Habitação – NUDECRI – Unicamp, 1986

como a Unicamp. Reforçava-se, cada vez mais, a necessidade de as associações terem os seus próprios técnicos, profissionais que garantiriam a afirmação de suas metas e se colocariam ao lado da comunidade, sempre que necessário, como mediadores apoiando suas conquistas diante do poder público.

Interesses de políticos

Outro aspecto importante é o que representava aquele primeiro protótipo para alguns políticos e para alguns secretários e técnicos de governos e prefeitura. Muitos políticos, do alto escalão, viam, naquela possibilidade habitacional, um “ovo de Colombo” que serviria como trampolim para eleição ou cargos mais elevados. Outros, além do fato de ganharem visibilidade por intermédio de uma arquitetura inovadora, viam uma possibilidade real de melhorar as condições habitacionais de suas regiões.

Um fato curioso é a história que contavam sobre a visita de um governador à “Casinha da Unicamp⁸⁶”. Admirado com a beleza e com os custos, o governador perguntou: quanto mede a casa? (nessa época, as casas da COHAB da prefeitura de São Paulo tinham uma área que variava de 18 a 25m² – as chamadas “casa embrião”). Logo responderam que a casinha tinha 40 m². Em seguida, a esposa do governador disse:

“que boa a casa, e custou tão pouco... se tirassem essas coisas inúteis como a varanda, o nicho de entrada, a laje de ferro e essa torre de caixa d’água, ficaria muito mais barata ainda e daria para construir muito mais casas!”

Nesse instante, Villà respondeu:

“Assim a casinha ficaria muito ruim”.

A esposa do governador logo retrucou:

“mas isso é um luxo para pobre!”

Em seguida, Villà responde:

“Essa casa não é para pobre não, minha senhora. Ela é para gente!” Esse diálogo explica bem a ótica do governante.

Um outro fato interessante se deu com o Prefeito da cidade de Socorro. Em visita ao Laboratório, o prefeito exclamou: “a casinha

é linda! Quero construir pelo menos umas cem unidades iguaisinhas a essa” (é necessário explicar que o prefeito dispunha apenas do projeto da CDHU para um terreno que ficava em destaque na entrada da estância de Socorro. Ele achava que deveria ter um projeto bonito para não estragar a vista). Villà, diante desse comentário, explicou: “Prefeito, temos de fazer um projeto específico para o local, com casas diferenciadas para cada lugar diferente do terreno”. O prefeito indaga espantado “Por que não? Com essas casas o loteamento vai ficar muito bonito”. Villà, então, percebendo a falta de conhecimento do prefeito, espertamente usou de um artifício: “Prefeito, a beleza de uma mulher está na diferença e não na igualdade – isso se dá porque uma é alta, outra é baixinha, uma é loira, outra é mulata, etc. Se o senhor me coloca 20 misses Suécia na minha frente, vou perder o tesão! Logo o prefeito entendeu: “Ah! É verdade...”⁸⁷”

Essas histórias, mesmo que não sejam muito fiéis à realidade, serviram para dar explicações didáticas para visitantes e alunos. Elas são muito diretas e bem simples.

Vários “truques” eram usados para fazer com que políticos ou clientes coletivos (associações, cooperativas, etc.) entendessem rapidamente as propostas urbanas e o uso de determinadas tipologias e a tecnologia construtiva. Para explicar, por exemplo, a grande monotonia dos conjuntos habitacionais, com uma infinidade de casinhas idênticas, dizíamos que “se alguém toma uma cachaça antes de chegar em casa, ao voltar, nunca mais acha a sua”. Para explicar a fundação “radier”, fazíamos a comparação à uma mangueira (com as raízes espalhadas na superfície) ou com uma balsa de concreto armado – se a balsa de ferro, com veículos pesados em cima não afunda, por que uma na terra afundaria? Para explicar a estabilidade das paredes, mostrávamos que para uma folha de papel fique em pé sem cair, basta fazer uma dobra ou curvatura. Em outras palavras, havia a necessidade de uma pedagogia específica para cada grupo e, assim, cumpríamos uma das funções da Universidade: *Desenvolver a extensão, abrindo a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior à população em geral.*

⁸⁶ Não há documentação nem gravação sobre esse assunto. O que está escrito tenta ser fiel à história contada pelo arquiteto Joan Villà e membros da equipe do Laboratório.

⁸⁷ Não há documentação nem gravação sobre esse assunto. O que está escrito tenta ser fiel à história contada pelo arquiteto Joan Villà e membros da equipe do Laboratório.

Era freqüente a visita de professores e funcionários da Unicamp que levavam outras pessoas para ver a *casinha*. Muitos se interessavam em contratar os serviços do *Laboratório*, mas só eram aceitos clientes coletivos, assim como associações, cooperativas, etc.

A projeção e os conflitos com o poder público

O sucesso da casinha acabou gerando alguns problemas. Quando saiu o custo do primeiro protótipo – de 40 m², com laje de forro, varanda, telhado de barro, armários de alvenaria, etc. – constatou-se que seu custo era muito próximo ao da casa de 18 m² da COHAB de São Paulo. Com isso, expunha-se uma das maiores distorções da produção habitacional: ficava claro que a produção estatal de habitações, numa ação conjunta com empreiteiras e fornecedoras de material de construção, fazia uso do desvio de recursos para, na maior parte das vezes, financiar campanhas políticas. É óbvio que essa exposição dos custos da construção causou uma verdadeira avalanche de ataques. As COHABs, a CDHU e alguns órgãos governamentais, imediatamente, trataram de dizer que os custos não eram verdadeiros. Chegaram a publicar fotos de nosso canteiro de testes – onde os ensaios de peças levavam à destruição proposital de componentes – em que mostravam que havia muito desperdício de materiais, dada a quantidade de entulho produzida na construção do protótipo. Tentaram, de todas as maneiras, desqualificar a “*Casinha da Unicamp*” na Unicamp.

Por outro lado, muitos profissionais sérios que pertenciam às COHABs e CDHU defendiam o projeto e enfrentavam muita resistência dentro dessas companhias.

A imagem da Casinha se tornou emblemática e foi publicada em várias revistas e jornais do Brasil e de outros países. Foi matéria de capa da revista “A Construção”⁸⁸, em setembro de 1986, e da “Revista de Imóveis”, em dezembro de 1987⁸⁹. Foi publicada, também, em mais de uma dezena de revistas e jornais, entre elas várias revistas “AU”, revistas “Projeto” e algumas importantes publicações internacionais

como “L’Architecture D’Aujourd’Hui (Abril de 1988), a revista inglesa “Building Design” (dia 16 de julho de 1987), revista “Arquitectura Panamericana” (da Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, em dezembro de 1993), revistas italianas “Spazio e Società” (nº 67, de 1994 e nº 71, de 1995), além de outras publicações^{89b}.

De toda a projeção e de todas as idéias que envolviam aquele protótipo, um fato importante aconteceu no dia de sua inauguração. Entre as autoridades presentes, o Governador Franco Montoro e o Reitor da Unicamp professor José Aristodemo Pinotti, estava presente o líder da *AMAI – Associação dos Moradores da Vila Arco-íris*. Era admirável o fato de um líder comunitário ter direito a discurso entre o governador e o reitor de uma universidade pública. Isso se constituiu num marco para ambos os lados: para o governo e universidade, que tinham de admitir a força do movimento popular organizado e pelo lado da comunidade que, pela primeira vez, se sentia incluída nas decisões sobre seu próprio destino.

A participação de um líder comunitário no pomposo cenário da inauguração da “Casinha” passou a ser um marco para os movimentos de moradia. Para alguns representantes de associações pela moradia, eles estavam tendo acesso à Universidade, mesmo sem passarem no vestibular. A Universidade parecia dar sinais de que iria se aproximar mais da população em geral.

No início das atividades, o *LabHab* gerava curiosidade e motivo de orgulho dentro da própria Unicamp, uma vez que começava a aparecer com freqüência na mídia. Mais tarde, o fato de nenhum profissional com titulação fazer parte da equipe e de pedreiros ganharem o status de “técnicos especializados” (os instrutores de obra que eram fundamentais nas obras) começou a incomodar.

No final de 1986, o *LabHab-Unicamp* deslanchou. Além do coordenador Joan Villà, trabalhavam na equipe do escritório de São Paulo dois arquitetos, Francisco Scargliusi e Roberto Pompéia. Em Campinas, o arquiteto Aduino Moraes, estagiários da PUCAMP e os quatro instrutores de obra desenvolviam os protótipos. No início de 1987 a equipe se ampliou e os trabalhos multiplicaram-se.

⁸⁸ “A Construção – São Paulo, nº 2015, São Paulo 22 de setembro de 1986, PINI Editora.

⁸⁹ Revista de Imóveis – ano V - nº 4 São Paulo, dezembro de 1987, AVALIEN Engenharia de Avaliação Ltda.

^{89b} Ver cópias nos anexos da tese.

O LabHab na Estrutura da Unicamp

A independência, a autonomia

Devido à sua importância, com o seu volume de projetos e obras, e com a rápida repercussão na mídia dentro e fora do país, o *LabHab-Unicamp*, por um bom tempo, acabou tendo uma autonomia que o tornava independente do *NUDECRI*. Essa autonomia, por um lado, foi muito importante para o núcleo e para a Universidade mas, por outro, o *Laboratório* ficou órfão de acadêmicos ligados a postos estratégicos dentro da Universidade. Os acadêmicos, com seus títulos e projetos de pesquisa, assim como o professor Carlos Vogt, ficavam no núcleo, mas não participavam de nenhum projeto comum. Essa situação facilitou o ataque de vários setores interessados na derrota do *Laboratório*, a começar pela *COCEN* (Coordenadoria de Centros e Núcleos da Unicamp) que era a responsável pela avaliação e destino dos centros e núcleos.

A inércia

A autonomia possibilitou a execução de trabalhos que, se estivessem ligados à estrutura acadêmica, jamais seriam realizados. Ou seja, os projetos e obras exigiam dedicação integral da equipe e não podiam depender de professores e alunos cujo processo é necessariamente mais lento. Não houve um espaço para alunos. Algumas tentativas de inseri-los nunca foram adiante. Havia uma inércia muito grande para viabilizar os estágios, uma vez que o *LabHab-Unicamp* não pertencia à estrutura acadêmica.

Um bom exemplo dos diferentes tempos e os diferentes resultados (o da produção acadêmica e o da profissional) foi o caso da construção de uma pequena grua para a montagem das obras. Fui ao diretor da Faculdade de Mecânica da Unicamp para pedir ajuda para elaboração de um projeto adequado às nossas

necessidades. Mostrei uma grua (feita com sucata pelos instrutores de obra e sob minha orientação) que embora tivesse um desempenho razoável poderia ser muito melhor. O Diretor encaminhou a idéia a um professor que, depois de um ano e dois meses, disse estar com um aluno que havia se interessado pelo projeto e que ia fazê-lo como trabalho de conclusão do curso. Seis meses mais tarde, o projeto estava concluído. Consegui uma boa verba da reitoria para a construção da grua e o diretor do Centro de Tecnologia (CT) comprometeu-se a executá-la. Mais nove meses se passaram até que a grua ficasse pronta.

Apesar de todo o tempo investido nessa empreitada (29 meses), o resultado foi catastrófico: a grua não saía do chão sem a ajuda de um enorme guindaste; a estrutura da lança era quadrada – o que nenhuma outra tem; as roldanas eram maciças e a base não podia se mover. Ao perguntar ao professor e Diretor do CT como é que isso pode acontecer, ele me respondeu: "... vi que não ia dar certo, mas quem sou eu para mudar o projeto?" A grua foi abandonada e, mais tarde, vendida como sucata.

Universidade e Comunidade

O momento social da formação do *Laboratório de Habitação* foi muito importante uma vez que suas atividades começavam a progredir ao mesmo tempo em que se constatava a falência da política habitacional do país. A ineficácia dos programas habitacionais, a baixa qualidade arquitetônica e de construção aliada aos altos custos dos empreendimentos impulsionaram a atração e a demanda pelos trabalhos do *LabHab-Unicamp*. O sucesso veio trazer de volta a esperança de que era possível unir novamente a Universidade e a Comunidade. Rapidamente, várias escolas de arquitetura propuseram-se a criar seus próprios *Laboratórios*.

Durante a gestão do Reitor Paulo Renato Souza era clara a importância do papel social da Universidade Pública. O vínculo entre universidade e sociedade, entre pesquisa e usuário tornava-se uma realidade. A perspectiva de que a Universidade Pública tinha o dever de devolver à população o investimento nela aplicado firmou e incentivou o

desenvolvimento de pesquisas aplicadas que beneficiassem diretamente a população. Vários núcleos da Unicamp tinham essa prática tanto na área de pesquisa aplicada à política pública (NEPP, NEPO, etc.) como no desenvolvimento de produtos para uso imediato como: o tratamento de esgoto pelo processo “eletrolítico”, o desenvolvimento de pesquisa na área de alimentos, de energia, de infra-estrutura agrícola e, por meio do *LabHab-Unicamp*, uma proposta arquitetônica, técnica e urbanística para habitação.

A autonomia institucional dos núcleos foi respeitada, pois sempre estava em pauta no Conselho Universitário e, freqüentemente, passava por avaliações externas. “*Sendo assim, era muito difícil fazer a crítica aos núcleos assim como tomar medidas arbitrárias contra eles*”⁹⁰. Os trabalhos dos núcleos, assim como os projetos do Laboratório, tomaram uma significativa visibilidade nacional e, portanto, ficavam mais protegidos de seus opositores. A respeitabilidade das pesquisas desenvolvidas fortificava os núcleos ativos. Por outro lado, aqueles cuja atividade deixava de ser significativa desapareciam – o que evitava sobrecarregar a estrutura universitária já tão inerte.

Os ofícios, convênios e toda a administração do *Laboratório* estava subordinada diretamente à reitoria. Dessa forma, obtinha-se uma agilidade muito maior. Os projetos e pesquisas desenvolvidas eram de interesse da política do reitor e do primeiro escalão em exercício; a análise e os despachos dos contratos e dos convênios eram feitos com rapidez pela Procuradoria Geral da Universidade. Os projetos internos, como a Moradia Estudantil, eram comandados pela CGU (Coordenadoria Geral da Unicamp)

que, normalmente, era comandada pelo Vice-reitor.

No final de 1986, foram encomendados, para a própria Unicamp, vários projetos. Além desses serviços internos, havia convênios externos a serem executados, conforme se vê a seguir:

Projetos em desenvolvimento para a Unicamp:

1. Projeto da Moradia Estudantil – Urbanização e projeto de cerca de 250 casas com todo o apoio de serviços, centro de atividades comunitárias, centro comercial, centro administrativo, etc.
2. Início do projeto de urbanização da Moradia dos Funcionários da Unicamp – cerca de 800 unidades habitacionais.

Projetos e convênios externos:

1. Projeto das unidades habitacionais para a “Associação Pró-Moradia da Zona Sul” – Adventistas I – São Paulo – SP (sob a responsabilidade do arquiteto Francisco Scargliusi).
2. Projeto para 82 unidades habitacionais para a AMAI “Associação dos Moradores da Vila Arco-íris” – Grajaú – São Paulo – SP (sob a responsabilidade do arquiteto Roberto Pompéia).
3. Convênio com o ONU / PNUD “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” para cooperação técnica e realização de protótipos para as prefeituras do Nordeste (sob a responsabilidade do Coordenador Villà).

O acúmulo de projetos e obras foi enorme. O “Projeto Participativo”⁹¹ exigia mais tempo para a pequena equipe. Assim como havia a participação na elaboração dos projetos por parte dos moradores das

⁹⁰ Professor Geraldo Giovani em entrevista no dia 06/05/2005

associações, na Unicamp os estudantes também participaram. Apesar da coresponsabilidade, com relação ao produto final, o desenvolvimento do projeto era muito lento em função das incontáveis reuniões para se decidirem os detalhes. Além dos projetos havia a necessidade de se elaborar manuais de tecnologia para o perfeito entendimento, pelos participantes, das obras em regime de “Ajuda Mútua”⁹².

Só havia uma saída: a contratação de mais dois arquitetos, um engenheiro, técnicos em edificação e estagiários. Assim, em meados de fevereiro de 1987, foram contratados os arquitetos Mário Braga e Sérgio de Simone, o engenheiro Yopanan Rebello, o técnico em instalações Edson Takahashi e, para os desenhos dos manuais, foi contratada a arquiteta Sueli Takabaiashi. Menos de um ano depois, a equipe dobrou.

Para viabilizar a demanda, o desenvolvimento dos projetos da moradia dos estudantes e a dos funcionários da Unicamp, foram contratados os serviços de outros escritórios de arquitetura.

Em meados de 1987 a equipe contava com oito arquitetos, um engenheiro civil, dois desenhistas e técnicos em edificações, cerca de quatro estagiários, três secretárias, um técnico administrativo, quatro instrutores de obra, além do apoio de dois motoristas e de funcionários responsáveis pela manutenção do setor.

A estrutura do *LabHab-Unicamp* já era grande o suficiente para se destacar e chamar muita atenção de outros setores da Universidade⁹³. Todo esse destaque foi motivo de orgulho para alguns e de inveja para outros, principalmente para aqueles ligados a departamentos de construção civil

da Unicamp.

Em 1990, mais um órgão ligado à reitoria foi criado para gerenciar os trabalhos e administrar as licitações e obras da Moradia Estudantil: “GEPH” ou “Grupo Executor de Projetos Habitacionais”. Esse grupo, depois da construção da Moradia Estudantil, passou a gerenciar os trabalhos para a Moradia dos Funcionários da Unicamp, conhecido como “Conjunto Habitacional Arlete Lins Teixeira”; deveria servir de interface entre a universidade e o poder público. No caso da moradia estudantil, deveria administrar os recursos repassados pela CEF – Caixa Econômica Federal; licitar e contratar serviços e fiscalizar as obras. No caso da moradia dos funcionários, deveria fazer o mesmo com a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. Mas, com o passar do tempo, em virtude das vultosas verbas para as construções, esse grupo passou a ser chefiado por um ex-presidente da COHAB – Campinas, saído da prefeitura quando da posse do prefeito Jacó Bittar. O chefe do GEPH foi, por indicação política, trabalhar na Unicamp.

Em decorrência desse fato, aquilo que poderia ter sido inédito ou ter servido de exemplo como uma das possibilidades de participação da Universidade Pública de ponta junto à sociedade, propondo e aplicando novas tecnologias, acabou por repetir o que já se fazia: trazer para a universidade os vícios políticos e erros conceituais. A política das COHABs e CDHU adotadas pelo GEPH reproduzia as tendências burocráticas do poder público e seguia na contra-mão de uma política de

⁹¹ Ver Revista “Projeto” n° 162 de abril de 1993 - cópia em anexo

⁹² Preferia-se o termo “Ajuda Mútua” no lugar de “Mutirão” para destacar as diferenças em relação aos mutirões tradicionais, muito explorados por políticos e criticados por parte da academia.

⁹³ Veja relação dos trabalhos e exposições do Laboratório realizadas entre 1986 e 1988 no final deste capítulo.

participação comunitária. Todo o esquema lucrativo estabelecido entre empreiteira e órgão gerenciador de obras repetia-se tornando mais distante o controle da associação dos funcionários.

Portanto, ao invés do *LabHab-Unicamp* ter o GEPH como parceiro, passou a tê-lo como inimigo. Demorou muito tempo, quase dois anos, para se perceber que o interesse do grupo era o de eliminar o *Laboratório* – fato esse que levou à saída do projeto e execução da moradia dos funcionários.

Um dos setores mais avançados de toda a estrutura burocrática da Unicamp, ainda hoje, é a FUNCAMP (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp). Esta entidade administrava recursos da universidade e garantia autonomia e agilidade na movimentação financeira de cada setor. Todo o dinheiro que entrava para o *LabHab-Unicamp* passava pela FUNCAMP; distribuíam as porcentagens para a Universidade e para a administração desses recursos. O restante era depositado na conta do *Laboratório* que tinha a liberdade de usá-lo como quisesse, respeitando, evidentemente, as regras legais do patrimônio público. A compra de equipamentos ou outros materiais não dependiam de um órgão superior, nem de nenhuma escalada burocrática. Dessa forma, todo o convênio que envolvesse pagamentos tinha a interveniência da FUNCAMP, tanto os particulares como o poder público.

O Laboratório de Habitação

inserção e compromisso no meio popular

O papel dos movimentos pela moradia

Como pudemos ver, o *LabHab-Unicamp* herdou a relação com os movimentos pela moradia estabelecida durante a existência do *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Os contatos estabelecidos anteriormente mantinham-se e, em especial, com as associações da região sul da cidade: Recanto da Alegria e a AMAI (Associação de Moradores da Vila Arco-íris), da região do Grajaú, e Associação Pró-moradia da Zona Sul, na região do Instituto Adventista, na Estrada de Itapeperica da Serra.

Além das associações organizadas no município, algumas associações das cidades da Grande São Paulo também se articularam no sentido de reivindicar terreno, financiamento e gerenciamento do próprio empreendimento.

É muito importante resgatar as origens dessas organizações de luta pela moradia. Uma delas, o *Movimento de Luta Pela Moradia das Associações de Construção por Ajuda Mútua e Autogestão*, teve uma participação estrutural. Iniciado por meio de lutas isoladas na década de 1970, acabou tomando corpo após as invasões de terras de 1982 e 1983 (época em que se iniciava o *Laboratório de Habitação* da FEBASP). Em 1985, o movimento surge oficialmente a partir da constituição de uma Coordenação Geral, CMM (Coordenação de Movimentos de Moradia de São Paulo). Na época, “o *Movimento das Associações compunha-se*

*de doze movimentos da Grande São Paulo. Há um maior número de participantes da zona sul, tendo em vista o maior número de invasões coletivas ocorrido naquela área*⁹⁴”.

Os encontros de moradia e o ensino superior

A organização fortaleceu-se muito a partir do “*I Encontro de Moradia*”, realizado em agosto de 1984. Nesse encontro, os movimentos que se articulavam contavam com a participação do *Laboratório de Habitação* da FEBASP: Grajaú (posteriormente AMAI), Vila Remo, Parque Santo Antônio, Jardim Santa Margarida, Recanto da Alegria, Jardim Macedônia e Associação de Construção Comunitária de São Bernardo. Pretendia-se a unificação dos movimentos pela moradia e o redirecionamento da política habitacional, com novas formas de financiamento. O fortalecimento dessa organização levaria ao que se pretendia: a autogestão na construção de suas próprias habitações. Ainda nesse encontro, formalizam o papel da assessoria técnica – que sempre deveria “*estar ‘sob controle’ da comunidade*⁹⁵”.

O encontro das associações pela moradia determinou, através de seu documento oficial, que “*Os movimentos devem conseguir o apoio de instituições de ensino e pesquisa para assessorias técnicas específicas*⁹⁶”.

Nota-se aí, claramente, que a participação da equipe do Laboratório de Habitação da FEBASP foi determinante. Era uma forma viável de aproximar a Universidade e a sociedade, comprometendo as instituições de ensino e promovendo a formação do estudante de arquitetura.

⁹⁴ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*, São Paulo, Editora Loyola, 1991.

⁹⁵ Idem

⁹⁶ Ibidem

Houve o “II Encontro de Moradia de São Paulo”, em 1985. Além de terem sido incorporadas as duas principais temáticas – a construção por ajuda mútua e a autogestão – concluiu-se que a habitação não se restringia, simplesmente, à moradia. Seria necessário atender a outras necessidades sociais: alimentação, creches, educação, saúde, lazer, etc. Foi colocado como meta a necessidade de se “*ampliar a assessoria técnica autônoma aos mutirões, procurando garantir recursos para as associações, visando reforçar a autonomia do movimento*”⁹⁷.

Algumas associações estavam bem ligadas às frentes de luta pela moradia no município de São Paulo, por exemplo, as da região do ABC. Uma associação teve destaque, a Cooperativa Habitacional de São Bernardo que se transformou em Associação Comunitária, tendo a assessoria do arquiteto uruguaio Leonardo Pessina que, por meio de uma intermediação da Igreja, traria a experiência das cooperativas habitacionais de seu país. Essas associações acabavam recebendo a influência direta dos movimentos de trabalhadores e das grandes greves do ABC que se articulavam na região, entre 1878 e 1979.

Algumas associações de moradores articulavam-se na região entre São Paulo e Campinas – de forma mais isolada, em função da distância dos movimentos da capital – mas tinham o conhecimento e sofriam a influência desses movimentos organizados. Foi o caso da comunidade da Favela Tancredo Neves, em Campinas, da *Associação dos Sem Casa de Jundiaí* e *Associação dos Sem Casa de Vinhedo*. Essas duas últimas articularam-se a partir da organização das indústrias locais, influenciadas pelos movimentos de moradia de São Paulo e, possivelmente, pelas lutas

dos trabalhadores da região do ABC.

A desarticulação

Depois dos dois Encontros, a *Coordenação dos Movimentos de Moradia* começou a se dividir. Havia divergências entre os objetivos de cada região e diferenças de posturas entre os principais líderes. A Coordenação começou a sentir indícios de fragmentação; queria atrair para a coordenação o movimento da zona leste da cidade. Mesmo assim, as discussões davam-se sobre dois fatores básicos: “*lideranças e membros participantes dos movimentos populares e assessorias técnicas ou apoio*.”⁹⁸

A influência

Uma das últimas batalhas que contava com a força da *CMM* foi a luta contra o decreto do Prefeito Jânio Quadros que proibiu, assim que entrou na Prefeitura de São Paulo em 1986, os mutirões na cidade. O objetivo do decreto era claro: “... *de tornar a habitação popular um mercado das construtoras*.”⁹⁹ Esse decreto coincidiu com a inauguração do *LabHab-Unicamp* que logo teve uma marcante atuação junto à *CMM*.

Ainda participando das reuniões na *CMM*, o arquiteto Joan Villà teve uma influência muito forte. Vê-se, a seguir, a importância que teve a construção do primeiro protótipo e o peso da instituição Unicamp para a Coordenação de Moradia. A “*Casinha da Unicamp*” era uma bandeira e um instrumento de luta. Servia de atração para alguns movimentos como o da zona leste e dava seriedade e idoneidade à assessoria técnica contratada pelas associações.

Dentre todas as discussões sobre as estratégias de luta, algumas se referiam diretamente ao *Laboratório de Habitação da Unicamp*:

⁹⁷ GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia, São Paulo, Editora Loyola, 1991.

⁹⁸ Idem

⁹⁹ Revista “Projeto”, nº 162 de abril de 1993, pg. 54

- a.** A luta contra o decreto do Prefeito Jânio Quadros que proibia os mutirões na cidade.
- b.** *“Início de uma nova etapa de negociação com o Prefeito, a partir da aprovação para a construção de dois protótipos do projeto da casa desenvolvida pelo Laboratório de Habitação da Unicamp, no terreno do Instituto Adventista.”*¹⁰⁰
- c.** *“Ida da Coordenação a Campinas para visitar o projeto da Unicamp e entregar o memorial de reivindicações ao Presidente José Sarney, por ocasião de sua visita àquela cidade, contendo propostas aprovadas no II Encontro de Moradia”*¹⁰¹
- d.** *“Visita de grupos populares da zona leste para a apresentação da proposta da Casinha da Unicamp e discussões sobre possíveis articulações.”*¹⁰²
- e.** *“Ida a Campinas da Comissão dos Adventistas, para conhecer a casa modelo da Unicamp.”*¹⁰³
- f.** Discussão sobre as assessorias.
- g.** *“Assinatura de convênio entre o Laboratório de Habitação da Unicamp e a Coordenação do Movimento para a construção de projetos nos bairros do Grajaú e Instituto Adventista.”*¹⁰⁴

As negociações, para que fossem aprovados os mutirões, passavam por um teste: a construção de dois protótipos no terreno do Instituto Adventista.

Os movimentos aumentavam as pressões sobre o Prefeito Jânio Quadros para que este revogasse a proibição dos mutirões. No dia 15 de maio de 1986, o Prefeito recebeu uma comissão (dois representantes da zona sul e um representante da zona

leste) que representava os movimentos pela moradia. Nesse mesmo dia, Jânio interessou-se em conhecer o projeto desenvolvido pela Unicamp e, *“para surpresa de todos, determinou a imediata suspensão do decreto anti-mutirão.”*¹⁰⁵

A conquista reforçava, ainda, a necessidade de contratação de assessoria técnica pelos movimentos por moradia. A seguir, os termos do decreto que adota o sistema de mutirão:

“Decreto 22215 de 15 de maio de 1986 sobre ‘a adoção do sistema de mutirão’:

Artigo 1º - A prefeitura, na sua atividade de cooperação com o plano de construção de moradias populares e econômicas, continuará adotando o sistema de mutirão, desde que os interessados apresentem engenheiro responsável pelo projeto e comprometam-se a observar as condições de higiene e segurança exigidas.”

Era, para o movimento, uma grande vitória.

Maria da Glória Gohn mostra, em seu livro *Movimentos sociais e luta pela moradia*, o importante papel do *LabHab-Unicamp* na negociação com o Prefeito Jânio Quadros:

“A conquista da manutenção dos mutirões populares e do acompanhamento das obras por assessorias do movimento foi acompanhada de uma promessa das lideranças de voltarem ao Prefeito para apresentar-lhe detalhes da casa popular desenvolvida pela Unicamp, assumida pelo Movimento como solução ideal para a moradia.”

^{100 a 105} GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*, São Paulo, Editora Loyola, 1991.

No entanto, problemas internos da Coordenação e o rompimento com o movimento da zona leste, em meados de 1986, colaboraram para a pulverização dos movimentos.

No início, a participação do *LabHab-Unicamp*, em assembleias e reuniões com as associações e movimentos populares pela moradia, aconteceu de forma intensa. As primeiras atividades em canteiro, como na construção dos protótipos no terreno do Instituto Adventista, foram acompanhadas com grande entusiasmo por parte dos técnicos do *Laboratório*. Naquela época, mesmo tendo de enfrentar a intolerância da COHAB – que tratava o movimento como se fosse uma empreiteira – as obras iniciaram-se com a certeza de ser aquele momento um divisor de águas na política habitacional. Contudo, durante uma madrugada, às vésperas do término do prazo dado pela prefeitura para a conclusão dos protótipos, sem se saber como o canteiro da obra foi invadido e boa parte dos componentes já executados foram destruídos. Não se descobriu como isso aconteceu, se foi sabotagem ou acidente. Apesar do incidente – que a comunidade atribuía ao Lobby das empreiteiras, acostumadas ao esquema de “arranjos” políticos para adquirirem obras e que já haviam sido designadas para construir os conjuntos naquela área – redobramos os esforços, reconstruíramos os componentes destruídos e os protótipos foram inaugurados na data prevista. Os arquitetos do *Laboratório* acompanharam as obras até de madrugada.

A viabilidade e a aprovação

Uma consequência imediata do sucesso desses protótipos foi a aprovação do financiamento para o projeto e para a construção de 82 casas da *AMAI* – Grajaú. O projeto, que começou na FEBASP, num terreno em forma de “bacalhau” (assim denominaram os técnicos do Laboratório de Habitação da FEBASP), passou para a assessoria técnica da Unicamp. O *LabHab-*

Unicamp foi o novo responsável pelo desenvolvimento do projeto cuja implantação – traçada na FEBASP – já se encontrava locada e terraplenada. Bastava, apenas, que as unidades fossem readequadas e adaptadas à tecnologia de painéis cerâmicos (o projeto inicial indicava o uso de bloco de concreto).

É nesse momento que fui designado para acompanhar a *AMAI*. Era um período muito conturbado, devido a dois graves problemas: a desarticulação da *Coordenação de Movimentos de Moradia* e o desaparecimento de uma verba – um dinheiro de fora do país, intermediado pela Arquidiocese de São Paulo destinado à construção das primeiras unidades. Os membros da *AMAI* acusavam o líder e sua esposa de terem roubado todo o dinheiro (havia muitas evidências para essa acusação). Minha primeira participação junto ao grupo se deu exatamente no momento em que a assembleia da Associação, em setembro de 1986, decidia pela expulsão do líder e de sua esposa.

Nesse clima, e sem experiência com projetos participativos dessa natureza, resolvi os projetos que sobreviveram à constante briga com a COHAB. Os conceitos de urbanização da COHAB, no meu modo de ver, eram muito medíocres – entendiam por casa popular um monte de casinhas pobres, sem graça, enfileiradas numa disposição militar, todas iguais e sem nenhuma área comercial, escola, creche ou centro comunitário por perto. O mais importante para a Prefeitura era resolver a questão das verbas, do cronograma físico-financeiro e das responsabilidades. Havia ainda uma enorme resistência dos funcionários públicos para que esses projetos acabassem, pois davam muito trabalho. Tive de escrever um ofício, que foi entregue diretamente ao Prefeito, explicando a resistência encontrada a um projeto que, naquele momento era solicitado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento). Imediatamente, o Prefeito Jânio Quadros despachou no próprio ofício, ordenando que o Presidente da COHAB, Dr. Francisco Queluz, liberasse as verbas.

Após a aprovação do financiamento, tivemos que enfrentar as constantes artimanhas para tornar o mutirão um desastre. Uma delas demonstra essa intenção: as verbas de cada etapa eram liberadas após a fiscalização constatar a existência dos serviços propostos para cada etapa; porém, liberavam o dinheiro na véspera do reajuste mensal de correção monetária (nessa época chegamos a ter uma inflação de cerca de 30% ao mês). Isso significa que a Associação recebia, aproximadamente 1/3 a menos. Seria impossível concluir o trabalho. Essa briga entre poder público, com seus funcionários movidos a interesses muitas vezes escusos, e as associações, amparadas por um suporte técnico, demonstra o grau de envolvimento dos “*técnicos da comunidade*”. Os arquitetos do *LabHab-Unicamp* estavam sempre presentes junto ao movimento pela moradia.

Muitas foram as dificuldades para que os movimentos pela moradia conseguissem provar que a construção por ajuda mútua e a autogestão eram viáveis.

A partir da gestão da Prefeita Luiza Erundina, os escritórios de assessoria técnica conseguiram interferir significativamente para a melhoria da qualidade de vida de inúmeras associações, promovendo com os trabalhos de mutirão o acesso à moradia digna e a serviços essenciais. A participação da população nos projetos, na gestão dos empreendimentos, assim como a qualidade das construções mostraram que a auto-

gestão parece ser a forma mais eficiente de organização da sociedade para traçar seu próprio destino.

A atuação do *LabHab* e, como consequência, a participação da Universidade nas questões da cidade contribuíram para a formação política e social dos grupos. A discussão dos resultados obtidos pela gestão do ambiente habitado favorece a realidade cotidiana em suas relações sociais.

Essa participação possibilitou capacitar pessoas que não tinham acesso à educação formal para gerenciar e construir.

“A Universidade pode favorecer o desenvolvimento e a consolidação do espírito comunitário, da solidariedade e da consciência de cidadania. A comunidade educa-se ao buscar soluções coletivas para problemas comuns.”¹⁰⁶

O incômodo que o Laboratório causava à academia e, especialmente, à Faculdade de Engenharia.

Uma outra postura

O centros e núcleos têm uma característica diferente do que normalmente se encontra na Universidade pública: as pessoas estão ali para poder desenvolver projetos com características multidisciplinares. Ao invés de estar numa função burocrática, o participante de um núcleo está num projeto como realização pessoal. Essa situação, ainda hoje, diferencia-se de um departamento, onde o sujeito cumpre uma função por estar num emprego e, muitas vezes, num projeto fora do seu próprio departamento; ou mesmo fora da Universidade pois aquele departamento não tem capacidade e concepção para abrigar o

¹⁰⁶ GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia, São Paulo, Editora Loyola, 1991.

seu projeto.

“Ele está num lugar para praticar o ritual do emprego público. Como ele tem de cumprir as obrigações, ele trata tudo como obrigação – inclusive dar aulas. O funcionário não é parte do projeto, o projeto está fora, em outra instituição ou financiado pela FAPESP, CNPQ, etc.¹⁰⁷”

A virtude dos centros e núcleos é exatamente essa de tentar conciliar o emprego com o projeto de cada um. É uma estrutura que oferece condições materiais e, ao mesmo tempo, possibilita o desenvolvimento de um trabalho criativo e gratificante; é dar um sentido à Universidade pública que ela não tem.

A escola de arquitetura

Chegou um momento em que, por não ter havido um fórum aberto em que a dinâmica desse processo (da função dos Centros e Núcleos) pudesse ter sido discutida, muitas distorções acabaram aparecendo. Alguns projetos nasceram de um jeito – criando perspectivas sociais e atendendo a comunidade – e terminavam de outro – atendendo a interesses individuais – criando pontos, não mais de intersecção, mas de conflito com a própria idéia original do núcleo. O *LabHab-Unicamp*, por exemplo, deveria estabelecer as diretrizes de uma escola de arquitetura para a Unicamp. Esse era o desejo do Reitor Paulo Renato Souza: uma escola cujo compromisso seria com as soluções dos problemas mais emergentes do país e a Universidade pudesse estender, ao máximo, os seus limites à comunidade. No entanto, a própria instituição caminhou no sentido de criar outras aspirações com

o curso de arquitetura – “*uma variável que se impôs num jogo de influências que estabeleceu*¹⁰⁸”.

Os primeiros projetos do *LabHab-Unicamp* tinham uma atuação claramente social: a emancipação de associações e cooperativas pela moradia. Após dois anos de intensos trabalhos com comunidades, a maior parte da demanda passou a ser de instituições públicas como prefeituras e governos. O volume de tarefas aumentou muito e os trabalhos com as associações – mais lentos e difíceis – foram perdendo espaço. Os projetos começaram a se tornar mais burocráticos e inclinarem-se para os programas governamentais, embora a visibilidade do Laboratório viesse exatamente do oposto: do projeto participativo e da auto-gestão¹⁰⁹.

Quando se começa a tratar o projeto como prestador de serviço, na verdade, começa a transformação em algo que tem a sua eficiência, sua eficácia. Entretanto, há uma conformidade que o limita dentro de um espírito que não é o mesmo da dinâmica na qual ele nasceu. Dessa forma, o *LabHab* cresceu em importância mas perdeu o que não poderia perder: o apoio incondicional à formação da população organizada pela moradia. Distanciava-se das associações populares na medida em que se aproximava das atividades dentro da própria Universidade.

Houve conflitos entre o *Laboratório* e a Faculdade de Engenharia, gerados pelas características dos núcleos num momento em que a Faculdade de Arquitetura passou a ser um projeto da instituição; é claro que, como dito anteriormente, os centros e núcleos incomodavam e os conflitos já eram esperados.

¹⁰⁷ Entrevista com Carlos Vogt no dia 26/04/2006

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ Ver relação de trabalhos do *LabHab-Unicamp* nesse período (1986 a 1988) no final do capítulo.

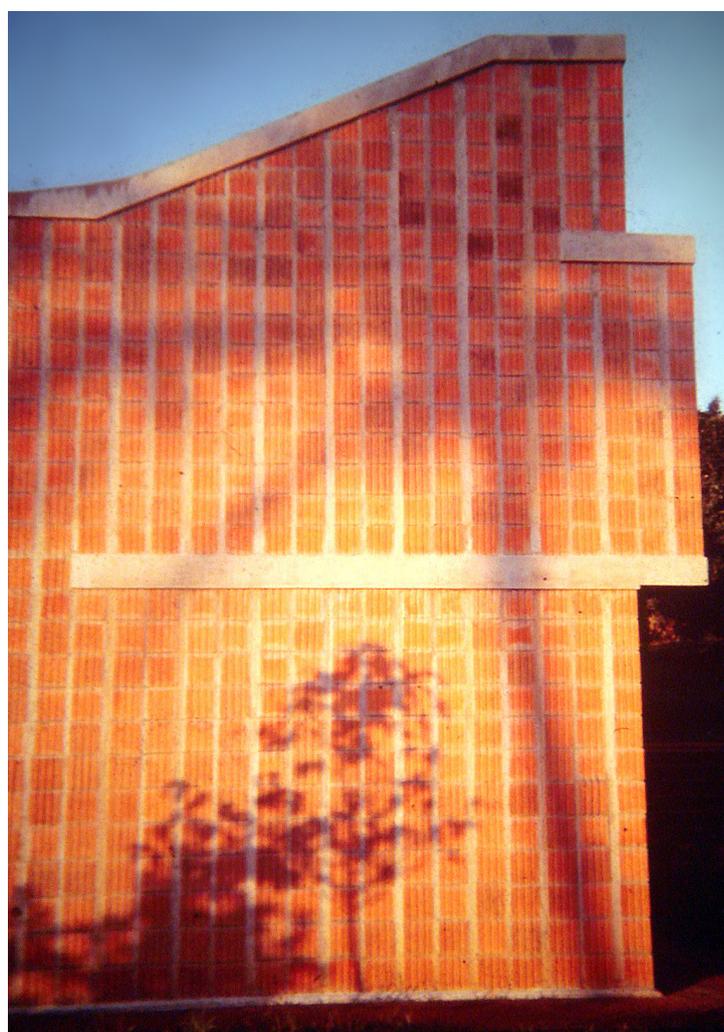
Para o professor Geraldo Giovanni, o que faltou ao *LabHab-Unicamp* “foi um suporte de uma Faculdade de Arquitetura” diz ele.

“Se antes eu tinha dúvidas sobre isso, hoje tenho a certeza. Em primeiro lugar era o fato de a Unicamp não ter Faculdade de Arquitetura. Em segundo lugar, a faculdade mais próxima da de Arquitetura era a de Engenharia Civil, que ‘ficou mordida de ciúme’ com a relevante projeção do *LabHab-Unicamp*¹¹⁰”.

Os professores da Engenharia se sentiram ameaçados e não tardaram a atacar o *LabHab-Unicamp*, “bombardeio esse que não se restringia ao laboratório, mas visava destruir todos os núcleos e centros da Unicamp. Até dentro da reitoria tinha gente que jogava contra¹¹¹”, desabafa Giovanni. Um dos argumentos dos opositores aos centros e núcleos de pesquisa era o de que essas entidades davam muito poder a pessoas que não faziam parte das estruturas antigas, de dentro da máquina de política interna da universidade. “Antes a Unicamp só tinha grupos tão fechados que não havia como os inovadores se manifestarem¹¹²”, conclui Giovanni.

O *LabHab* perdeu espaço no final da gestão do Reitor Paulo Renato e, com a saída do Reitor Carlos Vogt, pressionado, foi desaparecendo aos poucos. Deixou de participar das decisões estruturais da Unicamp e sua equipe foi, gradativamente, desmantelada. Assim, a Faculdade de Engenharia Civil (FEC), com interesses claros de chegar aos privilégios do poder, criou uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a ela atrelada, levando ao fim aquela que poderia ser a mais valiosa contribuição à formação do arquiteto e à cidade.

7



Sobradinho

¹¹⁰ Professor Geraldo Giovanni, em entrevista citada

¹¹¹ Idem

¹¹² Ibidem

Trabalhos e exposições do LabHab-Unicamp no período de 1986 a 1988

1. ONU / PNUD - Cooperação Técnica para prefeituras.
 2. CDHU - Estado de São Paulo.
 3. COHAB - Prefeitura do Município de São Paulo.
 4. Secretaria da Habitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
 5. RIO-URB e SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro - RJ.
 6. URB – Prefeitura da Cidade do Recife - PE.
 7. Prefeitura da Cidade de Maceió - AL.
 8. Prefeitura da Cidade de João Pessoa - PB.
 9. Prefeitura do Município de Campinas - SP.
 10. Prefeitura Municipal de Duartina - SP.
 11. Prefeitura Municipal de Socorro - SP.
 12. Prefeitura Municipal de Penápolis - SP.
 13. Prefeitura Municipal de Canoas - RS.
 14. Prefeitura Municipal de Veranópolis - RS.
 15. AMAI – Associação de Moradores da Vila Arco-íris - São Paulo - SP.
 16. Associação de Moradores da Zona Sul - São Paulo - SP.
 17. Associação dos Sem Casa de Vinhedo - SP.
 18. Associação Comunitária do J. Industrial - São Bernardo do Campo - SP.
 19. LBA – Regional de São Paulo.
 20. LBA – Regional do Rio de Janeiro.
 21. COPERCOSIPA - Cubatão e Santos - SP.
 22. Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ.
 23. Carta de Intenções do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo - SP.
- Além dos trabalhos e convênios o LabHab era convidado para participar de eventos nacionais e internacionais.
- O LabHab participou das seguintes exposições:
- Museu da Casa Brasileira - São Paulo - [Junho de 1987]
 - XVI Congresso da UIA – União Internacional de Arquitetos - Brighton - Inglaterra [Julho de 1987].
 - Exposição Internacional “Arquitetos Brasileiros” IFA – Institut Français d’ Architecture Paris - França [outubro de 1987].
 - “Arquitetos Brasileiros” – Centre de la Pierre onde? [janeiro de 1988].
 - “Arquitetura Brasileira” – Institut Supérieur d’ Architecture - Bruxelas - Bélgica [março de 1988].

Capítulo IV

O canteiro de obra do *LabHab-Unicamp*: o desenvolvimento da tecnologia e suas implicações

“Cada canteiro livre é uma universidade » tem vários sentidos. O primeiro é local. Todos aprendemos mais nossos ofícios diversos. No canteiro livre a discussão é permanente – e, como então toda posição autoritária é abolida, a necessidade de explicação, de argumentação lógica empurra a auto-consciência para frente. Ao mesmo tempo, e ainda através da discussão e da demonstração, todos aprendem com todos. Ficando ainda no campo da construção – e pensando nos ‘ bolsões’ de liberdade que podem abrir os sem terra ou teto – o canteiro livre deve ser centro de formação : os que aqui aprendem poderão abrir ou colaborar com outros canteiros livres.”¹⁴⁶

Sérgio Ferro

Origem

A experiência do *Laboratório de Habitação* da FEBASP, que foi, como vimos, uma competente forma de ensino de arquitetura em São Paulo, chegava ao seu fim justamente no auge do projeto pedagógico do arquiteto Jorge Caron: criar os laboratórios interdisciplinares como apoio curricular do curso. No final de 1985, apesar de a mantenedora garantir – a pedido da comunidade do Grajaú e da CMM – que, mesmo com a greve, a prestação de assessoria técnica permaneceria, o *Laboratório* não teve como dar seqüência às suas atividades, pois a demissão dos professores envolvidos na greve foi inevitável.

Nessa época, a criação dos componentes feitos com tijolos cerâmicos (baseada no “Sistema Beno” desenvolvido a partir de 1968 em Córdoba, na Argentina¹¹³ e, mais tarde, usadas pelas cooperativas habitacionais do Uruguai), começava a tomar corpo.

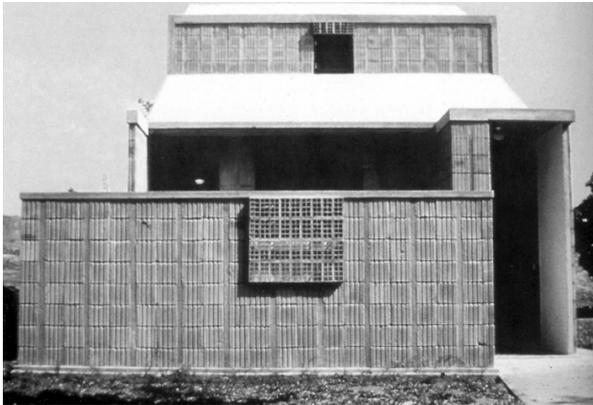
O *LabHab-Unicamp* “deu continuidade aos estudos realizados no *Laboratório* de Estruturas da Belas Artes, que visavam a adaptação e otimização dos painéis “Beno” com materiais disponíveis no mercado. Esse esforço resultou num sistema construtivo feito com painéis de blocos cerâmicos, cuja montagem foi proposta para ser realizada em mutirão¹⁴⁴”.

Os testes dos painéis foram feitos no pátio do edifício da Escola de Belas Artes (atual Pinacoteca do Estado). Assistia-se ali à adaptação de um sistema construtivo que parecia poder revolucionar a indústria da habitação: um sistema industrializado que, pela racionalidade e facilidade de execução, seria rapidamente absorvido pelos mutirões e, como se acreditava, uma ferramenta de libertação para as comunidades organizadas. Com a autogestão dos próprios empreendimentos habitacionais, as associações de moradores poderiam tornar-se cooperativas de produção e montagem de componentes. Tal autonomia diminuiria o déficit de casas e, ao mesmo tempo, traria empregos e recursos para essa população, afastada dos benefícios da cidade.

Em meados de 1985, como já referido no capítulo anterior, o arquiteto Joan Villà começara a estruturar o *LabHab-Unicamp* que dera seqüência à tecnologia iniciada na FEBASP. Em janeiro de 1986, iniciou-se a implantação do *Laboratório de Habitação da Unicamp* e, em abril

¹¹³ Ver Capítulo 1 – páginas 24 a 29

¹⁴⁴ RONCONI, Reginaldo L.N. Dissertação de Mestrado: “Habitações Construídas com Gerenciamento pelos Usuários, Com Organização da Força de Trabalho em Regime de Mutirão (O Programa Funaps Comunitário)” Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.



desse mesmo ano, no último dia da gestão do Reitor José Aristodemo Pinotti, inaugurava-se o primeiro protótipo: “a Casinha da Unicamp”.

Dois aspectos relevantes envolveram o desenvolvimento do sistema construtivo de “Pré Fabricados Cerâmicos” desenvolvido no LabHab - Unicamp. O primeiro aspecto refere-se à construção de um sistema modular que abrange todos os níveis necessários à implantação de uma construção: da unidade a ser edificada à implantação urbana. O segundo aspecto refere-se à absorção da tecnologia e os inevitáveis reflexos na organização e forma de produção da edificação.

O aspecto do sistema modular de componentes pré-fabricados requer uma produção semi-industrializada que exige um desenho específico, tanto para a unidade a ser edificada, onde o módulo substitui as medidas convencionais como cotas no plano e na altura, como no desenho do canteiro, que exige grandes áreas de montagem dos componentes. O projeto de arquitetura e o desenho urbano acabam se combinando e a modulação que contribui para a montagem e estabilidade da construção se estende para o canteiro de produção de componentes que, na lógica da montagem mais eficiente, acaba gerando praças extremamente proporcionadas.

O outro aspecto, ligado diretamente à organização da produção, acaba por interferir na compreensão diferenciada do espaço, reestrutura a lógica aritmética ao eliminar o metro como referência e mexe na própria organização do grupo. Rapidamente se assimila a nova linguagem e, o mais importante, acaba por romper a rígida hierarquia da obra.

Veremos, ainda neste capítulo e no item nº 2 do capítulo 6, como a tecnologia pode ser mais útil para organizar a comunidade do que servir de alternativa construtiva.

Os protótipos e o canteiro experimental do Laboratório de Habitação da Unicamp

A opção

Foram executados, no canteiro experimental do Laboratório, dois protótipos. O primeiro foi a “Casinha da Unicamp”, como vimos anteriormente; o segundo, batizado de “Sobradinho”, utilizou o projeto feito no Laboratório da FEBASP para a comunidade do Grajaú, adaptando-o à tecnologia de painéis cerâmicos.

8



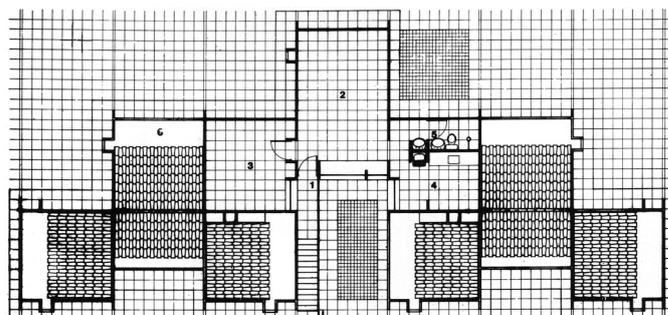
Wanderley Bailoni

No capítulo 3, em “*O primeiro protótipo e o seu significado: ‘a Casinha da Unicamp’*”, vimos que os princípios da tecnologia iniciada pelo *Laboratório de Habitação* da FEBASP e, depois, desenvolvida pelo *LabHab-Unicamp* não representavam apenas uma alternativa tecnológica.

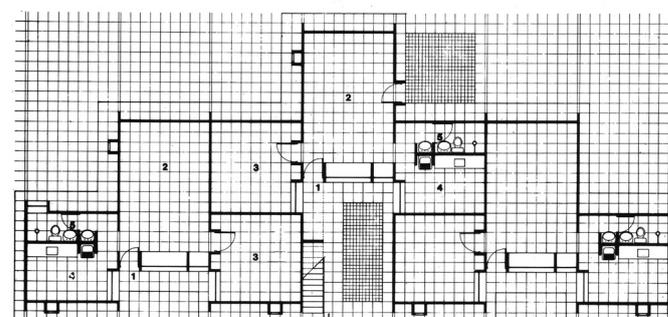
Era fundamental que a tecnologia trouxesse não só uma facilidade de ser absorvida pelas pessoas que não tinham nenhuma experiência com obra, mas deveria conter procedimentos que evitassem a rígida hierarquia de poder, comum nos canteiros tradicionais, bem como tentar eliminar a exploração de um trabalhador pelo outro. Tinha de ser um sistema construtivo muito simples que usasse a pré-fabricação no sentido de aumentar a produtividade e de reduzir, substancialmente, os desperdícios (numa época em que o índice de perdas numa obra convencional chegava a quase 30% do material). Villà explica: “... *seria necessário mudar radicalmente a organização da produção, introduzindo procedimentos que contemplassem, no maior grau possível, a racionalização dos procedimentos construtivos.*”¹¹⁵

A modulação

A planta de montagem dos painéis de paredes teria de ser muito simples, a fim de evitar o uso de cotas e medidas. A representação do local dos componentes se dava por meio de um papel quadriculado. Cada quadradinho era o equivalente a um módulo de 45 por 45 cm, o que permitia o posicionamento de cada painel de parede cuja medida bruta era de 45cm (43cm do painel mais 2cm de rejuntamento entre eles). Os painéis de laje acabavam por seguir o posicionamento das paredes. Os demais componentes, como os painéis de peitoril, escada e de oitão, teriam a indicação (tipo e dimensões) especificadas em plantas e cortes. Os painéis de laje especiais (para volumes salientes, caixa d’água, bancos, peitoris, etc.) e os painéis de telhado eram designados por meio de plantas específicas. Toda a dificuldade se concentrava nos detalhes: acabamentos, encaixes, juntas, pormenores referentes às instalações hidráulicas e elétricas. Quase todos os procedimentos de montagem eram muito simples; por isso rapidamente eram entendidos pelos construtores dos protótipos do *Laboratório*.



Residência superior



10

¹¹⁵ MARTINEZ, Joan Villà, “A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos: sistema construtivo desenvolvido em São Paulo entre 1984 e 1994” Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie - 2002



No protótipo da casa explorou-se o uso de peças de parede que, além de servirem para a vedação, tinham a função de pilares de sustentação. Alguns painéis de laje, usados para o forro, serviam como bancada de janela, como banco para a varanda e para o nicho de entrada.

Novos componentes

Foram executados, pela primeira vez, os painéis de telha. Curiosamente, antes mesmo que fossem testados esses painéis, um funcionário da Unicamp (que acompanhava a construção atentamente) fabricou-os e cobriu a sua casa com eles. Tal fato foi recebido com espanto e admiração pela equipe do *Laboratório*. Já no “*Sobradinho*” a cobertura inclinada foi feita com os componentes de laje e recebeu o primeiro *painel de escada*.

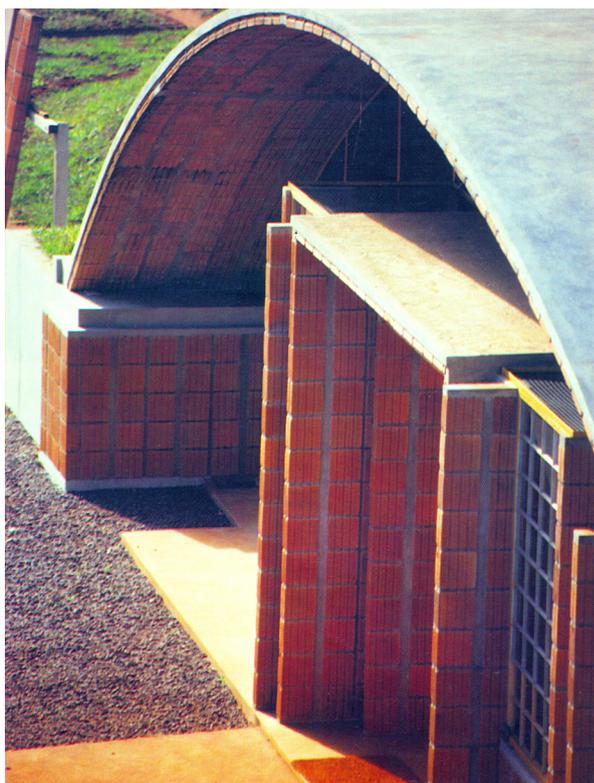
Em ambos os protótipos, havia a montagem de muros frontais feitos de painéis de parede e de tijolos cerâmicos que, colocados com os furos aparentes, serviam como elemento vazado.

É fundamental salientar o papel do muro projetado. Entendia-se que o espaço da rua, portanto o espaço público deveria ser tratado com um desenho cuidadoso que trouxesse harmonia e unidade às calçadas: o delicado e – nas grandes cidades – maltratado limite entre o público e o privado.

Com o mesmo princípio e com as mesmas medidas básicas, foi desenvolvido um painel de laje curvo. Esse novo painel possibilitaria cobrir grandes vãos em forma de abóbada. Era executado sobre uma pista curva cujas extremidades serviam de referência para a moldagem da régua a qual, por sua vez, deslizava sobre as guias ao longo da pista regularizando a areia entre as duas extremidades curvas.

Um terceiro protótipo, a “Abóbada”, foi executado com o maior entusiasmo por parte da equipe do *Laboratório*: completaria o repertório de edificações necessárias à moradia. Sempre foi muito claro, para os projetistas do *Laboratório*, que a qualidade do “morar” não se restringe às casas, apenas. Para se morar bem, é necessário ter todo o apoio que envolve a habitação: escola, comércio, creche, centro de saúde e centro comunitário. Portanto, a abóbada, que podia vencer vãos de até 30m, cumpria perfeitamente o papel de cobertura para espaços coletivos de qualidade.

12



13



O que diferenciava essa cobertura, de muitas utilizadas para cobrir grandes áreas, era o conforto térmico. Os componentes feitos para abóbadas, devido às duas camadas de ar existentes nos tijolos cerâmicos, quebravam a radiação direta do sol.

Toda a tecnologia poderia ser resumida em cinco tipos: o painel de parede, o de laje, o de telha, o de escada e o de arco. Todos eram executados no chão e, posteriormente, montados.

A observação

Os protótipos, além de servirem como modelo e para teste de desempenho, tinham o papel fundamental de divulgar as atividades do *Laboratório*. Eles atraíam a curiosidade de visitantes e dos próprios funcionários, estudantes e professores da Unicamp. Os modelos foram amplamente publicados e se tornaram objetos de pesquisa para várias instituições educacionais e universidades. O fato de serem usados pela equipe do *Laboratório* possibilitava que seu desempenho fosse acompanhado diariamente.

Não houve, porém, qualquer registro dos defeitos apresentados; não houve nenhum acompanhamento das variações térmicas de cada espaço nem anotações sobre as mudanças executadas. O aparecimento de fissuras e deformações eram apenas comentadas e consertadas, mas nunca registradas organizadamente.

Penso que, ao contrário do que se poderia esperar de uma instituição de pesquisa, esses registros não interessavam à equipe do *Laboratório* – talvez, pelo fato de se dar prioridade às conquistas políticas e estéticas, em detrimento das pesquisas que desejávamos realizar. O que se observa é a ausência de um caráter acadêmico. Os registros científicos nunca tiveram qualquer destaque. Muitas soluções foram desincentivadas e abandonadas, por mais que fossem competentes, por não terem aplicabilidade imediata ou não serem consideradas importantes. Esse foi o caso dos painéis de laje feitos a partir de formas de ovo (propostos pelo engenheiro Yopanan Rebelo) e os painéis de laje em “V” que aumentavam em mais de 30% o vão e balanços de coberturas planas.

Os instrutores

Os protótipos tiveram a participação fundamental dos instrutores de obra (pedreiros selecionados para aperfeiçoar a tecnologia). Após adaptar e propor soluções para o sistema construtivo, esses instrutores de obra teriam a incumbência indispensável de transmitir a tecnologia para os mutirões e construtores.

É fundamental entender a importância e o papel desses instrutores. Com um conhecimento de obra vindo da prática e a necessidade de entender o que era pretendido pelos técnicos, esses instrutores tiveram a incumbência de testar os projetos e de torná-los viáveis (tanto sob o aspecto da construção, propriamente dita, como sob o aspecto da linguagem a ser adotada). Tornavam legíveis os projetos que, muitas vezes,

eram incompreensíveis pelas comunidades. As dificuldades de leitura iam do reduzido tamanho das letras – que impossibilitava a leitura de muitos trabalhadores que precisavam de óculos, mas não usavam, a uma espécie de cegueira nervosa, que dominava os operários, devido ao uso de algarismos com várias casas decimais. Muitas palavras, ou uma grande quantidade de números, apavoravam o humilde leitor. Nesse sentido, foram confeccionadas pranchas com menor quantidade de elementos gráficos possível e com informações absolutamente essenciais e sintéticas. Os desenhos eram feitos em folha tamanho “A3” por dois motivos: primeiro, antes da existência do “AutoCad”, as pranchas eram datilografadas, ao invés de serem normografadas; o segundo motivo foi o fato de a leitura estar num campo visual mais restrito – o que facilitava a compreensão e possibilitava colocá-las numa seqüência ordenada nas paredes do barracão de obra. Apenas um ou outro desenho era grande a fim de transmitir a unidade do projeto.

Nota-se como a prática do projeto, que pretende ser lido pela maior parte dos construtores (mutirantes e profissionais), se dá por meio de um processo de ida e volta. Um *Laboratório* numa escola de arquitetura possibilita o uso desses recursos que saem da prancheta e retornam a ela reciclando a linguagem e, muitas vezes, o próprio projeto.

Outro aspecto a ser destacado é sobre a flexibilidade política dos instrutores. Muitas vezes, delicadamente, desaconselham procedimentos inviáveis – como muitas vezes ocorria com as especificações técnicas. Ajustadas as incoerências, conseguiam transmitir o projeto a quem fosse construir. O contrário também ocorria, quando muitas dúvidas, vindas dos mutirantes ou dos construtores, eram traduzidas por eles para os arquitetos do *Laboratório*.

O papel social dos instrutores de obra não pode ser esquecido. Eram os intérpretes dos desejos da comunidade e, invariavelmente, denunciavam descontentamentos e antecipavam crises. Foram, inúmeras vezes, protetores da equipe técnica. Chegaram até a perceber, com astúcia, momentos de ameaça de morte, como o que ocorreu em Nova Iguaçu - R.J., depois de uma grave crise na prefeitura local. Além dessa função de mediadores entre os arquitetos e construtores, os instrutores participavam de eventos sociais como churrascos, jogo e bebida nos botecos, festas e enterros. Assim tornavam mais amigável a relação entre as associações e a Unicamp.

Uma nova perspectiva para a produção de habitação em larga escala

Mudança de paradigmas na hierarquia de obra

O sistema construtivo proposto na execução dos protótipos induzia à quebra da estrutura de produção de uma obra convencional. As alvenarias, executadas no chão, em gabaritos metálicos, reduziam substancialmente o equipamento como linha, prumo, nível, esquadro e andaimes – o que evitava o uso de estruturas adicionais e reduzia o perigo de acidentes; as tubulações e as instalações elétricas e hidráulicas eram passadas pelos furos dos tijolos – evitando a quebra de paredes e não prescindia de uma mão-de-obra especializada; a metade de cada painel podia ser rebocada no chão, dispensando chapisco, reboco – era mais um item da obra que substituía o uso de um especialista; os painéis de telha permitiam a construção de coberturas com telhas de cerâmica sem o uso de madeira e de carpinteiro. Um experiente empreiteiro disse: *“Isso é uma execução burra a partir de uma invenção muito sofisticada, é um ovo de Colombo. Eu tenho 40 anos em construção, realmente rebocar no chão é ...”*. Referia-se à falta de qualificação da mão-de-obra para a execução dos componentes e à elaborada produção do projeto e da técnica construtiva¹¹⁶.

Em outras palavras, essas facilidades possibilitavam que qualquer pessoa leiga no assunto conseguisse construir com certa facilidade. Esse fato permitiu que muitas mulheres, que jamais haviam lidado com obra e se achavam inaptas às tarefas, pudessem colaborar significativamente para a realização das construções. Ao invés de ficarem com o serviço simples, porém pesado, de carregar pedra e areia para servir os pedreiros, participariam de igual para igual com os homens na escala de valores de uma obra civil. Cabe salientar aqui que as mulheres representavam o maior número de participantes dos mutirões

assessorados pela Unicamp.

Villà salienta esse fato:

“Isso, acreditamos, somente seria possível promovendo mudanças de natureza tecnológica que rompessem com a segmentação dos diversos serviços e, ao mesmo tempo, fossem capazes de eliminar ou reduzir o protagonismo decorrente das habilidades e do saber dos ofícios, de profissionais especializados portanto, características praticamente inexistentes no contexto social dos canteiros de obras de mutirão.”¹¹⁷

Além do pouco uso de alguns instrumentos fundamentais numa obra, o sistema permitia romper com a hierarquia de poder estabelecida nos canteiros tradicionais, a partir de uma inversão de valores entre os trabalhadores, que se dava pelo fato de a racionalização do canteiro e os procedimentos construtivos serem pensados para que todos pudessem executá-los sem grandes dificuldades. Desaparecia, praticamente, do canteiro de obras o papel de “servente”; todos podiam executar tarefas diferenciadas, das fundações às instalações.

A prova

A experiência do mutirão da cidade de Socorro – SP, ocorrida em 1989, flagrou as diferenças de princípios existentes entre a tecnologia proposta pela Unicamp e a de uma obra tradicional. Num determinado momento da construção das casas, os mutirantes – influenciados por pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores da construção civil, que se sentiam desprestigiados com a nova estrutura de obra – resolveram construir uma casa pelo sistema tradicional. Conseguiriam, assim, estabelecer a comparação entre as duas metodologias: a convencional e aquela proposta pela Unicamp. Executaram as fundações e, em seguida, deram início às alvenarias. O sistema tradicional evidenciou o grande contraste com relação àquele adotado pelo *LabHab-Unicamp*: as pessoas que não eram especialistas, portanto a maior parte dos mutirantes, passava a trabalhar como serventes. Ficavam apenas trazendo

¹¹⁶ Revista “Projeto”, nº 162 de abril de 1993, pg. 55

¹¹⁷ MARTINEZ, Joan Villà, “A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos: sistema construtivo desenvolvido em São Paulo entre 1984 e 1994” Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie – 2002

tijolos, areia, pedra e cimento, enfim, servindo àqueles poucos especialistas que erguiam as paredes.

No entanto, por mais eficientes que fossem os pedreiros, o reduzido número de capacitados, que trabalhava efetivamente para erguer as paredes, não permitiu um melhor desempenho. A situação ficou mais discrepante quando esses pedreiros se deram conta de que a alvenaria convencional, ao contrário do sistema da Unicamp, exigia o uso de colunas e vigas – o que requeria o trabalho de carpinteiros para a montagem das fôrmas. Quando estavam quase no respaldo da alvenaria, uma tempestade atingiu a obra e derrubou as paredes que ainda não tinham as colunas concretadas. Sem discussão, voltaram ao sistema inicial proposto pelo *LabHab-Unicamp*, o qual, apesar das dificuldades, permitia a participação de todos e ressaltava que, na produção, cada um tinha importância semelhante à do outro.

Organização e método

Uma das principais características do sistema era o de permitir a pré-fabricação e a produção seriada que, além de tornar muito simples a compreensão do projeto e da montagem das peças, possibilitava a criação de usinas populares de fabricação de componentes para a construção civil. Havia, concretamente, a oportunidade para cada comunidade de empregar a sua gente e obter recursos do seu próprio trabalho.

Vale lembrar que, apesar do sistema de painéis cerâmicos favorecer a construção feita por leigos, a formação de mão-de-obra para a construção civil tradicional ficava incompleta. Porém, a noção de logística de uma obra, fundamental para as obras modernas, já fazia parte da organização dos mutirantes dada a necessidade de terem de se programar para evitar maiores esforços e desperdícios.

A expectativa da equipe do *Laboratório* era a de que a arquitetura e a tecnologia ali desenvolvida pudessem mudar radicalmente o rumo da produção habitacional. Além de as comunidades conseguirem construir suas próprias casas, poderiam lucrar com a venda de componentes para a iniciativa privada: parecia-nos uma revolução forjada na própria construção e não apenas em teorias sociais.

As facilidades do sistema construtivo, que usava componentes pré-fabricados, permitiam concentrar a produção em locais planos e abertos e, posteriormente, serem levados para locais mais problemáticos para a montagem da edificação. Essa característica atraiu muitos técnicos de prefeituras e governos estaduais. Foi o caso da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

No começo do ano de 1988, houve uma enchente de grandes proporções que atingiu toda a baixada fluminense e vários lugares da cidade do Rio de Janeiro. Numa tentativa de minimizar as perdas, a Prefeitura do Rio decidiu implantar um programa de emergência que pretendia, num primeiro momento, construir 20.000 casas para relocalar a população das áreas de risco¹¹⁸. Para tanto, chamou o *LabHab-Unicamp* para elaborar um projeto conjunto com a Rio-Urbe (Companhia Municipal de Urbanização) e SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social).

14

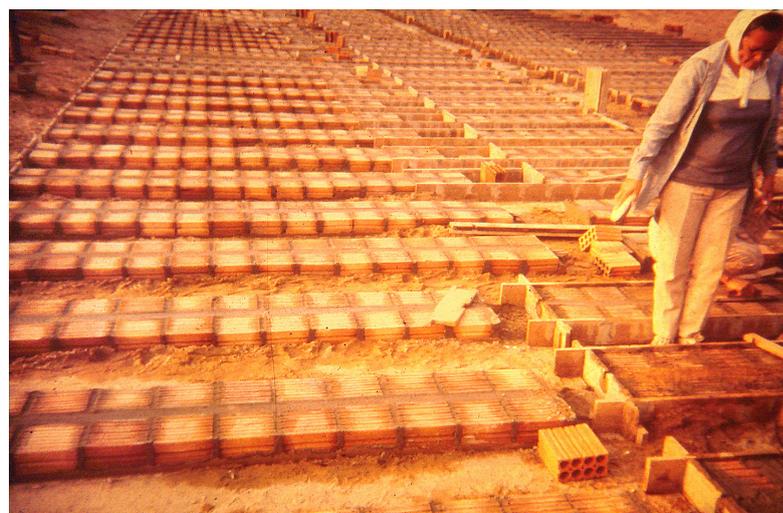
Paulo Milanez



Veranópolis - RS

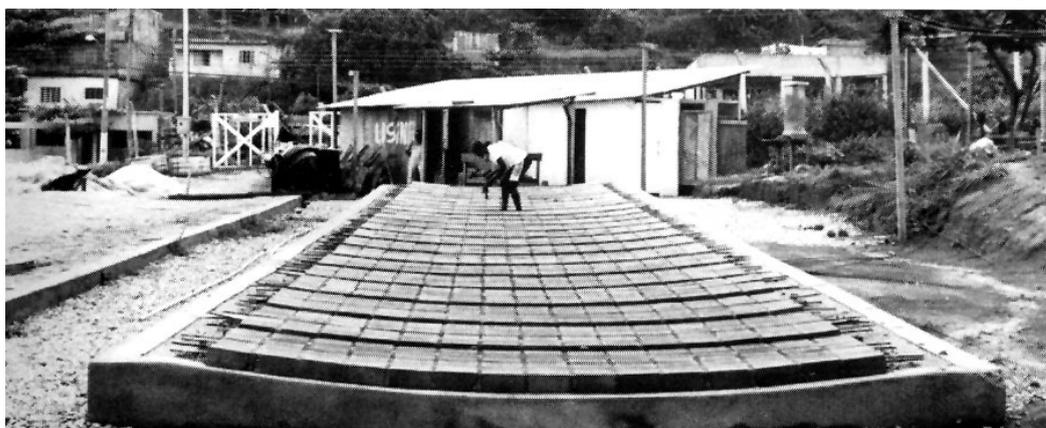


Canteiro da Moradia Estudantil



Produção diária de componentes - Duartina

Usina de Nova Iguaçu



Foi dado início a um projeto piloto com a implantação de 80 unidades para a favela do Jacarezinho. Porém, no início da construção, as obras foram paralisadas em decorrência da falência decretada pelo então Prefeito Saturnino Braga. Nessa época o Secretário Estadual de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, Vicente Loureiro, se aproximou da equipe do *Laboratório* – o que, posteriormente, possibilitou a indicação de novos projetos no Estado.

Alguns desvios de proposições

A técnica e a política

Como vimos, a tecnologia atraía técnicos interessados na construção de moradias em outras localidades. No entanto, veremos a seguir como um sistema construtivo pode interferir na dinâmica coletiva e, até mesmo, nos propósitos da equipe do *Laboratório*.

Em decorrência do projeto da favela do Jacarezinho, uma experiência muito significativa ocorreu no município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Essa experiência demonstra o quanto alguns caminhos percorridos pela equipe do *LabHab-Unicamp* se situavam num território institucionalmente indefinido. Os participantes do *Laboratório*, em nome da Universidade, saíam do campo da pesquisa e se envolviam com políticas regionais, ora por pura militância do grupo (que sempre defendia os interesses das comunidades e, inevitavelmente, acabavam por se contrapor ao poder local), ora para ganhar espaço no cenário da produção habitacional e arquitetônica. Veremos a seguir os desdobramentos desses trabalhos.

Cargos

Em meados de 1988, houve a intervenção do Estado do Rio de Janeiro nesse município em razão das escandalosas irregularidades do prefeito da cidade. Com a posse do interventor, o arquiteto Villà, indicado pelo então Secretário Estadual de Assuntos Fundiários, Vicente Loureiro, foi convidado para ser o Secretário da Habitação do

município. Embora contrariando os conselhos do Reitor da Unicamp, Paulo Renato Souza, mas com o apoio de alguns membros da equipe do *Laboratório*, aceitou o convite mesmo sabendo dos riscos que corria, pois restavam pouco mais de seis meses para o término daquela gestão. Villà levou consigo o arquiteto João Marcos de Almeida Lopes (da equipe do *Laboratório*) que se tornou o seu chefe de gabinete. João Marcos desenvolvia, na época, um projeto para a comunidade “Zumbi dos Palmares” que contava, também, com o apoio da SEAF (Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários)¹¹⁹.

Foi dado início a um programa emergencial que seria executado em três frentes: a primeira seria a que criaria uma usina de fabricação de componentes – com a tecnologia desenvolvida pelo *Laboratório* – denominada de “Uzina”; a segunda daria seqüência ao mutirão já estabelecido na comunidade “Zumbi dos Palmares”; a terceira frente faria a intervenção num mutirão em andamento – um dos inúmeros existentes no país, conhecidos como “Mutirão do Sarney” – nome dado ao programa federal de financiamento para mutirões habitacionais – que acontecia no bairro de Santa Rita, na mesma cidade.

O Secretário de Habitação, Joan Villà, contava com o apoio da SEAF, de um lado, e, de outro lado, com a promoção da Igreja local, por meio da “Caritas Diocesana de Nova Iguaçu”.

Mais um aprendizado pode contribuir com novas posturas pedagógicas num cenário urbano. O aprendizado vem das diferenças entre duas posições antagônicas: estar fora do governo, pressionando um órgão público, e estar no governo, sendo pressionado por quem está fora.

É importante esclarecer que a Caritas Diocesana se colocou, no início, ao lado da *LabHab-Unicamp*, na luta pelo financiamento e construção das moradias. Após a posse do Secretário Joan Villà, passou a se opor pressionando e colocando em dúvida as intenções da Unicamp.

Fica claro que a desconfiança da Caritas não era gratuita. A igreja tinha o papel de apoiar as lutas da população e de se opor e pressionar o poder público. Portanto, a oposição à Unicamp era plausível.

¹¹⁹ Ver referência e detalhes no Capítulo V, em “Projetos e obras no Rio de Janeiro” pag. 106 e 107

Ossos do ofício

As dificuldades eram inevitáveis. A máquina viciada da Prefeitura, pobre, sucateada, com um funcionalismo cheio de artimanhas e de armadilhas, tornava impraticável qualquer iniciativa que não estivesse dentro da estrutura política local, a qual ainda mantinha quase todas as pessoas que apoiavam e se beneficiavam das falcaturas do antigo prefeito. Nesse clima é que se tentou propor uma saída honrosa para a habitação do município.

O único mutirão que contava com a participação de uma comunidade organizada, o “Zumbi dos Palmares”, seguia o seu rumo, lento. Executavam-se, no começo da gestão de Villà, dois protótipos e não passou disso – pelo menos enquanto durou o convênio com a Unicamp.

O mutirão do Bairro Santa Rita, situado em local de “desova” (área de mata e despacho de cadáveres), entre tiroteios e ameaças de morte contra os técnicos da Unicamp, mal concluiu uma unidade.

A “Uzina”, o projeto mais ambicioso, que pretendia demonstrar que a população seria a que melhor contribuiria para a solução do próprio problema de moradia, não conseguiu sequer concluir o seu galpão. Assim que a gestão municipal se encerrou, as pistas de produção e a obra inacabada do galpão foram totalmente destruídas pelo novo prefeito. Nada sobrou.

O que acima relato vem da minha presença integral nesse trabalho (como funcionário da Unicamp). Participei do processo, desde a consulta sobre se deveríamos ou não participar da empreitada, fui o último técnico a sair das obras daquela gestão.

Observa-se, com clareza, uma falta de limites nas ações do *LabHab-Unicamp*. Constata-se um desvio de proposições em relação aos objetivos de uma universidade pública. Todo esse processo do *Laboratório* – que iniciou suas atividades a partir de uma proposta pedagógica na FEBASP, que na Unicamp desenvolvia uma tecnologia de apoio aos movimentos populares pela moradia e que servia de interface entre a comunidade e o poder público – estava se fundindo com o próprio poder, misturando funções, sobrepondo cargos públicos e se emaranhando numa rede de influências duvidosas. É claro que tudo isso era feito com o ingênuo impulso de se conseguir, rapidamente, a melhora significativa da qualidade de vida das pessoas mais pobres. Tentava-se, também, ganhar notoriedade para que o *LabHab-Unicamp* expandisse suas idéias e tecnologia.

Poderia-se afirmar que tais desvios foram desastrosos. Só a experiência foi muito importante.

Após o desastroso episódio de Nova Iguaçu, alguns dos arquitetos do *Laboratório* foram convidados para trabalhar na prefeitura de São Paulo, na primeira gestão do PT, com a Prefeita Luiza Erundina. Três arquitetos saíram do *LabHab-Unicamp*, nessa época: João Marcos de Almeida Lopes, Mário Luis Attab Braga e Sérgio Manccini, que acabaram montando um dos escritórios de assessoria técnica mais importantes de São Paulo: a “Uzina” (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado).

O resgate de identidades individuais para a construção de uma identidade coletiva

Este tópico é bastante significativo para mim. Reservei justamente essa parte da redação da tese para juntar dois elementos que me moveram na direção da análise e registro de toda a experiência do *LabHab-Unicamp*: a contraposição dos aspectos arquitetônicos, técnicos e ideológicos com o que representava, para as comunidades envolvidas, a vida de seus membros, suas ruas e suas casas. O assunto é muito extenso e, provavelmente, daria uma outra tese, mais voltada à sociologia do que à arquitetura. No entanto, interessa salientar os aspectos arquitetônicos e técnicos que se mesclam nesse tênue limite entre a construção de um espaço e a percepção desse espaço. Os aspectos abordados a seguir podem contribuir significativamente para a formação do estudante de arquitetura.

O interesse por esse assunto veio da observação do comportamento da gente que trabalhava diretamente nos mutirões. Durante a execução dos serviços da obra e, principalmente, na hora das refeições, pude presenciar a troca de histórias – uma rica comunhão.

É preciso salientar que eu tinha o hábito de comer e beber com os mutirantes. Pude observar que comer junto com o outro – e isso pude vivenciar muitas vezes – tem a mesma importância de compartilhar de uma intimidade. A palavra “*comunhão*” vem muito a calhar nesse caso, pois o seu significado, além do bíblico, é “*o ato de comungar (...); concordar com* (idéias, tendências, movimentos,

etc.); *associar-se a; tomar parte, ter participação*¹²⁰.

Percebendo isso, em todos os mutirões em que participei, incentivei a construção de uma cozinha comunitária. Essa prática permitiu que eu me colocasse melhor enquanto pessoa e soubesse da importância e significado da vida de muita gente. Muitas vezes presenciei o relato do processo de vida de alguns que surpreendiam os próprios membros da comunidade. A dignidade e a auto-estima caminham juntas. Ambas vêm do “respeito” consigo mesmo. Portanto, dignidade, auto-estima e respeito se imbricam.

Respeito

Pessoas que muitas vezes eram inexpressivas e que apareciam pouco no grupo, ao serem indagadas sobre si, contavam parte de sua vida – de onde vieram e por que vieram morar naquela periferia. Se, ao contar sua história, o mutirante resgatava a sua identidade – perdida em virtude da necessidade de abandonar a terra natal que não lhe trazia esperança – os ouvintes entravam em contato com a história de uma outra pessoa, verdadeira, longe dessa, marcada pelas agruras da sobrevivência em uma cidade sem fronteiras. Era um intenso processo de re-significação e de resgate da dignidade sufocada pela voracidade urbana. O que tinham para contar confirmava a origem latina da palavra “Respeito”: *re-spectus*, ação de olhar para trás, *re-spectare*, olhar muitas vezes para trás¹²¹.

Por um lado, os arquitetos do Laboratório viviam a busca de uma arquitetura que escapasse dos falsos cenários impostos pelo mercado da construção; uma prática que se contrapusesse à artificialidade dos condomínios estereotipados ou à elaboração de projetos que elegessem a funcionalidade como fim único de um edifício; ou mesmo, que se distanciassem da necessidade de se sentirem atualizados diante do imensurável “*mundo maravilhoso*” dos revestimentos. Longe desse ambiente efêmero e mais próximos da população, seriam protagonistas de uma arquitetura maior, sem excessos.

De outro lado, a comunidade – uma colcha de retalhos de pessoas que se misturavam na massa amorfa de uma periferia autoconstruída, gente que largou sua terra e sua história para

trás e veio buscar um futuro melhor na cidade grande – tentava garantir a sua moradia e se proteger das agressões urbanas.

Sabemos que as pessoas não se organizavam em associações por acreditarem numa vida comunitária saudável. Elas se juntavam por necessidade e por verem na associação uma possibilidade concreta de adquirirem as suas casas – nada mais. Porém, todo esse processo favorecia o resgate de histórias individuais que fortaleciam as identidades. A construção de uma identidade coletiva, tecida durante todo o processo do empreendimento, só era possível com a afirmação das identidades de cada um.

A vivência nas favelas e na periferia me trouxe a certeza de que a preservação e a qualidade do espaço público depende de uma identidade coletiva que zela pelo seu lugar. É freqüente encontrarmos os terrenos mais planos de algumas favelas – os melhores para a construção – ocupados pelo campinho de futebol. Era esse o caso do “Recanto da Alegria”, cujo campo ficava bem no centro, como se fosse a praça, e de uma favela em São Miguel Paulista, onde o acesso ao campo era gloriosamente marcado por dois botecos: o “Bar do Aquecimento” e “Bar da Vitória”.

Veremos a seguir dois aspectos que são abordados na análise da participação do *Laboratório* nos canteiros de obras das comunidades: o meio de produção da construção – a construção de uma identidade coletiva – sobre o projeto participativo, e a dinâmica social dos mutirões, que se dá antes da ocupação das casas, antecipando a relação de vizinhança.

O canteiro

O sistema de *pré-fabricados cerâmicos*¹²² consistia na fabricação de painéis executados no chão sobre uma pista de areia regularizada a fim de receber os gabaritos (formas de cantoneira metálicas usadas para a confecção dos painéis). Toda a logística que acontecia no canteiro, desde a ampla área para as pistas, até os locais de fornecimento de materiais e estoque de painéis, envolvia os participantes da obra num

¹²⁰ Instituto Antônio Houaiss . Dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001

¹²¹ Idem

¹²² Ver MARTINEZ, Joan Villà, dissertação de Mestrado A construção com componentes pré-fabricados cerâmicos: sistema construtivo desenvolvido em São Paulo entre 1984 e 1994 . Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, São Paulo, 2002

espaço muito limpo e organizado. A fabricação dos componentes dependia de uma sincronia rigorosa entre fornecimento de materiais, execução do componente, secagem e estocagem. O concreto e a argamassa preparada não podiam esperar muito tempo sem serem utilizados. As pistas não podiam ficar muito tempo ocupadas pelos painéis executados. Enfim, toda essa ordem e disciplina forçava a organização dos mutirantes que acabava por influenciar outras práticas dos grupos. Havia a necessidade de mobilização das equipes de trabalho e cabia a cada um a responsabilidade de adaptar-se às decisões do grupo, ou de propor alternativas.

Essa prática, esse espaço comum ordenado, se contrapunha ao ambiente do entorno. Fosse na favela ou numa periferia autoconstruída, o contraste era evidente: o trabalho harmonioso das associações se sobrepunha à lógica perversa da individualidade – marcante nas intervenções comuns nas periferias das grandes cidades. Tanto na cidade de São Paulo como no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Campinas..., podíamos identificar a importância simbólica do canteiro organizado. Os mutirantes e os vizinhos das obras viviam admirando aquele hiato urbano como quem, orgulhosamente, saboreia o caderno escolar com uma caprichosa escrita.

É claro que havia a consciência do lado árduo dessa forma de construir: os componentes eram muito pesados; os dedos ficavam esfolados de tanto passarem pelas afiadas arestas dos tijolos cerâmicos; eram inevitáveis as dores nas costas, causadas pela posição agachada, necessária à confecção dos componentes no chão. No entanto, o fluxo e o ritmo organizavam o grupo e promoviam uma harmonia coletiva. Tal harmonia abria um espaço – antes inexistente – para as discussões sobre a vida da comunidade e para a “fofoca” também.

A mulher

É de fundamental relevância a participação da mulher nesses canteiros: mais de 90% dessas pistas de fabricação de componentes eram por elas ocupadas. As questões estruturais da comunidade – e a habitação é a mais relevante – dependem mais da mulher; a maternidade e a sustentabilidade do lar são, normalmente, por elas promovidas. Não é à toa que a presença da mulher nos mutirões é majoritária. A casa ou o ninho acaba se tornando um território feminino.

Sendo assim, esse universo feminino dominava as assembléias das associações para a tomada de decisões sobre o projeto e o mutirão. Já os homens se envolviam mais com as questões técnicas e operacionais.

Pudemos constatar, nesses anos todos de trabalhos de construção por ajuda mútua, que a adaptação ao novo sistema construtivo criava referências claras e permitia que todos participassem de todas as etapas da obra. Esse método evitava ainda o domínio de uma forma especializada de mão-de-obra sobre as outras menos especializadas. Permitia romper com a forte hierarquia da obra, principalmente naquelas em que a participação da mulher na construção dos mutirões era maior do que a parte masculina. Na *AMAI, Associação de Moradores da Vila Arco-íris* do Grajaú, na zona sul de São Paulo, por exemplo, a média era 60 mulheres para cerca de 20 homens.

Foi interessante observar que as mulheres – por acharem que não sabiam nada de construção – ouviam melhor as explicações, não tinham vergonha de perguntar e cumpriam seriamente as tarefas. Além de se aplicarem mais a cada atividade, elas dedicavam boa parte do tempo para resolver detalhes e acabamentos. Em razão dessa característica, aliada ao trabalho de menor esforço físico necessário à confecção dos painéis, o canteiro de fabricação de componentes de todas as obras de que participamos era praticamente feminino.

Já os homens, na maior parte das vezes, achavam que entendiam perfeitamente de obra e não precisavam de explicações. Muitas vezes, na dúvida, preferiam fazer serviços, correndo o risco de terem de refazê-los, do que perguntar. Por essas características masculinas, os homens – para justificar a qualidade de machos – detinham-se em atividades de maior esforço físico como transporte de painéis, escoramentos e montagem dos componentes. Sem dúvida que, entre os homens, existiam pedreiros, carpinteiros e outros que já haviam trabalhado em obra antes. Nesses casos, esses especialistas naturalmente se conduziam para coordenar, instruir e supervisionar equipes de trabalho. Eram esses profissionais que faziam a interface técnica com os arquitetos assim como com os instrutores da Unicamp. Esses trabalhadores experientes da comunidade é que efetivamente tocavam as obras.

Houve um dia em que uma equipe de

montagem de casas, constituída apenas por mulheres, desafiou a equipe masculina que se gabava de agüentar mais peso e montar os componentes com maior rapidez. O grupo feminino conseguiu montar as paredes de uma casa num tempo médio inferior ao das equipes masculinas. No entanto, a imperfeição era muito grande e a montagem teve de ser refeita.

Talvez uma das frases mais expressivas tenha sido a de uma mutirante diante do canteiro de produção de painéis: *“Eu olho todos esses painéis e não sei em que casa eles vão parar. Esse tipo de construção não dá para a gente dizer ‘que estou construindo a minha casa, mas sim que estamos construindo as nossas casas’”*.

A mão-de-obra

Além das mudanças de paradigmas na produção das moradias, pudemos perceber a qualificação da mão-de-obra e de seus benefícios imediatos. Como era comum todos participarem de tudo, algumas atividades como instalações elétricas e hidráulicas eram de domínio comum e rapidamente levavam a alguns concertos nas casas e nos barracos onde ainda moravam.

Cabe aqui salientar que não tínhamos a clareza de quanto a maneira de construir era importante para a dinâmica social e formação dos mutirantes. Achávamos que a mobilização do grupo não vinha da construção. Acreditávamos que a organização da comunidade vinha apenas do projeto participativo, das discussões em assembléias, da pressão das lideranças para conquistas políticas, da busca pelo financiamento e da prática solidária. No entanto, os avanços mais significativos vieram da prática de obra, da necessidade de se obter eficiência, da busca da qualidade e da minimização dos custos. O sistema construtivo proposto pelo *Laboratório*, embora não tivesse sido pensado para possibilitar a organização das associações pela moradia, exigia conhecimentos e uma prática de engenharia de produção. Prova disso foi a contratação e instalação de uma grua de grandes proporções (sugerida e financiada pela HAB da Secretaria Municipal de Habitação da gestão da Prefeita Erundina) para a montagem dos painéis de laje e cobertura das casas.

Além da prática de canteiro, a gestão do empreendimento pela própria comunidade foi fundamental para o crescimento e autonomia da AMAI. A necessidade de fazer planilhas de custo, negociar a compra de materiais e planejar as entregas; a utilização dos insumos e a prestação

de contas para a Prefeitura, todas essas atividades exigiam conhecimento e administração dos recursos.

Com essas observações talvez possamos afirmar que o sistema construtivo é capaz de interferir na dinâmica e na organização da comunidade, bem como influir no desenho urbano e conduzir a uma melhor condição de moradia.

Nesse momento fica muito clara a importância da Universidade que, no caso da AMAI, se pôs a serviço da Associação, oferecendo assessoria técnica pelo *LabHab-Unicamp*.

Vemos, nesse caso, a Universidade servindo como ferramenta para a emancipação social, formando não só universitários mas gente que tem a possibilidade de se desenvolver, e que, na maior parte dos casos, não tem alternativa de sair do passo em que se encontram.

A tecnologia para as empreiteiras nas obras realizadas para a Unicamp

Revisão

Duas obras feitas para a própria Unicamp marcaram a participação do *LabHab-Unicamp* junto a empreiteiras: a *“Moradia Estudantil”*, para 1500 alunos, e o Conjunto Habitacional *“Arlete Lins Teixeira”*, feito para 840 famílias de funcionários da Universidade.

A partir da obra da moradia estudantil, houve a necessidade de adaptar a tecnologia para uma produção muito mais intensa do que aquelas feitas para os mutirões. Nesse momento, tratava-se de uma produção em série que contava com a participação de profissionais especializados. Os projetos precisavam ser muito mais detalhados e era necessário que fosse especificada uma logística de canteiro que permitisse que os transportes horizontais fossem o menor possível e a montagem dos componentes fosse sincronizada com as demais atividades do canteiro.

Passávamos, assim, de uma produção de cerca de 400 painéis por semana (uma média nos mutirões) para uma de aproximadamente 300 por dia. Uma das questões que tínhamos para resolver era a das áreas para fabricação e secagem de componentes; outra era a respeito das áreas de estoque dos materiais a granel

e, depois, dos painéis prontos. Para que todo esse esquema funcionasse adequadamente, era preciso muitos terrenos livres e homogeneamente distribuídos. Nesse caso, o projeto parece ter sido feito especificamente para resolver essas questões.

O projeto de urbanização, cujo desenho se estabelecia por meio de praças rodeadas por casas, permitia que os componentes fossem executados bem no centro dessas praças e estocados em volta para, em seguida, serem montados. Os acertos dessa lógica diferente de canteiro levaram muito tempo. Até chegar numa produção cadenciada e eficiente, muitos componentes se perderam devido aos longos deslocamentos de peças feitos inicialmente, quando se acreditava que a produção concentrada era mais eficiente. Houve uma quebra significativa de painéis devido à desorganização de estoque – o que ocorria devido à mistura de componentes diferentes nas mesmas pilhas. Enfim, foi preciso fazer a empreiteira seguir uma nova ordem de construção, em que a linha de produção se aproximava à de uma fábrica.

A mão-de-obra

No entanto, tivemos problemas que não poderiam passar pelas nossas cabeças. Por exemplo, o fato de o sistema construtivo permitir que a maior parte da obra fosse feita por mão-de-obra não qualificada levou a empreiteira a contratar muitos serventes e poucos profissionais especializados. A idéia era reduzir, substancialmente, o custo da mão-de-obra. Porém, num determinado momento da obra, quando tudo parecia funcionar bem, os serventes se rebelaram e entraram em greve reivindicando melhores salários. Diante da argumentação do dono da empreiteira – de que esses estavam recebendo o valor correspondente às suas atividades – os serventes replicaram: “*não somos mais serventes, pois agora estamos fazendo os serviços de pedreiro, encanador, eletricista e até acabamentos*”. Justíssima a reivindicação! Em pouquíssimo tempo essa gente saiu da condição de trabalhadores braçais “insignificantes” para uma categoria mais digna – passaram a ser especialistas “*de colher cheia*”. Como resolver o impasse? A empreiteira teve de mandar mais de 70% dos trabalhadores embora e passou a um contrato que restringia os salários.

Cabe, neste momento, salientar a importância do sistema construtivo que transformava supostos ignorantes em “gente de ofício”. É interessante observar que, ao se organizar o canteiro numa escala de pequenas tarefas sincronizadas e, principalmente, o fato de as peças serem executadas no chão e em gabaritos – o que, como vimos, dispensava o uso de uma mão-de-obra especializada – subvertia a hierarquia de uma obra tradicional e possibilitava cumprir metas, até então impensáveis para essa gente. Muitos pedreiros e mestres de obra, quando não se incumbiam com as partes mais delicadas da montagem das casas, passavam a ter o papel de instrutores e fiscais do canteiro de produção. Fica muito claro que, mesmo com os serventes subindo de status, os pedreiros e mestres de obra passavam a ter um papel mais honrado – passavam de executores a orientadores. O termo “Mestre de Obras” passava a ser, de fato, valorizado. Ao contrário da prática do mando, daquele que dá ordens – nas obras tradicionais – o mestre podia resgatar um pouco o valor que tinha nas obras do passado, na Grécia e Roma antigas, ou, como Brunelleschi, poder dominar o desenho e a arte de construir.

O canteiro e a arquitetura

Outro aspecto relevante dessa obra é a sua arquitetura. O projeto foi pensado para servir como extensão do bairro existente e evitar, a exemplo do CRUSP, a formação de um gueto isolado de estudantes (muito embora a Unicamp, em nome de uma suposta segurança, tenha se curvado à tentação de murar e se isolar da vizinhança). Ao resgatar as figuras urbanas mais tradicionais como as ruas, as quadras, as praças e esquinas, numa clara contraposição aos dogmas modernistas, foi possível estabelecer uma logística eficiente no canteiro. As seis praças viraram usinas de fabricação de componentes, permitiam o estoque ao seu redor e, em seguida, eram circundadas por um corredor por onde passava o guincho que içava e colocava os painéis no lugar de suas montagens.

Assim como os engenheiros e demais técnicos da empreiteira aprenderam muito sobre o novo sistema, os arquitetos e instrutores do *LabHab-Unicamp* presenciaram a complexidade de uma obra de grande porte e puderam aprender muito sobre a logística necessária a esse tipo de empreendimento. A troca de experiências foi muito rica e contribuiu para que a equipe do *Laboratório* visse algo de positivo na construtora.

Dentre as pesquisas por mim realizadas durante a minha permanência no *LabHab-Unicamp*, a que mais diretamente se relaciona com a questão do “*Desenho Urbano e Meio de Produção Habitacional*” foi a de um grupo multidisciplinar que prestava assessoria técnica na periferia de Paris. Esse grupo, responsável pela revitalização de um bairro na região de Auberville – construído no final da segunda guerra – identificou duas causas predominantes que levavam à deterioração social do lugar. A primeira foi que a necessidade de ter de construir com muita rapidez fez com que fossem projetadas ruas muito extensas (chamadas de “chemin de grue”, ou caminho da grua) por onde deveria percorrer uma grua que ia montar as construções pré-moldadas depositadas nas bordas dessas vias. Além dos espaços muito longos e abertos, essa estratégia causou uma monotonia muito acentuada devido ao uso de um só sistema construtivo que produzia um só tipo de arquitetura que se repetia em retas intermináveis. A segunda causa refere-se às tipologias. Curiosamente, na rua que me foi mostrada havia prédios de quatro pavimentos, de um lado, e de 12 pavimentos, do outro. Constatou-se que a vida dos que moravam nos edifícios mais baixos (onde foram criados espaços comunitários como áreas de recreação e clube de idosos) era muito melhor do que a dos que moravam nos apartamentos mais altos (onde não havia nenhuma iniciativa no sentido de agregar seus moradores). O diagnóstico foi preciso: a diferença entre eles estava principalmente na escada. Constatou-se que as pessoas dos prédios baixos, sem elevador, tinham de se encontrar pela escada. Os que subiam cruzavam com os que desciam; ao se passar pelos andares, era inevitável “sentir” os apartamentos: em momentos especiais, ouvem-se os barulhos mais íntimos, sente-se o cheiro de uma comida mais apetitosa ou, até mesmo, dá-se uma olhadela pela porta de um apartamento, que por um descuido ou generosidade se abre; até mesmo, quando se ajuda alguém a carregar as compras, e este se sente grato, amplia-se o relacionamento. Já nos edifícios que prescindem de elevador, o isolamento é predominante: seus moradores não se cruzam e seus vizinhos pouco se conhecem.

Isso posto, ficou evidente para os assessores de Auberville que deveriam quebrar a monotonia das infundáveis ruas criando espaços urbanos menores, mais fechados e humanizados. Fizeram intervenções nos prédios para agregar mais as pessoas com espaços comunitários e áreas de lazer para crianças e idosos.

Penso que, nesse sentido, o projeto da moradia estudantil conseguiu, mesmo sem a intenção de cumprir esse papel, agregar o desenho urbano com o sistema de construção.

O desenho da “*Moradia dos Funcionários da Unicamp*” já não permitiu uma arquitetura tão inovadora quanto a urbanização da *Moradia Estudantil*. O fato de o empreendimento não pertencer à Unicamp – tendo como agente financeiro a CDHU, promovido pelo “Grupo Executor de Projetos Habitacionais da Unicamp”, e cuja direção técnica era de um antigo funcionário da COHAB, aliado ao rigor das leis do município de Campinas, cuja lógica da produção de moradias era voltada para a pobreza arquitetônica de conjuntos populares – enrijeceu o projeto, transformando-o no que menos desejávamos: um “conjunto habitacional”.

Os aspectos que envolveram a “*Moradia dos Funcionários da Unicamp*” foram muito diversos dos que estiveram presentes na “*Moradia Estudantil*”. A primeira diferença, que conduziu o projeto para um processo muito mais complexo e com muitos conflitos, foi especificamente a questão da gerência do empreendimento. Em primeiro lugar, as moradias foram concebidas para as famílias dos servidores, foram financiadas e controladas pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado) e sendo pagas por seus moradores. Em segundo lugar, o projeto que envolvia 840 famílias – aproximadamente 3.000 pessoas – tornou-se uma obra pública de grandes proporções e de grande impacto na cidade. Já o empreendimento para os estudantes, financiado pela Caixa Econômica Federal, além de ser pago pela Universidade, pôde se livrar, com facilidades na prefeitura local, dos moldes tradicionais de urbanização, uma vez que a propriedade era exclusivamente da Unicamp.

Todo o processo caminhou, desde a licitação para a compra do terreno à construção final, com muitos embaraços. Os conflitos foram inevitáveis e a saída do *Laboratório* da obra abriu espaço para o que desejavam os burocratas habitacionais: uma obra convencional com todos os vícios e dividendos.

Apesar de todo o aprendizado adquirido da obra da moradia para os estudantes, não se pôde chegar a um estágio mais avançado com a construção para os funcionários. Uma das principais razões se deve ao tumultuado processo de licitação. Era necessário um contrato muito rígido quanto aos procedimentos e custos da construção. Sendo assim, a empreiteira vencedora entre as 82 concorrentes teve de se calçar naquilo que mais sabia – uma construção convencional.

As dificuldades para que uma empreiteira mudasse o seu sistema de construção eram enormes. As construtoras que tiveram de se adaptar à tecnologia de painéis cerâmicos só se submeteram ao sistema construtivo porque era uma exigência da Unicamp. A princípio tinham curiosidade para saber se o sistema era, de fato, eficiente. Porém, a inércia das construtoras de grande porte e as dificuldades para mudar a rotina assentada e equilibrada venceram a possibilidade de inovação.

Sob o ponto de vista pedagógico, a troca de experiências com as empreiteiras foi fundamental. O conhecimento trazido da Universidade se enriquecia e se consolidava ao voltar para a esfera acadêmica. Havia uma constante reciclagem de informações.

A relação entre o *LabHab-Unicamp* e as empreiteiras trouxe mais um benefício: o conhecimento gerado a partir dessa relação foi imediatamente passado aos mutirões. Em outras palavras, as associações de moradores e cooperativas se beneficiavam da relação direta entre a Universidade e as empresas construtoras.

18



O papel fundamental dos instrutores de obra

Capítulo V

Os projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Habitação da Unicamp

“A identificação com a cidade é a primeira trilha para evitar a decadência social”.

Helge Bofinger

Reverendo o compromisso com a comunidade

Propósitos e apoio institucional

Uma vez que o intuito dos *Laboratórios de Habitação* era propor uma decisiva mudança de postura urbana e educacional que atingisse as populações das periferias das cidades, assim como tentar criar uma dinâmica de projeto e planejamento que melhorasse as condições do morador de periferia e buscasse a dignidade da casa “popular”, seria essencial a participação desses beneficiários nas futuras decisões. Ao contrário do projeto que atende apenas a um interessado, o cliente agora eram as associações de moradores. Sem a aprovação coletiva não teria sentido projetar nem, muito menos, estimular a mobilização dos estudantes de arquitetura para que propusessem soluções responsáveis para a cidade. A presença dos *Laboratórios* junto às comunidades organizadas, como a Coordenação de Movimentos de Moradia de São Paulo e as associações populares pela moradia, não só aproximava-se dos anseios dessas comunidades, mas também servia como uma valiosa ferramenta de conquista do direito à cidade viabilizando os seus empreendimentos habitacionais. Portanto, a existência dos *Laboratórios* só tinha sentido com a aprovação e apoio dos movimentos pela moradia.

O apoio de entidades populares era reforçado pela participação da igreja que, com suas paróquias e comunidades eclesiais de base (CEBs), compunha o movimento por moradia. Entidades sociais nacionais e internacionais como a FASE e CEBEMO participavam também do movimento.

A proposta de construção de moradias no sistema de “Ajuda Mútua”, estimulada pelo *Laboratório de Habitação* da FEBASP, foi, mais tarde, seguida pelo *LabHab-Unicamp* e por várias *Assessorias Técnicas* chegando às associações pela moradia. Essas organizações pela moradia, na busca de uma identidade e da participação dos benefícios da cidade, podiam contar com um suporte técnico de peso de professores e alunos dos *Laboratórios*. Pelo menos no início de sua atuação, se posicionava diante dos movimentos pela moradia com o mesmo espírito do *Laboratório* da FEBASP.

O *LabHab-Unicamp*, porém, seguia um caminho bem diferente do da FEBASP. Apesar de pertencer à Universidade, não trabalhava com alunos nem tinha como princípio sistematizar a pesquisa científica; era formado por arquitetos (muitos haviam pertencido à FEBASP). Era um “escritório de arquitetura” ou uma “assessoria técnica” dentro da Universidade.

Em 1986 e 1987, o *LabHab-Unicamp* atuou junto às Associação de Moradores da Vila Arco-Íris (AMAI – Grajaú), Associação Pró-moradia da Zona Sul, Parque Fernanda e demais participantes da Coordenação de Movimentos de Moradia de São Paulo, que reunia associações de todas as regiões da cidade, até que os desentendimentos e disputas desintegraram essa grande estrutura repartindo-a em movimentos regionais: Sul, Leste, Norte, etc.

Foi importante perceber que a melhoria da produção habitacional vinculava-se à luta pela gestão dos projetos habitacionais. Os *Laboratórios*, assim como as *Assessorias Técnicas* defendiam a auto-gestão e a construção de moradias por ajuda-mútua que, segundo Maria da Glória Gohn, “... são o nível mais avançado nas lutas populares urbanas...”. Viviam-se no Laboratório uma empolgação misturada com militância política, ainda sob a influência dos movimentos políticos das décadas de 70 e 80.

Abrangência da assessoria técnica

Além das comunidades da cidade de São Paulo, o *LabHab-Unicamp* apoiava algumas comunidades do interior que, apesar do pequeno grau de mobilização política, sentiam-se seguras com a equipe técnica do *Laboratório*. Viam-nos como aliados e como uma interface competente junto ao poder público. Esse foi o caso da Associação dos Sem Casa de Jundiá, da Associação dos Sem Casa de Vinhedo e Favela Tancredo Neves de Campinas, no estado de São Paulo. Com envolvimento diferente, foi feito um convênio com a “Associação dos Moradores da Vila Industrial de São Bernardo do Campo”, cuja participação na coordenação política e técnica do movimento era do arquiteto Leonardo Pessina, que pertencera às Cooperativas Habitacionais Uruguaias. Essas cooperativas,

como vimos anteriormente, inspiraram a conduta dos Laboratórios da FEBASP e Unicamp. Outra participação importante foi junto à “COOPERCOSIPA” (Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores da COSIPA – Companhia Siderúrgica de São Paulo) de Cubatão, com aproximadamente 4.500 associados.

No estado do Rio de Janeiro, o *LabHab-Unicamp* esteve com a comunidade da Favela do Jacarezinho da cidade do Rio de Janeiro (Convênio com a RIO-URBE e SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). Em Nova Iguaçu, além de todo o envolvimento com o governo interventor do município, estimulado pelo Secretário Estadual de Assuntos Fundiários Vicente Loureiro, houve a participação decisiva do Arquiteto João Marcos de Almeida Lopes (que fora do Laboratório da FEBASP) junto à Comunidade Zumbi dos Palmares.

Os trabalhos procuravam articular-se com os movimentos regionais de outros lugares do país como Maceió (União das Mulheres do Jacintinho), Recife (Favela Skylab II), ambos fazendo parte de um convênio com o “PNUD” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – Projeto BRA 85/005 vinculado ao Ministério do Interior).

No Rio Grande do Sul, com o apoio do Governo do Estado, o *LabHab-Unicamp* esteve no município de Canoas e na comunidade de Veranópolis, na serra gaúcha.

Vale lembrar que além dos convênios realizados com os governos e prefeituras, houve uma grande aproximação dos técnicos do *LabHab-Unicamp* com a Prefeitura de São Paulo na gestão da Prefeita Erundina. Essa aproximação se deu não só pela significativa conquista política da época, mas também pelo fato de os principais cargos da Secretaria Municipal serem de profissionais que atuaram nos movimentos pela moradia e no *Laboratório de Habitação* da FEBASP. A arquiteta Ermínia Maricato, da FAU-USP, era a Secretária; o arquiteto Nabil Bonduki, que coordenou o Laboratório da FEBASP, era o diretor de HAB; o arquiteto Reginaldo Ronconi – ex-aluno da FEBASP e participante do Laboratório de Habitação – coordenava o programa FUNAPS

¹²⁴ GOHN, Maria da Glória em Movimentos sociais e luta pela moradia, São Paulo, 1991, Editora Loyola.

Comunitário, que viabilizava os mutirões da cidade.

É importante salientar que, aos poucos, o *LabHab-Unicamp* – que tinha um papel quase militante junto aos movimentos pela moradia, como nos tempos da FEBASP – caminhava para uma articulação maior, junto a entidades governamentais de peso. Mesmo se colocando ao lado da população organizada pela moradia, o fato de o *Laboratório* se alinhar com programas de governo levou-o a uma lenta e gradual mudança de posição. Passava do papel de oposição ao poder público a uma composição com a situação. Éramos técnicos da Universidade servindo como profissionais voltados para a resolução dos problemas da cidade.

O distanciamento

Em pouco tempo, a demanda das prefeituras e da própria Unicamp – com os projetos da Moradia Estudantil, Moradia do Funcionários, creche, escola, restaurante dos professores e outros – exigia o aumento dos técnicos do *Laboratório*. A equipe passou a contar com mais de dez arquitetos, vários estagiários de fora da Unicamp, técnicos em edificação e instalações, dezoito instrutores de obra além de mais de oito servidores diretos da Universidade que compunham o grupo de apoio operacional e administrativo. Inúmeros convênios com prefeituras e governos para a execução de projetos habitacionais e institucionais rapidamente superaram a procura do *LabHab-Unicamp* pelos movimentos pela moradia. Os projetos, como os conveniados com a Prefeitura de Campinas e outras prefeituras como a de Duartina e de Socorro, garantiam uma estabilidade financeira e favoreciam a influência e projeção política da Unicamp.

Se, por um lado, o *LabHab-Unicamp* crescia e ganhava privilégios dentro da própria Universidade, de outro, a própria Unicamp se projetava no cenário acadêmico e político. A arquitetura do *Laboratório* destacava-se e seu coordenador, o arquiteto Joan Villà, projetava-se no cenário da arquitetura nacional e internacional. Entre 1986 e 1988, Villà participou de concursos e exposições como a “International Competition for Solutions on New Technologies for Social Housing – Cáceres / Brighton” da UIA (União Internacional de Arquitetos)

realizada no ano de 1987 na Inglaterra, assim como a Exposição de Arquitetos Brasileiros de Paris – que posteriormente seguiu para outros países da Europa – e outras. Várias foram as revistas e jornais a publicarem os feitos de Villà. À medida que os trabalhos aumentavam, Villà concentrava-se na articulação política e na captação de recursos, fazendo convênios com instituições interessadas nos projetos habitacionais e institucionais do *Laboratório*. Ao mesmo tempo, preocupava-se com a qualidade desses projetos e no impacto que essas obras teriam no cenário da arquitetura. Enquanto isso, naturalmente, diminuía a sua participação junto às associações e movimentos pela moradia e os próprios técnicos do *Laboratório* foram se afastando gradativamente desses movimentos. Um comentário de um companheiro de luta pela moradia, “Roberto do Parque Fernanda”¹²⁶, que solicitava a nossa presença para um projeto de centro comunitário, é elucidativo:

“...depois que vocês ficaram importantes, não querem mais saber de pisar em lugar de pobre, né?”

No mesmo tom, o fundador e presidente da Associação dos Sem Casa de Jundiaí, Jurandir de Oliveira, referiu-se à participação do *LabHab-Unicamp* na luta pelo financiamento de suas casas:

”No início vocês estavam o tempo todo com a gente. Agora, que estão cheios de obras de governo, não querem mais participar de nossas lutas, debandaram pro outro lado”.

O fato do *LabHab-Unicamp* ter recebido prêmios valoriza a função de pesquisa, produção de conhecimento e divulgação. Nesse caso, cumpria o seu papel enquanto Universidade. Era dever do *LabHab-Unicamp* pesquisar, verificar e divulgar os resultados. O registro dos estudos e experiências, ou seja, do conhecimento científico deveria ter sido feito sistematicamente com objetivos práticos para ser ampliado à comunidade. As publicações ficaram restritas a um seleto grupo de profissionais da área de arquitetura. Nesse caso, a perda do contato com os movimentos de moradia distanciou a Universidade de seu outro papel.

O distanciamento dos movimentos de moradia afastou o *LabHab-Unicamp* de sua principal função: aproximar a Universidade da população.

¹²⁵ Não foi possível obter os dados pessoais do Roberto. No movimento pela moradia ele era conhecido por “Roberto do Parque Fernanda” que junto com o “Paulão” e “Mexicano”, formavam a liderança do movimento.

Os projetos para as Associações Populares organizadas

Como pudemos ver anteriormente, o *LabHab-Unicamp* estava mais próximo das associações e movimentos pela moradia no começo de suas atividades. Respirava-se, nesse início, o ar e o entusiasmo daquele que fora uma das experiências pedagógicas mais bem sucedidas em cursos de arquitetura e urbanismo: o *Laboratório de Habitação* da FEBASP.

A transição

No ano de 1986, houve a “passagem de bastão” do *Laboratório* da FEBASP para o da Unicamp por meio do arquiteto Joan Villà, que coordenou os dois *Laboratórios*¹²⁶. Essa transição foi marcada pelo convênio feito entre Unicamp (1986) e a “*Associação de Moradores da Vila Arco-íris*” (AMAI)¹²⁷, cuja luta pela terra e pelas casas começou com a equipe da FEBASP em 1982, a partir de seu trabalho mais significativo: o “Recanto da Alegria”¹²⁸.

“Associação Pró-Moradia da Zona Sul”

Ainda em 1986, a partir da organização da CMM, um convênio foi firmado entre a “Associação Pró-Moradia da Zona Sul” e o *LabHab-Unicamp*. Tal convênio destinava-se à prestação de assessoria técnica e elaboração do projeto de 370 casas na região do “Colégio dos Adventistas” na Estrada de Itapeçerica da Serra, bairro do Campo Limpo, no município de São Paulo.

A Associação era muito atuante e representava um grupo de peso na CMM, pois reunia vários movimentos pela moradia da região e já havia conquistado a aprovação de um mutirão na gestão do Prefeito Mário Covas (1983

– 1985). Para o *LabHab-Unicamp* esse convênio era o mais importante até então, uma vez que envolvia grupos organizados com muita força política.

No início de 1986, a Prefeitura estabeleceu um programa habitacional batizado de “*Modelar*”. Montou na região um grande canteiro de obras onde empreiteiras realizaram protótipos com sistemas construtivos para moradias de baixo custo.

“Foram admitidas 36 empreiteiras, que responderiam as solicitações de um “meta-projeto” edificando duas casas com a tecnologia que lhes parecesse mais conveniente.”

A área parecia estar totalmente comprometida com as construtoras cujos protótipos (embrião com pouco mais de 18 m²) e a enfadonha urbanização transformariam o bairro em mais um amontoado de casinhas.

No começo de 1987, depois de muita pressão, o Prefeito Jânio Quadros comprometeu-se a financiar um teste: se a Associação, com a assessoria técnica da Unicamp, fosse capaz de executar dois protótipos e provasse que as casas eram de qualidade e dentro do custo estipulado pela COHAB, a Prefeitura liberaria o financiamento para as demais. Assim foi feito. O *LabHab-Unicamp* fez os projetos, a Associação organizou as pessoas e rapidamente foi dado início à construção de dois protótipos: um de 46 m² e outro de 51 m². A construção foi muito difícil, como vimos anteriormente; era a primeira obra do *Laboratório* feita em regime de mutirão; vários painéis foram destruídos numa noite, pouco antes do prazo estipulado para a inauguração. Alguns acreditam que a destruição se deu pela passagem de vários cavalos durante a noite. A maior parte do grupo compartilhava a opinião com os técnicos da Unicamp de que a obra fora sabotada a mando das empreiteiras que temiam perder seu mercado na região.¹³⁰

¹²⁶ Ver detalhes no Capítulo I

¹²⁷ Ver a história e seus detalhes no Capítulo VI

¹²⁸ BONDUKI, Nabil Georges, “Criando Territórios De Utopia - A Luta Pela Gestão Popular Em Projetos Habitacionais”, Dissertação de mestrado apresentada na FAU-USP, São Paulo, 1986¹²⁹ Ver detalhes no Capítulo I

¹²⁹ RONCONI, Reginaldo L.N. Dissertação de Mestrado: “Habitações Construídas com Gerenciamento pelos Usuários, Com Organização da Força de Trabalho em Regime de Mutirão (O Programa Funaps Comunitário)” Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

¹³⁰ Ver detalhes no Capítulo III, item “O Laboratório de Habitação: inserção e compromisso no meio popular” no subitem “A influência”

Cabe chamar a atenção para o fato de que, na época, as empreiteiras tinham uma participação amigável com a COHAB, beneficiando-se de índices favoráveis aos lucros e às propinas. Já se podia saber de antemão que a construção, sendo administrada pela comunidade e tecnicamente bem assessorada, denunciaria o superfaturamento das obras habitacionais públicas.

Fica evidente como a Universidade, com o seu conhecimento técnico, é capaz de interferir e mudar políticas públicas.

As duas casas foram construídas no prazo e o que se pretendia foi alcançado: as casas da COHAB – com baixa qualidade de construção (sem forro e com telhas de amianto), com uma diminuta área de 24 m² – subsidiadas custavam 600 OTNs (OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL) cada; a casa construída para teste, com uma área de 51 m² e uma qualidade muito superior (telhas de barro, laje de forro, nichos para armários, etc.) custaram 500 OTNs.¹³¹

Vencida essa primeira batalha, a Associação partiu para uma interminável seqüência de outras a fim de conseguir o financiamento para o mutirão que foi batizado de “Mutirão Adventista - 2ª Etapa” (a 1ª etapa se deu na gestão de Mário Covas). A Associação e os técnicos tiveram de provar que os custos dos protótipos eram verdadeiros. Após a confirmação dos custos, a Associação teve de enfrentar a COHAB para reaver os 370 lotes prometidos para a construção de suas casas. O “Departamento Geral de Obras da COHAB”, numa clara pressão contra os movimentos pela moradia, transferiu os lotes para empreiteiras como revela trecho da “Carta Aberta à População”:

“... o Sr. Ubirajara, do Departamento Geral de Obras da COHAB, autorizou as construtoras ‘Presidente’, ‘Itapuan’, ‘Seqüência’, ‘Chap-Chap’ e ‘Beto Marco’ a INVADIREM a nossa área prometida, com cubículos inabitáveis (24 m²) a preço de 600 OTNs ...¹³²”.

Em julho de 1987, a *Associação Pró-Moradia da Zona Sul* junta-se ao movimento da zona leste da cidade e elaboram um boletim informativo com o nome de “UZINA de Moradia

Popular”. No boletim nº 1, vários movimentos por terra e moradia mostram um projeto ambicioso de enfrentar as políticas públicas da área da habitação bem como interferir nos altos custos dos materiais: propõem a criação de fábricas populares de componentes para a construção de casas. Além de atenderem a demanda popular, pretendia-se fornecer materiais e componentes para o mercado. A estrutura de produção da “UZINA” incluía a formação profissional e a comercialização dos produtos.

A idéia de criar uma grande fábrica, ou várias fábricas populares na cidade, foi lançada por Villà na CMM. Villà, assim como os outros arquitetos do *LabHab-Unicamp*, acreditava que o sistema de painéis cerâmicos aperfeiçoado pela Unicamp iria se espalhar e permitir que todos – mesmo as pessoas que não tinham formação em construção – trabalhassem sem dificuldades.

Eram fortes as idéias de autonomia popular. As próprias associações e cooperativas populares é que deveriam controlar o mercado de habitação de baixo custo – com trabalho à vontade e sem patrão.

A palavra “UZINA” veio do próprio *LabHab-Unicamp*. Chegamos até a desenhar o logotipo com o “Z” pintado em vermelho e preto – as cores anarquistas.

Em 1989, quando Villà se tornou o Secretário de Habitação do Município de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro), o projeto da UZINA foi retomado – mas dessa vez a partir da gestão da prefeitura local¹³³. No final do mesmo ano, os arquitetos João Marcos de Almeida Lopes, Mário Braga e Sérgio Mancini saíram do *LabHab-Unicamp* e formariam uma das assessorias técnicas mais importantes daquela época: a “UZINA”.

Cabe salientar que o projeto inicial da “UZINA” tinha uma forte função pedagógica. Além do aprendizado administrativo, a formação de seus trabalhadores estava vinculada a um robusto programa de educação e formação profissional. Em outras palavras, havia o sonho de que aquela solução para a habitação levasse a uma alternativa educacional eficiente e gerida pela própria população.

¹³¹ Dados obtidos dos documentos técnicos e planilhas da COHAB. (1987)

¹³² Carta Aberta à População de São Paulo feita pela Associação Pró-Moradia da Zona Sul” em abril de 1987

¹³³ O projeto da UZINA em Nova Iguaçu será detalhado mais a diante, ainda neste capítulo

Passados os conflitos com a Prefeitura, a Cohab foi obrigada a ceder e financiar a primeira parte do empreendimento da Associação. O projeto foi elaborado pelo *LabHab-Unicamp* e a construção das primeiras unidades começou.

A obra, que foi tocada com muito entusiasmo, apresentou alguns problemas durante a execução das novas casas. A nova tecnologia não era tão fácil como se esperava, ou melhor, como haviam dito que era. As dificuldades com os componentes cerâmicos – devido ao peso e à falta de equipamento adequado para transportar os painéis de parede e de laje – fizeram com que aparecessem resistências à tecnologia da Unicamp. Outro empecilho – o ponto mais agudo dos descontentamentos – foram as perdas causadas pelos painéis de telha. Além dos problemas de execução e de estoque, esses painéis eram muito frágeis e se partiam com facilidade. Essa obra, assim como quase todas as assessoradas pelo *LabHab-Unicamp*, sofreu também com a resistência dos profissionais (pedreiros, carpinteiros e serventes), a um modo de construir muito diferente, que permitia que mesmo os inexperientes fossem capazes de executar, como já apontado.

Os responsáveis pela Associação propuseram uma série de modificações, como substituir os painéis de telha por telhados convencionais, fazer os componentes de parede brutos para serem rebocados posteriormente, mas elas não foram aceitas pelos técnicos do *LabHab-Unicamp*. Tais alterações iam contra os princípios da pré-fabricação pensados pelos técnicos do *Laboratório* para evitar a opressora hierarquia de obra que criava privilégios para quem já dominava a construção convencional. Uma série de reuniões foi feita, mas não se chegou a um bom termo. De um lado, alguns membros da Associação queriam uma modificação radical, voltando ao artesanal; de outro, os técnicos do *Laboratório* não cederam nem um pouco.

O desfecho foi o inevitável rompimento do convênio. A decepção foi enorme para ambas as partes. O sonho desabara e a equipe do *LabHab-Unicamp* teve de rever sua posição.

O rompimento do convênio com a Associação foi o primeiro sintoma da grande distância que surgia entre o cenário sonhado pela equipe do *LabHab-Unicamp* e os

desejos do movimento pela moradia. A insistência para que o mutirão seguisse exatamente o que havia sido projetado, cumprindo rigidamente o sistema construtivo, mostrou que havia uma certa incompatibilidade entre os mutirantes e os técnicos – apesar da cordialidade e respeito entre os dois grupos que lutavam pela mesma causa.

Para que a equipe do *Laboratório* pudesse demonstrar aos mutirantes as vantagens do sistema construtivo, bem como as qualidades do projeto arquitetônico, era necessário construir várias casas. Assim, seria possível provar o quanto a tecnologia da Unicamp era eficaz e capaz de – como acreditávamos na época – reconduzir a produção habitacional do país. No entanto, as dificuldades enfrentadas nas primeiras casas (transporte manual dos pesados componentes, quebra dos painéis de telha, problemas de montagem, etc.) levaram o grupo da Associação à tentativa de negociar algumas mudanças com a equipe técnica. Mas essas mudanças não foram aceitas. Nós, arquitetos do *LabHab-Unicamp*, achávamos que essas exigências vinham de pedreiros e de outros trabalhadores da construção civil que participavam do mutirão e não aceitavam o fato de qualquer pessoa – até mulher – poder construir de uma outra maneira, mais fácil do que aquela que haviam aprendido e se dedicado. De certa forma, a tecnologia proposta os desautorizava frente aos que não eram conhecedores desses ofícios. Por vezes, chegamos a pensar que a não execução dos serviços da forma esperada se devia à preguiça ou à má vontade. Acreditávamos cegamente que, se não mudássemos a maneira artesanal de construção, não seria possível que as comunidades organizassem a produção de moradias e fossem capazes de reverter o trágico quadro habitacional, fruto da perversa união entre interesses de políticos e a ganância das empreiteiras.

O que aconteceu nesse mutirão se repetiu em vários outros. Não convém aqui aprovar ou não a tecnologia ou mesmo os projetos desenvolvidos pelo *LabHab-Unicamp*. Trata-se de entender o que agora é possível: **a atuação do Laboratório de Habitação** era essencialmente educativa. O processo educativo é, inevitavelmente, lento e requer um movimento gradual e contínuo. A falta de percepção do que, de fato, era a nossa ação e a vontade de querermos alcançar um sucesso expressivo em muito pouco tempo acabaram nos encaminhando para um trabalho de outra natureza e ao rompimento com a Associação.

Associação de Moradores da Vila Arco-íris (AMAI)

A história da *AMAI* é fundamental para entender o processo pelo qual passaram os *Laboratórios de Habitação* da FEBASP e da Unicamp. Dos primeiros contatos, em 1982, à inauguração das casas, em 1990, a Associação passou por todas as etapas da luta pela moradia

da década de 1980. Conseguiu a terra, o financiamento, a administração da obra e dos recursos, e a construção das moradias em regime de mutirão. Ainda hoje, mantém viva a estrutura da Associação dando seqüência às obras do bairro como a Creche, o Centro da Juventude, salas para cursos e Centro de Atividades Comunitárias.

Dada a importância da história da *AMAI* no contexto dos *Laboratórios de Habitação*, suas conquistas e os detalhes do processo pelo qual passou estão descritos em destaque no Capítulo VI.

Projetos desenvolvidos para a Unicamp

Dentre todos os projetos desenvolvidos pelo *LabHab-Unicamp* para a própria Universidade, quatro foram os mais importantes: a “Moradia Estudantil”, a “Moradia dos Funcionários da Unicamp”, a creche e a escola da área da saúde (“PROFIC” – Programa de Formação Integral da Criança, e “PRODECAD” – Programa de Desenvolvimento e Integração da Criança e do Adolescente) e o “Restaurante do Lago”, inicialmente pensado para ser o “Clube dos Professores”. Cada uma dessas obras tinha características e desenhos distintos: a Moradia Estudantil foi feita com painéis planos e estrutura mista (usando estrutura metálica para grandes vãos); a Moradia dos Funcionários variava a tipologia das unidades habitacionais (de casas térreas e sobrados a edifícios de três pavimentos); a escola e a creche foram executadas a partir de lajes inclinadas formando pórticos que venciam vãos de mais de sete metros; o Restaurante do Lago introduziu o uso de abóbadas com vãos de mais de 18 metros.

Depois dos protótipos desenvolvidos no próprio local do *LabHab-Unicamp*, essas novas construções serviram de projeto piloto de larga escala.

Dois aspectos relevantes que transformaram, gradativamente, o *Laboratório* em um escritório de arquitetura da Unicamp. Os projetos desenvolvidos para a Universidade consolidaram a arquitetura e a tecnologia construtiva. As obras, com características diversas, serviram para criar um cardápio arquitetônico que possibilitasse vender a arquitetura ali desenvolvida. Tal conjunto

de obras levou à fama não só o próprio *LabHab-Unicamp* como serviu para lançar, definitivamente, o Arquiteto Joan Villà no cenário dos arquitetos nacionais e internacionais.

Como vimos anteriormente, o *LabHab-Unicamp* foi se afastando dos projetos feitos para os movimentos organizados pela moradia e foi se ocupando dos grandes projetos para a Unicamp, bem como para governos e prefeituras com boas relações com a Universidade.

A tecnologia aplicada à obra da “Moradia Estudantil”

O projeto e a obra da “Moradia Estudantil” foram os mais importantes dos desenvolvidos para a Unicamp, uma vez que se tratava de um empreendimento habitacional de peso (250 unidades e demais complementos), inserido no bairro estabelecido nas proximidades do campus. Tratava-se, ainda, da primeira construção executada com o sistema do *Laboratório* por uma empreiteira tradicional. O sistema construtivo desenvolvido pelo *Laboratório* seria posto à prova. A tecnologia tinha de ser eficiente não só para mutirantes, mas também, para uma construtora convencional.

Todo o projeto, como veremos em detalhes no Capítulo VI, foi concebido com um urbanismo completamente diferente do tradicional. Isso era possível, pois se tratava de uma propriedade da Unicamp, e seus usuários não eram cidadãos comuns e, sim, estudantes. A tipologia das unidades – com casas térreas e unidades sobrepostas – e o uso de ruas de pedestres – com passagens sob áreas de uso coletivo e com percursos que passavam por túneis e escadas – conseguiram ser aprovadas pela Prefeitura de Campinas, devido à influência da Unicamp na cidade e em decorrência das características atípicas do projeto. Assim, foi possível explorar ao máximo, elementos não convencionais de urbanismo cujo conjunto arquitetônico tornou-se de uma extraordinária riqueza volumétrica e de rara beleza.

A construção da “Moradia Estudantil” será descrita em detalhes no Capítulo VI. Cabe aqui salientar as determinantes do projeto e a atuação dos técnicos do *LabHab-Unicamp* frente à Universidade e à empreiteira.

O projeto não se restringia às unidades habitacionais. Seguindo os princípios preconizados pelos arquitetos do *Laboratório*, além das casas,

foram projetados equipamentos coletivos como salas de leitura, centros de vivência, áreas de lazer e esportes, e uma área comercial que deveria servir ao bairro.

Depois da concepção geral do projeto – que teve a participação dos estudantes – chegou o momento do projeto executivo da obra que conteria, não só os detalhes arquitetônicos, mas também todos os procedimentos exigidos pelo sistema construtivo. Esse processo construtivo era uma das exigências da licitação da construção. Após a tramitação burocrática e a assinatura dos contratos, iniciaram-se as obras.

Toda a equipe do *Laboratório* teve de se mobilizar para transmitir os procedimentos técnicos à empreiteira e seguir o andamento das obras – que, agora, se dava em escala industrial. Ao mesmo tempo em que o manual de instruções técnicas era colocado em prática, retornava ao escritório para ser aperfeiçoado. Havia uma constante reciclagem entre o que havia sido concebido e o que estava sendo posto em prática. A mobilização dos arquitetos foi muito

intensa, dada a velocidade e risco de perdas na produção. Qualquer erro em algum componente multiplicava-se rapidamente e refletia diretamente sobre o tempo de produção e custos.

É necessário salientar a importância do aprendizado nessa obra. As obras acompanhadas pelo *Laboratório* se davam em pequena quantidade, eram feitas por mutirantes e executadas só nos fins-de-semana; a construção da Moradia envolvia profissionais especializados e só parava aos domingos e feriados. As exigências eram enormes e tínhamos de dar prontas respostas para os detalhes como, por exemplo, a fabricação de componentes de instalações hidráulicas e elétricas, acabamentos, estoque de painéis e montagem das paredes e coberturas. Tínhamos de produzir um desenho que expressasse claramente o que era pedido, uma vez que a linguagem e a construção não eram convencionais.

O aprendizado maior se deu com a própria arquitetura: deu-nos a certeza de que a esta passa pelo detalhamento minucioso e pelo processo construtivo. O desenho produzido pelo sistema, o material empregado e a conseqüente forma de produção interferem decisivamente na arquitetura. Seria difícil para uma escola tradicional de

19



Profic / Prodecad

arquitetura superar o conhecimento adquirido com essa experiência.

Outro aspecto a reforçar essa reflexão é o fato de a Unicamp beneficiar-se diretamente de um investimento em pesquisa aplicada. A reciclagem tecnológica deu-se em alta velocidade e converteu-se em realidade. Todo esse investimento público deveria retornar à população que se beneficiaria dos resultados incorporados. De fato, vários procedimentos foram transferidos imediatamente para as obras que estavam sendo executadas em regime de mutirão.

O aprendizado maior se deu com a própria arquitetura. Deu-nos a certeza de que a arquitetura passa pelo detalhamento minucioso e pelo processo construtivo. O desenho produzido pelo sistema, o material empregado e a conseqüente forma de produção interferem decisivamente na arquitetura. Seria difícil para uma escola tradicional de arquitetura superar o conhecimento adquirido com essa experiência.

Outro aspecto a reforçar essa reflexão é o fato de a Unicamp beneficiar-se diretamente de um investimento em pesquisa aplicada. A reciclagem tecnológica deu-se em alta velocidade e converteu-se em realidade. Todo esse investimento público deveria retornar à população que se beneficiaria dos resultados incorporados. De fato, vários procedimentos foram transferidos imediatamente para as obras que estavam sendo executadas em regime de mutirão.

O começo das obras foi muito complicado, dada a inexperiência da construtora de trabalhar com um sistema semi-industrial. A empreiteira teve de rever toda a dinâmica da obra como, também, se adaptar a uma nova realidade em relação à mão-de-obra.

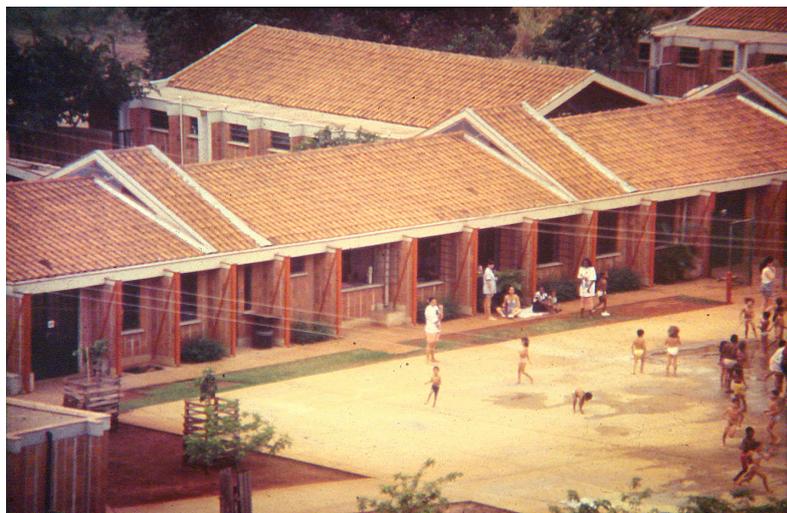
Vale narrar aqui um episódio muito importante acontecido no início das obras: a quebra da hierarquia de obra e a revolta dos serventes. Como o sistema construtivo desenvolvido pelo *Laboratório* visava atender mutirantes (que não tinham experiência em construção), a empreiteira contratou a maior parte da mão-de-obra de serventes para executar serviços de pedreiros. Para tanto, a confecção

20



Prodecad

21



Profic

22



Profic

dos painéis de alvenaria (com tubulação embutida e uma face rebocada de 8mm), laje e cobertura de telha era feita no chão – o que dispensava o uso de trabalhos especializados, andaimes, prumo, linha, etc. Essa contratação diminuía significativamente os custos de mão-de-obra. Os trabalhos correram bem até que os serventes perceberam que estavam fazendo o serviço de pedreiros. Já que faziam um serviço especializado, tinham o direito de receber por isso. Fizeram uma greve, houve a interferência do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Campinas e o desfecho foi ruim. A maior parte dos serventes foi mandada embora e as novas contratações foram feitas com condições pré-estabelecidas.

O lado pedagógico desse episódio é o que nos interessa. A facilidade e a organização do sistema construtivo permitiram que as pessoas, sem qualquer formação em construção, pudessem fazer um serviço mais leve e especializado. A maior qualidade da tecnologia construtiva era exatamente essa. A racionalização do canteiro de obras e a organização da produção permitiam que, rapidamente, os trabalhadores tivessem um salto qualitativo em suas vidas. Contraditoriamente, o trabalho menos penoso provocava um aumento salarial. Muitos serventes sabiam que o trabalho proposto era bem mais fácil do que ficar só carregando pedra, areia e tijolos.

O sistema construtivo levou a um aprendizado também para a empreiteira. A construtora foi obrigada a se reciclar e a modernizar a sua prática de produção. A simplicidade e organização da construção ali implementada levaram-na à contratação de uma nova figura profissional para as obras: o Engenheiro de Produção.

Para o *LabHab-Unicamp* essa obra foi muito significativa, pois ingressar no universo das empreiteiras. Era necessário ficar atento com todas as artimanhas – uso de materiais não especificados, erro em dosagens de ingredientes, medidas alteradas, alterações nas horas suplementares, etc. – que representavam desvios ilícitos de recursos públicos.

A Moradia Estudantil, de 1989 a 2001, passou por várias confusões de ordem administrativa assim como por inúmeros problemas de conservação do conjunto. Não se sabia estabelecer com clareza o limite entre o que era da responsabilidade dos estudantes – limpeza, lixo, manutenção das residências, etc. – e quais eram as atribuições da Universidade – limpeza pública, segurança, manutenção dos equipamentos coletivos, etc. – em relação

ao conjunto residencial. Ficou claro que a indefinição das responsabilidades gerava deformações físicas refletindo diretamente sobre a arquitetura.

Passados doze anos de sua inauguração, definidos claramente os papéis dos estudantes e da Universidade, a moradia encontra-se limpa, conservada e ajardinada. Num passeio pelas ruas, praças e becos, pode-se experimentar uma infinidade de sensações agradáveis vindas da multiplicidade de perspectivas de seus espaços e da presença de vida saudável espalhadas por cada canto.

A “Moradia dos Funcionários da Unicamp”

Impulsionada pelo sucesso da residência estudantil, uma velha reivindicação dos funcionários da Unicamp concretizou-se. Ainda na gestão do Reitor Paulo Renato Souza, a Unicamp promoveu a compra de um terreno, o financiamento e a construção de casas para 800 famílias.

O *LabHab-Unicamp*, como escritório de arquitetura da Universidade, foi indicado para fazer os projetos. Várias áreas foram visitadas e muitos estudos de viabilidade foram feitos até que se chegasse à área definitiva. Esse processo foi muito tumultuado pelo fato de ser um projeto de grande vulto e por se tratar de uma alta cifra. Muitos interesses políticos e financeiros estavam envolvidos e cada etapa se dava de forma lenta e complicada, da licitação para a compra do terreno à concorrência entre as empreiteiras. O terreno foi comprado pela Unicamp e o financiamento das 840 unidades habitacionais foi feito pela CDHU.

O *LabHab-Unicamp* teve um novo desafio: uma obra de grande envergadura e um cliente muito numeroso. O projeto, assim como todo o processo de concepção e construção, era uma novidade para os arquitetos do *Laboratório*. Como tratar um cliente coletivo formado por 840 famílias? Como fazer um projeto participativo que conseguisse expressar todos os anseios? Como evitar a construção de mais um “conjunto habitacional”, desconectado da lógica urbana natural? Todas essas perguntas nos causavam temor.

A urgência para a execução dos projetos fez com que as discussões se restringissem à liderança do movimento dos funcionários. O projeto participativo estava claramente comprometido, pois nenhuma reunião coletiva foi feita para decidir as diretrizes urbanas nem para se determinar o tipo das casas. Tudo foi



decidido por um grupo de cinco representantes liderados pelo presidente da Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Unicamp. Em virtude da pressão dos funcionários – que tinham pressa – e da urgência imposta pela reitoria – para cumprir um prazo político de fim de mandato e para um ganho de visibilidade do governo da época – o projeto, financiado pela CDHU e promovido pela Unicamp, foi muito transfigurado em relação às primeiras propostas.

As leis para esse tipo de empreendimento (condomínio popular) eram muito pouco elaboradas e feitas no sentido de não deixar qualquer chance de uso impróprio por parte de seus usuários. Ou seja, elas foram elaboradas para reprimir qualquer uso considerado indevido por parte de seus futuros moradores. O condomínio – que foi pensado para ser aberto, ligando as novas ruas às existentes e compartilhando os seus espaços coletivos com a vizinhança – evitava o isolamento em relação ao bairro. No entanto, por exigência da Prefeitura e insistência do grupo executor da Unicamp, a moradia dos funcionários foi cercada, as ruas interrompidas – com grades no asfalto e portarias – reproduzindo o que de pior podemos ter na urbanização de uma cidade: a segregação urbana. A “uniformidade” do conjunto habitacional – contribuindo para a descontinuidade da cidade – se sobrepôs à “unidade” urbana – fruto de um crescimento natural e orgânico.

As primeiras unidades (térreas) foram feitas sob a supervisão dos técnicos do *LabHab-Unicamp*. No entanto, o *Laboratório* abandonou o projeto ao constatar irregularidades na obra e inúmeras alterações do projeto. As demais unidades foram construídas em blocos de concreto – material condenado pelos técnicos do *Laboratório* para o uso residencial – executadas e supervisionadas pela CDHU. Os pórticos frontais, as varandas dos apartamentos, os cobogós das escadas, as muretas ajardinadas e outros detalhes foram simplesmente tirados do projeto. Estava aberto o caminho para mais um empreendimento enfadonho que vem amesquinhar a moradia do trabalhador e entristecer a cidade.

Essa é a triste história da moradia

dos funcionários da Unicamp que acabou sendo batizada de “Conjunto Habitacional Arlete Lins Teixeira” (nome da funcionária responsável pelo cadastro de participantes e pelo acompanhamento do projeto, que morreu durante o processo de aprovação do projeto).

Essa experiência trouxe uma das mais significativas contribuições para a análise das atividades do *LabHab-Unicamp*: um processo educativo – como o proposto inicialmente pelos *Laboratórios* da FEBASP e da Unicamp – requer um tempo dilatado e tem dimensões limitadas.

PROFIC e PRODECAD

Uma solicitação, feita pela Área da Saúde da Unicamp (ligada às atividades do Hospital das Clínicas da Universidade) para a construção de uma creche (PROFIC) que atendesse suas funcionárias, foi encaminhada para a reitoria. O pedido era respaldado pela lei que exige que todos os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade sejam obrigados pela CLT a ter local apropriado para que as servidoras guardem sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. A solicitação foi encaminhada para o *LabHab-Unicamp* que logo começou o projeto. Além da creche (PROFIC), o Reitor Paulo Renato encomendou o projeto para uma escola de 1º grau (PRODECAD) que seriam construídas num mesmo espaço e formariam um só conjunto. Os dois edifícios constituiriam um centro integrado de ensino.

O partido arquitetônico adotado organiza os espaços por meio de um grande pátio interno – de forma quadrada e rodeado por alpendres – que serve de ligação entre os dois edifícios. Destinado às atividades coletivas como recreação, festas, exposições, etc., o grande pátio e seu entorno lembram as antigas construções árabes. Cada um dos blocos que compõem o conjunto recebe outros pátios menores, marcando, gradativamente, a passagem do macro para o micro e reforçando a unidade do todo.

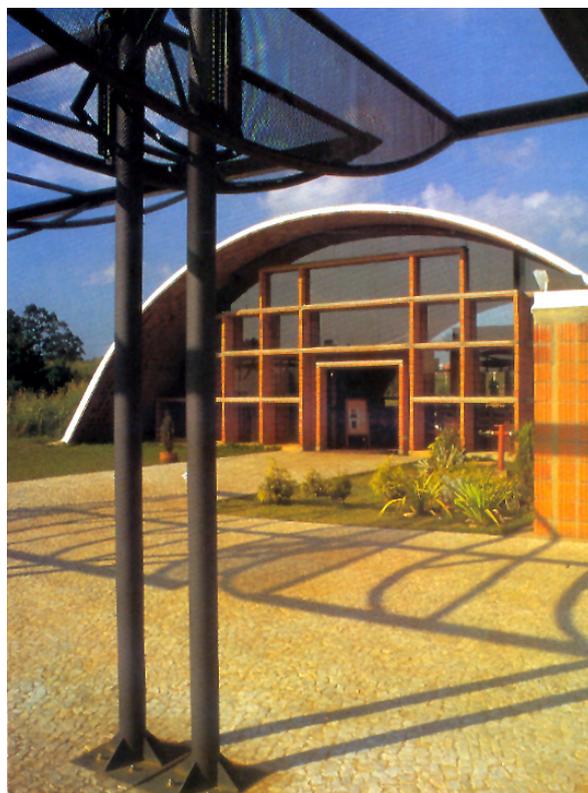
A estrutura do edifício é composta por telhados em duas águas sobre as lajes inclinadas. A cobertura, que se estende por todo o bloco é composta por um pórtico bi-apoiado. O apoio

se dá sobre vigas-berço que têm seus lados contidos por contrafortes externos. Sobre essa composição estrutural, Villà explica a origem da escolha:

“Dentro dessa perspectiva, a fachada lateral da catedral de Mallorca é uma lição do emprego dos contrafortes, em que o projeto, por meio da geometria, condensa de forma sintética seu papel estrutural e arquitetônico ao mesmo tempo.”¹³⁴

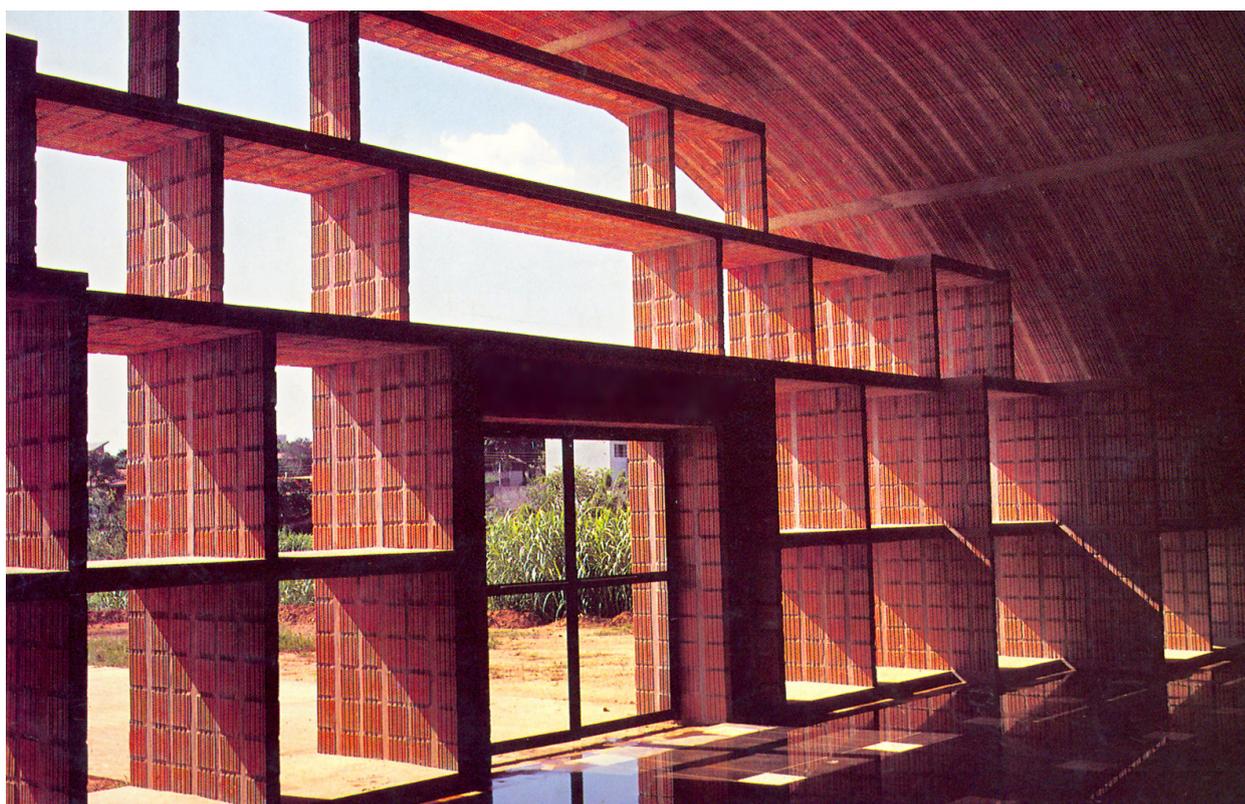
A maior contribuição dessa obra para a formação da equipe dos técnicos do *Laboratório* foi a assessoria das enfermeiras Ryoko T. Bellentani e Valéria F. F. Bomfin. A participação dessas enfermeiras em todas as etapas do projeto vem reforçar o princípio de que uma equipe inter ou multidisciplinar é mais eficiente para a elaboração de projetos dessa natureza.

Restaurante do Lago



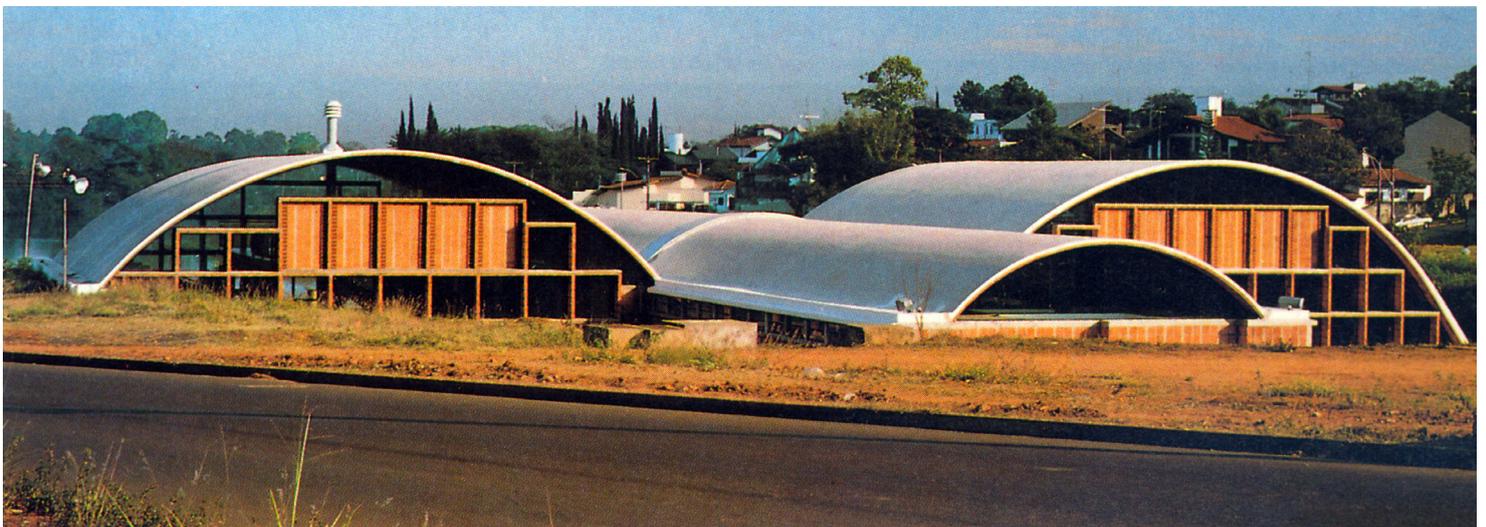
24

25





Restaurante do Lago



O “Restaurante do Lago”

Aos moldes do clube dos professores da USP, o Reitor Paulo Renato Souza encomendou ao *LabHab-Unicamp* o projeto de um restaurante a beira do lago da Unicamp. Esse restaurante teria a função de atender não só os docentes, mas também cumprir o papel lugar de encontro e recepção. Deveria ter dois salões (inverno e verão) que abrigassem os professores e convidados de maneira geral. Teria ainda uma sala especial para o Reitor e convidados especiais. Um dos objetivos era que as refeições – até então servidas em áreas impróprias no prédio da reitoria – fossem transferidas para um lugar mais adequado.

O projeto foi elaborado pelos Arquitetos Joan Villà e João Marcos de Almeida Lopes, e depois desenvolvido pela Arquiteta Ana Lúcia Miller. Eu coordenei o projeto executivo e fui o responsável pela construção.

Com um partido arquitetônico definido por duas grandes abóbadas (salas de refeição) interligadas por uma outra, de menor dimensão (sala do reitor, bar, sanitários e cozinha) o projeto ganhou muita leveza: uma nave central que interliga duas naves laterais. A cobertura, cujas delgadas abóbadas apoiavam-se delicadamente nas extremidades e ganham altura sobre a suave transparência de suas fachadas, lembram uma gaióva sobrevoando as águas do lago. A fachada principal, da entrada, possui grandes cubos vazados que dão sustentação aos tímpanos da cobertura, protegendo as salas do sol intenso. Esses blocos, ao entardecer, dividem a luz em sombras (diagonais das faces quadradas) que mudam de inclinação ao percorrer do sol. Entre a mata ciliar e os limites da construção, uma estrutura tubular arredondada de aço recebe um reticulado de madeira formando pérgulas que amenizam a luz intensa e abrigam admiradores de ambas as vistas. Características catalãs se espalham do pergolado aos detalhes de cacos de cerâmica aplicados nas paredes e no chão.

A Arquiteta Ruth Verde Zein, em seu artigo na revista “Projeto” n° 187, relata que

“o restaurante, construído junto ao lago, poderia ter sido mais uma construção neutra em meio a um entorno um tanto amorfo. Mas não é.¹³⁵”

A construção que acabara de receber a primeira grande abóbada causava curiosidade de alguns e admiração de outros. Rapidamente, o restaurante se destacou da arquitetura sofrível do campus. O destaque incomodou alguns professores da Faculdade de Engenharia Civil da Unicamp (FEC), autores dos projetos de muitas construções do campus. Deflagrou-se, a partir daí, um movimento – que fora gestado por acadêmicos que pleiteavam a reitoria e viam o Laboratório como um obstáculo (o Laboratório pertencia ao NUDECRI, de responsabilidade do então Reitor Carlos Vogt) – contra as atividades do *Laboratório*. A própria obra do restaurante foi objeto de ataques.

Ao completar a construção, todo o conjunto foi devidamente testado. Os testes revelaram que a estrutura tinha um desempenho muitas vezes superior ao exigido por norma¹³⁶. Consagrava-se, definitivamente, a virtude das abóbadas feitas com os painéis cerâmicos desenvolvidos pelo *LabHab-Unicamp*.

A exemplo do projeto da Moradia Estudantil, o restaurante foi inaugurado e sua arquitetura premiada em duas bienais internacionais e outras exposições (em 1993, na Bienal Internacional de São Paulo; em 1994, na Bienal Internacional de Buenos Aires; em 1995, em Barcelona)

Depois desse episódio, não se ouviu falar mais naqueles professores da FEC.

Uma das lições mais importantes que pudemos tirar desse conflito foi que, mesmo na Universidade, os interesses políticos podem sobrepor-se aos interesses de uma comunidade. A arquitetura é viva e o seu caráter simbólico tem o poder de interferir intensamente na dinâmica de uma comunidade.

¹³⁵ VILLÀ, Joan em “Tectônica e Ofício”, revista “AU” n° 57, São Paulo - Ed. Pini, Dez. 1994 e Jan. 1995

¹³⁶ Relatório Técnico executado pela “BNA Engenheiros Consultores S/C Ltda.” n° 05223 / BNA / 260 / 92 de 23 de junho de 1992. Ref. 01042/ BNA / 044 / 92 de 24 de janeiro de 1992. encaminhado à Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP).

Os projetos em parceria com o poder público

A maior parte dos projetos desenvolvidos pelo *LabHab-Unicamp* foi em parceria com governos federal, estaduais e municipais. Esses trabalhos, realizados com o poder público, tinham, inevitavelmente, um propósito político. Políticos de várias partes do país queriam tirar dividendos eleitorais a partir da grande visibilidade da Unicamp e da arquitetura inovadora feita pelo *Laboratório de Habitação*. Uma ou outra solicitação partia de uma comunidade local ou de técnicos da área social desses municípios.

Os convênios realizaram-se, predominantemente, com prefeituras municipais; em algumas, havia a intermediação do governo estadual. No Estado de São Paulo realizaram-se os projetos e as obras para as prefeituras de Campinas, Duartina, Socorro e Amparo. Foram feitos estudos para as Prefeituras de Penápolis, Sertãozinho e Cordeirópolis. No Estado do Rio de Janeiro, os projetos e obras foram executadas para a própria cidade do Rio de Janeiro e para o município de Nova Iguaçu; no Estado de Minas Gerais, o projeto para a cidade de Passos, e estudos para o Município de Sacramento; no Rio Grande do Sul, para os municípios de Canoas e Veranópolis.

Por iniciativa do governo federal, foi realizado um convênio com algumas capitais do Nordeste como parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil (Ministério do Interior – projeto BRA 85 / 005). O programa – em decorrência do “*Ano Internacional da Habitação para os Desabrigados*” – previa o repasse de tecnologia e construção de protótipos em Maceió, Recife e João Pessoa.

Projetos mais significativos no Estado de São Paulo

Campinas

Em convênio com a Prefeitura de Campinas realizou-se o projeto, em regime de mutirão, de

40 unidades habitacionais para a Favela Tancredo Neves. A obra acabou tendo o acompanhamento do *LabHab-Unicamp* até a 12ª casa. As demais foram executadas sem a supervisão do *Laboratório*, o que causou um resultado muito abaixo das expectativas do grupo de arquitetos. A ausência dos técnicos tirou a segurança de alguns mutirantes e favoreceu a sobreposição de outros que impuseram novas regras e velhas formas de construir.

É importante explicar, com o exemplo da Favela Tancredo Neves, como a assessoria técnica tem a grande possibilidade de transformar um técnico em educador. Um dos papéis do educador não é o de informar, exclusivamente. Tem a função de ajudar a construção e deve servir de referência para o grupo. Além de estar, constantemente, observando e balizando os procedimentos da obra, o técnico deve avaliá-los e permitir que o grupo faça a própria avaliação que resulta de todo o processo vivido, assim como das relações de trabalho estabelecidas. O resultado final é entendido aqui como parte de um processo. Para o educador Celestin Freinet, “*todos os aspectos da vida social e a relação direta do homem com o mundo físico e social é feita através do trabalho (atividade coletiva) e a liberdade é aquilo que decidimos em conjunto*”¹³⁷. Como vimos, o projeto participativo vem da decisão coletiva, mas a avaliação dos trabalhos, assim como os novos procedimentos da construção, têm de ter o acompanhamento do técnico (que ajuda a construir a avaliação, que tem como embasamento a reflexão individual e coletiva). A ausência da equipe do *Laboratório* em outras obras provocou, também, um desequilíbrio no grupo de mutirantes e a perda da qualidade da obra foi inevitável.

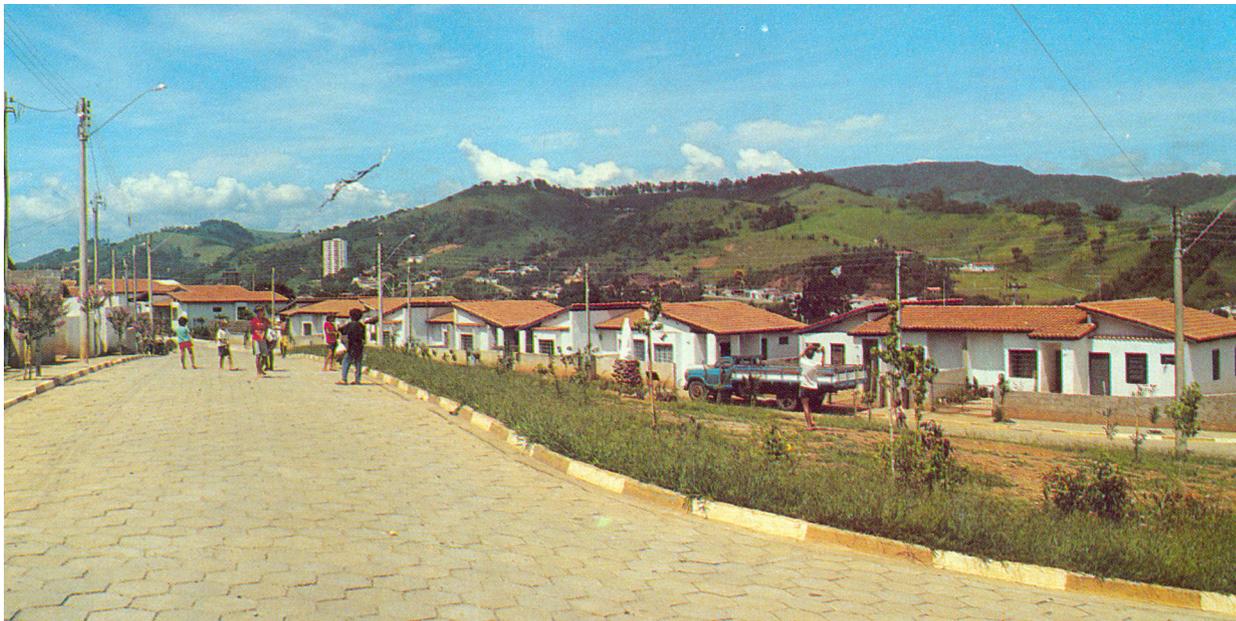
O interessante foi que essa obra só saiu pela organização e pressão dos moradores dessa favela. Apenas essa obra habitacional teve a parceria com a Prefeitura da cidade que abrigava a Unicamp.

Duartina

As obras da cidade de Duartina, cujo convênio foi firmado por indicação política do chefe de gabinete da reitoria da Unicamp, no final de 1986, foram iniciadas no começo de 1987. Além do protocolo de assistência técnica, assinado entre Prefeitura e Unicamp, a obra tivera a promoção e financiamento da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo).

A experiência foi bastante rica. A

¹³⁷ ZACHARIAS, Vera Lúcia Camara F., Sobre Freinet – Centro de Referência Educacional, São Paulo, 2006 – centrorefeducacional.pro.br



Mutirão de Socorro

agilidade na organização e o esforço conjunto era uma consequência direta dos mutirantes que trabalhavam, na sua grande maioria, na entressafra da cana-de-açúcar e do café. Muitas vezes a frequência na obra era reduzida em virtude da colheita. Curiosamente a palavra mutirão – também conhecida como *adjutório* – vem de uma prática das populações de regiões agrícolas habituadas à *ajuda mútua*. Não foi a toa que havia muita facilidade em organizar o grupo e distribuir as tarefas das equipes de trabalho.

A obra, a primeira em parceria com uma prefeitura, foi bem sucedida, mais uma vez, enquanto os técnicos da Unicamp a supervisionavam. Com a gradual saída dos arquitetos e instrutores da obra, muitas modificações foram feitas no projeto, por

exemplo, a mudança da cobertura – a troca dos painéis de telha por telhado convencional. Havia, por parte dos técnicos da prefeitura – e isso se repetiu em outras cidades –, uma resistência muito grande às inovações devida à interferência no esquema de compras da prefeitura – os painéis de telha reduziam os custos das coberturas em cerca de 30% – ou à dinâmica da mão-de-obra consolidada.

O projeto original e muitas casas foram modificadas e entregues incompletas. Alguns anos após a entrega, muitas foram transfiguradas. Algumas – apesar de suas pinturas e enfeites – mantêm o projeto original. Seus belos jardins, junto à rua, demonstram um carinho muito especial que vem reforçar a história de uma dura conquista.

Mário Braga



Mutirão de Duartina

30

Socorro

Um importante projeto habitacional foi feito para a Prefeitura da cidade de Socorro. O Prefeito estava muito preocupado com a aparência do conjunto habitacional proposto pela CDHU bem na entrada da cidade. Socorro é uma estância turística e, para o Prefeito, a habitação de interesse social só podia prejudicar a paisagem. Ao visitar os protótipos da Unicamp, quis mudar o tipo de arquitetura adotando o projeto do Laboratório de Habitação. O Prefeito que queria todas as casas iguais ao protótipo batizado de “a Casinha da Unicamp”¹³⁸.

O projeto foi feito com uma urbanização totalmente diferente da dos conjuntos habitacionais convencionais da CDHU. As casas eram implantadas – de forma mais adequada às curvas de nível – em torno de uma praça que não tinha acesso a veículos. Os estacionamentos ficavam em bolsões nas bordas do terreno. O projeto previa ainda um centro comunitário que deveria servir de elemento de integração com a vizinhança.

A obra, assim como o mutirão de Duartina, também foi financiada pela CDHU. Até então, a CDHU não tinha uma política definida especificamente para mutirões.

O mutirão foi feito com uma população

“de bóias-frias, alguns elementos considerados parias dentro do contexto social da cidade, como pedintes e idosos, levando os moradores do bairro, de classe média, a temerem a transformação do local em uma grande favela.”¹³⁹

As casas foram construídas e apresentavam uma aparência muito agradável devido aos tijolos aparentes que mostravam a técnica e o trabalho executado. Porém, no final da construção, um candidato a prefeito da cidade prometeu dar o reboco das casas se conseguisse a prefeitura. E isso aconteceu, de fato. As casas foram rebocadas e a praça – que era para pedestres apenas – ganhou ruas calçadas, permitindo o acesso de veículos e reduzindo o grande local de encontro a um pequeno jardim rodeado de ruas por todos os lados. Mesmo assim, o desenho



Duartina inauguração

31



Quinze anos depois

¹³⁸ Ver o curioso episódio no Capítulo III, pag. 24 em Interesses de políticos

¹³⁹ Revista “Projeto”, nº 162 de abril de 1993, pg. 55

urbanístico quebra a monótona malha ortogonal e transforma o lugar num acolhedor espaço comunitário.

Hoje, o bairro encontra-se bem mais adensado devido aos predinhos populares que rodeiam o local do mutirão. Porém, essa área – transformada em mais um bairro, cuja pobre urbanização decorre das mediócras políticas habitacionais ou do personalismo de políticos – ainda é um respiro do bairro.

O episódio do reboco das casas flagra as contradições entre o ideal dos arquitetos e o desejo dos futuros moradores. É claro que, para os mutirantes, a casa acabada é aquela rebocada e pintada. A beleza e a variedade tonal dos tijolos aparentes só era percebida pelos arquitetos. Mais uma vez, confirma-se a necessidade de construir junto com a comunidade um repertório arquitetônico que seja mais autêntico e livre dos cenários impostos pela sociedade de consumo. Tanto os moradores têm de construir um novo repertório com esse conhecimento arquitetônico mais elaborado da técnica e da estética, como os “Arquitetos Educadores” devem tentar aproximar-se da cultura desse cliente. Assim, o resultado não virá de um ou outro lado isoladamente; virá da integração de ambas as partes.

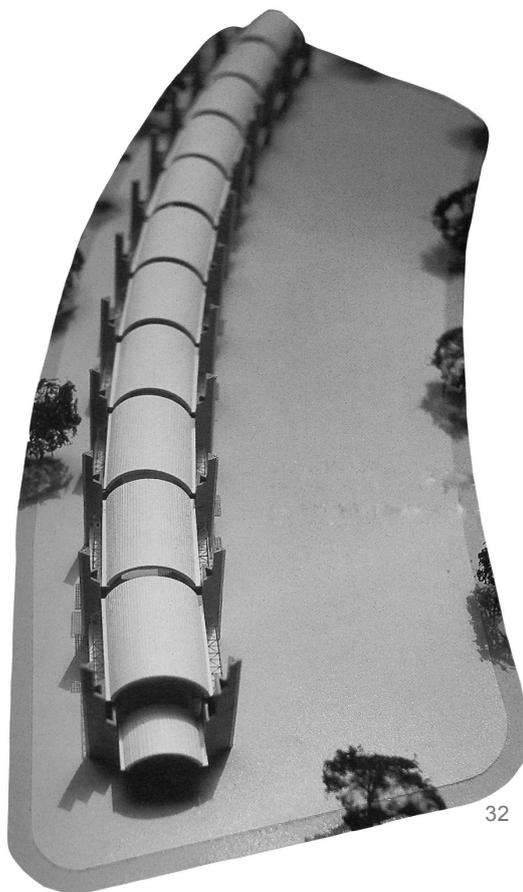
Amparo

No final do ano de 1995, o Prefeito de Amparo procurou o *LabHab-Unicamp* para realizar um programa de revitalização das margens do Rio Camanducaia, que corta a zona periférica da cidade. O plano previa a construção de uma ponte sobre o rio que – pelas características da ponte mais famosa de Florença – receberia o nome de “Ponte Vecchio”. O objetivo traçado por Villà era tornar a ponte uma extensão da rua, ou a continuidade da cidade. Essa figura urbana é muito interessante, pois se contrapõe às pontes tradicionais das cidades brasileiras que reduzem o local a mera passagem de veículos.

Outro ponto importante do plano seria a realização de um Centro de Turismo e Lazer para a cidade, uma vez que o trânsito de turistas é intenso. Deveria ser executada uma feira permanente que, nos dias da semana, serviria às feiras locais e, nos fins-de-semana, transformar-se-ia numa feira turística.

A ponte não chegou a ter o projeto concluído. Já o projeto do Centro Turístico e Lazer – um edifício de 126 metros de comprimento por 11 de altura, coberto por abóbadas de painéis cerâmicos – foi executado e a obra iniciada. As dificuldades financeiras e a falta de segurança do prefeito, quanto à viabilidade do projeto, abortaram o projeto¹⁴⁰.

Cabe chamar a atenção para o fato de como a população de uma pequena cidade como Amparo pode estar sujeita ao sonho ou ao delírio de alguns prefeitos. A realização da “Ponte Vecchio”, imitando a de Florença, seria desastrosa. O papel do arquiteto, como educador, seria o de fazer a transferência do caráter formal (um fetiche para a cidade) para o conceitual (urbano e arquitetônico). Também nesse caso, a interação entre as partes interessadas produziria uma terceira opção e assim diminuiria o risco de tornar-se efêmera ou ridícula. A função de “Arquiteto Educador” não fica restrita às associações populares; pode ser muito útil também com pessoas socialmente bem estabelecidas.



32

Feira Turística de Amparo

¹⁴⁰ Ver detalhes na revista “Projeto” n° 194, de março de 1996, página 89, Ed. Arco, São Paulo.

Sertãozinho

Apenas um projeto habitacional, com um conceito especial, foi executado para a Prefeitura local: o “*Condomínio em Quarteirão*”. A idéia era a de transformar uma quadra tradicional da cidade em um condomínio popular. A quadra seria cortada por uma rua central para pedestres. Bem no centro dessa rua, haveria uma área alargada cujo aumento de dimensões transformar-se-ia em uma praça. Esse largo receberia, em cada extremidade, uma construção comunitária. A primeira, aberta, teria uma cobertura em abóbada que serviria para atividades de lazer e realizações de festas. Na extremidade oposta, a outra, seria fechada e abrigaria reuniões, cursos ou oficinas. A decisão sobre o uso desses edifícios seria do próprio quarteirão. As casas situar-se-iam em dois lugares distintos: na rua existente (no perímetro da quadra) ou na rua de pedestre. Haveria dois tipos de casas: sobrados para o miolo e duas faces do quarteirão e casas térreas para a área central¹⁴¹.

Infelizmente as atividades do *LabHab-Unicamp* estavam em franca decadência e o projeto não saiu do papel.

Um importante conceito habitacional aparece nesse projeto. O “*Condomínio em Quarteirão*” resgata a figura da antiga vila, mas inclui duas áreas de atividades coletivas. Dado o pequeno número de moradias (de 30 a 60 unidades), possui uma densidade populacional saudável (de 300 a 600 hab/ha) e permite ser administrado com facilidade. Os edifícios comunitários podem abrigar perfeitamente um representante por casa. Uma reunião de condomínio, por exemplo, terá entre 30 e 60 representantes e, se cada participante tiver um minuto para expor as suas questões, a reunião poderá durar entre 30 e 60 minutos. Os espaços de uso coletivo contribuem para o aumento das laços sociais e permitem fortalecer a identidade do grupo, beneficiando significativamente seus moradores.

O condomínio proposto – sem muros ou cercas – passa a ser uma extensão da cidade, enquanto o condomínio tradicional é uma ruptura, fomentando a segregação e a marginalidade.



33

¹⁴¹ Ver detalhes na revista “Rua” do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – NUDECRI, nº 2, de março de 1996.

Estado do Rio Grande do Sul

Dois fatos facilitaram a realização de dois convênios com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul: o fato do Reitor Paulo Renato Souza ser gaúcho e ter um bom relacionamento com o então Governador Pedro Simon; o Arquiteto Paulo Milanez (do *LabHab-Unicamp*) ser irmão da Arquiteta Maria Isabel Milanez de Balestra, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Social ligado diretamente ao Gabinete do Governo. Os dois convênios assinados: o primeiro, para a execução de uma casa protótipo e uma creche no Município de Canoas e outro para a realização de um grupo de moradias na cidade de Veranópolis (Vila Flores). A iniciativa fez parte do “Programa Integrado de Melhoria Social” (PIMES).

Canoas

Em meados de 1987, foi assinado o convênio entre Unicamp, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Canoas. Por motivos financeiros, apenas uma creche foi feita para aquele município pertencente à Grande Porto Alegre. O projeto ficou sob a responsabilidade do arquiteto Paulo Milanez que, após alguns anos da inauguração da creche, voltou ao local para ver o estado da construção. O edifício encontrava-se em estado precário e com os tijolos aparentes pintados. O pátio interno foi coberto com lonas em caráter provisório, mas havia muito tempo que essa cobertura estava lá, e tudo indicava que iria continuar. O *LabHab-Unicamp* não teve mais contato com as pessoas responsáveis pela creche.

Veranópolis ou Vila Flores

Outro convênio – fazer um pequeno bairro residencial com 40 casas e uma creche no Município de Veranópolis –, foi assinado entre a Unicamp e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O bairro onde se localizava o mutirão tornou-se parte da cidade de Vila Flores (local de imigrantes italianos que se dedicaram à agricultura e criação de gado) se separou de Veranópolis em meados de 1988. Nessa época, os projetos já estavam prontos e a obra iniciada.

Assim como no mutirão de Duartina (SP), a formação agrária aliada à cultura de cooperação herdada dos italianos, serviram

como ingrediente decisivo para a eficiência e qualidade da construção. Os cronogramas foram cumpridos à risca. Também em Vila Flores como em outros mutirões os técnicos da Prefeitura e a própria Prefeita da cidade vieram solicitar algumas alterações da construção. As principais reivindicações eram as mesmas de outras obras: execução manual dos oitões e o uso de telhado convencional ao invés do uso dos painéis de telha. Nesse caso, depois da frustrante experiência com a Associação Pró-moradia da Zona Sul de São Paulo, houve a flexibilização da tecnologia empregada. A mudança só seria aceita se não se perdesse a qualidade do projeto original.

Hoje, dezesseis anos após a inauguração das quarenta unidades, as casas – mesmo com alterações – encontram-se preservadas e o local muito agradável.

O sucesso dessa obra, assim como a preservação do espaço público onde ela se insere, está vinculado à cultura consolidada de seus integrantes. O bom resultado desse mutirão vem reforçar a necessidade de se criarem e fortalecerem os laços sociais entre os membros de associações e movimentos pela moradia nas grandes cidades. O reforço das identidades individuais e uma identidade coletiva passam a ter uma importância fundamental na qualidade e manutenção dos espaços comunitários.

Estado de Alagoas

Maceió

Cumprindo a primeira etapa do convênio feito por meio do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil” (PNUD – Projeto BRA 85/ 005), o *LabHab-Unicamp* realizou o projeto e o repasse de tecnologia para a cidade de Maceió. O protótipo, feito com a colaboração da “Associação das Mulheres do Jacintinho” (Jacintinho é um bairro muito pobre na periferia da capital alagoana) foi o primeiro fora da Universidade. A Unicamp passou os detalhes do sistema construtivo para técnicos da prefeitura e da Universidade Federal do local. O material, com todos os pormenores, foi publicado no livro “Dez Alternativas Tecnológicas” do PNUD por meio do Ministério do Interior.

Algumas passagens curiosas marcaram a construção desse protótipo. Todas as dimensões especificadas pelo projeto foram dobradas ou até

triplicadas. O superdimensionamento ocorreu na fundação – que ao invés de ser executada com dez centímetros de espessura (conforme o projeto) foi feita com quarenta. Os tijolos chegavam de longe, sendo que poderiam ter vindo das proximidades; as telhas vinham do Rio Grande do Norte. A estranheza dos fatos logo se esclareceu: o protótipo tinha de sair muito mais caro do que as casas populares construídas pela prefeitura. Caso contrário, denunciaria o superfaturamento das casinhas populares que nem banheiros tinham: havia um sanitário para cada vinte unidades. Os técnicos do *LabHab-Unicamp* exigiram explicações, mas ficaram receosos em denunciar abertamente o escândalo. Sentiam a pressão de todos os lados e a truculência dos funcionários da prefeitura levantava a suspeita de atentados contra quem ousasse abrir a boca. Após a volta para São Paulo, o ocorrido foi denunciado, mas nada foi feito no sentido de coibir os abusos contra a população alagoana.

O protótipo tinha uma qualidade muito superior a qualquer casa da região, mas a imprensa local – aliada de alguns políticos que se beneficiavam das casas populares – tratou de desqualificar todo o trabalho da Unicamp.

A execução do primeiro protótipo pode ser vista como uma das atividades de extensão da Universidade: desenvolver pesquisa e tecnologia junto à população local; instruir técnicos e estudantes das escolas da região; produzir material técnico para divulgar o sistema; contribuir para a formação de cidadãos conduzindo-os à realidade social vivida no país; abrir a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido na Universidade à população em geral.

Inúmeros estudantes de várias Universidades do Nordeste participaram ativamente da construção do protótipo. Criou-se uma relação que se entendeu por muito tempo e gerou muitos frutos.

Estado de Pernambuco

Recife

Assim como para Maceió e, em decorrência do mesmo projeto promovido pelo PNUD, foi realizado um convênio com a Prefeitura da Cidade do Recife (URB – Recife) que previa o repasse de tecnologia e a construção de dois protótipos a serem realizados na Favela “*Skylab II*” em Casa Amarela – periferia do Recife.

Ao contrário da prefeitura de Maceió, a

Prefeitura do Recife tinha muita seriedade e era uma das mais avançadas do país na época, no que diz respeito ao compromisso com a população. A equipe do então Prefeito Jarbas Vasconcelos era composta por técnicos de alto gabarito e de professores da Universidade Federal de Pernambuco.

A construção dos protótipos foi feita no meio do mutirão já existente, na favela a beira do Rio Capibaribe. Houve a participação intensa dos técnicos da Prefeitura bem como de estudantes vindos de várias partes do país (Nordeste, Sudeste, Centro-oeste). A participação da comunidade foi, também, intensa. Todos os procedimentos técnicos eram discutidos e várias foram as contribuições surgidas na obra.

A qualidade dos detalhes e materiais empregados nos protótipos diferenciava-os muito em relação às casas do resto do mutirão. Tinham varanda, telha de barro, nichos para armários, etc. Após dois anos da inauguração, eram chamados de “casas de rico” pelos vizinhos.

Vale comentar uma reflexão que considero da maior importância para a formação dos profissionais da arquitetura que pretendem se envolver em projetos de interesse social. Os protótipos desenvolvidos pela Unicamp no Recife custaram 30% a mais dos que as casas construídas em mutirão no local. No entanto, eram muito melhores, maiores e muito bonitos. Isso era consenso entre todos. Levanta-se aqui uma questão crucial: devemos construir casas baratas ou com qualidade? O que buscamos? Um grande número de habitações baratas, porém precárias, com urbanizações enfadonhas que deterioram a paisagem e cujo custo social – proveniente dos aumentos, muros e reformas necessárias – é muito superior àquele de uma casa bem feita? Ou optamos por um projeto com um menor número de moradias – que permita ampliação, mas que dispensem reformas – que contribua efetivamente para o aumento real de qualidade de vida das famílias que nelas morem e cuja agradável implantação valorize a vizinhança e a cidade? Qual será o maior custo?

É freqüente encontrarmos o profissional da construção civil – como muitos engenheiros e arquitetos que se envolveram com construções alternativas nas décadas de 1960 a 1990 – cuja maior preocupação é só a de reduzir custos. A experiência mostraram que tais números não contribuíram em nada para a solução habitacional, muito pelo contrário. Só criaram “conjuntos habitacionais” medonhos, descolados da organicidade natural da cidade, verdadeiros cânceres urbanos cuja principal função é a de serem potentes chocadeiras de marginais.

Uma frase catalã que aprendi com Villà e mudou radicalmente a minha postura – e tem contribuído para mudar o ponto de vista de muitos profissionais e estudantes – é seguinte: “*O que é mal feito não tem futuro e o que é bem feito não tem fronteira*”.

O trabalho de Recife – com os técnicos da Prefeitura, estudantes, assistentes sociais e até freiras, enfim todos pegando enxadas, carregando tijolos, transportando concreto e ajudando a montar as paredes – foi uma das mais significativas experiências pedagógicas decorrentes do *LabHab-Unicamp*.

Projetos e obras no Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

No começo do ano de 1988, uma enchente de grandes proporções destruiu milhares de moradias na baixada fluminense e em várias favelas do Rio de Janeiro. Era preciso reconstruir as casas e elaborar um plano emergencial para as áreas habitadas em zona de risco. Seria necessária a construção de cerca de 20.000 casas¹⁴². Com esse propósito, a Rio-Urbe (Empresa municipal de urbanização da cidade do Rio de Janeiro) e a SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) chamaram o *LabHab-Unicamp* para participar de uma equipe que deveria planejar as ações mais necessárias. Nessa época, o *Laboratório* já tinha a experiência dos trabalhos executados em Maceió e Recife.

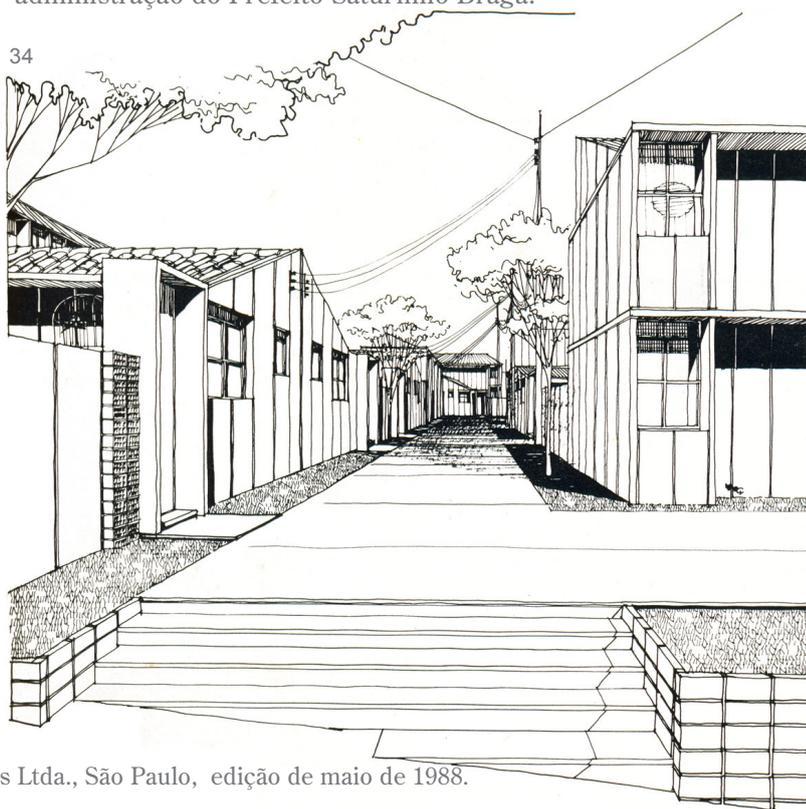
Um dos primeiros projetos foi realizado para a Favela do Jacarezinho, que tinha cerca de 160.000 habitantes, na zona norte da cidade. O *LabHab-Unicamp* deveria projetar e realizar a assessoria técnica para as obras da favela. Essas serviriam como um dos modelos adotados experimentalmente pela Prefeitura, para o resto do plano municipal.

Foi realizado um primeiro protótipo cuja função era lançar o novo programa habitacional. Essa casinha – que teve, na sua inauguração, todo o requinte de especulador imobiliário (mas com ares de simplicidade), com paisagismo, etc. – foi construída na área adquirida pelo município, nas proximidades daquela Favela. O local deveria abrigar cerca de 200 casas¹⁴³. O projeto urbanístico tinha as características dos demais já projetados pelo Laboratório. Lotes de

54 m² continham unidades de 43 m² em forma de “L”. Esse formato possibilitava quatro tipos de implantação em um lote e oito possibilidades de agrupamento ao longo das ruas. Embora fosse um só tipo de casa, as diferentes formas de implantação davam ao conjunto uma volumetria muito rica. Uma só rua para carros – como se fosse um rio colhendo seus afluentes – receberia as demais cujo acesso seria restrito a pedestres. Pequenas praças e alguns becos foram planejados em áreas remanescentes do terreno com a função de reconstruir alguns cenários existentes na favela, necessários para os encontros, namoros e para as atividades ilícitas.

Logo após a conclusão do protótipo, do projeto da urbanização e das casas, começaram as obras em regime de mutirão. Porém esse era um tipo de mutirão diferenciado, pois cada representante de família (normalmente desempregado ou aposentado) era registrado na prefeitura e recebia regularmente salário. Em outras palavras, era o que, depois se tornou uma bandeira de luta pelo *LabHab-Unicamp* e para algumas associações pela moradia: “*Mutirão remunerado com descanso semanal*”.

A obra não passou das primeiras unidades em virtude da falência do município sob a administração do Prefeito Saturnino Braga.



¹⁴² Ver Revista “Projeto” n° 111, Projeto Editores Associados Ltda., São Paulo, edição de maio de 1988.

¹⁴³ Idem

Há um aspecto a ser destacado nesse trabalho. Ao apresentar o projeto e a forma de construção em reunião para o grupo escolhido para trabalhar, percebemos que havia, pelo menos, sete homens fortemente armados. No dia em que começaram as obras, reuni todos os participantes e esclareci que eu era completamente diferente de todos que ali estavam. Expliquei que estava fazendo esse trabalho não para ajudá-los, mas porque era o meu trabalho e que era algo que eu gostava muito. Ao me colocar sinceramente, ao deixar claro o meu papel, ganhei respeito e, mais tarde, recebi a proteção do tráfico de drogas. Sem a proteção, o trabalho seria inviável. Percebi que expor claramente a sua identidade ao grupo também faz parte das funções de um educador.

Nova Iguaçu

Após o insucesso da Favela do Jacarezinho, muitos contatos foram feitos no Estado. Um deles foi com o Secretário Estadual de Assuntos Fundiários, Vicente Loureiro, que propôs a participação do *LabHab-Unicamp* no município de Nova Iguaçu, o mais numeroso (1,5 milhão de habitantes) e um dos mais problemáticos municípios da baixada fluminense. Nesse período, houve a destituição do prefeito e foi decretada a intervenção do estado no município. O Secretário Loureiro convidou Villà para ser o novo Secretário de Habitação do Município. Villà, mesmo sabendo que restavam apenas seis meses para o fim da gestão, aceitou.¹⁴⁴

Três obras emergenciais foram iniciadas na gestão de Villà, como secretário: Mutirão da comunidade “Zumbi dos Palmares”, a substituição do “Mutirão do Sarney” (programa federal de habitação do governo de José Sarney) no bairro de Santa Rita pelo sistema da Unicamp e o projeto mais desejado pelos arquitetos do *Laboratório*: a Usina de componentes pré-fabricados (UZINA).¹⁴⁵

Nenhuma das obras vingou. Tanto a “UZINA” como o mutirão de Santa Rita acabaram sem que houvesse algo de significativo. Em Santa Rita, foram iniciadas duas das 300 casas. A “UZINA” não teve nem o seu galpão concluído quando a gestão chegou ao fim e o novo prefeito mandou derrubar tudo o que havia sido feito pela Unicamp. Apenas duas casas foram feitas na comunidade Zumbi dos Palmares sob a supervisão do *LabHab-Unicamp*. As demais foram concluídas por uma outra assessoria técnica do próprio Rio de Janeiro.

Pudemos perceber que, enquanto assessores técnicos, nosso papel de educadores da cidade extrapolou os limites de nossa atuação. Projetos mirabolantes de curto prazo servem apenas a interesses políticos e são

nocivos a qualquer iniciativa de emancipação coletiva. A mudança de lado, de “*técnicos da comunidade*” – como chamavam as associações pela moradia de São Paulo – para funcionários da Prefeitura (o Secretário Villà e o seu chefe de gabinete João Marcos Lopes), fez com que desaparecesse a confiança na equipe da Unicamp (instrutores e arquitetos); dividiu a opinião dos próprios membros do Laboratório que trabalhavam junto aos mutirantes e foi objeto de muitas críticas na Universidade.

Projetos e obras no Estado de Minas Gerais

Passos

O último mutirão habitacional acompanhado pelo *LabHab-Unicamp* foi o da cidade de Passos em Minas Gerais.

Por iniciativa da Secretária de Ação Social de Passos – que procurou o *LabHab-Unicamp* para elaborar o projeto e fornecer assessoria técnica para a construção de casas populares – foi assinado um convênio entre a Unicamp e aquela prefeitura.

O projeto habitacional foi implantado em seis quadras (cerca de 45m x 90m) previstas pela Prefeitura na periferia da cidade. As quadras – cuja vizinhança se divide entre um conjunto de aproximadamente 200 casas populares e uma área rural composta por pastos – fazem parte de um projeto de urbanização que afasta para longe do centro a população mais pobre da cidade.

O primeiro passo do projeto foi juntar as seis quadras duas a duas, transformando-as em três e eliminando as ruas que as dividiam. Essas foram incorporadas e deixaram de existir. O segundo, foi dividir em lotes os limites de cada quadra deixando a área central para uma grande praça, aos moldes de um arraial. O acesso para as praças era restrito a pedestres. Em outras palavras, cada casa, ao invés de ter uma frente e um fundo, passava a ter duas frentes: uma para a rua existente e outra para a praça. Com essa idéia foi possível cortar os gastos com as ruas antigas e as novas casas ficavam com as redes – de água e esgotos – já existentes. Com a economia, foi possível alocar as verbas para aumentar as áreas das casas e melhorar a sua qualidade.

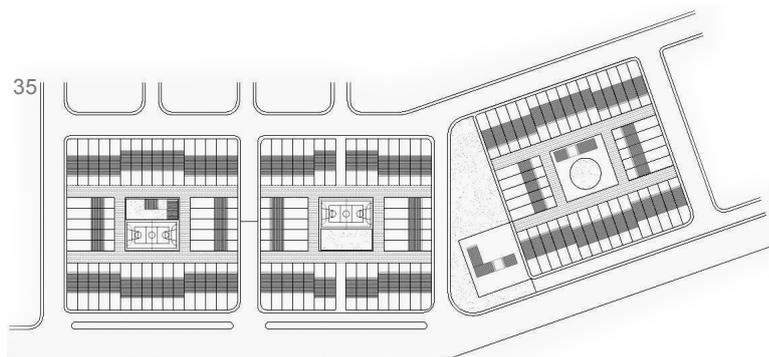
Dois aspectos importantes se conseguiram com a concepção desse projeto: primeiro, a praça (41m x 65m) favoreceu o convívio dos

moradores sem que tivessem a interferência de carros e de seus indesejáveis “puxadinhos”; segundo, o conceito de “arraial” – tão importante para a cultura brasileira – é resgatado e as relações sociais intensificadas. Ainda mais, aproveitando esse desenho urbano, a produção de componentes pôde ser feita no miolo dessas praças, o estoque de painéis ao redor das pistas de produção e, em seguida – num movimento de dentro para fora – as casas foram montadas. Minimizou-se assim o transporte horizontal de peças, reduzindo substancialmente o tempo e trabalho. Dessa forma otimizou-se ao máximo os esforços de construção.

Este é o momento de destacar como pode ser importante para os profissionais da construção civil a relação da arquitetura e do desenho urbano com a produção de habitações. Os quarteirões habitacionais de Passos são um bom exemplo dessa interação: o sistema construtivo pode ser um aliado do projeto, interferindo diretamente na beleza da cidade e na qualidade de vida de seus moradores. Ao contrário da produção habitacional linear – com fileiras intermináveis de casinhas idênticas – a diretriz do projeto que se dá de forma celular, de dentro para fora da quadra, permite estabelecer, claramente, os limites entre os espaços público, privado, semi-público e semi-privado. Essa divisão favorece o entendimento espacial e facilita a manutenção do ambiente, pois deixa claro para todos quais são as responsabilidades de cada um. No caso dos quarteirões executados em Passos, a rua é o espaço público; a praça, o espaço semi-público; as frentes das casas que dão para a praça, o espaço semi-privado; e as casas, o espaço privado. Toda a modificação pode ser feita na frente das casas que dão para a rua. Ou seja, o puxadinho, o barzinho, a oficina ou a lojinha estariam do lado de fora – o que permite estabelecer uma relação com a vizinhança, ou um comércio – sem interferir na fachada comunitária do arraial. Essa organização espacial permite surgir e conservar características da identidade de cada grupo.

Os mais de 2.600 m² do miolo de cada quadra, além das áreas para jogos e brincadeiras, permite a construção de um centro comunitário ou qualquer outra edificação de uso comum. A idéia original desse projeto nos remete ao “Condomínio em Quarteirão”, pensado para a cidade de Sertãozinho.

O projeto e o mutirão de Passos foi o que mais integrou os técnicos com o poder público e com os estudantes da cidade. Por intermédio da Secretaria do Bem Estar Social do Município, vários estudantes de Engenharia da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)



36



Canteiro de Passos - MG

participaram como estagiários das obras. Essa iniciativa possibilitou que esses estudantes tivessem uma atuação profissional e recebessem pelo serviço prestado. As tarefas de obra eram supervisionadas pelos técnicos do *LabHab-Unicamp* e pela própria Secretária do Bem Estar Social. O Prefeito assim como outros secretários da Prefeitura freqüentavam com regularidade as obras. Foi um belo exemplo de participação integrada entre todos os participantes.

Assim como nos protótipos do Nordeste, uma das condições exigidas pelo *LabHab-Unicamp* era a participação dos estudantes da Universidade local. Foi uma maneira bem eficiente de se criar um forte vínculo entre a Universidade, o poder público e a comunidade.

No final do ano de 1999, ao mesmo momento em que se inauguravam as primeiras casas de Passos, o *LabHab-Unicamp* se desfazia. A equipe – que vinha se mantendo precariamente por mais de três anos – pediu demissão. Era o fim do *Laboratório de Habitação* da Unicamp.

Relação dos Projetos e Obras Executadas

No Município de Campinas

Para a Unicamp:

1º Protótipo – Casa Térrea com 40 m2, depois ampliada para 64 m2

Local: Unicamp

Data: Abril de 1986

2º Protótipo – Sobrado com 64 m2.

Local: Unicamp

Data: De abril a julho de 1987

Casinha para o Biotério com 15 m2

Local: Unicamp

Data: 1987

Protótipo da Abóboda do LabHab – Equipamento Comunitário

Projeto: 250 m2

Execução: Total

Local: Unicamp

Data: 1987 - 1989

Moradia Estudantil da Unicamp

Projeto: – 250 unidades, 4 centros de vivência, 14 salas de estudo e centro comercial numa área de 24.000 m2

Execução: total . Apenas o centro comercial não foi executado.

Local: Distrito de Barão Geraldo

Financiamento: CEF

Data: 1987 – 1990

Conjunto dos Funcionários da Unicamp

Projeto: 800 casas – 50.000 m2

Execução: 0

Local: Rodovia dos Bandeirantes

Data: 1987

Creche – Área da Saúde (PROFIC)

Projeto: 1500 m2

Execução: Total

Local: Unicamp)

- Data: 1988 - 1989

Escola de Educação Infantil – Área da Saúde (PRODECAD)

Projeto: 2.700 m2

Execução: Total

Local: Unicamp)

Data: 1988 - 1989

Conjunto dos Funcionários da Unicamp II

Projeto: 840 casas – 58.800 m2

Execução: 540 unidades executadas – em andamento

Local: Distrito Industrial (DIC I)

Financiamento: CDHU

Data: 1989 – 1992

Restaurante do Lago (Clube dos Professores da Unicamp)

Projeto: 1500 m2

Execução: Total

Local: Unicamp)

Data: 1988 – 1989

Observação: Vários estudos e anteprojetos foram feitos como: Centro de Vivência para a Faculdade de Ciências Médicas, Estudo e execução da implantação do Centro de Computação da Unicamp, edifício e teatro para o Instituto de Artes, etc.

Para a Comunidade:

Favela Tancredo Neves

Projeto: 40 casas – 2.400m2

Execução: 12 unidades – 720 m2

Local: Local: Distrito Industrial (DIC I)

- Data: 1987 – 1988

Promotor: Prefeitura Municipal de Campinas.

No Município de São Paulo

Para a comunidade:

AMAI – Associação dos Moradores da Vila Arco-íris

Local: Grajaú - Zona Sul

Projeto: 82 casas – 5.000 m2

Execução: total

Promotor: Prefeitura do Município de São Paulo

Financiamento: COHAB – São Paulo

Data: 1987- 1990

Movimento Pró-moradia da Zona Sul

Local: Adventista I - Zona Sul

Projeto: 40 casas – 2.000 m2

Execução: total

Promotor: Prefeitura do Município de São

Paulo
Financiamento: COHAB – São Paulo
Data: 1987

MAC - Ipiranga

Local: Ipiranga
Projeto: 30 casas – 2.000 m²
Execução: Apenas fundações
Promotor: Prefeitura do Município de São Paulo
Financiamento: COHAB – São Paulo
Data: 1992

No Estado de São Paulo

Para associações e cooperativas:

**Município de São Bernardo do Campo
Associação de Trabalhadores da Vila Industrial**

Projeto: Protótipo - 64 m²
Execução: total
Promotor: Vila Industrial
Data: 1987

**Município de Vinhedo
Associação dos Sem Casa de Vinhedo**

Projeto: 48 casas – 3.000 m²
Execução: 4 unidades
Promotor: Prefeitura Municipal de Vinhedo
Financiamento: CDHU
Data: 1988 - 1989

**Município de Jundiaí
Associação dos Sem Casa de Jundiaí**

Projeto: 80 casas – 5.600m²
Execução: 40 unidades
Promotor: Associação dos Sem Casa de Jundiaí
Financiamento misto: Associação e CDHU
Data: 1990 – 1993

Em parceria com o poder público:

Município de Duartina
Projeto: 70 casas – 3.600 m²
Execução: total
Promotor: Prefeitura do Município de Duartina
Financiamento: CDHU – São Paulo
Data: 1987 -1989

Município de Socorro

Projeto: 70 casas – 3.600 m²
Execução: total
Promotor: Prefeitura do Município de Socorro
Financiamento: CDHU – São Paulo
Data: 1988 – 1989

Estado do Rio Grande do Sul:

Município de Canoas

Projeto: Creche – 600m²
Execução: total
Promotor: Governo do Estado
Data: 1989

Município de Veranópolis – Vila Flores

Projeto: 40 casas – 2.000m²
Execução: total
Promotor: Governo do Estado - PIMES
Data: 1989

Estado de Alagoas:

**Município de Maceió
União das Mulheres do Jacintinho**

Projeto: Protótipo – 48 m²
Execução: total
Promotor: PNUD - Unesco
Data: 1987

Estado de Pernambuco:

**Recife
Favela Skylab II**
Projeto: 2 Protótipos – 96 m²
Execução: total
Promotor: PNUD - Unesco
Data: 1987 – 1988

**Estado da Paraíba
João Pessoa**

Projeto: Protótipo – 48 m²
Execução: fundações
Promotor: PNUD - Unesco
Data: 1988

Estado do Rio de Janeiro:

**Rio de Janeiro
Del Castilho**
Projeto: Protótipo – 48 m²
Execução: total
Promotor: Urbe e SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social)
Data: 1988

Rio de Janeiro**Favela do Jacarezinho**Projeto: 88 unidades (1a Etapa) – 3.800 m²

Execução: 6 unidades

Promotor: Urbe e SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social)

Data: 1988

Nova Iguaçu**Comunidade Zumbi dos Palmares**Projeto: 22 unidades – 1.400 m²

Execução: 4 unidades

Promotor: Prefeitura do Município de Nova Iguaçu

Data: 1989

Santa RitaProjeto: 60 unidades – 3.000 m²

Execução: 2 unidades

Promotor: Prefeitura do Município de Nova Iguaçu

Data: 1989

Santo Antônio da Posse**Usina de Componentes LabHab - Unicamp**Projeto: Oficina - 1.500 m²

Execução: total

Promotor: Prefeitura do Município de Nova Iguaçu

Data: 1989

*Estado do Minas Gerais:***Passos**Projeto: 110 casas – 7.000 m²

Execução: total

Promotor: Prefeitura do Município de Passos

Financiamento: CEF

Data: 1998 -2000

*Para empresas:***CBC – Companhia Brasileira de Caldeiras - Mitsubishi (Jundiaí)**Projeto: 200 casas – 16.000 m²

Execução: 0

Promotor: CBC - Mitsubish

Financiamento: Instituições Japonesas

Data: 1993

Severo Villares (São Paulo)

Projeto do Escritório Técnico da Empresa

Execução: 0

Data: 1995

Capítulo VI

Os projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Habitação da Unicamp

“A felicidade de um povo é proporcional à beleza da sua cidade.”

Sócrates

“Nada em excesso.”

Sólon

Análise da trajetória do Laboratório de Habitação da Unicamp tendo como referência seus projetos e obras mais significativas

Introdução

Os três projetos escolhidos para a análise do processo histórico do *LabHab-Unicamp* mostram diferentes clientes e propósitos distintos, embora todos sejam projetos habitacionais para clientes coletivos.

O primeiro, da *AMAI* (Associação dos Moradores da Vila Arco-íris), traz, em seus primeiros momentos, a presença do *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Após o encerramento desse *Laboratório*, teve o apoio técnico e institucional do *Laboratório de Habitação* da Unicamp. A participação da Associação – protagonista de soluções urbanas – administrando o seu próprio empreendimento e sendo assessorada por técnicos (professores e alunos) formava um cenário bem próximo idealizado por ambos os *Laboratórios*.

O segundo projeto a ser observado é o projeto da “Moradia Estudantil” da Unicamp cujo cliente era a Universidade, o órgão financeiro, a Caixa Econômica Federal (CEF) e os usuários, os estudantes. A particularidade do projeto e suas relações – entre estudantes, professores, reitoria e agente financeiro – salientam peculiaridades que refletem uma mistura, muito particular, de interesses e ideais.

O terceiro projeto a ser analisado é o da “Cooperativa Pró-Moradia dos Jornalistas”. A busca de um ideal social, a tentativa de se tornar um exemplo e o árduo processo de realização do empreendimento demonstram as grandes distâncias entre ideais e realidade. Serão destacados elementos de análise necessários para se entender como se deu o projeto com a participação dos associados e as causas das diferentes expectativas que contribuíram para uma estratégia equivocada de construção do empreendimento.

¹⁴⁶ Entrevista concedida em maio de 2002, à revista *Crítica Marxista*, n° 15, São Paulo, ed. Bontempo, 2002

AMAI – A proposta do projeto, os conflitos enfrentados com a comunidade, os problemas de projeto, os de construção e os resultados.

De todos os projetos desenvolvidos pelo *Laboratório de Habitação*, o mais significativo foi, sem dúvida, o da comunidade do Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo. A importância não surge da arquitetura de suas edificações nem tampouco das publicações em jornais e revistas. Seu valor vem por todo o seu processo, que começou com a equipe do *Laboratório de Habitação* da FEBASP, e passou pela assessoria do *LabHab-Unicamp*. Articula até hoje (agosto de 2006) projetos de apoio à comunidade local, entre eles, a reforma da creche, a ampliação do “CJ” (Centro da Juventude) e, mais recentemente, a construção de um grande centro comunitário que será um ponto de referência do bairro.

O movimento por moradia do Grajaú:

No começo do ano de 1981, incentivado pelo Padre Luiz¹⁴⁷ (da paróquia do Grajaú), um grupo de moradores de uma favela do bairro começou a fazer reuniões na igreja para tentar achar uma alternativa digna de moradia para as famílias. O movimento se ampliou com a participação de pessoas que, embora não morassem em favelas, também precisavam de moradia.

Ao saber da atuação dos alunos e professores do *Laboratório de Habitação* da FEBASP, Padre Luiz contactou-os e logo começaram os trabalhos para resolver os casos mais emergentes do local. Os técnicos da Belas Artes tiveram, como primeira atuação, a urbanização e construção das moradias de uma pequena favela que, após a sua reurbanização, ganharia o nome de “Recanto da Alegria”. O projeto, inicialmente, idealizado para ser

executado com o uso da técnica de solo-cimento (mistura de terra com cimento para a confecção de tijolos prensados ou para a construção de paredes monolíticas), acabou sendo erguido em blocos de concreto. Foi uma experiência muito valiosa sob o ponto de vista da atuação de um grupo na construção em regime de “Ajuda Mútua” – o mesmo termo usado nas cooperativas habitacionais uruguaias, distinguindo-se do termo “mutirão¹⁴⁸”.

Eram dados ali, os primeiros passos de uma arquitetura participativa, cujo cliente era coletivo e cujas decisões vinham das assembleias. Respirava-se, também, um novo ar: o da autogestão. O clima era o da certeza de que as soluções para os problemas da população, ela mesma deveria tomar.

Para deixar claro o espírito presente, tanto para a comunidade como para seus técnicos, transcrevo abaixo o depoimento “A visão de Bernadete”, cedido ao jornalista Rubens de Almeida, na Revista “AU” n° 3:

“Comecei a participar do movimento depois de freqüentar as reuniões de articulação dos favelados da região, que eram realizadas na igreja. Só mais tarde compreendi que a nossa moradia, infelizmente, não depende só da gente. E que o problema de não ter onde morar não era só meu. Eu vejo o movimento do Grajaú como uma possibilidade de mudança dessa situação, porque ninguém nos ensina como fazer o movimento. A experiência vem da prática e se hoje eu compreendo que moradia é um problema político, foi a participação na luta que me deu essa consciência. Se eu ficasse fazendo só o meu servicinho, talvez não tivesse muita ilusão. Eu até acharia que o meu sofrimento era porque eu tinha mesmo que sofrer. Acho que não existe um governo que pode dar solução para o povo. O povo mesmo é que terá de encontrá-la. O povo é que tem que governar¹⁴⁹”.

¹⁴⁷ Não há referência sobre o nome completo do Padre Luiz nem se sabe onde encontrá-lo.

¹⁴⁸ A origem, provável, da palavra “mutirão” vem de “mutiró”, do Tupi, que significa um trabalho coletivo gratuito usado em plantações e colheitas ou para a construção de uma casa ou edificação comunitária).

¹⁴⁹ ALMEIDA, Rubens “A visão de Bernadete” – entrevista com Bernadete Ferreira de Souza, Revista AU n° 3, p 65, Editora Pini, São Paulo, novembro / 1985

37



Vista da AMAI - Grajaú

38

AMAI vista aérea



O movimento do Grajaú, que era o mais envolvido com os técnicos do *Laboratório* da FEBASP, tinha uma trajetória bastante complexa: começou com a invasão de uma área alagadiça – de propriedade do município – no início de 1983; as péssimas condições do terreno levaram a reivindicação à prefeitura, de um outro, que atendesse às necessidades das famílias; a demora de uma solução levou a um acampamento na Rua São Bento com a Av. São João, em frente ao prédio da Secretaria da Habitação, em pleno centro de São Paulo. O tumulto provocado pelos acampantes e a participação decisiva do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns – que rezou uma missa no local do acampamento – forçou a compra de um terreno que posteriormente veio a ser o local definitivo para a implantação do projeto habitacional¹⁵⁰.

O mais importante de todos esses fatos foi a necessidade inédita de a comunidade contratar o seu próprio quadro técnico – livre dos órgãos públicos o movimento popular contratava sua própria assessoria técnica, “**os técnicos da comunidade**”, como eram chamados.

Juntaram-se ao movimento do Grajaú, vários grupos distintos e de regiões vizinhas como Cidade Dutra e Santa Rita (no bairro do Rio Bonito). Cada um representava uma entidade, mas todos trabalhavam em parceria e tinham o mesmo objetivo: a construção das moradias para a comunidade. Já nesse momento, a organização, que se articulava em torno de um projeto habitacional na região, ganhava o nome de Movimento de Moradia do Parque Grajaú.

A igreja dava o suporte para as reuniões e fortalecia as reivindicações; o *Laboratório de Habitação* fornecia o apoio técnico; o poder público, representado pela COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação da Prefeitura de São Paulo) responsabilizava-se pelo financiamento da construção.

A assessoria técnica

Depois de um árduo processo de conquista do terreno, a comunidade do Grajaú - apoiada pela Igreja, por intermédio do Padre Luiz, e com

o integral apoio do *Laboratório de Habitação* – conseguiu que a COHAB comprasse uma área de 162 mil m² destinada à construção de moradias para as famílias da região.

O convênio¹⁵¹ – tão esperado – foi assinado no dia 2 de janeiro de 1984. Estabeleceu-se um contrato entre a COHAB e o Escola de Belas Artes de São Paulo (que seria responsável pelas atividades do *Laboratório de Habitação*), para o desenvolvimento de projeto urbanístico e implantação das unidades habitacionais¹⁵².

As duas primeiras reuniões entre técnicos, COHAB e comunidade, para acertar as diretrizes do projeto, foram feitas em 05 e 09 de outubro de 1983, respectivamente. Logo a seguir, no dia 14 do mesmo mês, foi entregue um documento intitulado “Plano de trabalho para o desenvolvimento do projeto do conjunto habitacional do Bororé”, que continha o que o movimento e os técnicos achavam necessário: centro comunitário, creche, escola, igreja, centro esportivo e área de lazer. Vislumbravam-se, nesse momento, as virtudes de um projeto cuja realização, ao contrário da reprodução de uma “anti-cidade” – típico dos projetos de monótonos conjuntos habitacionais, com uma infinidade de casinhas idênticas e sem qualquer identidade – constituía-se como uma parte da cidade, bela e com todos os benefícios que ela traz.

Várias etapas sucederam-se até a chegada ao que se almejava: o pagamento dos serviços técnicos e o financiamento das moradias.

No dia 20 de dezembro de 1984, um outro convênio foi assinado entre a Secretaria Executiva de Habitação do Estado de São Paulo (representada pelo Dr. José Carlos Seixas) que designava a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo – CDH (representada pelo seu Diretor Presidente Paulo Martoni Branco e seu Diretor Dr. Julio Camargo Artigas) para uma ação conjunta com a interveniência da Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social – FABES (representada pela Dra. Marta Therezinha Godinho) e o Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-normal – FUNAPS

¹⁵⁰ Mais detalhes em: ALMEIDA, Rubens de “Superar os limites da escola, o caminho do possível”, Revista AU n° 3, p.58 a 65, Editora Pini, São Paulo, novembro / 1985

¹⁵¹ Convênio entre COHAB e o Escola de Belas Artes de São Paulo – assinado em 02 de janeiro de 1984.

¹⁵² Convênio assinado pelo diretor da FEBASP, Luciano Otávio Ferreira Gomes Cardim e pela COHAB, o Diretor Presidente Raymundo De Paschoal e o Diretor de Planejamento Emílio Haddad.

(representada pelo seu Presidente Dr. Carlos Eduardo Sampaio Dória) para a implantação, em caráter experimental, do “projeto habitacional de Grajaú”. Esse convênio permitiu a elaboração e a construção, em regime de mutirão, dos quatro primeiros protótipos. As quatro casas – que foram feitas em blocos de concreto e cobertura em telhas de amianto – abrigaram a creche e a administração da *AMAI*.

A propriedade coletiva

Dentre todas as inovações propostas, uma foi a mais significativa: aparecia, para efeito de financiamento, a figura jurídica complicada da propriedade coletiva – até então impensável nos órgãos públicos. Para tanto, seria necessário constituir-se uma cooperativa habitacional que coordenasse todos os trabalhos e que assumisse a responsabilidade pelo financiamento junto ao agente financeiro: o *BNH* (Banco Nacional da Habitação). Teriam de transferir, assim, a responsabilidade do financiamento individual para o coletivo – o que seria uma conquista sem precedentes para todos os movimentos pela moradia. No entanto, esta figura jurídica, da propriedade coletiva, não foi aceita pela *COHAB*. Uma série de conquistas, porém, foram feitas. Por exemplo: a escolha de uma arquitetura própria, a responsabilidade pela compra de materiais e pela construção. Essa, talvez, tenha sido a mais importante delas: a gestão e a administração dos recursos do empreendimento ficarem nas mãos da comunidade.

A gestão dos recursos públicos para a construção das casas era chamada, pelas assessorias e pelos movimentos pela moradia, de “auto-gestão”. Já, para alguns administradores públicos, o processo era chamado de “co-gestão” sob o argumento de que não poderia haver auto-gestão com recursos públicos – as verbas tinham, inevitavelmente, de ser controladas pelos órgãos financiadores e promotores. Sem precisar entrar nessa discussão, cabe mostrar que tal processo de administração dos recursos destinados às moradias foi um marco muito importante para as obras de mutirão que aconteceram em São Paulo a partir de meados de 1986. A gestão dos recursos, feita pela própria comunidade, deflagrou duas evidências incontestáveis que trouxeram, simultaneamente, êxito e conflito.

As associações conseguiam barganhar o preço dos materiais de uma forma muito mais competente que o poder público. Assim, as casas saíam por um preço muito menor do que aqueles apresentados pelas empresas estatais de produção habitacional. Esse diferencial

possibilitava aumentar as casas e permitia construir parte de equipamentos comunitários. Entretanto, facilitava o uso inadequado dos recursos por alguma liderança com dificuldades de respeitar o dinheiro dos próprios companheiros.

Além desse aspecto negativo, a supervalorização dos índices de preço da construção civil e o sobre-preço do custo das unidades habitacionais punham em cheque o verdadeiro destino das verbas alocadas para a construção das moradias. De um lado, funcionários públicos das empresas de financiamento e promoção habitacional tentavam justificar (ou esconder) os verdadeiros motivos das significativas diferenças – ora exibiam tabelas e índices incompreensíveis, ora acusavam as assessorias de mentir sobre o verdadeiro custo, ou mesmo chegavam a acusar as associações de negligência com o pagamento de taxas e impostos. De outro lado, as empreiteiras do setor habitacional temiam que tais diferenças no custo das casas denunciassem o esquema de apropriação indébita dos recursos, desviando-os para contas particulares e campanhas políticas.

Outra observação importante era a clareza com que as lideranças enxergavam as artimanhas de técnicos das *COHABs* e *CDHU*. Os líderes populares, várias vezes, denunciavam que o alto custo das casas produzidas pelas empreiteiras se devia à sustentação dessas grandes estruturas – com um grupo interminável de “cabides de emprego” – em que os funcionários só trabalhavam para garantir os seus empregos e as suas mordomias. Os assessores técnicos eram movidos pelos ideais e os líderes pela necessidade.

É necessário salientar aqui que tanto os professores quanto os estudantes (participantes das assessorias técnicas) aprendiam muito com as lideranças das associações populares. Era muito comum os técnicos se verem em situações embaraçosas diante de funcionários públicos e um líder, com uma malícia que lhe é peculiar, resolver rapidamente o problema.

A tumultuada compra do terreno

O processo de compra do terreno para o empreendimento foi muito complexo, dadas as circunstâncias de pressão da comunidade, da mídia e da Igreja, o que acabou levando a *COHAB* a um erro: o de adquirir a área para a implantação do projeto sem a certeza de que seria considerada própria por outros órgãos oficiais. A seguir podemos ver o desfecho dessa empreitada.

No dia 06 de agosto de 1983, o jornal “O Estado de São Paulo” publica duas matérias a respeito da compra do terreno em local impróprio, por se tratar de área de mananciais.

Na matéria intitulada “*Prefeitura pretende ajudar a construção de casas no Grajaú*”, pode ser observada a enorme pressão que a comunidade fazia sobre a COHAB:

“A Prefeitura pretende colaborar com os moradores dos bairros do Grajaú e Vila Remo que, depois de ficarem nove dias acampados na Praça Antônio Prado, acabaram conseguindo um terreno onde serão construídas 400 casas para mais de 400 famílias. ... Covas (o Prefeito Mário Covas) negou que a decisão da COHAB de adquirir a área, e vendê-la posteriormente, deveu-se à perseverança das famílias que passaram noites de frio e chuva no centro da cidade. ... Acrescentou que, “no instante que a pressão por habitação é muito grande, acaba deixando o pessoal insatisfeito em face daquilo que se considera uma demora.”¹⁵³

Na mesma página, aparece na matéria intitulada “*Madeira diz que famílias podem ter área do Grajaú*”, a confirmação de que o terreno adquirido pertencia à área de mananciais e estava sujeito à lei de proteção:

“O Secretário da Habitação, Arnaldo Madeira, prometeu ontem solucionar o problema de 700 famílias acampadas em frente à COHAB ... A área de 162 mil m² está “praticamente adquirida”, diz Madeira. ... Madeira explicou que “a negociação para aquisição do terreno é complexa”, porque o terreno está localizado na área dos mananciais e existe uma lei exigindo medidas especiais para loteamento nessas regiões. Disse também que “não podemos tomar medidas apressadas porque estamos trabalhando com dinheiro do poder público e precisamos tomar cuidado...”

Tudo parecia acertado para que o empreendimento vingasse. No entanto, uma imprudência da COHAB na compra do terreno viria a comprometer quase totalmente o projeto. O presidente da COHAB, Raymundo De Paschoal, ciente de que o terreno comprado

pertencia à área de proteção ambiental, tentou a aprovação da EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A., de São Paulo) para a implantação das moradias do movimento do Grajaú. Para tanto, enviou um ofício, transcrito na íntegra, ao Presidente da EMPLASA, Doutor Rodolfo José da Costa e Silva, com o seguinte teor:

Ofício COHAB – 03818 / 83

Prezado Senhor,

Pelo presente, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, manifesta a intenção de implantar um Conjunto Habitacional em uma área específica de 162.000 m² (a área total era de 178.500 m², sendo 16.500 m² relativo à faixa da Eletropaulo)¹⁵⁴, localizada na Estrada do Bororé, ao lado do já habitado Conjunto Habitacional Brigadeiro Faria Lima.

A implantação de novo Conjunto Habitacional se prende ao fato de necessitarmos atender, embora parcialmente, os anseios habitacionais de significativo número de famílias pertencentes aos extratos mais carentes de nossa população e que, por força de necessidades próprias, se vêem impossibilitadas de transferirem para a Zona Leste, onde já dispomos de várias alternativas habitacionais. Desnecessário será ressaltar que tais famílias se constituem num dos mais graves problemas sociais atuais cuja solução se antepõe com um desafio às atuais administrações Municipais e Estaduais. Assim sendo, a COHAB selecionou uma área em Zona Urbana (setor 174 Qd. 246 da planta de valores) atualmente enquadrada como Z-9 028 pela lei Municipal 9.411/81, área esta, que embora situada dentro da Zona de Proteção de Mananciais, se constitui em um vazio urbano com entorno já ocupado em densidades superiores às previstas na citada lei, e que, em não havendo pronta atuação de nossa parte, tende a ser ocupada de forma desordenada

¹⁵³ Jornal “O Estado de São Paulo”, 06 de agosto de 1983 – Geral – pág. 13

¹⁵⁴ Planta de Urbanização definitiva do Grupo Urb. / Ger. Proj. de Dezembro de 1984. Houve a retificação de divisa e ajuste de “greide” das vias em Fevereiro e Março de 1985

pela população local, contrariando assim os interesses urbanísticos da região.

Isto posto, solicitamos de Vossa Senhoria a anuência para tal empreendimento, visto não pretender, esta Companhia, transgredir nenhuma legislação pertinente à área. Certos de contarmos com a devida compreensão do problema que ora se nos apresenta, aproveitamos o ensejo para reiterarmos nossos protestos de consideração e apreço, subscrevendo-nos,
Atenciosamente,
Raymundo De Paschoal

A área imprópria

Como dito anteriormente, vemos como esse ofício denuncia fragilidade e imprudência que, inevitavelmente, colocariam em risco todo o esforço para se resolver o problema.

E, de fato, foi o que acabou acontecendo. Aquela imensa área – que poderia abrigar mais de mil famílias – segundo a lei de proteção aos mananciais, não poderia ter mais de oitenta e duas. Havia apenas duas possibilidades para solucionar o problema:

1. Cada casa, ou cada família, teria um terreno de aproximadamente 1.500 m² - o que seria impossível de ser pago por cada uma, obviamente.
2. Cada família teria um lote mínimo de 05m x 25m, com área de 125 m², como era o lote convencional e pagaria apenas por ele; o resto do terreno (cerca de 150.000 m²) teria de ficar vazio e, sabe-se lá, o desfecho que essa situação teria.

O que poderia a *COHAB* fazer com o restante?

Para que a urbanização das oitenta e duas unidades fosse viável, a *COHAB* colocava, como responsabilidade do Movimento do Grajaú, a guarda de toda a área.

De fato, o desfecho dessa situação já era esperado. O *Movimento do Grajaú*, que depois se registrou com o nome de *AMAI* – “Associação dos Moradores da Vila Arco-íris”, para a obtenção do terreno e do financiamento, garantiu, por mais de

cinco anos, que a área não fosse ocupada; teve de negociar várias vezes com potenciais invasores. Já em 1988, a *AMAI* não conseguiu resistir e a área restante foi invadida por mais de mil famílias. Hoje, com a densidade muito superior à compatível com a região, virou um desordenado bairro, com o nome de “*Jardim Nascente*”.

Os ideais e princípios

O mutirão da *AMAI* começou com ideais socialistas e, em alguns momentos, até anarquistas, por influência dos professores do *Laboratório de Habitação*, da igreja e de intelectuais que apoiavam o movimento. Foram importados das Cooperativas Uruguaias, os princípios da autogestão do empreendimento e da “*Ajuda Mútua*”. O próprio nome – “Vila Arco-íris” – foi sugerido por Villà, numa clara referência a uma organização anarquista. O nome original era: *Movimento por Moradia do Parque Grajaú*¹⁵⁵.

É preciso chamar a atenção para o fato de que, de todas as pessoas da *AMAI* por mim entrevistadas, ninguém foi capaz de explicar a origem do nome “Vila Arco-íris”. A atual presidente da Associação, Maria de Lourdes Bermont – que está na liderança da associação desde 1986 –, diz não saber de onde veio o nome e comentou: “... acho que veio de um sonho, de uma coisa que no arco-íris tem, um pote de ouro no final dele”. Outros entrevistados falaram coisas desconexas como “é perto do céu e das nuvens como é a nossa área...”, “arco-íris lembra alegria colorida...”. Isso mostra bem que a origem do nome “*AMAI*” – a não ser a ligação com o verbo “amar” – foi algo vindo de fora da Associação, sem que se tornasse um autêntico elemento de identidade do grupo.

É preciso, também, enfatizar que a necessidade imperiosa da construção das casas e a pressa da conquista do financiamento causavam um comportamento autoritário, por parte das lideranças. Não havia tempo, nem possibilidade de muita polêmica em torno de detalhes, ou mesmo de discussão de questões éticas que envolviam o movimento. Muitas vezes, foi inevitável que houvesse um jogo de forças pouco democrático que trouxe prejuízos a muita gente. Esse foi o caso de Bernadete que – por ser uma pessoa de uma integridade ímpar e levar os princípios comunitários às últimas conseqüências – acabou sendo marginalizada pelos companheiros e afastada do mutirão.

¹⁵⁵ “*AMAI – Em busca de uma nova sociedade*” – Livro elaborado pela Associação dos Moradores da Vila Arco-íris, São Paulo, 1991, Rabisco – Gráfica & Editora

Dentre as idéias adotadas pela AMAI, uma foi especialmente bonita: o “*Fundo de Ajuda Mútua*”. Registrado no regulamento do mutirão, previa a doação de uma hora a mais de cada família. Com o crédito de horas, era possível cobrir aqueles impossibilitados de trabalhar por motivo de saúde ou idade. A inclusão dessas pessoas tornou-se uma questão de honra.

Cabe, mais uma vez, chamar a atenção para o fato de que essas iniciativas de cunho social não partiam da própria comunidade. Tanto a prática da “Ajuda Mútua”, como o “Fundo de Ajuda Mútua” vieram das experiências vividas em outras comunidades e cooperativas (as cooperativas uruguaias de habitação e o “Centro Cooperativista Uruguayo”). Outros princípios, como já se viu, tiveram a influência das experiências socialistas e anarquistas da Espanha e Itália, trazidas por pessoas como o arquiteto Joan Villà. Outras entidades, nacionais e internacionais, que apoiavam o movimento como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), CEBEMO (Centrale voor Bemiddeling bu Medefinanciering van Ontw ikkelingsprogramma’s), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) também influenciaram. Muitas dessas práticas fizeram parte da política da “CMM - Coordenação dos Movimentos de Moradia de São Paulo”, e foram amplamente difundidas pelos “1º e 2º Encontros de Movimentos pela Moradia de São Paulo”, em meados da década de 1980.

Nota-se a presença fundamental dos professores da FEBASP que puderam levar a experiência e o entusiasmo a seus alunos. Houve, ainda, o contato imprescindível com os órgãos de apoio comunitário, com as instituições governamentais de fomento à pesquisa (CNPQ, IPT, FINEP, etc.) e com órgãos de financiamento.

Com o fechamento da Faculdade de Arquitetura da FEBASP no começo de 1986, e com o conseqüente fim do *Laboratório de Habitação*, a AMAI teve de fazer um novo convênio, em meados do mesmo ano, para obter outra assessoria técnica. Naturalmente, a “passagem do bastão” foi feita ao *Laboratório de Habitação* da Unicamp, que herdara a prática política, o conhecimento acumulado e a tecnologia que se iniciara no *Laboratório de Habitação* da FEBASP. Embora a coordenação do *Laboratório* na Unicamp fosse do Arquiteto Joan

Villà, poucos participantes da FEBASP foram convidados para o novo *Laboratório*.

O convênio com a Unicamp

Com o final do *Laboratório de Habitação* da FEBASP e, simultaneamente, a oficialização do *LabHab-Unicamp*, a assessoria e a prestação de serviços foram absorvidas por este último. Em meados de 1986, foi assinado o convênio entre AMAI, Unicamp e COHAB para a construção de oitenta e duas unidades residenciais na área cujo projeto de urbanização já havia sido implantado e a terraplenagem executada sob assessoria da equipe da FEBASP.

A importância do nome e da credibilidade da Unicamp foi fundamental para que a equipe do *Laboratório* ganhasse a confiança de muitos técnicos dos órgãos públicos e fosse reforçada. Desde a carta que escrevi diretamente ao Prefeito Jânio Quadros – que exigiu do presidente da COHAB, Sr. Francisco Queluz, imediato cumprimento do combinado em reunião pública – até as negociações sobre futuros projetos para a cidade¹⁵⁶. O aprendizado com as relações institucionais e o traquejo político para lidar com órgãos públicos foram os frutos da necessidade de se viabilizar a construção das moradias no Grajaú.

Cabe salientar que os técnicos da prefeitura tinham um certo receio dos arquitetos do *LabHab-Unicamp* por dois motivos: o primeiro, em virtude do peso institucional da Unicamp. O segundo, em função da habilidade política exercitada por eles desde as lutas e conquistas junto aos movimentos pela moradia da época da FEBASP. Esse cuidado foi fundamental para que a mudança – mesmo que lenta – de alguns parâmetros burocráticos de fiscalização dos projetos e obras, como medições dos trabalhos de mutirão, gastos com material e, sobretudo, com metodologia e técnicas construtivas. A introdução de unidades diferenciadas (para lugares urbanos distintos, ao contrário dos conjuntos de casas idênticas das COHABs) e do sistema construtivo do *LabHab-Unicamp* levaram a métodos e planilhas de medição totalmente diferentes das anteriores, exclusivamente usadas em obras tradicionais e para empreiteiras. Mais tarde, todo esse conhecimento serviu de base para que a COHAB assim como a CDHU pudessem viabilizar as obras de mutirão conduzidas pelos escritórios de assessoria técnica que se formaram a partir

¹⁵⁶ Vale a pena relatar um episódio histórico imperdível. Após o Arquiteto Villà ter apresentado ao Prefeito Jânio Quadros o projeto do *LabHab-Unicamp*, este – que acabara de encomendar um grande projeto ao Arquiteto Oscar Niemeyer – disse encantado: “Agora sim! Oscar para os ricos, Villà para os pobres e Jânio para presidente!”

da gestão da Prefeita Erundina.

Mais uma vez, constata-se que a Universidade pode (e deve) mudar paradigmas e mover estruturas inertes como alguns setores burocráticos do governo. As boas instituições de pesquisa estão atualizadas e podem acelerar o processo de mudança da estrutura burocrática dos órgãos públicos.

O projeto urbanístico

O projeto original do urbanismo, feito pelo *Laboratório de Habitação* da FEBASP, permaneceu. Poucas foram as adaptações. A própria terraplenagem já havia sido executada.

O partido urbanístico – que introduziu elementos urbanos diferenciadas como ruas para pedestres e praças de estacionamento – teve a preocupação de equilibrar os “cheios e vazios”, e adaptar os lotes à declividade do terreno. Tal preocupação trazia duas vantagens: a criação de espaços comunitários generosos, o que permitia a absorção e drenagem das águas de chuva (principalmente por se tratar de uma área de proteção dos mananciais); o posicionamento dos lotes em terrenos mais íngremes em ângulo de 45°, adaptando-os às curvas de nível em relação à rua, o que evitava agredir o terreno com grandes movimentos de terra.

O cuidado com o volume de obras de infraestrutura e a preocupação com os custos de obra levaram a um projeto muito bem elaborado cujos bons resultados são colhidos até hoje: a pequena declividade das ruas evita erosões e enchentes repentinas; as praças – contornadas pelas casas – permitem o tratamento localizado dos esgotos; as áreas remanescentes bem localizadas favoreciam a implantação de equipamentos comunitários como campo de futebol (essencial), Centro da Juventude, Escola de Educação Infantil e Centro Comunitário (atualmente em projeto).

O envolvimento dos professores orientadores com os alunos da FEBASP foi surpreendente, como afirmaram vários participantes do primeiro *Laboratório*¹⁵⁷. Em todo o momento estava presente a necessidade de se fazer um desenho real e responsável. Os alunos tinham de sair em busca de apoio técnico dos professores orientadores, para

cálculo de terraplenagem, para o cálculo estrutural, para procedimentos de técnicas construtivas, etc. A criação dos outros *Laboratórios*, como o *Laboratório de Estruturas*, o *Laboratório de Conforto* e o próprio “CEDOC” (Centro de Documentação) teve um papel fundamental em toda essa integração. Era uma outra escola, diferente da que valoriza desproporcionalmente o conhecimento teórico. Podemos tomar ciência de que uma das melhores formas de ensinar é, sem dúvida, envolver alunos e professores num projeto real que requer a responsabilidade por cada decisão.

O projeto das casas

A partir do desenho urbano e dos protótipos projetados pelo *Laboratório de Habitação* da FEBASP, foi necessário que os projetos das unidades fossem elaborados e adaptados à nova forma construtiva: o sistema de pré-fabricados cerâmicos do *LabHab-Unicamp*.

A primeira idéia foi utilizar os dois primeiros protótipos: a “Casinha da Unicamp” e o “Sobradinho”, esse último, baseado num projeto desenvolvido para o Grajaú, na época da assessoria da FEBASP.

Foi apresentado aos futuros moradores da AMAI o projeto adaptado da “Casinha da Unicamp” e eles o recusaram. Mostraram-se em dúvida, ainda, quanto ao “Sobradinho”. Essa recusa se deu pelo fato de o projeto, adaptado da “Casinha”, ter a circulação, entre os dormitórios e o banheiro, feito por uma varanda aberta.

“Além de passar por fora para ir ao banheiro e ficarmos expostas aos vizinhos, teremos um monte de portas para fechar quando a gente for sair!” exclamava uma dirigente da AMAI.¹⁵⁸

Vários problemas tiveram de ser resolvidos nos projetos das unidades habitacionais. Os mais frequentes eram relativos à insolação e à declividade do terreno. O mais difícil foi ter de lidar com drenagens e sustentação dos muros de contenção entre os lotes posicionados nas curvas de nível nas áreas de maior inclinação. A dificuldade aumentava na conjugação das coberturas – que também seguiam os desníveis do terreno –, pois, além da junção da parede

¹⁵⁷ Depoimento colhido com Joan Villà, João Carlos S’Antana, Reginaldo Ronconi, João Marcos de Almeida Lopes, Mário Braga, Sérgio de Simone, Ana Lúcia Muller e outros.

¹⁵⁸ A adaptação do primeiro protótipo, a “Casinha da Unicamp”, se deu em função do protótipo ter sido feito para um lote de frente de dez metros e os lotes da AMAI tinham frente de cinco metros.

da casa superior com a cobertura da inferior, havia o desencontro entre as casas que – devido ao lote posicionado a 45° em relação à rua – proporcionava, lote por lote, um desencontro entre as casas.

Mais tarde, em outros projetos, abandonamos esse tipo de desenho. Preferimos aumentar o movimento de terra e o muro de arrimo colocando várias casas num mesmo patamar. Isso evitava os desencontros entre paredes e coberturas, eliminando as pequenas obras de infra-estrutura – que, além de não só levar mais tempo para ser executadas, acabavam saindo mais caras. Trocavam-se muitas horas de trabalhos manuais por poucas horas de trabalho dos tratores.

Em poucas reuniões chegou-se a um consenso sobre os tipos de casas: foram projetadas e executadas três tipos (casa de esquina, casa no sentido leste-oeste e casa no sentido norte-sul) com seis formas de implantação e oito possibilidades de agrupamento em blocos.

A tipologia permitia uma certa variação que evitava a monotonia dos espaços. Com exceção das casas de esquina – que possuíam recuo lateral obrigatório ao longo de toda a casa – as demais eram geminadas integralmente na parte da frente e possuíam pátios internos que permitiam diferentes tipos de insolação.

Quando boa parte das casas já havia sido construída, os mutirantes se deram conta de que as de esquina (feitas numa fase posterior) tinham acesso externo da frente aos fundos do lote, feito pelo recuo lateral. Não demorou muito e todos queriam esse tipo de casa, pois achavam melhor serem geminadas apenas de um dos lados. Houve uma verdadeira revolução durante a construção. Os associados queriam mudar o projeto de tal forma que o restante das casas fosse desse tipo.

Como o responsável pelo projeto, expliquei que a mudança desejada seria tecnicamente prejudicial aos futuros moradores. Demonstrei os problemas sérios de insolação, de infiltração de água e do acréscimo de custo com o aumento de obras de infra-estrutura. Mostrei, ainda, que as dificuldades de aprovação junto à Prefeitura e as consequentes modificações de orçamento poderiam paralisar as obras. Toda a explicação foi em vão: a assembléia decidiu pelas mudanças e o responsável pelo projeto e obra acatou a decisão¹⁵⁹.

Nesse momento importante do relato da história da AMAI, cabe ressaltar as seguintes observações que salientam as contradições entre o conhecimento acadêmico e as exigências da associação de moradores:

1. Nós assessores técnicos não fomos capazes de

entender que a moradia para as pessoas da AMAI era um modo de sobrevivência. Não era apenas um lugar onde poderiam se abrigar. As casas geminadas, de ambos os lados, não permitiam o uso de fundo de lote – tão subdividido como aquele mínimo de 5 x 25m (metade do antigo lote mínimo de 10 x 25m). A oportunidade de criar uma edícula ou casa de fundos – que poderia ser destinada a alguém da família (como idosos ou casais recém casados) ou, mesmo, ser alugada para engordar a receita familiar – estava inviabilizada. Essa percepção estava muito distante dos parâmetros urbanos promulgados pelas aulas de urbanismo e arquitetura. Nós achávamos melhor não criar a possibilidade de ocupação dos fundos dos lotes para evitar o aparecimento de cortiços. Era inconcebível admitir duas unidades familiares no mesmo espaço juridicamente estabelecido.

2. Havia, por parte dos arquitetos do *LabHab-Unicamp*, o consenso de que a junção das unidades habitacionais em blocos (várias casas geminadas) trazia uma unidade ao conjunto bem como diminuía custos. Muito da insistência em não querer aceitar que as casas fossem geminadas apenas por um dos lados vinha desse conceito. No entanto, no caso específico da AMAI, havia uma proposição essencialmente técnica pela geminação de casas em patamares diferentes, para se evitarem drenagens sucessivas que comprometessem as unidades a jusante.

3. A decisão da assembléia da AMAI se contrapôs às decisões de caráter exclusivamente técnico e não político. O fato, claramente, desautorizava a assessoria técnica, embora o nosso papel (*LabHab-Unicamp*) não fosse exclusivamente técnico – ao contrário, dávamos importância maior às conquistas políticas. O projeto das últimas unidades foi refeito e construído mesmo sob protesto do responsável pela obra. De fato, essas poucas casas sofrem, ainda hoje, de uma infiltração de água insolúvel. Para piorar a situação, algumas – situadas muito abaixo das vizinhas – perderam a insolação.

Reside aí uma questão fundamental para diferenciar a postura de uma empresa e a posição de uma assessoria técnica de uma Universidade: os propósitos políticos – de não perder a união com a associação e manter a influência política com os movimentos pela moradia – deveriam prevalecer? Ou a posição técnica deveria ser irredutível e se negar a dar continuidade às obras em virtude de um descumprimento ao projeto e às normas?

Após mais de quinze anos da inauguração das casas da AMAI, posso tirar esse peso de minhas costas. O fato de não ter sido intransigente com a decisão da assembléia da AMAI, permite que eu seja, hoje, o representante técnico da Associação para projetos como a reforma da creche, a reforma do Centro da Juventude e a construção do centro comunitário. Há a continuidade do processo educativo de pessoas que não pertencem aos quadros da educação superior.

Como ficou

O movimento do Grajaú passou por três gestões municipais (Mário Covas, Jânio Quadros e Luiza Erundina) até que suas casas fossem concluídas. No início de 1990, a associação, desgastada pelo árduo processo de lutas e construções, resolveu entregar as casas do jeito em que se encontravam – sem acabamentos. Cada família receberia os materiais básicos para os acabamentos e se responsabilizaria pelo término de suas moradias.

Essa decisão contrariava a minha posição como responsável pela obra. Fui contra o posicionamento da liderança, pois sabia-se que muitos mutirantes, que não tinham pedreiros em suas famílias ou não podiam pagar por serviços especializados, não teriam como acabar as suas casas. Por uma questão de sobrevivência do mutirão, aceitei esta última resolução desde que a diretoria do mutirão se responsabilizasse por arregimentar pedreiros para evitar danos às pessoas menos favorecidas.

Hoje, após os 24 anos do movimento de moradores do Grajaú e há 16 anos da inauguração de suas moradias, conseguimos identificar claramente o desenho urbano, com suas ruas e praças. Quase todas as casas já foram modificadas. Muitas se expandiram irregularmente e outras agregaram atividades diversas como bar, biblioteca¹⁶⁰ e lojinha. Das oitenta e duas casas 12 se encontram em estado precário devido à falta de acabamentos, às infiltrações e às reformas impróprias.

A marca do urbanismo - em virtude da importância dos espaços de convívio - acaba sendo muito mais forte do que a da arquitetura das casas, por mais que ela tenha esse papel transformador da qualidade da vida cotidiana.

O professor Orientador João Carlos Sant'Anna¹⁶¹ esclarece:

“É natural que o arquiteto se decepcione com as alterações da chamada ‘*unidade unifamiliar*’, que muitas vezes acaba por ser aumentada e quase que totalmente modificada. Isso reflete a realidade da periferia que é a casa sendo construída organicamente conforme a necessidade, como o aumento da família, ou conforme

a possibilidade, quando há uma melhora significativa da renda familiar. Temos de reconhecer que a casa está intimamente ligada à estratégia de sobrevivência da família”.

A divisão em dois do antigo lote mínimo de 250 m², para que a metade pudesse ser vendida e trocada por material para a construção de uma casa assim como a rejeição de casas integralmente geminadas, para que fosse possível construir mais uma unidade nos fundos, reforçam a afirmação.

Pode-se perceber na experiência da AMAI que, a partir do momento em que cada associado começou a investir mais na coletividade, os projetos começaram a se realizar.

Todo o processo da AMAI, das discussões na igreja à construção das moradias e edifícios comunitários, nos mostra como é possível uma participação saudável de professores e alunos de faculdades de arquitetura. Mesmo com todos os erros lá cometidos, os benefícios, para ambas as partes, foi inegável. Se, de um lado, a associação se beneficiou com a participação dos *Laboratórios de Habitação* – com sua luta e assessoria técnica – de outro lado, os professores e alunos da FEBASP assim como os técnicos do *LabHab-Unicamp* aprenderam efetivamente e puderam sentir-se mais realizados. Pode-se afirmar que essa vivência foi uma grande escola.

A relação entre os *Laboratórios* e a AMAI vem, mais uma vez, confirmar as mais importantes atribuições da Universidade definidas pela LDB:

6. Formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos;
7. Formar profissionais capacitados ao desenvolvimento de determinadas atividades profissionais;
8. Desenvolver a pesquisa;
9. Articular a formação com a realidade social vivida no país;
10. Desenvolver a extensão, abrindo a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior à população em geral.

¹⁵⁹ O único responsável legal pelo projeto e obra fui eu, uma vez que o LabHab-Unicamp não possuía CREA nem a Unicamp poderia cumprir, obviamente, esse papel.

Moradia Estudantil

O projeto, as dificuldades construtivas, os problemas técnicos, as soluções e os resultados

No final de 1986, uma velha reivindicação dos alunos de baixa renda da Unicamp começou a se realizar: a de uma moradia mantida pela Universidade. Até então, os estudantes sem recursos ocupavam galpões vazios dentro do campus, amontoando-se numa habitação improvisada, a qual chamavam de “Taba” com sérios problemas de acomodação, de higiene, e insuficiente para atender a crescente demanda.

A partir da gestão do Reitor Paulo Renato Souza (1986 a 1989), pôde-se unir a necessidade de resolução do problema dos alunos com a possibilidade de desenvolvimento de um projeto piloto a ser executado pelo *LabHab-Unicamp*. Essa possibilidade não só traria a moradia para os estudantes como serviria de modelo de uma nova proposta urbana e habitacional, firmada, sobretudo, pelos princípios de uma arquitetura social promovida pelo *Laboratório*. Deveria ser uma referência nacional e, se possível, ter uma projeção internacional.

Um dos princípios do *LabHab-Unicamp*, como vimos anteriormente, era o do “*projeto participativo*”. Os usuários (no caso os estudantes e a própria Unicamp) deveriam participar e se co-responsabilizar pelos resultados. Ou seja, o *Laboratório* deveria servir como ferramenta, transformando em arquitetura os desejos mais significativos dos estudantes e propondo uma solução técnica que viabilizasse o empreendimento.

A tarefa era difícil: teria de contemplar as particularidades dos estudantes (o singular) e o convívio com as comunidades local e universitária (o plural).

“Uma difícil questão de arquitetura a ser definida entre o singular e o plural. Singular, pela especificidade

dos moradores a gerarem, no convívio cotidiano, as condições de vida de um gueto, reforçando suas particularidades. Plural, pelo pulsar da vida a interromper permanentemente contra o gueto, separando-o e confundindo-o com a cidade ao redor, em toda a sua generalidade.¹⁶²” (Joan Villà)

Estariam presentes, no eixo organizador desse projeto, as tensões naturais estabelecidas pela dialética existente no limite entre o individual e o coletivo.

O processo começou com a compra do terreno no distrito de Barão Geraldo, vizinho à Universidade, um bairro periférico da cidade de Campinas, onde os contrastes entre os limites da universidade – uma área exclusivamente residencial, com casas de qualidade, onde moram muitos professores e uma periferia – com uma paisagem confusa refletem a mistura de construções de casas auto-construídas, casas de aluguel, pequenos edifícios sem arquitetura, um comércio variável, centros de serviços pouco consolidados. A escolha da área, cerca de dois quilômetros do campus, baseou-se na idéia de que os estudantes deveriam morar junto à cidade formal e, não, num gueto isolado.

O CRUSP, moradia estudantil da Universidade de São Paulo, ficava distante do comércio, dos serviços e da vida das pessoas comuns. O isolamento, os problemas de transporte e o difícil acesso noturno transformaram a residência estudantil num gueto. O caso da UNB não era diferente, pois dentro do Campus o desolamento era total: os alunos que lá residiam, além das enormes distâncias a serem percorridas em áreas praticamente desertas, mostravam-se inseguros à noite, dada à falta de gente e de vida mais intensa nas redondezas.

O projeto urbanístico da Moradia Estudantil

Em meados de 1987, para não cometer os equívocos ocorridos nos projetos das moradias estudantis da USP e UNB, duas medidas foram tomadas: a primeira foi a certeza de que a moradia da Unicamp deveria estar inserida na cidade real, no bairro próximo do campus; a segunda foi

¹⁶⁰ Uma das casas, cujo morador morreu e não deixou herdeiros, foi ocupada por uma ex-líder do movimento. Lá ela instalou uma biblioteca de uma instituição desconhecida. Até o momento, o espaço fica quase sempre fechado.

¹⁶¹ Entrevista com o Arquiteto e Professor Orientador João Carlos Sant’Anna, em 05 de novembro de 2005

decidir pelo envolvimento e a participação dos alunos na concepção dos projetos.

Para que se montasse o programa definitivo, foram realizadas várias reuniões com membros do DCE (Diretório Central dos Estudantes), e um desenho elaborado pelos alunos foi entregue ao *Laboratório*. Nesse desenho – baseado numa colméia de abelhas – aparecia a intenção de se criarem grupos de casas interligadas em volta de pequenas praças. Esses grupos teriam a possibilidade de se tornarem “repúblicas” de estudantes ao se unirem por portas que, uma vez abertas, tomariam a configuração de uma grande unidade.

“Mais de 30 foram os encontros, reuniões e seminários. Muito mais, os documentos, atas e gravações. O salão do Conselho Universitário e a sede do DCE, os palcos mais freqüentes. Mas o ‘Sancho’ – pequeno bar próximo ao campus – freqüentemente se revelou um cenário mais propício às confissões e, por vezes, às decisões”¹⁶³ (Joan Villà)

Para o Arquiteto Joan Villà e para a sua equipe, havia o consenso de que a moradia deveria participar da vida do bairro, da mesma forma que as outras casas já existentes. Deveria ser “*inserida fora do campus, numa malha urbana definida, com vida própria*”¹⁶⁴ O respeito e a preocupação em preservar a relação com a vizinhança levou à busca de soluções “*que não conflitassem e, ao mesmo tempo, fossem capazes de absorver aquilo que tem de tradicional, embora avançado*”¹⁶⁵.

O partido arquitetônico cujo valor estava nas quadras, nos pátios internos, nas ruas e esquinas, deixava claros os limites entre as áreas públicas, semipúblicas, privadas e semiprivadas. Um resgate do traçado tradicional “*que tem origem na ilha greco-latina, fazendo com que a ‘quadra’, que dela resulta, tenha no seu interior, nã ‘pátio’, a configuração de um espaço semipúblico...*”¹⁶⁶

“Enquanto resgata a grelha, a quadra, o pátio, inova o sistema de circulação, no tratamento do que é espaço público e do que é privado; a articulação que permitirá o uso do miolo das quadras para função coletiva; a malha

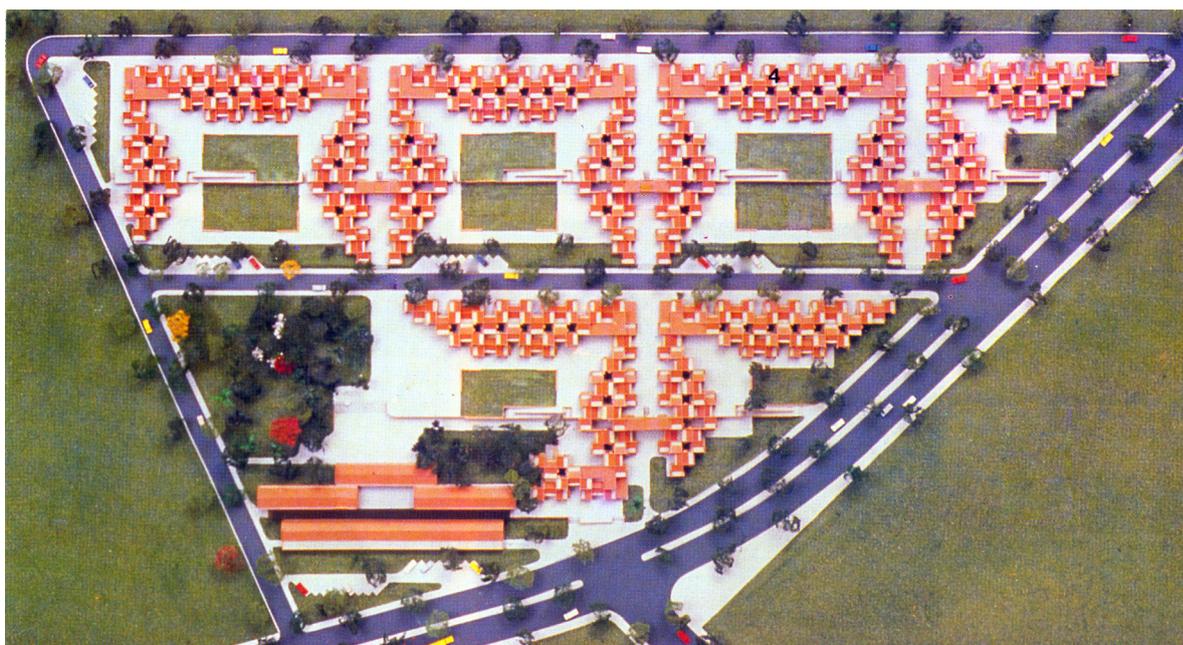
cartesiana, gerando o desenho em cruz, dois eixos flexíveis permitindo a ocupação plena... Nessa malha, as residências são conectadas existindo a possibilidade física de se abrirem passagens entre elas”¹⁶⁷.

As experiências da vida de estudantes como nas repúblicas de Ouro Preto – famosas pela intensa participação na vida da cidade –, o convívio universitário na Rua Maria Antônia dos anos 60, a dinâmica estudantil de Cambribridge e Helsinque, a participação da moradia estudantil de Amsterdam – onde o arquiteto Herman Hertzberger integra o edifício à cidade por meio de uma área de comércio e serviços – reforçavam os princípios de que os estudantes não poderiam estar isolados. Deveria explorar as potencialidades e a vida do bairro.

O plano geral da moradia estudantil proporcionou um diálogo urbano com o entorno. Num sobrevôo sobre a área do projeto, percebe-se um traçado das ruas e quadras que se compõe com o desenho da vizinhança. No sentido longitudinal do terreno, aparecem duas ruas para automóveis, dividindo a área de implantação em duas faixas de quadras. Perpendiculares a essas ruas asfaltadas, aparecem as de pedestres, que limitam rigorosamente o que poderíamos chamar de quarteirões. Cada quarteirão é composto por três alas de 27 “células” autônomas (unidades habitacionais) formando um “U”. O quadrado pode se fechar ao incorporar a ala central da quadra seguinte, que fica do outro lado da rua para automóveis. Pátios, ou jardins internos, aparecem no encontro das “células” sobrepostas (cujo volume passa a ser significativo, dada a densidade das alas) permitindo o encontro entre as casas. Juntando um quarteirão ao outro, podemos encontrar conexões superiores (salas de leitura, chamadas de pontes) interligando as quadras edificadas, e inferiores (túneis) interligando as praças.

A suave declividade do terreno permitiu o escalonamento dos patamares de tal forma que os desníveis (de um pavimento) apareceram bem no miolo das quadras. Tal desnível criava duas praças (uma superior e uma inferior) e permitia

¹⁶² MARTINEZ, Joan Villà em Revista AU 22, em “Singular, Plural” em “Projetar na fronteira da realidade”, pag. 22 Ed. Pini, São Paulo, fevereiro e março de 1989



39

a construção de espaços coletivos cobertos – salões de festa ou para outras atividades de lazer – que, por estarem imersos no terreno, não propagavam o som de forma incômoda para a vizinhança.

A participação dos estudantes e dos técnicos da Unicamp, envolvidos com o projeto, possibilitou configurar as linhas principais da obra a ser edificada. Embora fosse um trabalho feito a muitas mãos, os momentos da arquitetura – o desenho, os detalhes, a matéria e a estrutura – foram firmes salientando uma identidade com as fortes marcas catalãs de Villà.

Villà reforça as referências:

“O desenho dos quarteirões do ‘Plan Cerdà’ de Barcelona, a velha cidade de Argel, o ‘Parque Guell’ de Gaudi, a prefeitura de ‘Saynatsalo de Alvar Aalto...”¹⁶³

O desenho urbano adotado vinha reafirmar que a arquitetura sempre foi, para Villà, *um ato social*.

O projeto arquitetônico das unidades

Com a ajuda imprescindível de um dos mais importantes arquitetos do *LabHab-Unicamp*, o Arquiteto Paulo Marroco Milanez

– que se dedicou de forma obstinada ao projeto – as unidades foram meticulosamente implantadas. Partindo da modulação de cada casa – com uma trama modular de 45 x 45cm, assentada em toda a área a ser ocupada –, foi possível montar um “quebra-cabeça” complexo: todos os painéis deveriam se encaixar perfeitamente da primeira à última casa de cada quadra. Ou seja, cada quadra era composta de um único edifício que continha 54 casas (sendo 21 delas no 2º pavimento), duas salas de leitura, que ficavam sobre áreas de uso comunitário e serviam de acesso entre as ruas de pedestres para o miolo das praças superiores e, bem no centro do pátio (praça da quadra), o centro comunitário. Cada quadra era, ainda, interligada por salas de leituras (o que chamávamos de ponte). Tais pontes, situadas no segundo andar da quadra superior, situavam-se bem no desnível entre os patamares do terreno; cobriam uma espécie de túnel que permeava os espaços no sentido longitudinal da implantação interligando todas as praças com seus respectivos centros de vivência na mesma cota de nível. No miolo mais denso, cuja volumetria chegava a três pavimentos, havia aberturas que permitiam iluminar partes do caminho: um ritmo que salientava a cadência equilibrada entre cheios e vazios, entre claros e escuros¹⁶⁹.

¹⁶³ Villà, Joan em Revista AU 22, em “Singular, Plural” em “Projetar na fronteira da realidade”, pag. 22 Ed. Pini, São Paulo, fevereiro e março de 1989

¹⁶⁴ Revista AU 22, em “Projetar na fronteira da realidade”, pag. 22 Ed. Pini, São Paulo, fevereiro e março de 1989

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ Ibidem

¹⁶⁷ Villà, Joan em Revista AU 22, em “Singular, Plural” em “Projetar na fronteira da realidade”, pag. 22 Ed. Pini, São Paulo, fevereiro e março de 1989

Cooperativa Pró-Moradia dos Jornalistas

O projeto e a participação dos associados

Assim que os projetos do *LabHab-Unicamp* começaram a ser publicados com frequência, no final de 1987, alguns jornalistas que pertencentes ao Sindicato da categoria, que trabalhavam em revistas especializadas em construção civil (revistas “AU” e “Construção em São Paulo” da Editora Pini, revista “Projeto” da Projeto Editores Associados Ltda. e outras), procuraram o *Laboratório*. Atraídos pelos projetos diferenciados e pela tecnologia lá desenvolvida, viram uma possibilidade real de morarem num contexto urbano saudável e em casas de qualidade. A idéia que os moveu foi a de que era possível arregimentar um grupo de interessados em adquirir um terreno e, num sistema cooperativista, conseguirem financiar a construção de suas casas. Com o incentivo dos arquitetos do *Laboratório*, que mostraram as experiências de cooperativas habitacionais bem sucedidas, esses jornalistas rapidamente montaram um grupo de aproximadamente duzentos participantes que não tardaram em formar juridicamente uma associação.

Foram feitas várias reuniões no Sindicato dos Jornalistas e, em abril de 1988, foi criada a “Associação Pró-moradia dos Jornalistas”. Os primeiros passos da entidade se deram em duas frentes de trabalho: a primeira, foi a busca de áreas adequadas para o empreendimento; a segunda, selecionava jornalistas interessados na idéia. O movimento começou com muita empolgação e, em dezembro de 1989, a associação foi transformada em uma cooperativa batizada com o nome de “Cooperativa Pró-moradia dos Jornalistas”.

A realização de um convênio com a Unicamp, que possibilitasse a execução de um projeto de urbanização e das residências, se deu

com muita agilidade. A cooperativa habitacional deveria atender cerca de duzentas famílias de associados com baixo poder aquisitivo. Esses associados, de classe média, tinham um bom nível de informação e quase todos possuíam formação superior.

Para a equipe do *LabHab-Unicamp* o trabalho junto à Associação dos jornalistas era uma conquista sem precedentes. Conseguia-se atingir uma abrangência social muito significativa. Os benefícios do *Laboratório*, que partiram da união de professores e alunos da FEBASP, chegaram às associações populares pela moradia, passaram pelos estudantes da Universidade e agora se estendiam à classe média politicamente esclarecida. É possível imaginar o ânimo que tomara a equipe do *LabHab-Unicamp*. Esse grupo de assessores técnicos vivia um sonho que há muito se desejava. Não se dava conta, no entanto, de que, para além de uma grande velocidade como se deu a evolução desse processo, aquele projeto estava restrito a uma pequena parcela da população.

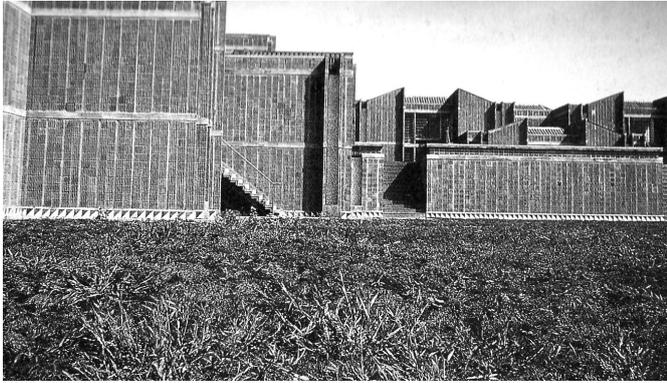
Digo restrito por causa da particularidade social. Os participantes da Cooperativa, assim como os técnicos do *Laboratório*, representavam – com seus ideais “pequeno-burgueses” – uma parte insignificante de toda a classe média. Diferente das cooperativas habitacionais de trabalhadores de sindicatos de grandes empresas como a

40

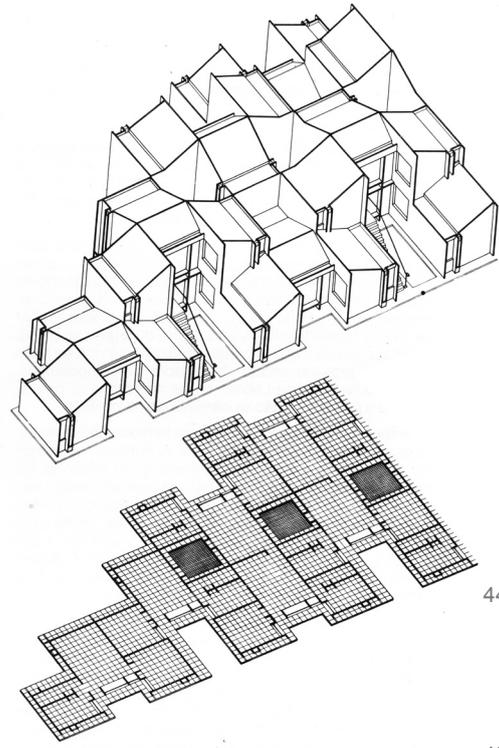


168 Villà, Joan em Revista AU 22, em “Singular, Plural” em “Projetar na fronteira da realidade”, pag. 22 Ed. Pini, São Paulo, fevereiro e março de 1989

169 Para maiores detalhes ver site moradiaunicamp.unicamp.br



41



44



42



45



43



46

“Cooperativa dos Metroviários” ou como a “Coopercosipa” – com mais de quatro mil associados com poder de barganha junto às suas empresas e força no confronto com órgãos governamentais – a dos jornalistas, além de não ser representativa numericamente, não estava vinculada diretamente ao Sindicato. Tinha apenas o apoio institucional do Sindicato da categoria.

Já para mim, assim como para alguns dos arquitetos do *LabHab-Unicamp*, havia um *cenário ideológico* que nos movia com muita intensidade. Embora sem o contato direto com os alunos da Universidade, acreditávamos que o exemplo da Cooperativa dos Jornalistas haveria de se reproduzir e, mais uma vez, reforçaria o engano: a arquitetura do *Laboratório* seria a responsável pela reversão das injustiças sociais.

Deu-se início ao mais longo e tumultuado processo vivido pelos técnicos do *Laboratório*. Foi da mesma forma muito difícil para os dirigentes da cooperativa. Da compra do terreno, em 1989 – de área aproximada de 104 mil m² –, ao final das relações entre a Unicamp e a Cooperativa, em meados de 1996, o processo passou por uma série de incidentes e equívocos que desgastaram as relações entre os arquitetos e os membros da cooperativa. As inúmeras etapas de elaboração do projeto – muito mais complexas do que as exigidas pelos movimentos populares pela moradia – e as intermináveis dificuldades para a aprovação do empreendimento junto aos órgãos governamentais prolongaram demais o tempo e provocaram a desconfiança por parte dos cooperativados.

O terreno

Acertadas as exigências jurídicas de registro da Cooperativa e lavradas as escrituras do terreno, iniciaram-se as discussões e resoluções que aconteciam em assembleias no salão do sindicato.

O terreno, pertencente a uma zona com características rurais do município de Cotia, era composto por duas colinas altas em forma de “V”, como se fossem dois braços abertos, tendo, ao centro, um vale de declividade acentuada e uma área quase plana na parte mais baixa. À esquerda do “V”, encontrava-se uma mata, com cerca de 40 mil m², cuja vegetação secundária multifoliada cobria com árvores frondosas um pequeno córrego de águas limpas que, na parte mais baixa do terreno, delimitava o fim da área.

O empreendimento, além da coordenação do *LabHab-Unicamp*, contava com a contribuição de outros setores da Unicamp especialistas em

saneamento, ecologia e educação. Logo no início dos estudos, o coordenador do Parque Ecológico da Unicamp fez o levantamento de espécies vegetais do local e indicou procedimentos e diretrizes de conservação das áreas a serem preservadas.

Diretrizes de projeto

Assim como os projetos desenvolvidos para associações populares pela moradia, o projeto para a Cooperativa foi amplamente participativo. As diretrizes urbanísticas e os projetos das unidades, propostas pelos arquitetos do Laboratório, eram discutidos em assembleia após cada participante da Cooperativa receber os desenhos com, pelo menos, uma semana de antecedência.

Os primeiros estudos estabeleciam quatro tipos de casa (com áreas úteis de aproximadamente 70, 90 e 110 m²) dispostas entre ruas e grandes praças; comportavam também um pequeno centro comercial – para servir o bairro –, áreas de lazer, bosque – com trilhas e bancos – e edifício institucional – com área de recreação infantil e salas para cursos e trabalhos.

A urbanização

O empreendimento de “*Urbanização Integrada*” unia as unidades habitacionais, à área de preservação ambiental, às áreas de lazer, à área comercial e aos edifícios de apoio institucionais. Todos os esgotos produzidos no local deveriam ser integralmente tratados sem que os efluentes contaminassem os córregos existentes.

Além da preservação do bosque e mata ciliar, com área de 40 mil m² que contendo a nascente de um córrego, o empreendimento privilegiou as condições ambientais da micro-região.

Em decorrência das condições de relevo, optou-se pela implantação de três praças de convívio parcialmente cobertas por vegetação; ao redor de cada uma, cerca de 50 casas. Salvo por uma situação de emergência, os veículos não teriam acesso às praças; o plano privilegiava o passeio de pedestres e o lazer de crianças. O desenho, que se caracteriza por duas asas simétricas iguais que ocupam as colinas, tentou resgatar e atualizar o modo de vida das tradicionais vilas de miolo de quarteirão. Duas das praças foram implantadas na parte superior das duas colinas que abraçavam, num vale,



47

Bloco de casas originais



48

49

Projeto imobiliário 2006



More onde você gostaria de passar suas férias



LAZER SUPER COMPLETO

Casas

2,3 e 4 Dorms.

(2 suítes)

Perspectiva artística da portaria

Perspectiva artística do edifício

Condomínio fechado de 100.000 m², com área verde reservada de 38.500 m²

Perspectiva artística da sala de ginástica

Perspectiva artística da brinquedoteca

Perspectiva artística do salão de jogos

Perspectiva artística do salão de festas

Tudo em harmonia com a natureza
No Nativo a natureza é respeitada em cada detalhe:

Madeira de reflorestamento

Tratamento de esgoto

Reuso de água

Coleta seletiva de lixo

Áreas comuns entregues equipadas e decoradas*
*No âmbito do empreendimento, conforme memorial descritivo

Perspectiva artística da vedação

Lançamento

Preço a partir de 69.900*

Com todas as facilidades e garantias da CAIXA

A NATUREZA TEM MISTÉRIOS QUE NEM O HOMEM CONSEGUE DESVENDAR

VISITE CASA DECORADA

BEM PERTO DE VOCÊ

Raposos Tavares Km 29
Estrada do Capuava, 2.530

VISITE CASA DECORADA

Informações:
4703.6995
3067.0000
www.lopes.com.br/nativoclub

Realização:

www.technaceng.com.br

Exclusividade de vendas:

CAIXA CASA ECONÔMICA FEDERAL

Exclusividade de vendas:

www.lopes.com.br

* Preço referente a casa 136 de 2 dorms. Demais condições disponíveis no planilha de vendas central de vendas Lopes Consultoria de Imóveis

50

Catálogo do novo empreendimento imobiliário

uma praça baixa, destinada às atividades de lazer (campos esportivos, piscinas e edifício de atividades comunitárias). O ponto mais baixo receberia boa parte das drenagens naturais e, ainda, iria abrigar as estações de tratamento dos esgotos do condomínio. Dessa praça, que contava com ruas de pedestres, permitia o acesso a todos os setores.

As ruas para carros adequavam-se às curvas de nível e tinham uma agradável trajetória sinuosa. Evitavam-se, assim, um grande movimento de terra. Apenas uma rua central, com maior declividade, dividindo em duas partes a urbanização. Vindo do acesso principal do condomínio, interligava as demais, apoiadas sobre as curvas de nível. A entrada do condomínio seria marcada por um portal que conteria um ícone da cooperativa.

As áreas privativas e as casas

O projeto partiu do princípio de reduzir as áreas privativas e valorizar as coletivas. Sendo assim, os terrenos privados tinham 160 m². Assobradadas, as casas agrupavam-se em blocos (prédios horizontais) o que reduzia custos e evitava maiores interferências na paisagem. Já esses blocos criavam um entorno acolhedor no miolo das praças.

Todas as decisões de projeto, especialmente aquelas que tratavam das áreas mais privadas como as casas e vagas no estacionamento, eram difíceis e demoradas. Inúmeras reuniões foram feitas para decidir sobre detalhes, por exemplo, onde seria o buraco da lareira ou se as casas teriam, ou não, quarto de empregada. Tais questões – impensáveis para as associações pela moradia – tinham de ser respeitadas. Ou seja, a diversidade do cliente não deveria eximir o assessor técnico de seu papel de construtor de um vocabulário arquitetônico adequado às reais necessidades.

Acompanhando a sinuosidade das ruas, os blocos deveriam ser implantados seguindo as curvas de nível evitando, assim, quedas bruscas e muros de contenção. Os quatro tipos de casas, que variavam de 70 a 110 m², tinham diferenças volumétricas significativas que quebravam a monotonia do conjunto. A frente dos blocos era reforçada por pórticos que davam ritmo e unidade às fachadas. Cada casa teria um acesso a uma marquise cobriria o passeio. Essa marquise – uma circulação coberta que levaria aos estacionamentos – reforçava o contorno de cada praça. As calçadas,

que adaptavam-se suavemente à declividade do terreno, possibilitavam a circulação de cadeiras de roda ao longo de todas as praças.

As casas, que no início foram projetadas com áreas que variavam entre 70 e 110 m², acabaram, por decisão em assembléia, sendo ampliadas. A casa mínima ficou com 90 m², a média com 120 m² e a maior com 140 m². Tal decisão tornou ainda mais difícil a viabilidade da construção, uma vez que a maior parte dos jornalistas não tinha recursos suficientes para financiá-las.

Edifícios institucionais

Foi previsto um espaço, junto à rua de acesso ao empreendimento e ao lado da entrada principal do condomínio, para atividades educacionais (possivelmente uma creche ou pré-escola) que poderia ser administrado pela prefeitura ou comunidade local. Além do espaço educacional, foi previsto e projetado um salão comunitário para reuniões e festas do local.

Comércio

Para reduzir a necessidade de transporte dos moradores, o empreendimento contava com área comercial que serviria o próprio bairro. O edifício comercial, com cerca de 210 m² de área, voltava-se para uma pequena praça externa e recuo para estacionamento ao longo da estrada existente.

Tratamento de esgotos

O sistema de tratamento de águas e esgoto do empreendimento só foi definido após um árduo processo de aprovação. Os dois órgãos responsáveis pelas exigências legais e fiscalização (CETESB e SABESP) não entravam num acordo. O que uma exigia a outra proibia. Ou seja, havia diferentes visões e posturas em relação ao projeto. Finalmente aprovado, foram executados vários tanques que devem receber todos os dejetos do local e, por meio de um sistema de tratamento natural anaeróbico, será possível ter a retenção do esgoto sólido e a renovação das águas.

A construção

Vários orçamentos foram feitos e uma espécie de licitação, feita entre empresas indicadas por membros da Cooperativa, se estabeleceu. Uma primeira empresa começou a dar os primeiros passos das obras de infra-estrutura: barracão de

obras, terraplenagem, redes de água e esgoto. Por recomendação da empresa que ajudava a viabilizar a construção e por indicação do *LabHab-Unicamp*, toda a infra-estrutura deveria ser feita antes da construção das casas. Porém, as exigências da Cooperativa somadas a uma certa inexperiência em lidar com um caso tão particular, por parte do *LabHab-Unicamp*, fizeram com que essa primeira empresa desistisse de continuar as obras iniciadas. Tais obras tiveram um acréscimo significativo devido à construção dos grandes tanques de tratamento de esgotos.

É preciso ressaltar o seguinte erro de estratégia política adotada para a construção das 195 casas. A Cooperativa, tanto quanto a empresa contratada para dar apoio administrativo ao empreendimento e os próprios técnicos do *LabHab-Unicamp* preferiram executar toda a infra-estrutura antes da construção das primeiras unidades. Isso significava empregar quase a totalidade dos recursos em terraplenagem, redes de água e esgotos, drenagens, muros de arrimo e pavimentação. Embora a decisão tenha sido tomada a fim de evitar movimentos de terra e outras obras de vulto ao mesmo tempo em que alguns moradores já estivessem morando, houve a falta de um pensamento de marketing (praticado por especuladores imobiliários).

Para que os participantes da Cooperativa vissem resultados concretos – fruto da boa aplicação de seus recursos – a empresa de consultoria assim como os responsáveis pela obra deveriam ter optado pela construção de um pouco mais da metade da infra-estrutura. Com boa parte dos recursos restante, seria possível construir várias casas em torno de uma primeira praça. Tal procedimento criaria um cenário otimista, da mesma forma que muitas imobiliárias fazem – algumas casas “tipo” mobiliadas, com jardim florido, etc. Era muito arriscado ter um empreendimento cujos recursos destinavam-se a obras enterradas, fora da visão dos ansiosos clientes.

É preciso levar em conta esse aprendizado. Há um preconceito, por parte da maior parte dos professores das faculdades de arquitetura, contra a especulação imobiliária que usa os mais mirabolantes artifícios para atrair o cliente e conseguir vender mais os seus “extraordinários” empreendimentos. Não há dúvida de que, muitas vezes, a ação do mercado imobiliário é nociva à sociedade – produzindo ilusões e fantasias com seus “estilos” duvidosos. No entanto, se os arquitetos – que procuram ser fieis a uma arquitetura sem excessos e coerente com o seu tempo

– não aprenderem com o mercado, para poder interferir de forma saudável (como seria o caso da Cooperativa dos Jornalistas) perderemos todos: bons profissionais, a sociedade e, finalmente, a cidade. Acho que essa questão deveria ser objeto de reflexão mais profunda nas escolas de arquitetura.

Nenhum prefeito, que quisesse ter um retorno político com suas obras, “enterraria” todos os seus feitos; era necessário fazer aparecer esse ato “político”. Assim, conseguiríamos que os jornalistas vissem a obra virando realidade, alguns já poderiam morar incentivando os demais a continuarem se esforçando para pagar a Cooperativa. Assim como nos mutirões, seria impossível construir as casas sem que parte do sonho não começasse virar logo realidade.

O desfecho

Infelizmente, as obras de infra-estrutura tiveram um custo muito superior ao previsto e, praticamente, não sobraram recursos para o início da construção de um número significativo de casas. Com muita dificuldade foram executadas dez unidades. O desgaste decorrente da decisão – de se construírem as casas depois das obras de infra-estrutura – foi enorme. Alguns associados começaram a temer pelo insucesso da empreitada, já que o tempo se estendia para além do esperado e nenhuma casa estava sendo erguida. Uma espécie de “efeito dominó” se deu. Alguns membros desistiram de permanecer na Cooperativa; em seguida, essa atitude foi seguida por outros. Rapidamente o descrédito aumentou deteriorando as relações e causando um grande déficit orçamentário.

Várias tentativas foram feitas para a obtenção de financiamento para as casas. Porém, as dificuldades para os órgãos financeiros – de tratarem de um caso tão específico como esse – inviabilizaram a operação. Mais uma empreiteira, que tinha uma estrutura precária, tentou dar seqüência à construção, mas não conseguiu continuar. Após dez casas serem erguidas, as obras foram paralisadas e o empreendimento abandonado.

A Cooperativa acabou se desfazendo e o terreno, com as casas (algumas ocupadas) e com toda a infra-estrutura feita, acabou sendo vendido para um consórcio de empresas imobiliárias: Grupo TECMAC – Engenharia e a LOPES Consultoria Imobiliária (responsável por grande parte dos empreendimentos imobiliários de São Paulo).

O projeto urbanístico foi mantido pelos novos proprietários uma vez que toda a infra-estrutura estava pronta, com ruas pavimentadas, muros de contenção, redes d’água e esgoto, e uma central de tratamento dos efluentes. O número de lotes(áreas

privativas para cada residência) passou de 195 para 365 unidades. O projeto das casas – que inicialmente buscava uma unidade a partir dos blocos, com seus pórticos frontais que apoiavam varandas, com volumes diferenciados – foi totalmente alterado, ganhando uma configuração acética de mercado: com telhados convencionais de duas águas, varandinhas nos dormitórios da frente e fachadas texturizadas cujas salientes cores ajudam hoje a quebrar a enfadonha monotonia do conjunto.

Reforça-se, uma vez mais, o aspecto do mercado imobiliário. O novo projeto – com 365 unidades ao invés de 195 – tornou-se viável economicamente e as novas casas foram vendidas com rapidez. Seria importante ter a participação de consultores imobiliários no início dos trabalhos. Configura-se, com o desfecho frustrante desse trabalho, um excelente momento para uma reflexão sobre o que devemos priorizar nas escolas de arquitetura e como deve ser a formação dos futuros profissionais.

Os diferentes clientes: algumas conclusões

Apesar dos vários insucessos, houve valiosas conquistas. A experiência com a Cooperativa de Jornalistas – assim como os trabalhos feitos para outras cooperativas – contribuiu para a formação de um repertório básico com três tipos de potenciais clientes coletivos: o popular, o universitário e o de organizações de trabalhadores de classe média. Ficaram marcadas, claramente, as grandes diferenças entre eles. Apesar de esses grupos terem o mesmo objetivo – o de resolver o problema da moradia de seus membros – diferenciavam-se muito quanto às metas e quanto às práticas de conquista. As grandes diferenças entre os diversos clientes coletivos deixaram claro que o processo implementado pelos *Laboratórios de Habitação* é essencialmente educativo e não se restringe apenas às comunidades menos favorecidas.

A experiência do *LabHab-Unicamp* com os três tipos de clientes flagrou equívocos, derrubou sonhos e pôs em cheque vários aspectos culturais e ideológicos. Dificilmente os técnicos dos *Laboratórios de Habitação* chegariam a esse conhecimento sem extrapolar os limites da Universidade.

Passado um bom tempo da inauguração das obras de alguns grupos populares, podemos

verificar que ainda há um vácuo entre o repertório dos arquitetos da Universidade e seu cliente. As casas construídas por mutirão foram, quase todas, transformadas. Exibem novas fachadas com garagens, salientam reluzentes janelas de alumínio, expõem, sem constrangimento, azulejos decorativos e grades com lanças. Se, de fato, o repertório arquitetônico e as justificativas técnicas fossem convincentes, não haveria tanta deformação do projeto original.

As dez casas da Cooperativa dos Jornalistas, embora descuidadas, mantêm os traços originais. No entanto, a Cooperativa vendeu o que restou do projeto original. O empreendimento – com as ruas cobertas pelo mato, que buscavam romper o pavimento, e as casas semi-abandonadas – transformou-se em mais um empreendimento imobiliário, que vende o sonho de morar num paradisíaco condomínio fechado, distante da cidade confusa, violenta e barulhenta.

A partir da experiência com os três tipos de cliente, algumas questões instigantes nos conduzem hoje a uma necessária reflexão:

Os projetos desenvolvidos pelos Laboratórios de Habitação, ou por outras assessorias técnicas da Universidade, e, em especial, o *LabHab-Unicamp* não estariam contidos num universo arquitetônico muito restrito pertencente a uma parcela irrisória da população brasileira?

Para os jornalistas, assim como para a maior parte das associações pela moradia assessoradas pelos *Laboratórios de Habitação*, a arquitetura que desejavam não seria aquela fabricada pela indústria da construção civil e divulgada pelo mercado imobiliário? Como alterar esse quadro?

Até que ponto os *Laboratórios*, com suas elaboradas arquiteturas, ajudariam a criar um parâmetro construtivo que transformasse para melhor a realidade física e social de nossas cidades?

Será que os arquitetos comprometidos com uma arquitetura mais justa e fiel à realidade de nosso país não estariam vivendo uma ilusão que os separa, de forma inconveniente, do senso comum?

Essas questões podem, perigosamente, nos remeter a um universo contraditório: continuamos com uma arquitetura de qualidade – mesmo que restrita a uma parcela ínfima da sociedade – ou devemos baixar as expectativas e tentar nos aproximar dos desejos da maior parte da população?

A prática dos *Laboratórios de Habitação* – fazendo uso do projeto participativo – demonstra que é possível, ao invés de impor uma arquitetura, propiciar a construção

conjunta de um repertório arquitetônico de qualidade. A construção coletiva de um projeto – com cada detalhe sendo discutido, com cada decisão sendo tomada pelo grupo e com a compreensão de que essa atitude urbana é saudável para a cidade – pode conduzir os interessados ao contato com o bom repertório arquitetônico e os afastar dos artificialismos explorados pela especulação imobiliária. Esse processo é essencialmente pedagógico.

Um dos papéis dos *Laboratórios* – ao invés de se sobrepor aos grupos organizados pela moradia – deveria ser o de ajudar as comunidades a construir sua própria argumentação e seu próprio projeto. Dessa maneira, haveria a troca saudável entre o conhecimento acadêmico e a prática dos grupos que atuam no sentido de melhorar o quadro habitacional atual. Ambos se complementariam garantindo um ganho mútuo.

Se a qualidade da arquitetura na cidade está vinculada à cultura de seus usuários, esta depende da educação de seus cidadãos. Um processo educativo eficiente, que produz um bom resultado urbano, não vem da argumentação técnico-arquitetônica – que vence o argumento do interessado e seu papel se confunde com o do parceiro; vem de um longo e árduo percurso de construção coletiva de uma realidade que a Universidade deve oferecer.

51



Estudantes da UEMG - obra de Passos

Conclusão

“(...) não basta que o arquiteto saia da faculdade como um ótimo profissional, mas sim como homem consciente deste mundo injusto que o espera e do qual vai ter de participar.”

Oscar Niemeyer

Ao redigir este texto – ainda inseguro e sem ter clara a definição da tese – fui, aos poucos, descobrindo seu caráter eminentemente educacional. Descobri que, apesar de o *Laboratório de Habitação* da Unicamp não ter tido alunos da própria Universidade, cumpria um papel pedagógico fundamental: envolvia alunos de outras universidades, levava-os para fora das salas de aula e, principalmente, formava pessoas que precisavam de instrução para melhorar as suas vidas: gente que mora em situação precária. Ou seja, esse *Laboratório*, assim como os outros de outras Universidades, cumpriu perfeitamente a primeira diretriz estipulada pela LDB: “*Formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos*”.

A prática dos *Laboratórios de Habitação* possibilitou a rica troca de conhecimento entre professores, alunos, associações pela moradia, cooperativas habitacionais e técnicos dos órgãos governamentais. É natural que suas origens tenham sido as escolas de arquitetura e em Universidades.

Três foram os pontos fundamentais dos *Laboratórios de Habitação*: pesquisa, participação e construção. A pesquisa e a produção acadêmica – cumprindo uma das metas propostas pela LDB (Desenvolver a pesquisa e desenvolver a extensão, abrindo a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior à população em geral) – estenderam-se à população e essa, por sua vez, trouxe uma reciclagem para o conhecimento acadêmico. O produto gerado entre os dois tem o poder de potencializar a transformação do espaço urbano e promover o conhecimento como prática social.

A atuação dos *Laboratórios de Habitação* foi essencialmente educativa. Ficou claro que o processo de formação de alunos da Universidade e das pessoas de associações e cooperativas habitacionais distingue-se no tempo. Os estudantes – com suas vidas razoavelmente estruturadas – procuram informações imediatas que possam contribuir para a sua futura profissão. Quando desenvolvem atividades escolares, têm o seu tempo deslocado para o futuro, tornando-se, naturalmente, mais isolado do mundo real. Já o morador de rua ou de favela, cuja vida é, provavelmente, desestruturada, tem a tônica no presente, ou seja, requer uma ação emergencial. No entanto, necessita de muito mais tempo até que uma melhora gradual e contínua possa estender-se por vários anos e

¹⁴⁶ Entrevista concedida em maio de 2002, à revista *Crítica Marxista*, n° 15, São Paulo, ed. Bontempo, 2002

consolidar a qualidade adquirida. Essa demora é esperada, já que, normalmente, os processos educativos exigem um longo prazo para se efetivarem.

Os projetos dos *Laboratórios de Habitação* levaram alunos e professores à aproximação entre teoria e prática. As questões de obra e de tecnologia sempre estiveram presentes e vêm reafirmar a condição primeira da arquitetura: a construção. Os *Laboratórios* promoveram, ainda, a consolidação do conhecimento técnico e acadêmico, aproximando-os da população e da realidade de nossas cidades. A necessidade de solucionar as questões surgidas junto às associações pela moradia e no dia-a-dia das obras redirecionou os procedimentos acadêmicos. Trouxe um conhecimento mais vivo e dinâmico.

A atuação fora da escola dos *Laboratórios de Habitação* promoveu a educação por meio do projeto participativo. Essa prática trouxe dois aspectos significativos, apesar de contraditórios. O primeiro é, sem dúvida, a participação dos futuros usuários que, em parceria com a equipe técnica, decidem o projeto – uma co-responsabilidade pela produção do espaço a ser edificado – e têm uma forte influência sobre os resultados. O segundo, refere-se à forte influência que a equipe técnica exerce sobre o cliente coletivo, induzido-o a soluções mais sofisticadas – produto de um rico repertório acadêmico –, do que aquelas que a maior parte dos participantes consegue compreender. Essa última, por mais bem intencionada que seja, pode produzir, num primeiro momento, uma arquitetura de qualidade, no entanto, se não houve a compreensão (cultural e estética) por parte do grupo, a tendência é a rápida deformação daquilo que foi construído. Fica claro que, ao invés dos arquitetos imporem seu repertório arquitetônico podem ajudar o seu cliente coletivo a construir um terceiro: um repertório conjunto cuja troca resulta na aceitação e na permanência do espaço construído. Dessa prática, surge um novo profissional da arquitetura e urbanismo: o “*Arquiteto Educador*”¹⁷⁰.

Os *Laboratórios de Habitação* confirmam

que há uma pedagogia possível para os cursos de arquitetura, que rompa com os limites da escola e traga uma vivência muito mais comprometida com a realidade de nossas cidades. Apesar de a estrutura e a inércia da Universidade pública – mesmo com toda a sua política interna – dificultarem a atuação de um *Laboratório de Habitação*, ainda hoje, é um lugar capaz de abrigá-lo sem excessiva interferência de interesses privados. Apesar de os *Laboratórios de Habitação* terem surgido em faculdades particulares, foi na Unicamp que um *Laboratório* atuante durou mais (14 anos). Já a manutenção de *Laboratório* mais independentes numa faculdade particular – que muitas vezes, por exigência do MEC, mantém “escritórios piloto” de fachada – está, geralmente, sujeita às vontades da mantenedora e não conseguindo a autonomia necessária para atuar. Hoje, muitas das escolas de arquitetura particulares transformaram o curso em mercadoria; o aluno virou cliente e o professor fornecedor. Algumas delas têm um trabalho paternalista voltado para o que chamam de “população carente”, sendo que, na realidade, o grande objetivo é o marketing que dá visibilidade a suas instituições. Em nome de uma “responsabilidade social”, expõem a pobreza como exótica e a caridade como solução.

Vimos como o meio de produção da habitação é capaz de interferir na configuração da cidade. A observação empírica possibilitou perceber as grandes diferenças existentes entre os mutirões de cidades pequenas como Vila Flores, Duartina e Socorro – que têm uma cultura consolidada pela prática agrícola e cujos laços sociais refletem-se no cuidado com o espaço coletivo – e os da periferia de grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife – onde a falta de uma cultura comum entre seus moradores tem como consequência as fortes marcas do individualismo e do espaço público que se deteriora constantemente. É nesse momento que entra o “*Arquiteto Educador*” que, por meio de um projeto participativo ou de uma construção coletiva, consegue favorecer o resgate das identidades individuais para construir uma identidade coletiva. Esse

¹⁷⁰ A meu ver esse é o termo que se aproxima mais da prática da construção de um projeto com a participação de alunos, de professores e do cliente coletivo

foi o caso da *AMAI*, em que as decisões e os resultados da construção foram capazes de fortalecer as relações sociais; foram, também, responsáveis pela qualidade e manutenção da urbanização que sobressai no bairro. É preciso criar um repertório próprio e um conjunto de soluções que venham reforçar a identidade das comunidades de cada região. Um significado comum, aliado a uma verdadeira identidade social, pode produzir uma arquitetura bela e socialmente justa. Vivemos um drama de tentar moldar o mundo conforme nossos ideais, sem dar espaço ao ideal do outro. Já é uma tarefa árdua, interpretar nossos sonhos e, mais complexo ainda é interpretar as interpretações dos demais sonhos.

Um aspecto que ficou claro e vem agregar valor aos projetos é a necessidade de o desenvolvimento dos trabalhos junto à sociedade serem feitos em conjunto com profissionais de outras áreas. As equipes multidisciplinares conseguem, com maior facilidade, diagnosticar problemas e aprofundar mais temas a serem tratados. Essas equipes podem dar respostas mais eficientes à realidade de nossas cidades.

A produção do espaço, principalmente do espaço coletivo, teria de passar pela coletividade, pelo “e” e não pelo “ou”. A reflexão também não pode ser unívoca e encapsulada. A reflexão deveria ser inclusiva e biunívoca, num movimento constante entre o passado e o futuro, entre o pré-reflexivo e o reflexivo.

O valor está no significado, pois o que não tem valor é insignificante. O significado está no processo histórico, individual ou coletivo. O respeito (do Latim “respectus” – ação de olhar para trás)¹⁷¹, por sua origem está vinculado à auto-estima e é o ato de olhar para trás e rever a história. Essa foi a grande motivação desta tese. Não basta uma bela arquitetura genialmente concebida sem que haja uma ocupação e uma vivência sadia e duradoura que, ao meu ver, só são possíveis por intermédio de um significado comum, de uma verdadeira identidade social. O arquiteto que é autor exclusivo de uma concepção espacial não está sendo, nada mais nada menos, do que o criador do seu próprio

espaço, solitário e insignificante. O trabalho feito para a sociedade exige que se valorize menos a autoria para se conquistar mais a autoridade.

A pesquisa e a inovação técnica trazidas pela Universidade para as obras do Grajaú, Duartina, Socorro, Vila Flores, Rio de Janeiro e Recife puderam ser provadas em campo e, ao transformarem alguns aspectos da produção habitacional, contribuíram para a mudança de posturas governamentais. A partir de 1986, por exemplo, a COHAB-SP teve de mudar a forma das medições de obra e de desembolsos para se adaptar à nova forma de construção proposta pela Unicamp. Foi o caso também da introdução de novos sistemas de financiamento, controle e medição das obras feitas em regime de mutirão supervisionadas pela Companhia. Na gestão da Prefeita Erundina, a partir de 1988, a Secretaria da Habitação teve a participação da Secretária e Professora da FAU-USP Ermínia Maricato e de estudantes e arquitetos que vieram do Laboratório de Habitação da FEBASP. Os arquitetos Nabil Bonduki e Reginaldo Ronconi conduziram, respectivamente, a HABI e o programa “FUNAPS COMUNITÁRIO”. Os ideais, de mutirão e auto-gestão popular trazidos por eles influenciaram as mudanças no programa habitacional, assim como as novas formas de financiamento de mão-de-obra e equipamentos. A nova conduta de HABI favoreceu os mutirões e suas assessorias técnicas, produzindo habitações de alta qualidade técnica e arquitetônica. Mais tarde, a CDHU herdou algumas metodologias que foram empregadas em HABI para dar seqüência ao programa de mutirão habitacional.

As experiências dos *Laboratórios de Habitação* demonstram que é possível introduzir, nos currículos das escolas de arquitetura e urbanismo, um tempo de serviço dedicado a trabalhos sociais, como a “residência” exigida pelas escolas de medicina. Tal proposta, defendida por um grupo gaúcho no Congresso Nacional de Arquitetos (1978), foi também a opção da “Universidad Autogobierno de México”: a prestação de serviços a associações populares e sindicatos da Cidade do México, incorporando o tempo do serviço militar (um ano e meio) e

¹⁷¹ HOUAISS, Instituto Antônio, Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2001

convertendo-o em serviço social como parte da grade curricular. Tal iniciativa contribuía, significativamente, para a melhor formação de seus alunos.

As experiências com as associações pela moradia, cooperativas e outros clientes coletivos demonstram que a integração entre a Universidade e a sociedade pode produzir soluções urbanas mais saudáveis e permanentes. Nossas escolas ainda promovem a fragmentação das disciplinas que afasta o aluno da universalidade do conhecimento distanciando-o da prática. O trabalho real e uma equipe interdisciplinar vêm reverter essa fragmentação, uma vez que as soluções podem ser universais. Para tanto, é necessário produzir profissionais capazes de promover a população e influenciar as administrações públicas. Os alunos e professores podem estar mais próximos da realidade complexa das nossas maiores cidades. Para tanto, é necessário que a Universidade – com o papel essencial na formação da consciência crítica da sociedade, defendendo os seus valores éticos e culturais – participe intensamente dessa luta e reveja sua função social. Temos de adequar a educação superior às práticas profissionais universitárias, ligadas à produção e à gestão do espaço urbano. Nesse sentido, a experiência e a prática pedagógica dos *Laboratórios de Habitação* contribuem significativamente para uma mudança de paradigmas e para a mudança curricular necessária. Essa prática pedagógica vem reforçar as principais diretrizes da formuladas pela LDB:

“desenvolver a pesquisa; formar profissionais capacitados ao desenvolvimento de determinadas atividades profissionais; formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos; articular a formação com a realidade social vivida no país; desenvolver a extensão, abrindo a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior à população em geral.”

Os *Laboratórios de Habitação* apontaram para uma renovação pedagógica que exige uma mudança do exercício sócio-profissional necessária e oportuna.

Bibliografia consultada

ALMEIDA, Rubens de *Superar os Limites da Escola, o Caminho Possível*, Revista “AU”, no3, Editora Pini, São Paulo – 1985.

ALMEIDA, Rubens de *A exigência política*, pg. 53 a 55, Revista “AU”, no3, Editora Pini, São Paulo – 1985.

ARANTES, Pedro Fiori *Arquitetura Nova* (Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões) Ed. 34 Ltda., São Paulo, 2002

ARTIGAS, João Batista Vianova. *Os caminhos da arquitetura moderna*. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

ARTIGAS, João Batista Vianova. *A função social do Arquiteto* São Paulo, Ed. Nobel Ciências Humanas, 1989.

BAREL, Yves *La Marginalité Sociale*, PUF, Paris, 1982.

BONDUKI, Nabil Georges, *Habitar São Paulo – Reflexões sobre a Gestão Urbana*, São Paulo, Estação Liberdade, 2000

BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel, *Periferias - Ocupação Do Espaço E Reprodução Da Força De Trabalho*, cadernos de estudo e Pesquisa, São Paulo, FAU-USP, 1979.

BRUNA, Paulo J. Valentino, *Arquitetura, Industrialização E Desenvolvimento*, São Paulo, Perspectiva, 1976.

COMAS, Carlos Eduardo Dias, *O espaço da arbitrariedade*, Revista Projeto n° 91, em Ensaio & pesquisa, pg. 127 a130, Ed. Projeto, São Paulo 1986.

DE MAISI, Domenico *A emoção e a regra (grupos criativos na Europa de 1850 a 1950)*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 2000.

FARAH, Marta *Habitação e Ideologia*, Revista Espaço & Debates, n° 1, Cortez Editora, São Paulo, 1981.

FICHER, Sylvia. *O ensino da construção no domínio da Arquitetura*. Revista Projeto, São Paulo, n 112, p 129-130, jul 1988.

FRIEDMAN, Yona *Utopies réalisables*, Paris, Ed. L'Eclat, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes, *A Força da Periferia*, São Paulo, Editora Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória Marcondes, *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*, São Paulo, Editora Loyola, 1991.

GUIMARÃES, Gonçalo *Uma cidade para todos – o Plano Diretor do Município de Angra dos Reis*, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1997.

HUET, Bernard *A cidade como espaço habitável (alternativas à Carta de Atenas)* Revista “AU”, no9, pag. 82 a 87, Editora Pini, São Paulo – 1986 / 87.

- Instituto Antonio Houaiss. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva - Rio de Janeiro, 2001.
- Instituto Lina Bo e P. M. Bardi - *Vila Nova Artigas* – Editorial Blau – Lisboa, Portugal – 1997
- KAY, Patrícia *O desafio da comunicação dos movimentos sociais* Ed. AbreOlho, São Paulo, 1999.
- LEITE, Maria Amélia Devitte Ferreira d’Azevedo. *O ensino de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo*. FAUSP - São Paulo, 1998. Dissertação de mestrado.
- MARICATO, Ermínia Terezinha Menon, *Auto-Construção, A Arquitetura Possível - A Produção Capitalista Da Casa (E Da Cidade) No Brasil Industrial.*, São Paulo, Alfa Omega, 1979.
- MONTANER, Josep Maria *Depués Del Movimiento Moderno. Arquitectura de la segunda mitad Del siglo XX*, Ed. Gustavo Gili Sa., Barcelona, 1993
- OLIVEIRA, Francisco *O Estado e o urbano no Brasil*, Revista Espaço & Debates, nº 6, Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- PEDREIRA, Livia Álvares *Um Problema de Todo Mundo* Revista “AU” no3, pg. 66 a 74, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- Profissionais da Cidade – Reunião em São Paulo*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo / Unesco – Programa “MOST”, São Paulo, 2003.
- REBELO, Yopanan Conrado Pereira. *Contribuição ao ensino de estruturas nas escolas de Arquitetura*. FAUUSP - São Paulo, 1994. Dissertação de mestrado.
- REBELO, Yopanan Conrado Pereira.
- REINACH, Henrique. *Projeto Vila Nova Cachoeirinha: construção habitacional por ajuda mútua*. Espaço & Debate, no 14, São Paulo, 1984.
- ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar*. Dissertação de Mestrado apresentada à FAU – USP. São Paulo, 1981.
- RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão. (O programa FUNAPS comunitário)*. 310 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Arquitetura, Universidade de São Paulo - São Carlos, 1995.
- RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. *Inserção do canteiro experimental nas faculdades de arquitetura e urbanismo*, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SABBAG, Milton Jr. *O espaço opressor*, Revista “AU” no3, pag. 114 a 116, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- SABBAG, Haifa Y. *Fazendo a morada popular*, pg. 39 a 51, Revista “AU” no3, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos A. C., *Habitação Popular Paulista Auto Construída*, São Paulo, FAU-USP, 1984.
- SEGRE, Roberto *América Latina, fim de milênio (raízes e perspectivas de sua arquitetura)* Livros Studio Nobel Ltda., São Paulo, 1991.

SUBIRATS, Eduardo *Arquitetura e poesia: dois exemplos latino-americanos*, Revista Projeto n° 143, Projeto Ed. Associados LTDA., São Paulo, 1991.

TASCHNER, Suzana Pasternak; MAUTNER, Yvone, *Habitação Da Pobreza: Alternativas De Moradia Popular Em São Paulo*, São Paulo, FUPAM/FAU-USP, 1985.

VARON, Conceição. *E a história se repete... (as vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPs no Rio de Janeiro)*. Dissertação de mestrado apresentada à FAU – USP. São Paulo, 1988.

Revistas e periódicos consultados

Architetural Review – Vol. !56 n. 934 / dez. 74

Architetural Review – Vol. !81 n. 1085 / jul. 87

Architetural Review – Vol. 148 n. 883 / 1970

Comerio, M. “Design and Empowerment: 20 Years of Community Architecture” Built Environment, Volume 13, n°1, Alexandrine Press, Oxford, novembro de 1987.

Education Without Schools. Peter Buckman, editor; Colin Ward (Contributor), London: Souvenir Press, 1973. pp. 134.

British School Buildings. Designs and Appraisals, 1964-74. Edited by Colin Ward. London. Architectural Press. 1976. xiv, 249 p

Espaço & Debates, n° 1, São Paulo, Cortez Editora e Livraria, 01 / 1981

Espaço & Debates, n° 6, São Paulo, Cortez Editora e Livraria, 09 / 1981

Housing. An Anarchist Approach. Colin Ward. London: Freedom Press, 1976. 182 p.

Módulo, Laboratório de Habitação, no 73, Rio de Janeiro, Avenir Editora – 1982.

The Child in the City. Colin Ward. with photographs by Ann Golzen and others. London : Architectural Press, 1978. 221

Harmondsworth. Penguin. 1979. x, 221 p. ill. 2 facsimis, maps. 25cm. Index. pb

Talking Houses. Ten Lectures. Colin Ward. London: Freedom Press, 1990 142 p.

New Town, Home Town. The Lessons of Experience. Colin Ward. London. Calouste Gulbenkian Foundation. 1993. 149p.

Matérias sobre o LabHab-Unicamp em revistas (anexo)

Ordem cronológica

A Construção em São Paulo, n° 2015; pg. 6, 7 e 8; Ed. Pini, São Paulo, 22 de setembro de 1986.

Revista de Imóveis, n° 49; pg. 3, 4 e 5; Ed. Avalien, Porto Alegre, Dezembro de 1987.

L'Architecture D'Aujourd'Hui, n° 256; pg. 77, Ed. Groupe Expansion, Paris, avril de 1988.

Projeto, n° 112, pg. 108,109, Projeto Editores Associados, São Paulo, julho de 1988.

AU, Arquitetura e Urbanismo, n° 22; pg. 26 – 37, Ed. Pini, São Paulo, Fevereiro / março de 1989.

A Construção em São Paulo, n° 2165; pg. 14 - 17; Ed. Pini, São Paulo, 07 de agosto de 1986.

Habitação popular: racionalização e industrialização; pg. 70 e 71, Projeto Editores Associados, São Paulo, 1989.

Projeto, n° 162; pg. 48 – 58, Projeto Editores Associados, São Paulo, abril de 1993.

Arquitectura Panamericana: viviendas alternativas, n° 02; pg. 6 – 9 e 18 – 23, Federacion Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, Santiago de Chile, diciembre de 1993.

Spazio e Società, n° 67; pg. 60 – 69, Gangemi Editore, Roma, 1994

AU, Arquitetura e Urbanismo, n° 57; pg. 45 - 49, Ed. Pini, São Paulo, Dez.1994 / Jan. 1995
Projeto, n° 187, pg. 52 – 59, Projeto Editores Associados, São Paulo, julho de 1995
Spazio e Società, n° 71; pg. 32 – 43, Gangemi Editore, Roma, July / september 1995
Tostem View, Metropolitan Landscape Magazine; pg. 13, Tóquio, january, 1996.
Projeto, n° 194, pg. 89, Arco Editoria, São Paulo, Março de 1996.
América Latina: nueva arquitectura, una modernidad posracionalista; pg. 186 – 189, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1998.

Bibliografia de referência

- BENEVOLO, Leonardo *A cidade e o Arquiteto*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1991.
- BOLAFFI, Gabriel., *Os Mitos Sobre O Problema Da Habitação*”, in Espaço & Debates no 17, São Paulo, Neru, 1986.
- BONDUKI, Nabil Georges, *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*, São Paulo, Estação Liberdade, 1998
- CASTELLS, Manuel *A intervenção administrativa dos grandes centros urbanos*, Revista Espaço & Debates, n° 6, Cortez Editora , São Paulo, 1982.
- FARAH, Marta Ferreira Santos, *Estado e Habitação no Brasil : O Caso dos Institutos de Previdência*, em Espaço e Debates 16, São Paulo, Livraria Nobel S/A, 1985.
- CARDOSO, Luiz Reynaldo de Azevedo. *Construção habitacional por mutirão – Caracterização, gerenciamento e custos*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Politécnica da USP, São Paulo, 1993.
- CARVALHO Jr., José Mário. *Prática da Arquitetura e Conhecimento Técnico*. Tese de Doutorado - FAUUSP, São Paulo, 1994.
- DOCZI, Gyorgy. *O poder dos Limites – Harmonias e proporções na natureza, arte e Arquitetura*. Mercúrio – São Paulo, 1990.
- FATHY, Hassan, *Construindo Com O Povo Uma Arquitetura Para Os Pobres*, São Paulo, Forense, 1982.
- GARDNER, Howard *O verdadeiro, o belo e o bom: os princípios básicos para uma nova educação*, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 1999.
- FULLER, R. Buclminster. *Manual de Operação da Espaçonave Terra*. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1985.
- FERRO, Sergio. *O Canteiro e o Desenho*.- Projeto Editores Associados – São Paulo, 1982.
- GHOUBAR, Khaled, *Análise e Diagnóstico da Problemática Existente na Construção Verticalizada Realizada Através do Regime de Mutirão*, - mimeo - Faculdade de Arquitetura - USP, São Paulo, 1991
- Instituto Lina Bo e P. M. Bardi – *Affonso Eduardo Reidy* - Editorial Blau – Lisboa, Portugal – 1999.

- Instituto Lina Bo e P. M. Bardi – *João Filgueiras Lima, Lelé* - Editorial Blau – Lisboa, Portugal – 2000.
- KAUPATEZ, Roz Mari Zenha, *Ajuda Mútua: A Participação Da População No Processo De Produção De Moradias*, Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia e Letras, São Paulo, USP, 1985.
- LEMOS, Carlos e Sampaio, Maria Ruth. *Habitação popular paulistana autoconstruída*. São Paulo: FAU-USP, 1978.
- LIMA, João Filgueiras, *Escola Transitória* – Brasília MEC/SEDATE, 1984.
- MARICATO, Ermínia Terezinha Menon, *Indústria Da Construção E Política Habitacional*, Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1984.
- PENTEADO, Fábio – *Ensaio de Arquitetura* – São Paulo – Empresa das Artes - 1998
- PEREIRA, Miguel, *Redescobrimo o jeito de fazer arquitetura*, Revista “AU” no3, pg. 106 a 108, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- REBELO, Yopanan Conrado Pereira. *A concepção estrutural e a arquitetura*. Editora Zigurate - São Paulo, 2000.
- REIS, Nestor Goulart *Quadro da arquitetura no Brasil*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.
- ROLNIK, Raquel, *Lar doce lar... (a história de uma fórmula arquitetônica)*, Revista “AU” no3, pg. 112 a 113, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, *Quando A Rua Vira Casa - A Apropriação De Espaço De Uso Coletivo Em Um Bairro De São Paulo*, São Paulo, Projeto, 1985.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec - São Paulo –, 1994.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitável*, Revista “AU” no3, pg. 88 a 89, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- SINGER, Paul, *Economia Política Da Urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SINGER, Paul, *Habitação popular: o que fazer?*, Revista “AU” no3, pg. 97 a 99, Editora Pini, São Paulo – 1985.
- VARGAS, Milton (Organizador) *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1994.
- VILLAÇA, F. *O Que Todo Cidadão Deve Saber sobre Habitação*, Global Editora – 1986

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)